



SAGI

INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO PARA POLÍTICAS DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

GESTÃO
DA INFORMAÇÃO

AVALIAÇÃO

MONITORAMENTO

SAGI

INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO PARA POLÍTICAS
DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

FORMAÇÃO E
DISSEMINAÇÃO

Dilma Rousseff

PRESIDENTA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Michel Temer

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Tereza Campello

MINISTRA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Marcelo Cardona

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Paulo Jannuzzi

SECRETÁRIO DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Ieda Castro

SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Arnoldo Anacleto de Campos

SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Helmut Schwarzer

SECRETÁRIO NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA

Tiago Falcão

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA

GESTÃO
DA INFORMAÇÃO

AVALIAÇÃO

MONITORAMENTO

SAGI

INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO PARA POLÍTICAS
DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ORGANIZAÇÃO: ELISABETE FERRAREZI

FORMAÇÃO E
DISSEMINAÇÃO

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS

BRASÍLIA - 2016

Paulo Jannuzzi

SECRETÁRIO DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA
INFORMAÇÃO

Paula Montagner

SECRETÁRIA ADJUNTA DE AVALIAÇÃO E
GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Carlos Eduardo Cipriani

CHEFE DE GABINETE

Patrícia Vilas Boas

DIRETORA DE FORMAÇÃO E DISSEMINAÇÃO

Caio Nakashima

DIRETOR DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Alexandro Pinto

DIRETOR DE AVALIAÇÃO

Marconi Fernandes

DIRETOR DE MONITORAMENTO

organização

ELISABETE FERRAREZI

coordenação editorial

PAULO DE MARTINO JANNUZZI

autores

ALEXANDRO RODRIGUES PINTO, ANA
CAROLINA FREITAS DE ANDRADE,
CAIO NAKASHIMA, DIONARA BORGES
ANDREANI, ELISABETE FERRAREZI,
KATIA ROVANA OZORIO, LUCIANA
MONTEIRO SARDINHA, MARIA CRISTINA
ABREU MARTINS DE LIMA, MARCÍLIO
MARQUESINI FERRARI, MARCO ANTONIO
CARVALHO NATALINO, MARCONI
FERNANDES DE SOUSA, PATRÍCIA
AUGUSTA FERREIRA VILAS BOAS, PAULA
MONTAGNER, PAULO DE MARTINO
JANNUZZI E ROBERTA PELELLA MÉLEGA
CORTIZO

colaboradores

CARLOS HENRIQUE SANTANA, DANIELLE
CHALUB MARTINS, JANINE BASTOS,
MARCELO AUGUSTO AREAS DA SILVA,
MARIA DE JESUS REZENDE, MICHELLE
STEPHANOU, PEDRO TOMAZ DE OLIVEIRA,
TALITA BARCELLOS, TATIANE DE OLIVEIRA

projeto gráfico

KATIA OZORIO

diagramação

KATIA OZORIO
TARCÍSIO SILVA
VICTOR GOMES

bibliotecária

TATIANE DE OLIVEIRA DIAS

revisão

TIKINET E 909 COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE

apoio

VALÉRIA CLEMENTE PEREIRA DE BRITO E
ELISEU CALISTO DE SOUSA

fotos

ALDERON COSTA, ASCOM, ROBERTA PELELLA
MÉLEGA CORTIZO E TARCÍSIO SILVA

impressão

IMPRENSA NACIONAL

tiragem

2.000

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.

SAGI: INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO PARA POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO
SOCIAL / ORGANIZADORA ELISABETE FERRAREZI. -- BRASÍLIA, DF: MDS; SECRETARIA
DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 2016.

320 p. ; 21x26 cm.

ISBN: 978-85-5593-003-4

1. POLÍTICA SOCIAL, BRASIL. 2. DESENVOLVIMENTO SOCIAL, BRASIL. 3. AVALIAÇÃO,
BRASIL. 4. MONITORAMENTO, BRASIL. I. SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA
INFORMAÇÃO. II. ELISABETE FERRAREZI.

CDU 304(81)

© 2016 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
COMBATE À FOME.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

QUALQUER PARTE DESTA PUBLICAÇÃO PODE SER
REPRODUZIDA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA
INFORMAÇÃO (SAGI)

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS | BLOCO A | 3º ANDAR

70054-906 | BRASÍLIA | DF

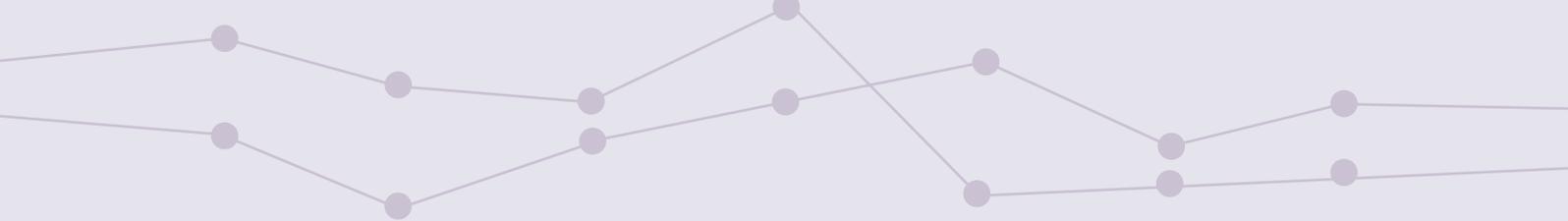
TELEFONE: (61) 2030.1501

WWW.MDS.GOV.BR/SAGI

ISSUU.COM/SAGI_MDS

ACERVODIGITAL.MDS.GOV.BR

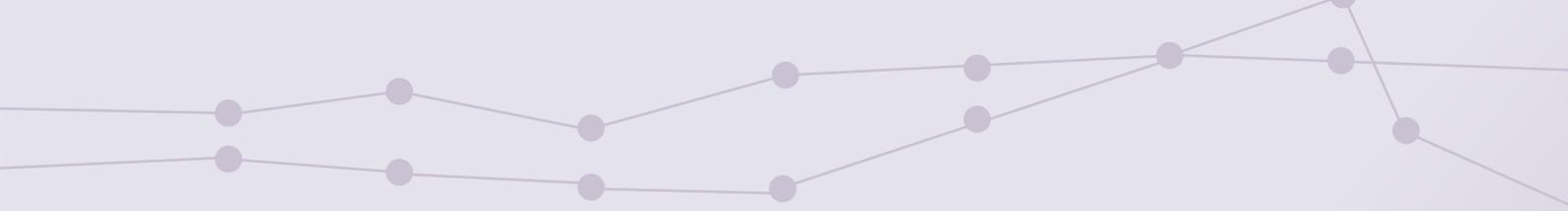
OUIDORIA DO MDS: 0800-707-2003



PREFÁCIO

Nos últimos dois anos, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) lançou uma série de publicações de balanço e prestação de contas de suas políticas e programas à sociedade brasileira. Esse material tem procurado trazer os resultados da atuação do Ministério e de seus parceiros, explicitar os desafios de implementação dos programas e apresentar a arquitetura institucional que envolve centenas de milhares de agentes públicos e sociais na União, estados e municípios nas ações de promoção de maior bem-estar social aos segmentos populacionais historicamente vulneráveis do país. Nesse sentido, foram lançados vários números da série Cadernos de Estudos - Desenvolvimento Social em Debate, o livro de balanço do Brasil sem Miséria e publicações em comemoração aos dez anos do Programa Bolsa Família e do Programa de Aquisição de Alimentos.

A presente publicação, SAGI: informação e conhecimento para políticas de desenvolvimento social, é mais um dos registros necessários neste momento de consolidação de nossas políticas e de reflexão sobre seus efeitos na mudança social no país. Desde 2004, a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação tem produzido um acervo considerável de estudos de avaliação de resultados e impactos dos programas do Ministério, de diagnósticos de públicos-alvo a serem atendidos, de pesquisas para identificação de problemas de implementação das ações, de indicadores de monitoramento de atividades estratégicas e de aplicativos informacionais para gestão. Tam-



bém tem construído, em parceria com as demais secretarias do Ministério, programas de formação e capacitação para técnicos, gestores e conselheiros nos estados e municípios.

Como outras iniciativas do MDS, o esforço de estruturação de um sistema de monitoramento e avaliação de políticas e programas tem sido considerado como uma inovação estratégica na administração pública brasileira, reconhecida por instituições brasileiras e organismos multilaterais. É importante, pois, que fique documentado o papel da Secretaria para o aprimoramento do desenho e gestão dos programas do Ministério e sua contribuição no esforço de superação da fome e da miséria, de redução sistemática da pobreza e da desigualdade e de ampliação de acesso a direitos sociais da população brasileira mais pobre e vulnerável.

Pela apresentação de sua estrutura organizacional, dos processos técnicos e dos princípios de trabalho adotados pela Secretaria, este livro pode servir como fonte de referência e inspiração para a estruturação de sistemas de monitoramento e avaliação em outros contextos de gestão no país. Também pode servir à comunidade acadêmica, aos jornalistas e à sociedade brasileira em geral, para conhecer parte significativa da base técnica que orienta a gestão das políticas e programas do MDS.

Uma boa leitura!

Tereza Campello

Ministra do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome

APRESENTAÇÃO	10
Paulo Jannuzzi	
TRAJETÓRIA E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA SAGI/MDS (2004-2015)	16
Elisabete Ferrarezi / Paulo Jannuzzi / Paula Montagner	
<hr/>	
FINALIZANDO: AS LIÇÕES APRENDIDAS AO LONGO DO CAMINHO	246
Paulo Jannuzzi / Elisabete Ferrarezi	
ANEXO I: CATÁLOGO DE FERRAMENTAS INFORMACIONAIS DESENVOLVIDAS PELA SAGI	256
ANEXO II: CATÁLOGO DE CURSOS OFERTADOS PELA SAGI	302

56 DESAFIOS DA **GESTÃO DA INFORMAÇÃO**

Caio Nakashima

70 Do Cead à Tarifa Social de Energia Elétrica na Comunidade de Santa Marta (RJ)

Roberta Pelella Mélega Cortizo

92 DESAFIOS DE **AVALIAR** EM UM CONTEXTO DE GRANDES TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS: A EXPERIÊNCIA DA SAGI

Alexandro Rodrigues Pinto / Marco Antônio de Carvalho Natalino / Luciana de Vasconcelos Sardinha

126 A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua

Roberta Pelella Mélega Cortizo

142 O SISTEMA DE **MONITORAMENTO** DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA E DOS PROGRAMAS DO MDS

Ana Carolina Freitas de Andrade / Dionara Borges Andreani / Marconi Fernandes de Sousa

172 Boletins sobre o mercado de trabalho para subsidiar o planejamento de cursos do Pronatec

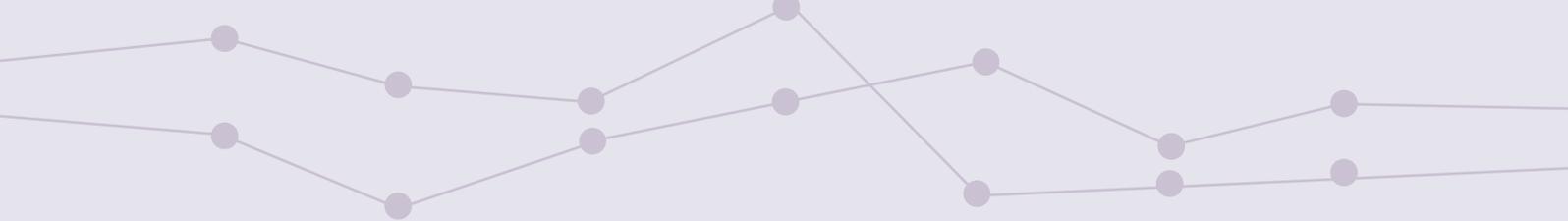
Roberta Pelella Mélega Cortizo

196 A **FORMAÇÃO** DE AGENTES PÚBLICOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO E DISSEMINAÇÃO

Patrícia Augusta Ferreira Vilas Boas / Marcílio Marquesini Ferrari / Maria Cristina Abreu Martins de Lima / Kátia Rovana Ozório

226 Ciclo de Capacitação em EaD para Diagnóstico, Monitoramento e Avaliação de programas do MDS

Elisabete Ferrarezi / Roberta Pelella Mélega Cortizo



APRESENTAÇÃO

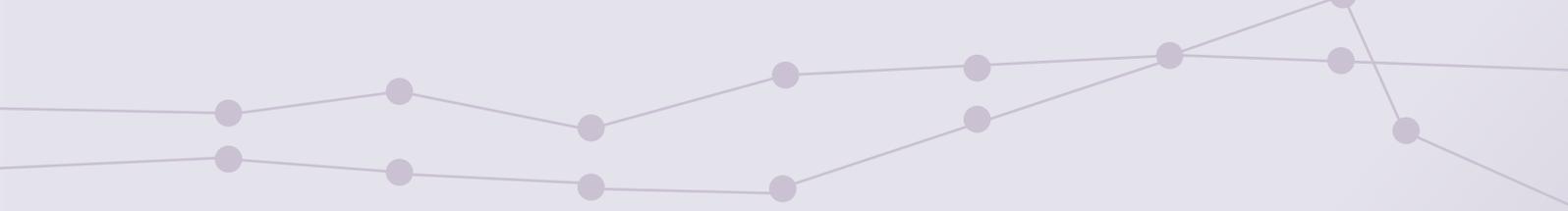
No contexto de complexidade em que se desenvolvem as políticas sociais no Brasil, de arranjos federativos e articulação intersetorial na gestão e operação dos programas, de volume de recursos e de diferentes capacidades do setor público, as atividades de levantamento, organização de dados e produção de estudos e pesquisas de avaliação são fatores críticos para se produzir maior efetividade nos resultados das políticas. Informação e conhecimento, sistematizados de forma prática e operacional, atualizados no tempo, referidos nos domínios territoriais adequados e com escopo abrangente e multidisciplinar, constituem insumos básicos para a tomada de decisão técnico-política em qualquer momento do ciclo de vida de uma política ou de um programa social.

Dados, indicadores, estudos e pesquisas de campo são fundamentais no levantamento de evidências empíricas para a formulação de uma estratégia de superação ou mitigação de uma problemática social específica, para o planejamento de um arranjo operativo que permita colocá-la em ação, para a coordenação de um conjunto escolhido de agentes públicos, de instituições privadas ou do terceiro setor, para o monitoramento das atividades implementadas e, por fim, para a avaliação dos resultados e esforços empreendidos.

Informação e conhecimento são elementos que contribuem para dotar a administração pública de capacidade técnica de governo – um dos pilares da proposta do Triângulo de Governo de Matus (2006)¹. De acordo com esta perspectiva, se por um lado, a administração pública precisa ser orientada por objetivos e compromissos claros e factíveis, e precisa dispor de mecanismos que assegurem a governabilidade de suas ações e a trajetória em direção aos objetivos, por outro, também precisa de recursos técnicos para viabilizar as escolhas e caminhos definidos. Compromissos viáveis, com instâncias afinadas de governança demandam estruturas organizacionais e equipes qualificadas e dotadas de conhecimento para o sucesso da implementação da política e dos seus resultados.

Dispor de informação e conhecimento também é um dos principais fatores para provocar ajustes em todos os níveis na cadeia de implementação das políticas sociais e gerar inovações. Afinal, políticas e

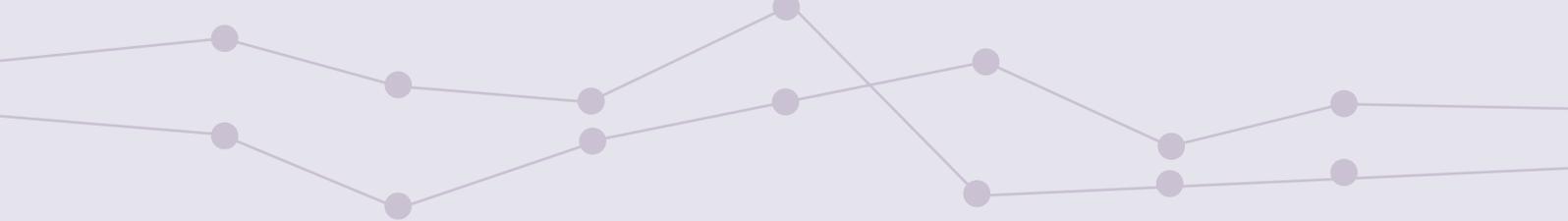
¹ O triângulo de governo elaborado por Matus (2006) é formado pelo tripé: projeto de governo (objetivos almejados, compromissos sociais), governabilidade (variáveis e recursos para implantar o plano) e capacidade de governo (experiências, competências e conhecimentos necessários para execução). MATUS, C. O líder sem o Estado-maior. São Paulo: Fundap, 2006.



programas sociais são empreendimentos coletivos e complexos, que precisam estar preparados para se adaptar continuamente aos contextos diferenciados em que operam, para enfrentar os desafios que a maior ou menor capacidade de gestão e de recursos impõem e a resiliência das problemáticas sociais que suscitaram a proposição de uma intervenção programática. Demandam, assim, inovações incrementais e inovações mais expressivas de tempos em tempos. Criar uma cultura de inovação contínua no conjunto de atores e agentes envolvidos nos programas requer esforços da produção, formação, disseminação e apropriação de informação qualificada e de conhecimento especializado sobre diferentes aspectos da operação dos programas, de seus objetivos, de seus públicos, de seus problemas recorrentes, das soluções específicas encontradas em um ou outro local.

Essas práticas de produção, disseminação e apropriação da informação e do conhecimento acerca das políticas e programas sociais podem assegurar maior efetividade na gestão, principalmente em estratégias que utilizam mecanismos de coordenação intersetorial e colaboração interfederativa, o diálogo e a participação social, e a Política como mecanismo de mediação de conflitos. Discutir prioridades de governo, persuadir atores e agentes das alternativas mais viáveis do ponto de vista técnico-político e legitimar as decisões políticas requerem dados, indicadores e estudos específicos que, acessíveis a todos, contribuem para a busca de consensos e alinhamentos estratégicos.

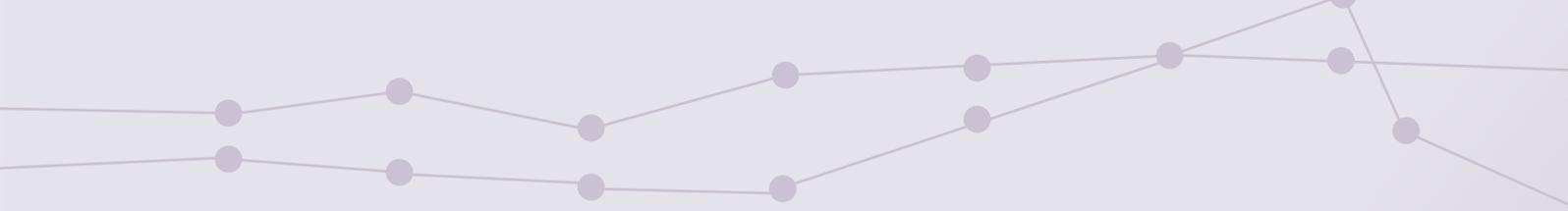
No Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a produção de informação e conhecimento para aprimoramento do desenho e gestão de políticas e programas tem sido uma atividade permanente desde sua criação, em 2004, com a instituição de uma unidade de monitoramento, avaliação, gestão da informação e formação com status de Secretaria Nacional: a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Em parceria com as secretarias finalísticas desse Ministério, a SAGI tem produzido um conjunto considerável de pesquisas e estudos avaliativos que contribuem para conhecer melhor os diversos públicos-alvo das políticas de desenvolvimento social, a lógica de intervenção, os problemas e as boas práticas de implementação, os resultados e impactos dos serviços e ações.



Investigar os efeitos das transferências monetárias do Programa Bolsa Família ou do Benefício de Prestação Continuada, qualificar os serviços socioassistenciais prestados às famílias, ajudar no desenho e acompanhamento de ações de segurança alimentar e nutricional e na avaliação dos programas de inclusão produtiva são algumas das atividades que a SAGI desenvolve regularmente.

A agenda de atividades da SAGI é definida pela análise das demandas estruturantes das políticas de desenvolvimento social e combate à fome – como a Lei Orgânica da Assistência Social e a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional –, da agenda prioritária do governo e do Ministério – como o Plano Brasil Sem Miséria –, das necessidades mais específicas do gabinete da ministra e das secretarias finalísticas – Secretaria Nacional de Assistência Social, Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, Secretaria Nacional de Renda de Cidadania e Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza. Também contribuem na definição da agenda da SAGI as demandas oriundas de reuniões técnicas entre gestores e técnicos com seus pares nas demais secretarias, os debates em seminários de apresentação de resultados de pesquisas e produtos, as questões levantadas em publicações e fóruns de discussão acadêmica e de organismos internacionais.

O equilíbrio entre as demandas da agenda de Estado e Políticas Nacionais, entre as prioridades de Governo e das Secretarias Nacionais do MDS, é certamente um desafio cotidiano da SAGI que, em tese, tem estruturas para seu equacionamento: o Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação (GTMA) e o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI). Essas instâncias são compostas por representantes de todas as secretarias e da assessoria da ministra e se constituem de canais institucionais de encaminhamento e/ou legitimação de demandas de trabalho para a Secretaria. A criação de uma instância similar para tratar da agenda de programas de capacitação e formação do Ministério poderá vir a ser necessária em um futuro próximo, com o adensamento crescente dessas atividades nas secretarias finalísticas e a necessidade de maior coordenação e sinergia interna para garantir a oferta continuada e capilarizada pelo país.

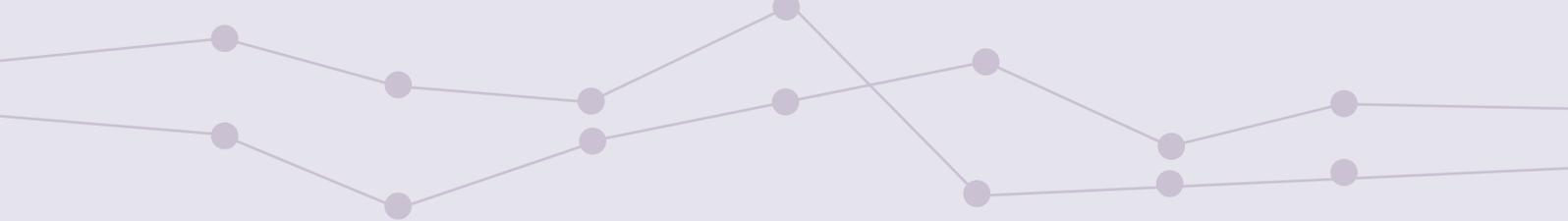


Assim, trabalha-se na SAGI na perspectiva de que tão importante quanto produzir conhecimento e inovação em políticas de desenvolvimento social é garantir que esses insumos sejam considerados relevantes, ajustados e efetivamente aplicados por quem coordena e opera os programas e as ações do Ministério e conhece seu contexto de dificuldades e potencialidades de operação. A avaliação mista contribui não apenas para que os resultados atendam às necessidades mais específicas das secretarias, como potencializa a utilização do estudo avaliativo ou outro produto informacional elaborado.

No desenvolvimento de suas atividades, a SAGI vale-se de dados e informações provenientes de diversas fontes, internas ou externas ao Ministério, tais como os sistemas de gestão e registros de programas das secretarias nacionais do MDS, o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), os censos demográficos e as pesquisas do IBGE, os levantamentos do INEP, os registros administrativos e sistemas de informação dos Ministérios do Planejamento, do Trabalho, da Saúde e da Previdência.

Além da busca de parceria e interlocução técnica com as demais secretarias, outros princípios básicos orientadores da atuação da SAGI no desenvolvimento de seus produtos são a multidisciplinaridade e a complementaridade de enfoques metodológicos e técnicos necessários para levantamento, organização e análise de informações para o Ministério. A abordagem multimétodos é adotada diante do contexto complexo das ações do MDS, caracterizado pela multideterminação dos problemas sociais enfrentados, por atender públicos-alvo diversificados, assentado em políticas com matrizes disciplinares e normativas diferentes, operando programas com desenhos operacionais variados e em estágios diferenciados de maturidade.

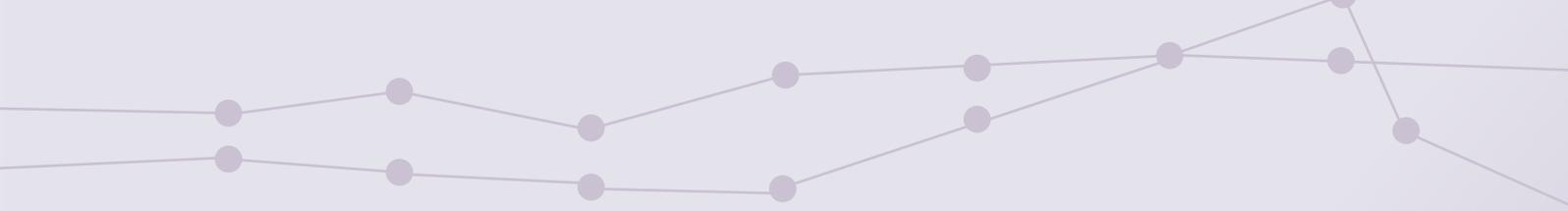
Para desempenhar essas atividades técnicas em um ministério com programas e ações que atuam em problemáticas sociais diversas, o corpo de funcionários da Secretaria é necessariamente multidisciplinar e participa de todas as fases do projeto, desde sua concepção à sua realização.



Fornecer informação para o Ciclo de Gestão de Políticas e Programas é uma atividade complexa e requer esforço intenso de capacitação e formação, devendo ser sistematizada em suportes adequados – documentos, sínteses, portais, produtos multimídia – e customizados para diferentes tipos de usuários. Uma parte significativa do insucesso de programas públicos ou da ausência de impacto da ação governamental captada nas pesquisas de avaliação é consequência das dificuldades em manter programas de formação continuada das equipes envolvidas na produção das políticas públicas, e em oferecer, no momento requerido, capacitações necessárias para introdução de novos serviços e ações nos programas públicos criados. Não há dúvida de que os efeitos dos programas públicos seriam certamente maiores se os agentes envolvidos em sua operação conhecessem melhor seus objetivos, o desenho lógico e as atividades relacionadas, o papel de cada instituição e agente no processo e as características do público-alvo. Nesse sentido, documentação abrangente e atualizada dos programas – explicitando claramente a cadeia lógica de intervenção – é material básico que precisa ser produzido periodicamente.

Para alcançar públicos mais abrangentes é preciso tornar os produtos de avaliação desenvolvidos compreensíveis e atrativos. Não basta colocar à disposição pública na internet as planilhas de dados e indicadores de programas e os extensos relatórios de pesquisas de avaliação realizados. É necessário desenvolver produtos customizados para os diferentes públicos de técnicos e gestores que se almeja atingir, adequando linguagem, formato, conteúdo e complexidade a tais públicos.

Da mesma forma, os produtos de difusão eletrônica podem ter maior repercussão sobre os gestores estratégicos e os técnicos que atuam nas instâncias subnacionais com programas sociais se houver, sobretudo, preocupação com a formação continuada deles, em cursos presenciais ou a distância. As palestras, publicações e os cursos precisam ser adaptados para os diferentes públicos envolvidos, buscando



trazer aspectos mais relevantes dos estudos avaliativos que possam ser de interesse destes e que estejam sob sua governabilidade. A necessidade de aprimoramento dos programas, a busca de consensos e o comprometimento dos atores em busca de objetivos comuns são fortes determinantes da demanda por informação e conhecimento mais específicos para gestão.

Estas são algumas das questões tratadas nesta publicação, que celebra os onze anos de vida da Secretaria. Este livro retrata a trajetória de institucionalização da SAGI, apontando os desafios críticos desde a sua criação, e aborda como se deu a sua organização institucional e sua consolidação entre 2004 e 2015. A continuidade dos projetos da Secretaria ao longo de onze anos indica que a inovação perdurou e merece ter sua história sistematizada – para consolidar a aprendizagem organizacional – e disseminada, a fim de inspirar outras instituições.

Nos capítulos são apresentados os marcos conceituais e os elementos que orientaram as escolhas metodológicas, as dificuldades enfrentadas e a evolução das práticas de monitoramento e avaliação, de sistemas de informação, e dos programas de formação, capacitação e disseminação da SAGI.

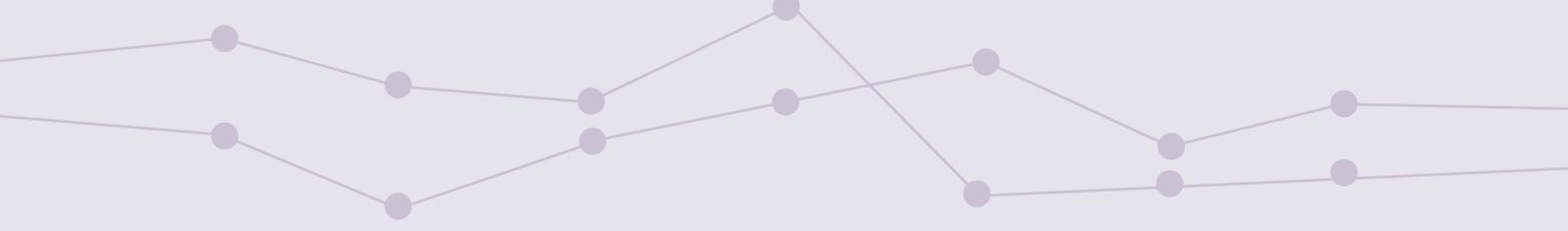
Além de apresentar as práticas, os produtos e o desenvolvimento de cada departamento da SAGI, são apresentados quatro relatos de uso das pesquisas de avaliação, das ferramentas, dos indicadores e das capacitações produzidas pelo Departamento de Avaliação (DA), Departamento de Gestão da Informação (DGI), Departamento de Monitoramento (DM) e Departamento de Formação e Disseminação (DFD).

Ao final da publicação são apresentados o Catálogo de Ferramentas Informacionais desenvolvidas pela SAGI e o Catálogo de Cursos Ofertados pela SAGI.

Desejo a todos uma boa leitura!

Paulo Jannuzzi
Secretário de Avaliação e
Gestão da Informação do
Ministério de Desenvolvimento
Social e Combate à Fome.

TRAJETÓRIA E
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL DA
SAGI/MDS (2004-2015)



ELISABETE FERRAREZI¹

PAULO JANNUZZI²

PAULA MONTAGNER³

Introdução

Com o objetivo de contribuir para o entendimento do processo de institucionalização da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), este capítulo destaca o contexto de criação e os principais marcos da trajetória da SAGI.

Visando à sistematização e disseminação do aprendizado gerado, são identificados elementos que propiciaram inovações e dificuldades enfrentadas a partir da constituição dos sistemas de informação, monitoramento e avaliação da política de desenvolvimento social, bem como a evolução da política de formação, capacitação e disseminação da secretaria.

1 Elisabete Ferrarezi, Assessora Técnica do Gabinete da SAGI, é da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, doutora em Sociologia (UnB) e mestre em Administração Pública pela EAESP/FGV.

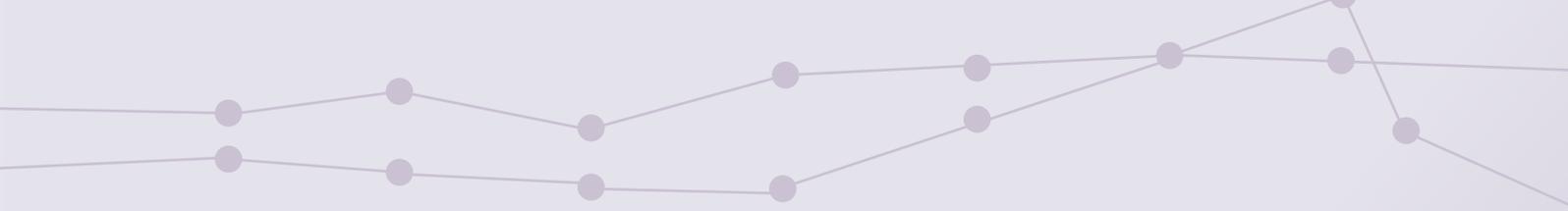
2 Paulo Jannuzzi exerce desde 2011 a função de Secretário da SAGI/MDS. É professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, doutor em Demografia pela UNICAMP e mestre em Administração Pública pela EAESP/FGV.

3 Paula Montagner é Secretária Adjunta da SAGI/MDS e integra a carreira de Analista de Projetos Sênior da Fundação SEADE/SP. Graduada em Filosofia e em Economia pela USP e mestre em Ciência Econômica pela UNICAMP.

4 O MDS foi criado por meio de Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004, convertida na Lei nº 10.868, de 13 de maio de 2004.

O arranjo institucional e a produção de informação e conhecimento da SAGI

Criada em 2004, a SAGI foi instituída na primeira estrutura organizacional do MDS⁴ com a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) e a Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias (SAIP).



Alguns órgãos do Governo Federal possuíam, à época, práticas de monitoramento e avaliação, como o Ministério da Saúde (MS), da Educação (MEC) e Casa Civil. No entanto, essas ações não chegaram a constituir uma política pública⁵.

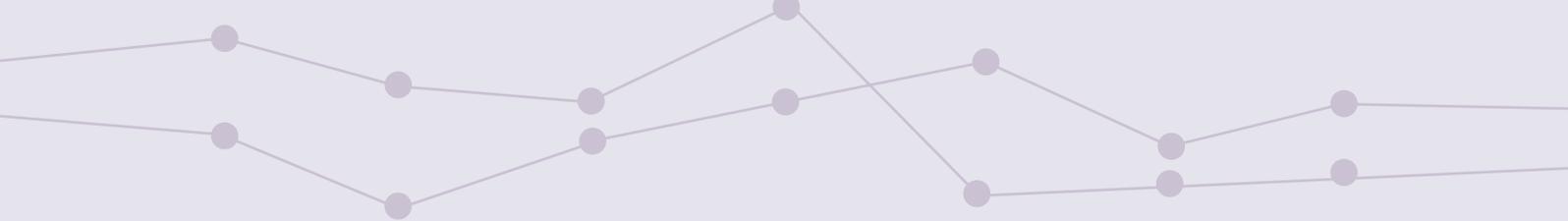
Embora a área social utilizasse informações dos levantamentos de campo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para orientar suas ações, apenas com a criação do MDS foi instituída uma unidade específica de monitoramento e avaliação para as políticas de desenvolvimento social e combate à fome: a SAGI.

A criação da SAGI, por si só, revela a importância que os formuladores da política de desenvolvimento social atribuíam à informação qualificada em nível estratégico e gerencial. A intenção já estava traduzida no próprio decreto de criação que delegou à secretaria, entre outras, a “promoção da capacidade de pensamento e formulação estratégicas, incluindo-se desenvolvimento de sistemas de identificação de populações e áreas vulneráveis, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados e do desempenho organizacional”⁶.

Segundo o Decreto nº 5.074/2004, que definiu a estrutura regimental e cargos do MDS, à SAGI competia:

5 A proposição de uma secretaria específica de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais havia sido discutida no extinto Ministério da Assistência Social e Previdência Social, em 2003, mas não chegou a ser implementada (BRASIL, 2003).

6 Art. 20, inciso II, letra a, do Decreto nº 5.074, de 11 de maio de 2004.

- 
- Desenvolver e implementar instrumentos de avaliação e monitoramento das políticas e programas referentes ao desenvolvimento social e combate à fome;
 - Elaborar, propor, coordenar e apoiar a implementação de planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento social e combate à fome;
 - Promover a gestão do conhecimento, o diálogo de políticas e a cooperação técnica em gestão pública de forma articulada com órgãos, entidades, poderes e esferas federativas e outros países.

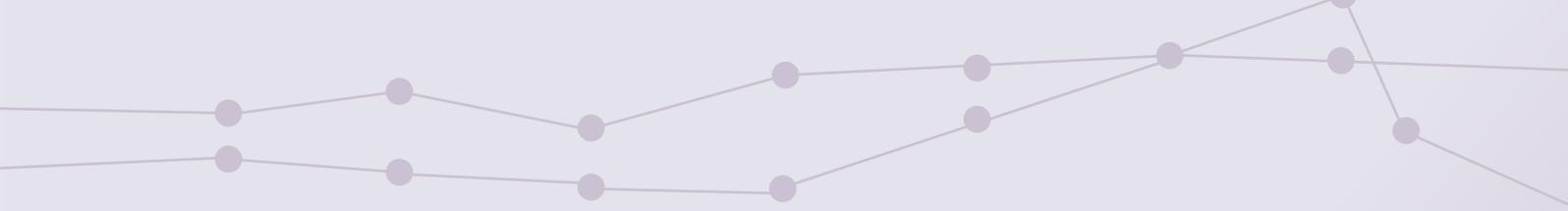
Para a política de desenvolvimento social nascente, a necessidade de informações era premente perante os desafios políticos e institucionais que enfrentava na sua implementação, dos quais destacamos:

- Fusão de três órgãos federais⁷ com diferentes políticas, histórias e culturas organizacionais em uma só instituição, o MDS;
- Unificação dos programas Bolsa-Escola, Bolsa Alimentação e Vale Gás em um só programa, o Bolsa Família, que respondia aos questionamentos em torno de seus objetivos, além de problemas relacionados ao cadastramento e às condicionalidades;
- O “teste” de implementação de um programa de transferência de renda complexo, com múltiplos atores e em larga escala.

A unidade de inteligência dentro do Ministério auxiliava no enfrentamento desses desafios em vários sentidos: informações sistematizadas com base em evidências e sobre programas; produção de insumos para melhorar o desempenho dos programas e a tomada de decisão⁸. Tendo em vista o debate acirrado em torno do Programa Bolsa Família (PBF) nos anos iniciais da política, a informação ocupava função estratégica.

7 Ministério da Assistência Social, Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e a Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família vinculada à Presidência da República.

8 VAITSMAN; PAES-SOUSA, 2011, p. 25.



Segundo Laura da Veiga, secretária da SAGI entre junho 2007 e julho de 2009, “a SAGI iniciou suas atividades com uma equipe reduzida e com bases de dados e recursos informacionais falhos ou inexistentes. A construção dos sistemas de informação envolveu não só aspectos técnicos, mas também processos de negociação interna e externa sobre indicadores e dimensões a serem incorporados e a serem monitorados. Ademais, no período entre 2004 e 2007, foi desenvolvido um amplo programa de contratação de avaliações independentes sobre os programas, as políticas e as demandas do público-alvo das ações do MDS. Este esforço de dotar o MDS de resultados de pesquisas robustas e independentes foi acompanhado por ações de disseminação das informações, utilizando principalmente publicações e aplicativos desenvolvidos pela equipe da SAGI”⁹.

À medida que a SAGI aumenta seu repertório de ferramentas e promove a gestão da informação com dados, pesquisas e indicadores disponibilizados à sociedade, o debate público torna-se mais qualificado e fortalece as ações de gestão da política (um dos fatores que explicam os resultados positivos dos programas sociais). Dentre essas ações, estão o monitoramento da implementação das ações, dimensionamento do público destinatário dos programas, identificação de lacunas de cobertura das diferentes dimensões da pobreza, identificação de subcadastro etc.

Nesse sentido, o referido decreto propôs e deu ênfase efetivamente ao provimento de informações para a formulação da política e de sistemas necessários aos processos organizacionais. Ainda propôs a capacitação de gestores nos três níveis de governo e de agentes sociais no uso e desenvolvimento de sistemas de informação e metodologias de avaliação e monitoramento de políticas de desenvolvimento social e combate à fome, visando estender esta capacidade aos entes federados. Todavia, essa área foi mais fortalecida após a constituição dos sistemas de monitoramento e avaliação (M&A).

⁹ VEIGA, 2015.



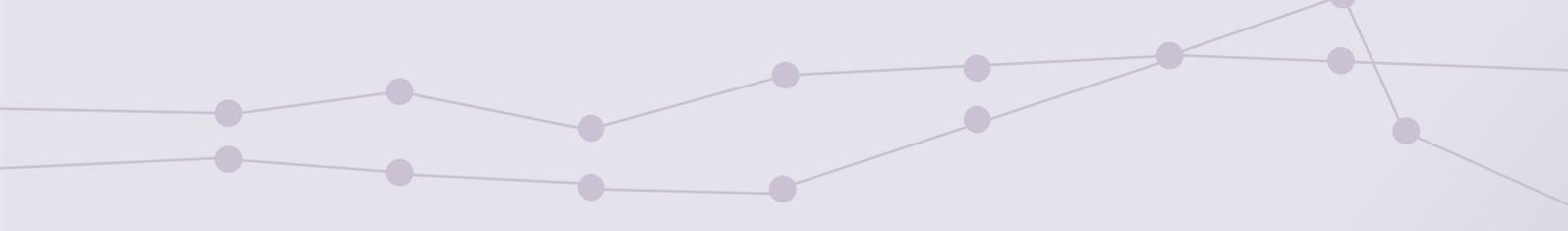
DESAFIOS DA SAGI NOS ANOS INICIAIS

- A institucionalização de um sistema de M&A sensível à complexidade do sistema de proteção social era um pressuposto para a integração das várias áreas e programas e para a efetividade deles. Isso exigia sistemas de informações.
- Os sistemas e programas herdados das três estruturas governamentais que deram origem ao MDS não configuravam um sistema integrado e tampouco a função monitoramento e avaliação estava presente. Ao se estabelecer a função e as diretrizes de uma política de M&A, criaram-se as condições organizacionais e institucionais para construção e implementação do sistema.
- Problemas relacionados à produção, padronização e atualização de dados e gestão. Um deles era a fragmentação das ações e do corpo técnico das áreas de Tecnologia e Informação espalhados por todas as unidades organizacionais do MDS. Além disso, em decorrência da produção de grande volume de dados administrativos por parte dos programas do MDS, era necessário centralizar os dados em um repositório. Para isso, a SAGI assumiu o planejamento de fluxos de informações, intercâmbio entre as unidades internas (produtoras e consumidoras de informações) e articulação de parceiros e produtores de dados. A Matriz de Informações Social equacionou boa parte destes problemas e tornou-se um instrumento potente de gestão com informação agregada em nível municipal, pela primeira vez na área de proteção social¹⁰. A Política de Tecnologia e Informação, que seria elaborada pelo CGTI, deu ordenamento a essa área, por meio das regras de governança¹¹.

Da normatização da atuação da SAGI até a constituição da política de M&A do Ministério passaram-se dois anos. Em 2005, foi criado um grupo de trabalho (GT), composto por integrantes de todas as secretarias, com o propósito de elaborar a Política de Monitoramento e Avaliação do Ministério. Publicada em 2006, a Portaria nº 329 instituiu e regulamentou esta política, que definiu como ações de avaliação:

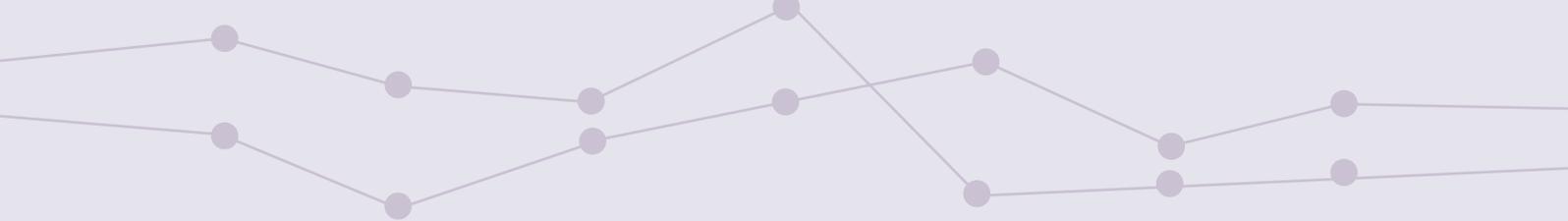
¹⁰ VAITSMAN; RODRIGUES; PAES-SOUSA, 2006.

¹¹ RODRIGUES, 2009.

- 
- Análise da implementação de programas;
 - Análise de resultados imediatos dos programas;
 - Análise de impactos ou efeitos dos programas;
 - Análise da eficiência, da equidade, da eficácia e da efetividade de programas;
 - Análise do perfil dos beneficiários dos programas;
 - Elaboração de diagnósticos de perfil da demanda;
 - Avaliação da satisfação de beneficiários/usuários;
 - Avaliação da qualidade dos serviços prestados;
 - Elaboração de estudos de linha de base.

A Portaria apresenta ainda as ações que compõem o monitoramento e os objetivos das pesquisas de avaliação. Nela é ressaltada a natureza da avaliação, que não se confunde com as ações de fiscalização ou auditoria, delimitando um campo próprio de atuação no ciclo das políticas públicas.

Atrelada à existência da política, previu-se a atuação do GT que tem, entre suas atribuições, a elaboração de Planos Anuais de Monitoramento e Avaliação. Instituído formalmente em maio de 2008, por meio da Portaria Ministerial n.º 160, o grupo atuou na elaboração do primeiro plano, para o exercício de 2010. De acordo com a Portaria, o plano deve indicar os programas para ações de avaliação no ano subsequente; considerar as avaliações realizadas anteriormente; propor iniciativas para aprimoramento do monitoramento; ser elaborado de forma participativa sob a coordenação da SAGI; registrar, além das ações da SAGI, as avaliações realizadas por outros órgãos internos.



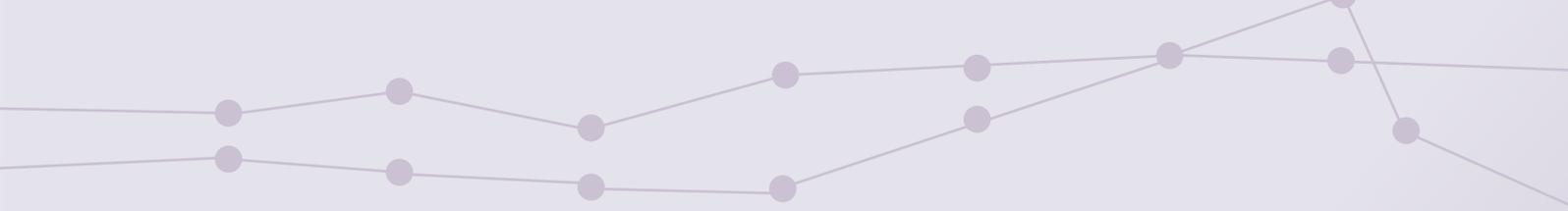
Depois de um período com menor atividade, o GT foi recomposto por meio da Portaria n.º 49/2015. O atual Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação (GTMA) tem como objetivo a construção de uma agenda conjunta de pesquisas e monitoramento para os programas e políticas do MDS.

Por meio de reuniões e de trocas de materiais, os representantes das secretarias apresentam as demandas e debatem sobre como estruturar uma agenda de pesquisas, análises metodológicas e indicadores para viabilizar a elaboração de pesquisas quantitativas e qualitativas, que possam contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas desenvolvidas. Os anos de trabalho do GTMA apoiaram a estruturação de atividades de monitoramento das secretarias finalísticas do MDS e propiciaram a contratação de estudos específicos com grupos de pesquisa universitária e de organismos internacionais, parceiros do Ministério, possibilitando o acesso a conhecimentos que são desenvolvidos por grupos similares em outros países.

Segundo a Política de M&A do Ministério, ações de monitoramento não são exclusivas da SAGI, isso nem seria adequado, uma vez que vários indicadores são de processos específicos e visam o gerenciamento de cada unidade. No entanto, todas as ações de M&A devem estar de acordo com critérios estabelecidos na política, que incluem definição do conjunto mínimo de dados coletados e de indicadores monitorados por cada programa ou ação; construção e implantação de sistemas de informações dos programas e ações; coleta ou recebimento sistemático dos dados referentes aos programas e ações; supervisão in loco dos programas e ações executados pelo MDS ou por seus parceiros governamentais e não-governamentais¹².

Várias questões relativas à Tecnologia e Informação (TI) do MDS foram pautadas e discutidas por um GT criado em 2005. O primeiro resultado do GT foi a finalização de um diagnóstico, considerando a conjuntura de então e a projeção de perspectivas de trabalho para o futuro.

¹² Portaria n.º 329, de 11 de outubro de 2006, parágrafo único do art. 2º.

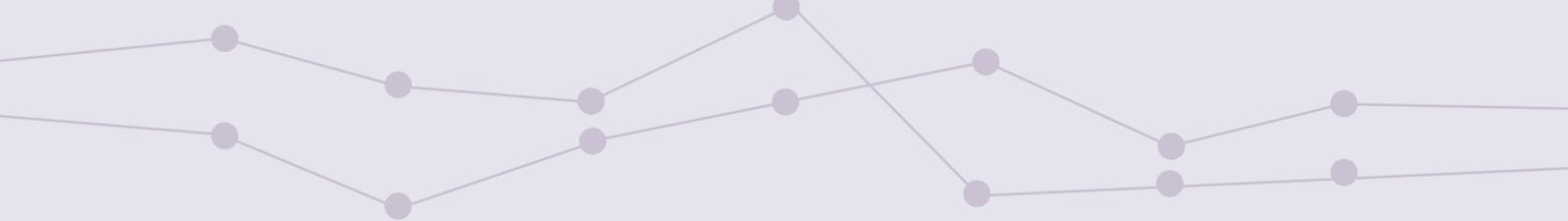


Esse diagnóstico apontou para as seguintes constatações: necessidade de esclarecimento quanto às atribuições das diversas unidades envolvidas com Tecnologia, Informação e Comunicação no MDS; ausência de padronização das estruturas de dados limita o intercâmbio de dados e informações entre as secretarias e entre elas e as assessorias; ausência de um fluxo de dados e informações sistematizados, bem como uma definição clara de quem detém autoridade sobre os dados específicos; baixa capacidade institucional de atendimento às demandas por sistemas, equipamentos e processos automatizados; inexistência de mapeamento das fontes de dados e indefinição quanto aos pontos focais nas secretarias levavam a um constante retrabalho na busca pela informação; necessidade de urgente incremento da infraestrutura de TI, tanto aquela gerenciada pelo MDS como a gerenciada por parceiros de forma a atender requisitos mínimos de disponibilidade, confiabilidade e eficiência exigindo uma maior supervisão por parte do MDS; ausência de parâmetros de qualidade de serviço em contratos de prestação de serviço de TI; desarticulação entre os vários setores produtores ou consumidores de informações, tendo como consequência mais imediata à fragmentação dos dados em repositórios isolados e nenhum compartilhamento¹³.

Em 2006 foi concebido o Comitê de Gestão de Tecnologia de Informação (CGTI), que constituía um espaço para articulação, debate e decisão de ações que concernem a TI e comunicação do Ministério. A Portaria nº 556, que o instituiu, também estabeleceu como coordenador do Comitê o representante da SAGI. O Comitê tem a finalidade de formular políticas, estabelecer diretrizes, coordenar e articular as ações de implantação de Tecnologia, Informação e Comunicação do MDS, além de ter caráter consultivo e deliberativo, sendo suas decisões referendadas pela Secretaria Executiva e registradas por meio de recomendações, contribuiu para a construção e acompanhamento da execução dos Planos Diretores de Tecnologia da Informação do Ministério.

Em comparação à norma de 2005, o novo Decreto nº 7.079, de 2010, incumbiu à SAGI não apenas desenvolver instrumentos de avaliação e monitoramento, mas também a gestão da informação no âmbito do Ministério.

¹³ TAPAJÓS; RODRIGUES, 2007, pag. 22.



O trabalho de depositário fiel das informações do MDS, que começou em 2004, possibilita o controle social das ações do Ministério, com todas as informações acessíveis aos gestores e à sociedade. Mesmo antes da Lei de Acesso à Informação¹⁴ sancionada e regulamentada, fazia parte da cultura organizacional SAGI a divulgação sistemática dos resultados de suas pesquisas e disponibilização de dados.

Outras mudanças introduzidas pelo novo decreto foram: a) introdução de metodologias de avaliação e monitoramento de políticas de desenvolvimento social e combate à fome e não apenas instrumentos; b) ampliação do escopo da competência de capacitação para além da área de avaliação; e c) acréscimo da atividade – apoiar a proposição, avaliação, validação, cálculo e disseminação de indicadores no âmbito das políticas de desenvolvimento social e combate à fome.

Esse papel privilegiado da informação na gestão esteve presente originalmente no PBF e se disseminou para outros programas do MDS. O Censo SUAS, por exemplo, uma parceria entre SAGI e SNAS, permitiu à Assistência Social conhecer seus próprios recursos, planejar e atuar estrategicamente na sua área específica, e gerou disseminação pelos níveis subnacionais. O Censo SUAS, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), o Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN) são exemplos de instrumentos da “gestão pela informação”, estilo gerencial adotado pelo Ministério, que permitiu fortalecer a gestão social, bem como a transparência das ações.

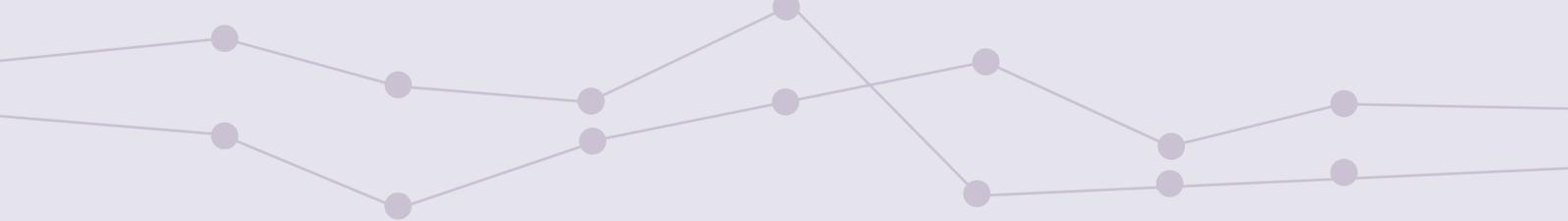
Ao final do capítulo encontra-se a linha do tempo da SAGI com os principais marcos no período 2004 - 2015.

14 Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

DESAFIOS DA SAGI NOS ANOS INICIAIS:

- Consolidar e expandir atividades de coleta de informações sobre a prestação de serviços nos municípios e sobre as entidades prestadoras dos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em 2007, a SAGI/SNAS finaliza a primeira versão eletrônica do formulário para a coleta de dados com os estados e municípios sobre os CRAS, início do processo de construção do Censo SUAS.
- Apoiar as secretarias finalísticas em suas iniciativas de capacitação dos profissionais estaduais e municipais que atuam nas áreas afins às do MDS. Com a proposta de institucionalizar um novo paradigma de atenção socioassistencial, este processo passa a ocupar um lugar de destaque na agenda institucional do MDS. Em 2008 foi desenvolvida a capacitação descentralizada que qualificou 1.531 gerentes sociais vinculados às administrações de 26 estados, do Distrito Federal e de 573 municípios. Em 2009, foram iniciadas capacitações a distância para conselheiros da área.
- Elaborar proposta para a Política de Informação do Ministério, envolvendo protocolos de disseminação dos resultados, de acesso às bases de dados das pesquisas e de disponibilização delas.
- Reorganização da SAGI para tornar menos ambíguas as fronteiras entre o monitoramento e a avaliação. A partir das discussões foram redefinidas as atribuições das diretorias da SAGI e criado o Departamento de Monitoramento¹⁵.

¹⁵ VEIGA, 2015..



Estrutura organizacional

A estrutura organizacional inicial da SAGI, em 2004, contava com 15 colaboradores¹⁶ de diferentes formações acadêmicas e experiências distribuídos em três departamentos:

- Departamento de Gestão da Informação e Recursos Tecnológicos (DGIRT);
- Departamento de Formação de Agentes Públicos e Sociais (DFAPS);
- Departamento de Avaliação e Monitoramento (DAM).

Entre 2004 e 2006, a força de trabalho do MDS cresceu em números absolutos e relativos. Esse aumento também se refletiu na SAGI, que passou a contar com 45 colaboradores em 2006, entre servidores e terceirizados. Em seus primeiros anos de funcionamento, a Secretaria contava somente com servidores em exercício descentralizado¹⁷, requisitados de outros órgãos¹⁸, sem vínculo¹⁹ ou temporários²⁰. Esses servidores correspondiam a 75,5% do quadro e estavam assim distribuídos:

16 Os prestadores de serviços terceirizados destinados ao apoio administrativo e técnico foram herdados dos órgãos que formaram o MDS e não há registro no Relatório de Gestão da época da quantidade de prestadores que integravam a força de trabalho do MDS e da SAGI naquele ano

17 Determinadas carreiras do executivo federal permitem a atuação de seus integrantes em outros órgãos, sem serem necessariamente requisitados.

18 De acordo com o Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, a requisição é ato irrecusável, que implica a transferência do exercício do servidor ou empregado, sem alteração da lotação no órgão de origem e sem prejuízo da remuneração ou salário permanentes.

19 Servidores nomeados em cargos em comissão, sem outros vínculos com a administração pública.

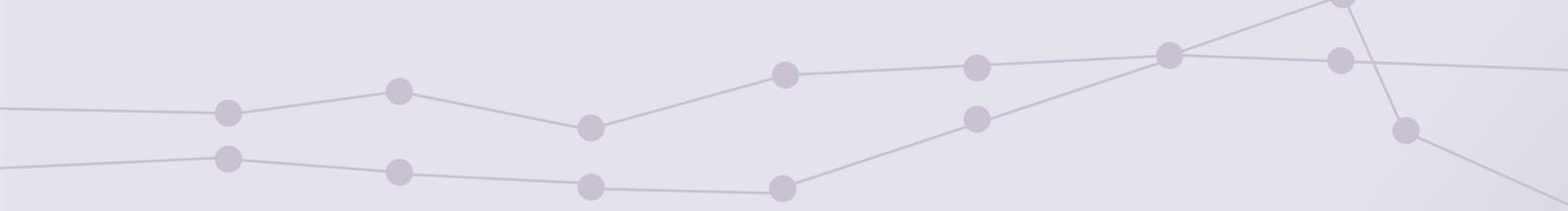
20 Servidores contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, conforme estabelece a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

TABELA 1 – TIPO DE VÍNCULO E QUANTIDADE DE SERVIDORES EM EXERCÍCIO NA SAGI – 2006.

TIPO DE VÍNCULO	QUANTIDADE
Exercício descentralizado	5
Requisitado	7
Somente comissionado (sem vínculo)	15
Temporário	7
Terceirizados	11
Força de Trabalho da SAGI	45

Fonte: SAGI, 2006.

Em 2006 havia na estrutura da Secretaria 26 cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS), o que correspondia a 58% da sua força de trabalho.



A partir de 2010, em função da natureza especializada das atividades desenvolvidas na Secretaria, foram criados mais 11 cargos em comissão (DAS) e sua estrutura organizacional adquiriu novo desenho em quatro departamentos além do gabinete²¹:

- Gestão da Informação (DGI);
- Avaliação (DA);
- Monitoramento (DM);
- Formação e Disseminação (DFD).

Em relação à atuação, de forma resumida, o DGI organiza e administra as bases de dados dos programas e das ações do MDS e elabora ferramentas informacionais para apoiar as atividades de monitoramento e gestão das secretarias finalísticas. O DM elabora desenho dos modelos lógicos de programas, organiza painéis de monitoramento de programas e elabora análises sobre estes. As pesquisas de avaliação para aprimoramento dos programas e ações do Ministério são desenvolvidas pelo DA. Já o DFD planeja e desenvolve projetos e programas de capacitação e formação nas modalidades presencial e a distância, para diferentes públicos do Ministério, além de ser responsável pelas publicações impressas e eletrônicas e outras ações de disseminação da Secretaria.

De modo geral, a estrutura de recursos humanos foi ampliada e fortalecida, não somente pelo aumento de cargos em comissão, mas também pelo incremento de servidores efetivos por meio do concurso para servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), que incorporou à equipe da SAGI sete servidores em 2008 e quatro servidores em 2010, e do concurso para Analista Técnico em Políticas Sociais (ATPS) que, em 2013, incorporou à equipe mais onze servidores. Ao longo dos anos, parte destes servidores deixou a SAGI em razão de realocação no próprio Ministério.

Em 2015, os servidores da Secretaria perfazem 58 colaboradores que atuam na área técnica. Analisando essas informações, especialmente

²¹ Decreto nº 7.079, de 26 de janeiro de 2010, que aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo de dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências.

nos últimos quatro anos, percebe-se que há um processo de alteração no tipo de vínculo da equipe da Secretaria, com mais servidores de carreira, conforme mostra a Tabela 2:

TABELA 2: TIPO DE VÍNCULO E QUANTIDADE DE SERVIDORES EM EXERCÍCIO NA SAGI – 2015.

TIPO DE VÍNCULO	QUANTIDADE
Cedido	1
Exercício descentralizado	6
Requisitado	7
Servidor de carreira (ATPS)	12
Servidor de carreira (PGPE)	6
Somente comissionado (sem vínculo)	20
Temporário	6
Total	58

Fonte: SAGI, 2015.

Houve também um aumento do nível de escolaridade dos colaboradores da SAGI, em especial nas titulações de especialização, passando de 3 servidores em 2006 para 12 em 2015, e de mestrado, que aumentou de 12 para 19 servidores (Tabela 3).

TABELA 3: RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, SEGUNDO FUNÇÃO E TITULAÇÃO – 2015.

FUNÇÃO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	TOTAL
Direção			5	1	6
Administração/ Gestão	3	1	5	1	10
Assessoramento Técnico	16	11	9	6	42
Total Geral	19	12	19	8	58

Fonte: SAGI, 2015

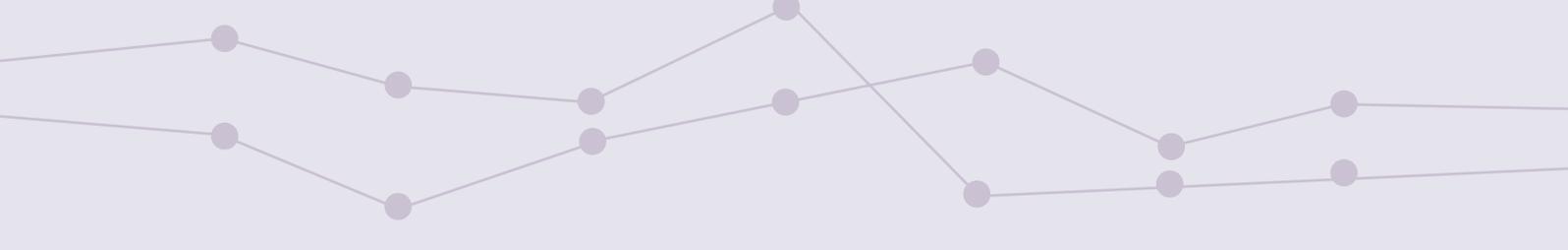
Outra característica da SAGI é a formação multidisciplinar de sua equipe, que conta com profissionais oriundos de diferentes áreas de atuação e de conhecimento, conforme demonstrado na Tabela 4.

TABELA 4: RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, SEGUNDO CURSO DE GRADUAÇÃO E TITULAÇÃO – 2015

FORMAÇÃO	TITULAÇÃO [1]				TOTAL
	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	
Administração	5	6	2		13
Antropologia			4	1	5
	1				1
Ciência da Computação	3		2		5
Ciências Políticas / Rel. Internacionais		1	3		4
Comunicação				1	1
Desenho Industrial			1		1
Direito		1			1
Ecologia				1	1
Economia		1		1	2
Educação	1	1	1		3
Engenharia	1	1	1		3
Farmácia			1		1
Filosofia	1		1		2
Geografia	2			1	3
Matemática/ Estatística	4				4
Medicina	1			1	2
Nutrição				1	1
Saúde Coletiva			1		1
Serviço Social		1			1
Sociologia			2	1	3
Total	19	12	19	8	58

[1] Foi considerada apenas a titulação mais alta de cada servidor

Fonte: SAGI, 2015



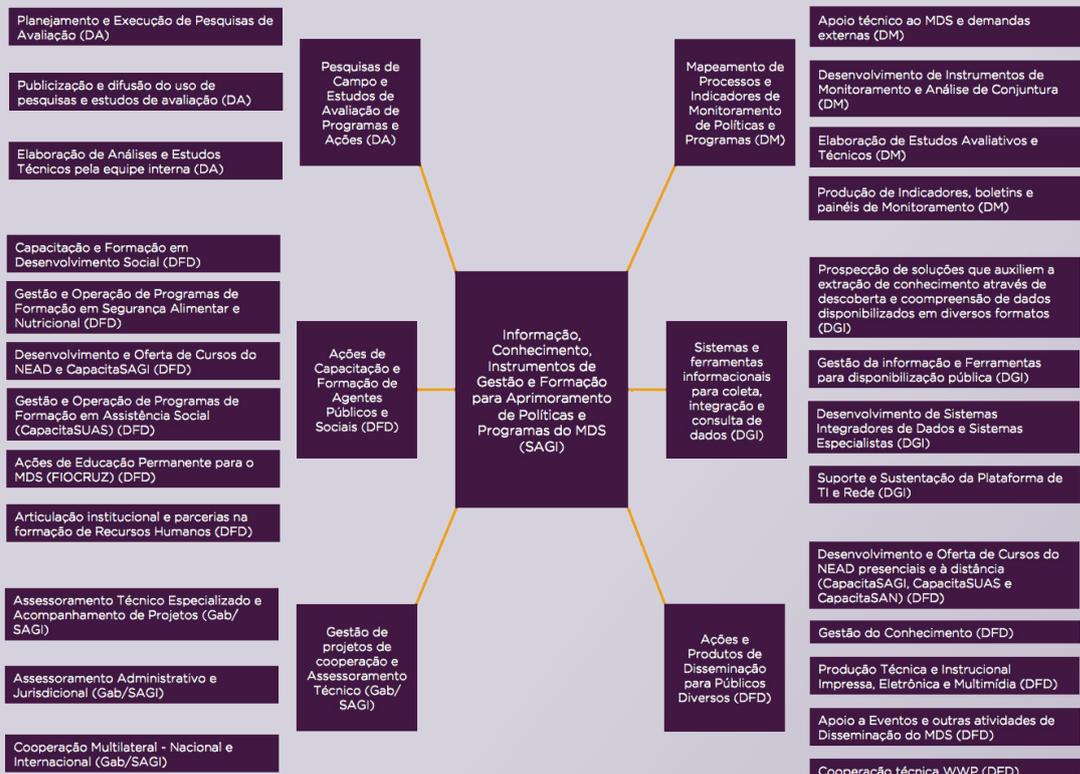
Ao longo de sua existência, a SAGI foi dirigida por cinco secretários, que também deram suas contribuições para a construção da secretaria:

- Rômulo Paes de Sousa, de março de 2004 a maio de 2007.
- Roberto Wagner da Silva Rodrigues (interino), de maio a julho de 2007.
- Laura da Veiga, de julho de 2007 a julho de 2009.
- Luziele Maria de Souza Tapajós, de julho de 2009 a fevereiro de 2011.
- Paulo de Martino Jannuzzi, desde março de 2011.

Processos de trabalho, produtos e indicadores de desempenho

Em 2015, as atividades desempenhadas na SAGI estão estruturadas em 24 macroprocessos de trabalho, nucleados em seis eixos estruturadores de projetos e atividades, ilustrado na Figura 1. Os macroprocessos e seus projetos são registrados no Sistema de Gestão Estratégica (SIGE) da SAGI, que permite ao gabinete o acompanhamento técnico e gerencial dos projetos e atividades em desenvolvimento na Secretaria.

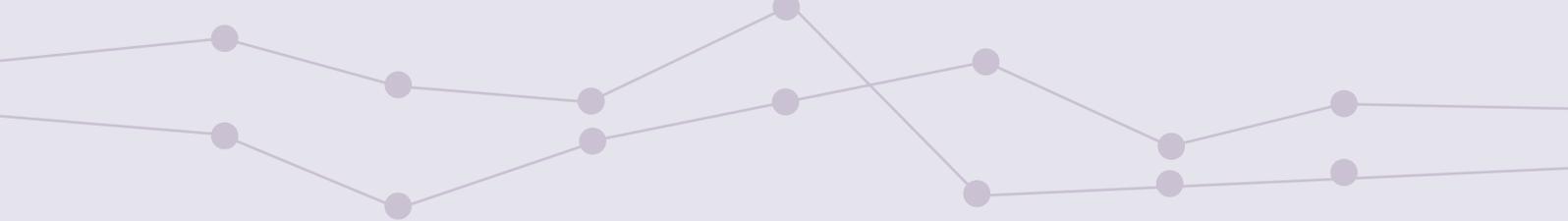
FIGURA 1: EIXOS ESTRUTURANTES E MACROPROCESSOS DA SAGI.



Fonte: SIGE/SAGI/MDS, 2015.

Desses macroprocessos de trabalho deriva um portfólio de 25 produtos informacionais, (Quadro 1), desenvolvidos segundo o estágio de maturidade dos programas e a sua complexidade operacional. Serviços de organização de dados, por exemplo, é um desses produtos demandados pelas secretarias finalísticas do MDS, que exigem que sejam garantidas integridade, consistência, padronização e documentação dos dados armazenados. Levantamentos pela internet, pesquisas qualitativas e quantitativas, estudos avaliativos com base em registros administrativos são algumas das diversas modalidades de pesquisas realizadas pela Secretaria²².

22 Conheça detalhadamente os produtos da SAGI navegando no Portal SAGI, na aba “Conheça mais sobre a SAGI”, em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/>



QUADRO 1: PRODUTOS, SERVIÇOS E ENTREGAS DA SAGI , POR CATEGORIA.

PORTAL DE DADOS E DE PROGRAMAS, INDICADORES, PESQUISAS E MAPAS

1. Documentação de programas e prospecção de experiências
 2. Ferramentas de consulta a dados e mapas
 3. Indicadores de programas e de conjuntura social
 4. Indicadores resultantes da integração de bases de dados administrativos
 5. Portais de informação com funcionalidades diversas
 6. Serviços de organização de dados
-

SISTEMAS E FERRAMENTAS INFORMACIONAIS

7. Aplicativos para extração e entrada de dados operacionais
 8. Aplicativos para tabulação customizada
-

INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO PARA PROGRAMAS

9. Mapeamento de fluxos, processos e arranjos operacionais de programas
 10. Painéis de Monitoramento Analítico de programas
 11. Relatórios automatizados de informação
-

PESQUISAS E ESTUDOS AVALIATIVOS

12. Estudos avaliativos com base de dados integrados – transversal e longitudinal
 13. Estudos avaliativos com base de dados secundárias
 14. Estudos técnicos, compilações e meta-avaliações
 15. Levantamentos de dados pela Web/Fone
 16. Pesquisas de avaliação de natureza exploratória
 17. Pesquisas de avaliação diagnóstica de implementação e de resultados
 18. Pesquisas de avaliação quantitativas e de impacto
-

CURSOS DESENVOLVIDOS, MATERIAL DIDÁTICO E VAGAS OFERTADAS

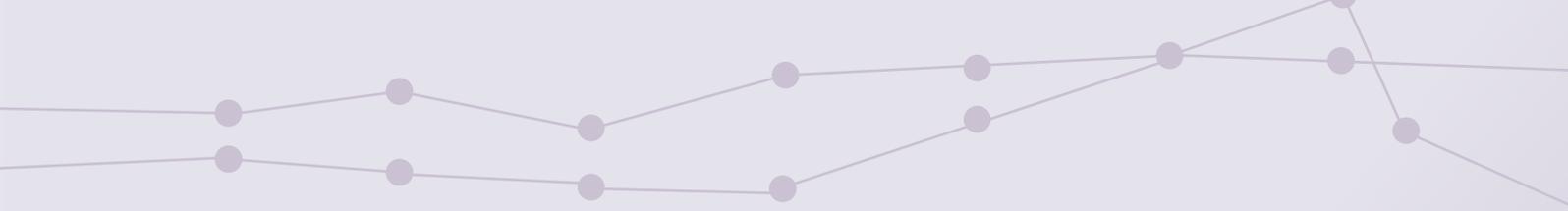
19. Desenvolvimento de material didático e instrucional
 20. Oferta de capacitações para serviços, presencial ou à distância
 21. Planejamento de programa de formação em políticas e programas
 22. Prospecção de demandas de formação e qualificação em Programas e Serviços
-

PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS E IMPRESSAS

23. Publicações eletrônicas e impressas
 24. Revistas seriadas, livros, sumários executivos e microdados de pesquisas
-

PRODUTOS DE PROJETOS DE COOPERAÇÃO

25. Cooperação técnica subnacional e internacional
-



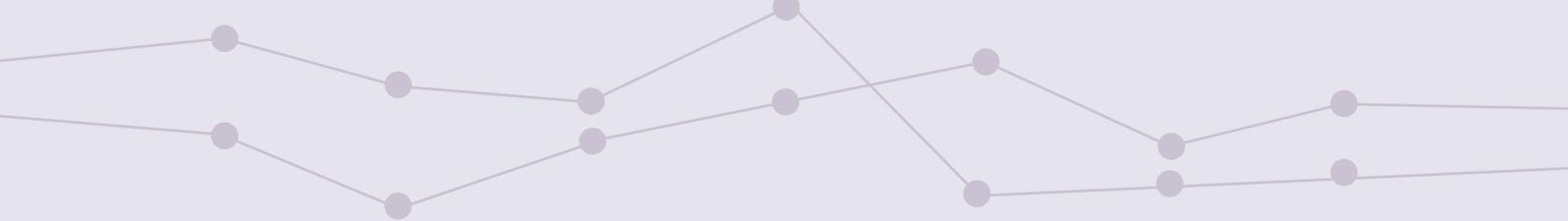
Conforme se observa, a SAGI se caracteriza como uma unidade de monitoramento e avaliação com foco no levantamento, organização e disseminação de informação e conhecimento para o ciclo de políticas e programas sociais do MDS para alimentar decisões sobre o aprimoramento de seus desenhos e da gestão. De forma complementar, produz conhecimentos sobre impactos das políticas e subsidia decisões sobre o mérito e a relevância na repartição orçamentária.

Além de sistemas para organização e integração de dados do CadÚnico e de outras fontes de informação, elabora aplicações com mapas, imagens de satélites e informações textuais para boletins automatizados. O Anexo I traz o catálogo com mais de quarenta ferramentas e o resumo das funcionalidades de cada uma delas, que estão classificadas em:

- Ferramentas para coleta, integração e visualização de dados;
- Instrumentos e indicadores de monitoramento;
- Avaliação, capacitação e disseminação;
- Ferramentas de gestão interna da SAGI.

O catálogo também apresenta um quadro com as áreas e programas do MDS que utilizam essas ferramentas informacionais: Bolsa Família, CadÚnico, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional e o Plano Brasil Sem Miséria.

Indicadores de desempenho organizacional compõem uma parte importante do sistema de monitoramento de programas operados por uma instituição. Tal sistema constitui um instrumento para acompanhamento regular de processos-chave previstos na lógica de intervenção de um programa ou projeto, que permite rápida avaliação situacional e identificação de anormalidades em sua execução, com o objetivo de subsidiar a intervenção oportuna e a correção tempestiva para garantir o atingimento dos seus resultados e impactos. Os indicadores de desempenho são informações cruciais na estratégia de monitoramento, ao conferirem



comensurabilidade ao grau de uso de insumos ou concretização de processos e etapas de trabalho em políticas ou programas.

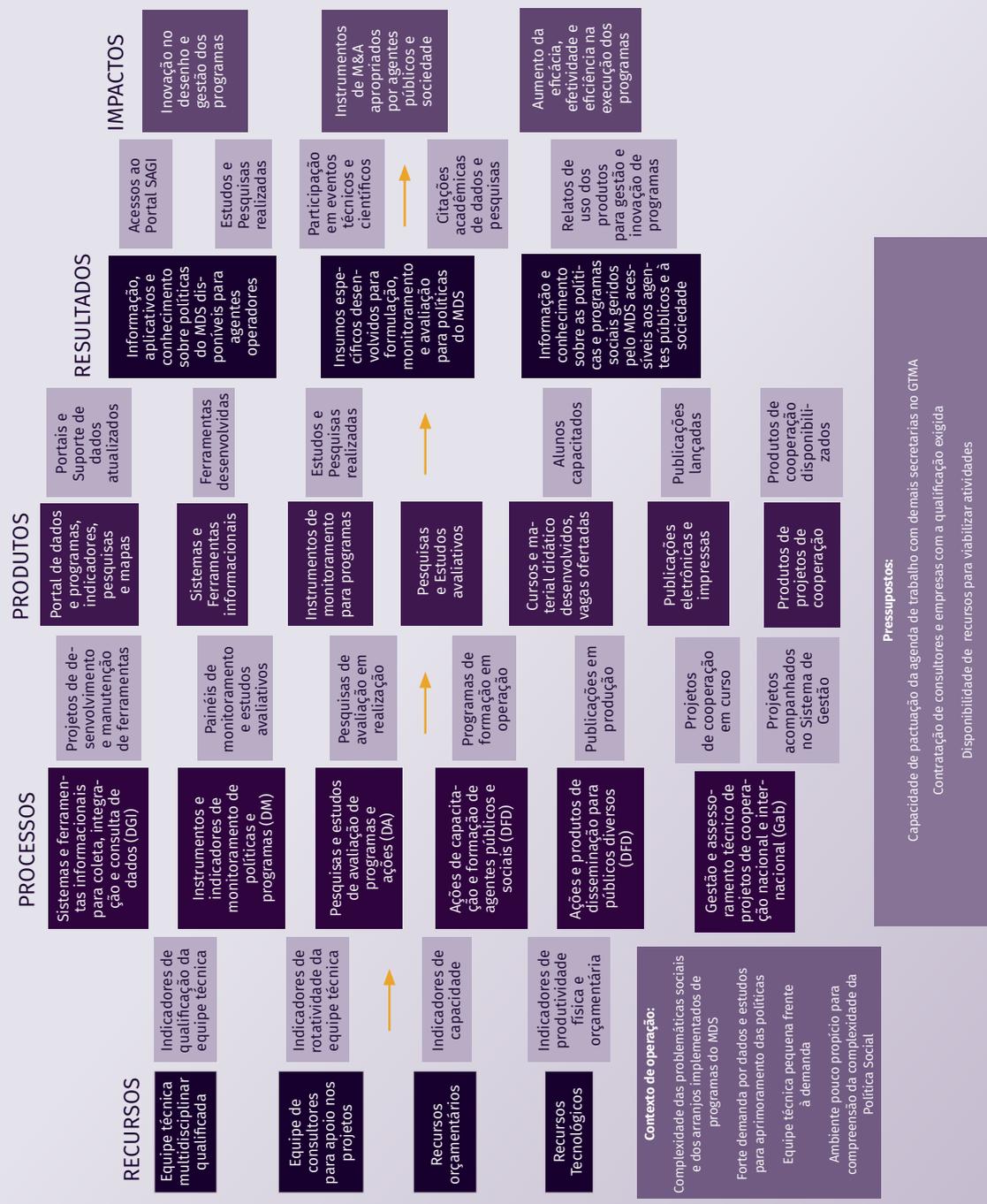
Cada programa ou projeto no setor público demanda um sistema de monitoramento específico ao seu desenho de intervenção e a seu modelo de gestão. Programas de combate à fome, qualificação profissional ou assistência social envolvem atividades específicas, estruturas organizacionais, modelos de articulação federativa e intersetorial e mecanismos de gestão que podem ser bastante diferentes entre si, refletindo-se nas características do sistema de monitoramento requerido.

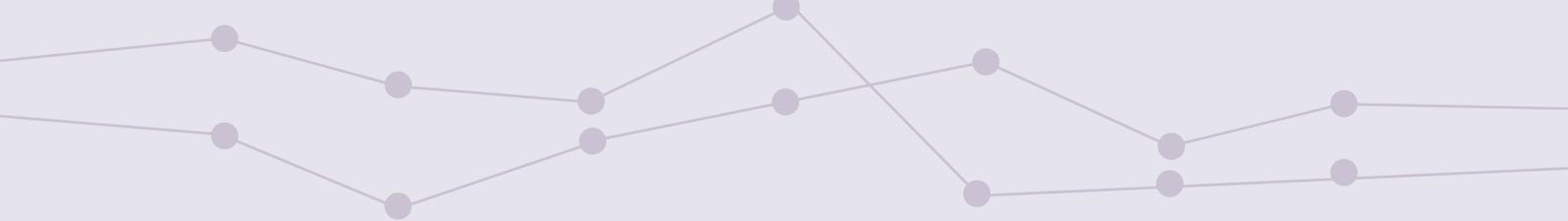
O MDS atua em quatro áreas temáticas de políticas²³ – assistência social, segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento social e renda de cidadania – cada qual com questões sociais multideterminadas e diferentes públicos-alvo, com arranjos operativos e estruturas de governança específicos, envolvendo articulação com muitos atores nas três esferas de governo. Após dez anos de maturação, essas políticas vêm passando, desde 2011, por significativas inovações em seus desenhos e arranjos de implementação. Como cada problemática social e intervenção programática implicam o desenvolvimento de sistemas específicos de informação, indicadores, pesquisas e programas de formação, a SAGI teve que ampliar de modo significativo, em curto período, seu portfólio de entregas. Para tanto, a secretaria teve que reorganizar seus macroprocessos de trabalho interno, repensando as métricas até então usadas e priorizando a estruturação do SIGE.

As atividades desencadeadas na comemoração dos dez anos da SAGI, em maio de 2014, adensaram a reflexão sobre os processos de trabalho, produtos e missão institucional, como revelam o Boletim SAGI 10 anos, o texto analítico no Caderno de Estudos nº 16, e o Balanço de Atividades da Gestão 2011-2014. Em 2015, com a necessidade de produção do Relatório de Gestão Anual individual da Secretaria, e não mais como parte integrante do relatório da secretaria-executiva do MDS, avançou-se na estruturação do sistema de indicadores de desempenho organizacional, a partir do desenho do Mapa de Processos e Resultados (MaPR) das atividades da SAGI.

²³ Conforme previsto no art. 1º do anexo I da Lei nº 7.493, de 2 junho de 2011.

DIAGRAMA 1: INDICADORES-CHAVE PARA MONITORAMENTO DO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL NO MAPA DE PROCESSOS E RESULTADOS

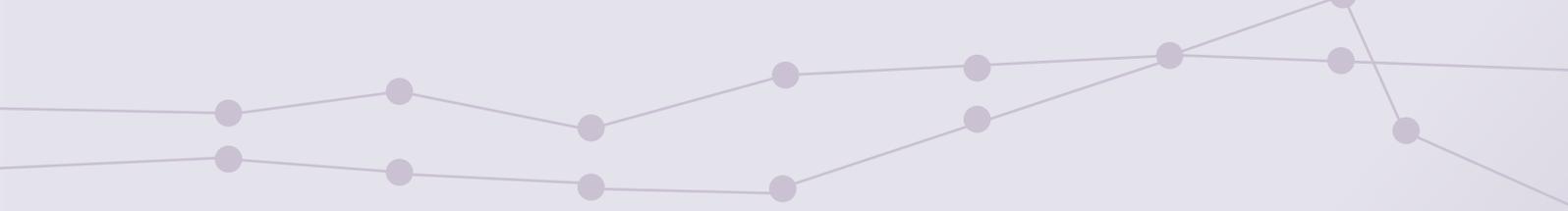




O MaPR da SAGI ilustra, de forma sistêmica e articulada, a lógica de operação e encadeamento das atividades de sua equipe técnica, apresenta o contexto de operação e as condições necessárias para que as atividades sucessivas e concomitantes produzam os efeitos almejados: contribuir para o aprimoramento do desenho e gestão dos programas do MDS. Assim, ao explicitar os principais recursos, atividades, produtos, resultados e impactos, o MaPR acaba apontando o conjunto de informações cruciais para análise do desempenho organizacional da Secretaria detalha o mapa de processos, conforme demonstrado no Diagrama 2.

No MaPR apresentam-se, à esquerda do diagrama, os insumos estratégicos para desenvolvimento das atividades da Secretaria: equipe técnica multidisciplinar e qualificada, equipe técnica de consultores para os projetos, que aportam conhecimento especializado, recursos orçamentários e tecnológicos. Na coluna seguinte, apresentam-se quatro indicadores que se destinam a medir o desempenho dessas dimensões de insumos: indicador de qualificação da equipe técnica, indicador de rotatividade da equipe, produtividade física e financeira, e execução orçamentária.

De acordo com o MaPR, garantidos os recursos, iniciam-se as atividades que foram agrupadas em macroprocessos, assim resumidas: gestão da informação, construção de indicadores de monitoramento, gestão de pesquisas de avaliação, formação, disseminação produção editorial, gestão de programas de formação, gestão de projetos de cooperação e acompanhamento administrativo. Esses processos se desdobram em um número grande de projetos – novos e de manutenção. Estão registrados no sistema, iniciado em 2013, mas que passou por reformulações para se tornar, de fato, uma ferramenta funcional de gestão de projetos. Vale observar que os departamentos da Secretaria dispõem de sistemas de gestão de projetos com maior detalhe de acompanhamento, para suprir as necessidades de acompanhamento de contratos ou detalhes técnicos de elaboração dos produtos.

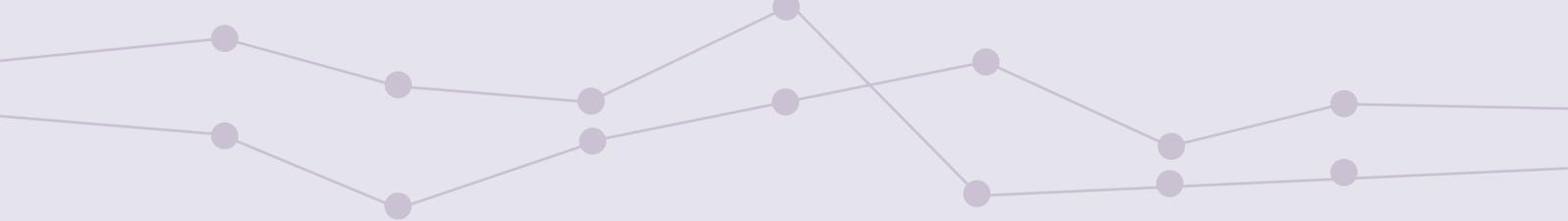


Os indicadores de macroprocessos correspondem ao número de projetos inseridos em cada área temática já apresentada. São indicadores com métrica em valores absolutos, expressos em # projetos de pesquisas em execução, # publicações em produção etc. Não é possível resgatar a série histórica desses indicadores antes de 2014, já que foi nesse ano que se conseguiu definir unidades de contabilização de projetos de atividades tão diferentes como ferramentas informacionais, estudos avaliativos ou projeto de cooperação internacional.

No MaPR, projetos desenvolvidos geram entregas ou produtos ao longo do ano. Na tipologia em desenvolvimento, os produtos da Secretaria podem ser agregados em sete grandes categorias: Portal de dados e de programas, indicadores, pesquisas e mapas; Sistemas e Ferramentas Informacionais; Instrumentos de monitoramento para programas; Pesquisas e estudos avaliativos; Cursos desenvolvidos, material instrucional e vagas ofertadas; Publicações eletrônicas e impressas; e Produtos de projetos de cooperação.

Resultados e impactos são as duas últimas dimensões do MaPR, efeitos do esforço de conversão dos recursos em projetos, processos, atividades e produtos. Há três tipos de resultados identificados no MaPR: informação, aplicativos e conhecimento sobre políticas do MDS disponíveis aos agentes operadores das políticas; insumos específicos desenvolvidos para a formulação, monitoramento e avaliação de políticas; e informação e conhecimento sobre as políticas e programas sociais geridos pelo MDS acessíveis aos agentes públicos e à sociedade.

Grande parte do esforço da equipe da Secretaria na construção dos indicadores de desempenho organizacional tem sido no mapeamento de indicadores de resultados, tendo-se identificado cinco principais: # acessos aos portal SAGI, na forma captada pela ferramenta do Google Analytics, Citações de material da SAGI e MDS em trabalhos monitorados pelo Google Acadêmico, # eventos públicos promovidos, # participação em eventos



nacionais e internacionais e Relatos de uso dos produtos para gestão e inovação. Este último indicador pode ser uma medida elegível para captar impacto, mas essa é uma discussão ainda mais complexa.

A SAGI não tem mandato para recomendações de implementação e uso de suas ferramentas, pesquisas e conhecimento aportado em seus cursos e publicações. Nem pretender ter, vale observar, à medida que opera na perspectiva de que os instrumentos de M&A são recursos de aprendizagem organizacional, usados no tempo e hora oportuna pelo técnico e gestor. Mesmo assim, estão identificados como impactos possíveis a inovação no desenho e gestão de programas; instrumentos de M&A apropriados por agentes públicos e sociedade; e aumento da eficácia, efetividade e eficiência.

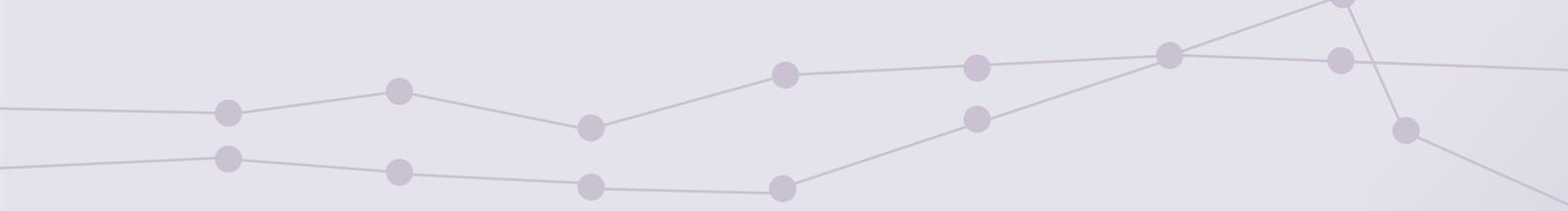
Formação e disseminação

A incorporação da cultura de monitoramento, avaliação e gestão da informação no MDS ocorre simultaneamente à própria estruturação de seus programas. Ao mesmo tempo que construíam estratégias e instrumentos para dar suporte às competências previstas para a SAGI, os gestores enfrentavam dificuldades de interlocução com as demais áreas do Ministério, que tinham seus próprios desafios a superar.

No princípio, atuando em campo ainda incipiente na área social, a SAGI se deparava com o baixo conhecimento entre servidores sobre o papel da avaliação na gestão, no desenho e na implementação de políticas, e com diferentes necessidades de gestores e dirigentes, demandas estas nem sempre convergentes em relação ao timing político. O tempo de entrega dos resultados de uma avaliação pode não coincidir com a necessidade de gestão do programa, que passa por muitas alterações durante sua execução. Para Paes-Souza, “há que compreender, portanto, quais são os tempos necessários da gestão e os tempos possíveis da avaliação”²⁴.

Os resultados de avaliação podem não ser favoráveis a determinadas linhas de ação adotadas. Dependendo de como o gestor percebe essa

24 PAES-SOUZA, 2012: p.101.



questão, a avaliação pode ser um empecilho, algo que desagrada, desmotiva, ou uma força para a mudança, para aprimorar e até para inovar. Também pode haver uso inapropriado ou dificuldade de apropriação de resultados na gestão²⁵.

Sob esta perspectiva, tem havido investimento significativo do MDS, em particular da SAGI, em capacitação visando preencher a lacuna de conhecimento nas instituições em relação ao papel dos sistemas de M&A, tanto para os que produzem (“saber fazer”) quanto para quem recebe seus resultados (“saber utilizar”). O gestor também tem à disposição opções de ferramentas para realizar sua própria avaliação, revisão ou acompanhamento (ver catálogo dos sistemas e ferramentas da SAGI no Anexo I).

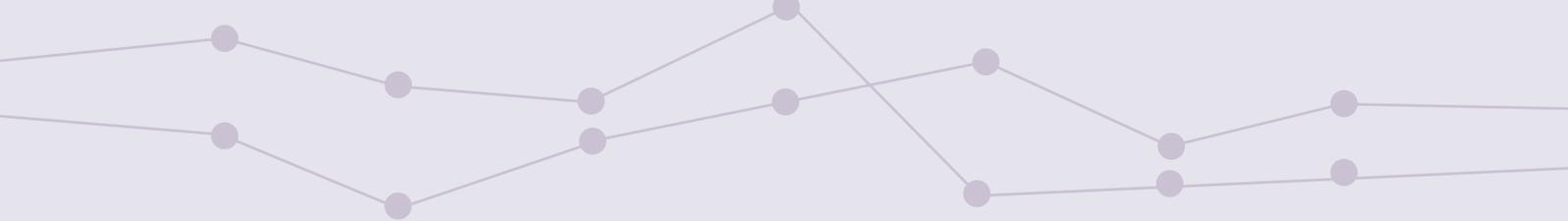
A ideia-força que orienta os produtos da Secretaria é que informação e conhecimento produzidos visam, sobretudo, ao aprimoramento das ações e das políticas sociais, em um processo em que gestores e dirigentes se envolvem e aprendem conjuntamente para melhorar a performance da organização e da política social e aumentar a qualidade dos resultados públicos. A aprendizagem e a mudança caminham juntas e são atributos requeridos em inovações²⁶. Contrariando uma noção bastante comum, a avaliação e o monitoramento constituem fontes adicionais ao processo decisório – que envolve questões políticas e organizacionais – justamente pelas características e finalidades diferenciadas de ambos os processos.

As dificuldades de implantação da política de avaliação e monitoramento, recorrente na literatura sobre o tema, não impediram a inovação, que “dependeu de um conjunto de elementos de natureza institucional e política”²⁷. Para Rômulo Paes-Sousa, primeiro secretário da SAGI, alguns elementos foram decisivos para o seu sucesso e sua institucionalização, dentre esses, a cooperação entre os atores e a confiança. Para ele, a participação das secretarias e departamentos envolvidos possibilitaram a mobilização e a confluência de interesses em relação a ganhos comuns que viabilizaram sua institucionalização.

25 PAES-SOUZA, 2012.

26 Os atributos de organizações inovadoras, segundo vários autores, envolvem a criatividade, envolvimento, responsabilidade e aprendizagem permanente.

27 VAITSMAN; PAES-SOUZA, 2011, pag.20.



Reconhecendo que parte do sucesso na implementação de um programa decorre do nível de engajamento e compreensão dos agentes operadores acerca dos objetivos, público-alvo e processos de trabalho envolvidos na produção dos serviços e ações, a SAGI vem ampliando sua atuação na organização de cursos de formação e aperfeiçoamento, assim como no desenvolvimento de produtos informacionais que contemplam várias temáticas do Ministério, distribuídos como publicações impressas e em formato digital (ver catálogo de cursos ofertados no Anexo II).

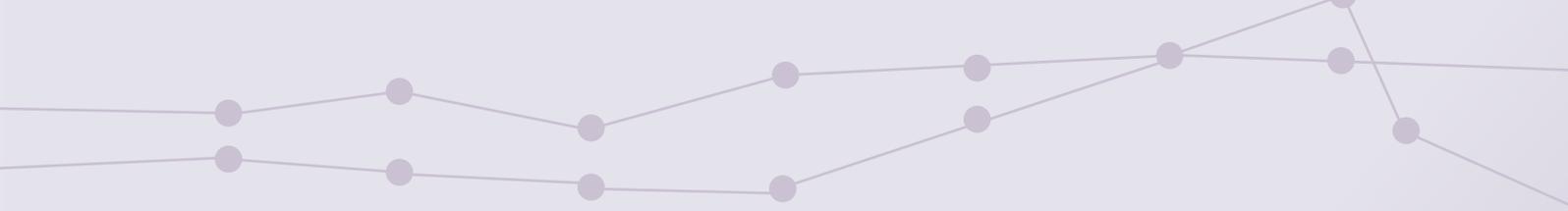
Esse papel da SAGI é exercido por meio das diversas parcerias e da ampla rede de instituições públicas e privadas. Essa capilaridade propicia contato com os operadores da ponta e proximidade da ação realizada com o público destinatário; gera capacidade de articulação no âmbito federal e subnacional; e permite atingir um grande número de gestores e agentes públicos que atuam com as políticas e programas sociais.

Criar uma cultura de inovação contínua no conjunto de atores e agentes envolvidos nas políticas e programas sociais requer, além da formação permanente, um esforço diversificado de disseminação de informação e conhecimento. Das diversas publicações, vale destacar a série Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate, que chega ao seu 24º número divulgando diversas pesquisas e subsidiando discussões sobre os programas sociais desenvolvidos pelo MDS. A SAGI investe ainda em plataformas eletrônicas, como a versão eletrônica do Censo SUAS e o portal de Educação Permanente do MDS²⁸.

Ao longo de onze anos, a SAGI produziu 80 publicações, 189 pesquisas, 100 estudos técnicos e 28 boletins. De acordo com o Google acadêmico e Google Analytics, a SAGI foi citada 3.705 vezes e o site visualizado por mais de 530 mil pessoas.

Realizado com pesquisadores e aberto ao público, a Secretaria propicia rotineiramente espaços para debates relacionados às políticas do Ministério. Também se envolve na promoção de discussões amplas sobre as políticas de desenvolvimento social, organiza seminários nacionais e internacionais, e também seminários temáticos sobre

28 <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/>



a agenda social. Um balanço geral desses temas será desenvolvido neste livro.

O trabalho da SAGI vêm sendo reconhecido e valorizado por atores externos por meio da premiação em concursos. Ao longo de sua história, a Secretaria recebeu seis prêmios por iniciativas de inovação em práticas e ferramentas desenvolvidas²⁹.

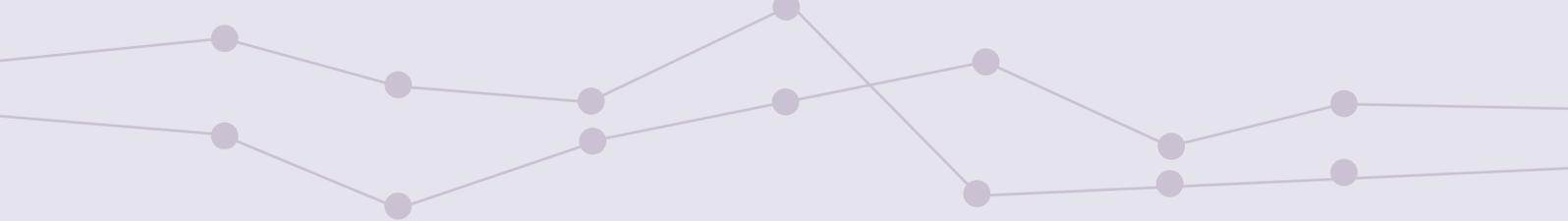
O 2º Concurso de Boas Práticas do CGU, realizado em 2014, premiou na categoria “Promoção da transparência ativa e/ou passiva” a iniciativa “Portal Brasil sem Miséria no seu Município” elaborada em parceria com a SESEP. O portal apresenta informações customizadas para cada município e atualizadas bimestralmente mostrando o estágio de desenvolvimento das ações do BSM no território.

Duas ferramentas tecnológicas desenvolvidas pela SAGI, o CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, e o MOPS – Mapa de Oportunidades e de Serviços Públicos, também foram premiadas em 2014 no I Concurso de Aplicativos – Apps.Gov, realizado no contexto do III Simpósio Brasileiro de Tecnologia da Informação (SBTI).

No âmbito do Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), foram premiadas três iniciativas. A primeira delas, recebida em 2006, premia o Sistema de Avaliação e Monitoramento dos programas do MDS. Em 2012, é reconhecido como inovador o Censo SUAS, que é um processo de monitoramento que coleta dados por meio de um formulário eletrônico preenchido pelas secretarias e conselhos de Assistência Social, realizado anualmente desde 2007. A estratégia de Monitoramento Analítico do Plano Brasil sem Miséria e dos Programas do MDS foi premiada em 2014 e contempla a sistematização de indicadores multitemáticos e de diferentes fontes de dados em uma mesma plataforma de monitoramento.

A transferência de conhecimentos e, principalmente, metodologias e tecnologias, a gestores de outros países, bem como a pesquisadores, também indicam reconhecimento, tema que será tratado a seguir.

29 Prêmios recebidos pela SAGI: 3º Lugar no I Concurso de Aplicativos (Apps.Gov) pela Ferramenta Mapa de Oportunidades e de Serviços Públicos (MOPS), 2014. Finalista no I Concurso de Aplicativos (Apps.Gov) pela Ferramenta Consulta e Extração do CadÚnico (CECAD), 2014. Premiada no 2º Concurso de Boas Práticas da CGU pelo Portal Brasil sem Miséria, 2014. Classificada entre os vencedores do 18º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal pela iniciativa Estratégia de Monitoramento do BSM, 2014. Classificada entre os vencedores do 16º Concurso de Inovação na Gestão Pública Federal pela iniciativa Censo SUAS, 2012. Classificada entre os vencedores do 11º Concurso de Inovação na Gestão Pública Federal pela iniciativa Sistema de Avaliação e Monitoramento de políticas e programas do MDS, 2006.

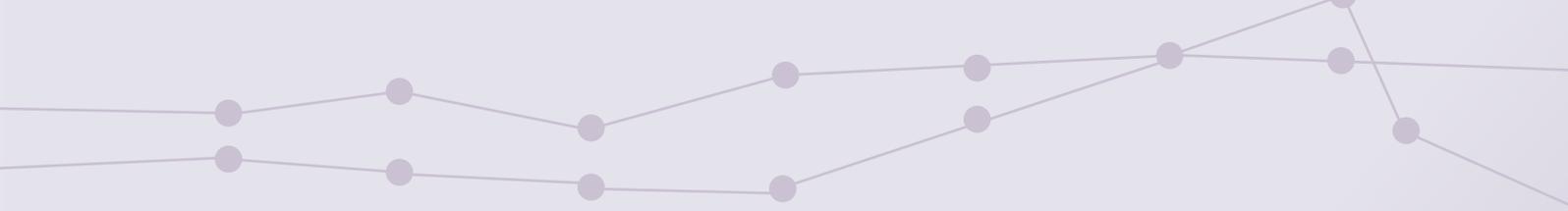


Articulação técnico-científica, parcerias e cooperação multilateral

Para lograr avanços, além da interlocução e atuação conjunta com as áreas do MDS, a SAGI estabeleceu parcerias com outras instituições nacionais e internacionais e entes federados. Neste item, foram destacadas apenas algumas destas parcerias.

Dentre as parcerias, destaca-se a estabelecida com o IBGE. Com equipes da SNAS, foram realizadas várias pesquisas entre as quais os suplementos de assistência social na Munic e Estadiv, ambas conduzidas pelo IBGE em 2013 e 2014. Em 2014, foi iniciada a Pesquisa de Entidades da Assistência Social (PEAS). Ressalte-se que a inclusão de suplementos temáticos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) foi outra estratégia da Secretaria para produzir informações de abrangência nacional nesse período. Na PNAD 2013, com recursos disponibilizados pela SESAN, foi aplicado o suplemento com os quesitos da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, permitindo a computação de indicadores comparáveis às edições da pesquisa de 2004 e 2009. Em parceria com a Senarc, a SESEP e o Ministério da Educação, desenvolveram-se questionários suplementares de investigação do CadÚnico, mobilidade social, inclusão produtiva e qualificação profissional, para coleta na PNAD 2014.

A experiência do MDS assegurou à SAGI a participação no Comitê de Estatísticas Sociais (CES). Iniciativa de instituições federais produtoras e usuárias de estatísticas sociais, o Comitê foi originalmente constituído com o intuito de ser um fórum permanente de avaliação e discussão das demandas de informações para compor o Sistema de Estatística Nacional. Desde a sua criação em 2007, o CES vem se tornando um espaço de troca de experiências e de fortalecimento institucional das instâncias de produção de dados nos diversos ministérios, com vistas à integração das diversas fontes de dados (pesquisas, dados administrativos, censos etc.).

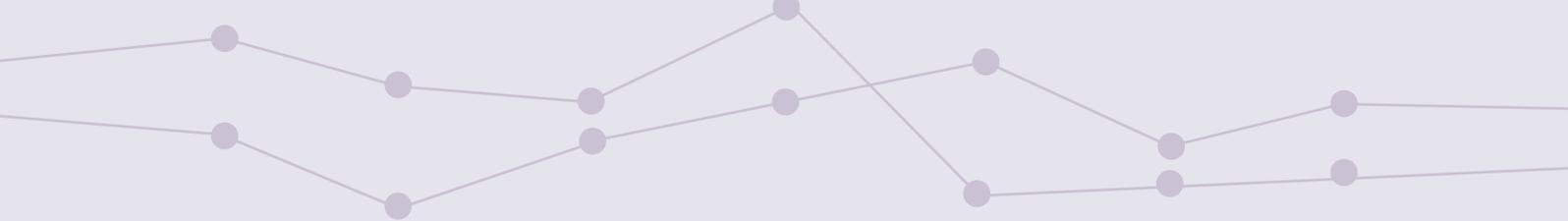


Outra iniciativa da SAGI que permitiu o desenvolvimento de 77 estudos e pesquisas realizados por universidades e institutos de pesquisa³⁰ foi a parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Foram lançados editais públicos de seleção de projetos, em 2010 e 2013. O primeiro selecionou e apoiou o desenvolvimento de 39 projetos em temas de interesse do MDS, que resultaram na publicação do Caderno de Estudo nº 16 e na série de publicações intituladas “Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome”. No segundo edital foram selecionadas 38 propostas, recentemente concluídas, que serão compartilhadas em publicação.

Entre as estratégias de capacitação e formação dos servidores do MDS, a SAGI, em parceria com a Coordenação Geral de Recursos Humanos (CGRH), desenvolve programas de formação e aperfeiçoamento com a ENAP. Há também um esforço constante de melhorar a atuação governamental nos outros níveis de governo por meio do apoio à formação de gestores e técnicos locais. Realizado em parceria com a SNAS e executado com apoio das Instituições de Ensino Superior (IES) credenciadas à Rede Nacional de Educação Permanente do SUAS (RENEP/SUAS), o CapacitaSUAS tem se revelado uma experiência estratégica para superar o caráter fragmentado e descontínuo das ações de capacitação que vigoraram anteriormente no Ministério. Nessa agenda, cabe destacar a parceria com o Centro de Estudos Internacionais sobre Governo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEGOV-UFRGS) para a realização dos cursos do Ciclo de capacitação em Conceitos e técnicas para elaboração de diagnósticos, monitoramento e avaliação de programas e ações do MDS.

Considerando a relevância que os avanços da experiência em políticas sociais podem ter para o desenvolvimento de outros países, a SAGI atua em uma iniciativa que envolve, além do MDS, o IPEA, o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) do

30 A partir de Portaria Interministerial n.º 261, editada pelo MDS e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), em abril de 2009, foi possível estabelecer ações em parceria entre a SAGI e o CNPq.



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial. Denominada WWP (Brazil Learning Initiative for a World Without Poverty em inglês), a Iniciativa Brasileira de Aprendizagem por um Mundo sem Pobreza, lançada em 2014, tem o objetivo de identificar, documentar e disseminar inovações e conhecimento estruturado sobre as tecnologias sociais brasileiras de gestão, desenho e implementação de políticas de desenvolvimento social, inclusão produtiva e superação da fome e da pobreza.

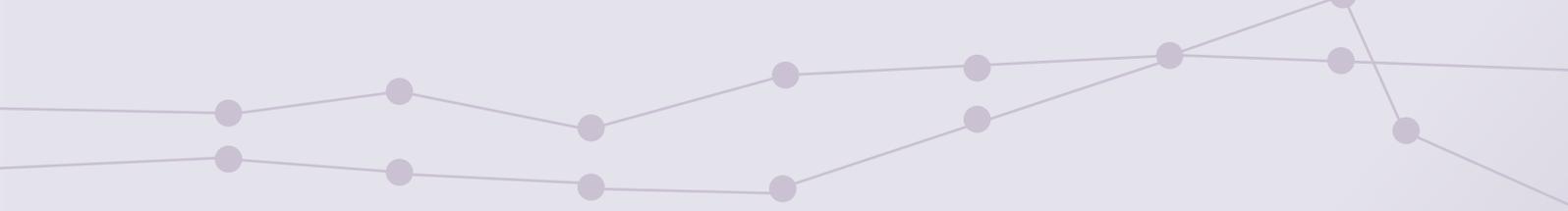
Em relação à cooperação multilateral, durante o período de 2011 a 2015, a SAGI recebeu 26 delegações de 17 países em missões técnicas internacionais³¹. No âmbito doméstico, instituições de natureza e finalidade diversas também realizaram visitas técnicas à Secretaria.

A SAGI participa do Acordo de Empréstimo firmado com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Neste projeto, a Secretaria presta apoio, treinamento e assistência técnica para consolidar a capacidade do MDS de monitorar e avaliar programas sociais em nível federal e subnacional e fortalecer sua capacidade de disseminar e discutir com parceiros institucionais e interinstitucionais os resultados das avaliações.

A Secretaria participa de três projetos de cooperação técnica internacional, por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com El Salvador, Peru e Honduras. Também há cooperação técnica no âmbito do Mercosul, com o Instituto Social do Mercosul (ISM), na definição das estratégias de identificação, intercâmbio e difusão de práticas exitosas das políticas sociais dos países-membros.

31 África do Sul, Argentina, Belize, Bolívia, Botsuana, Chile, El Salvador, Equador, Haiti, Honduras, Indonésia, Lesoto, Peru, Quênia, Tanzânia, Uruguai e Zâmbia.

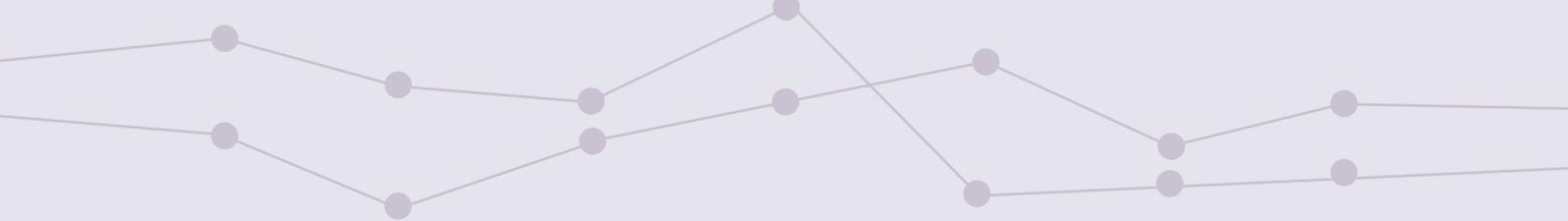
A relação da SAGI com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) vem desde 2005 e esteve ligada à coordenação das informações sobre trabalho infantil e à realização de dois suplementos especiais



da PNAD. Esses suplementos especiais, financiados pelo MDS, foram importantes para: a) aprofundar o conhecimento sobre o trabalho infantil no Brasil; b) apoiar as ações de integração do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ao Programa Bolsa Família; c) monitorar os avanços desse programa por meio dos indicadores e da metodologia de pesquisa desenvolvida com o IBGE e que vem sendo repassada a outros países que buscam erradicar a entrada precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho.

Esse trabalho conjunto foi intensificado entre 2011 e 2014, durante a preparação e realização da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, que levou a elaboração da Declaração de Brasília sobre o Trabalho Infantil, adotada por representações de 154 países que estiveram presentes à conferência, reafirmando a liderança do Brasil na busca por garantir que as crianças e adolescentes tenham seus direitos respeitados e que sua inserção no mercado de trabalho ocorra após o período de escolarização, ou em atividades que não ofereçam perigo a seu desenvolvimento físico, psíquico ou moral.

Como desdobramento dessa conferência e por meio da parceria com a OIT, o MDS vem trabalhando em ações estratégicas para a erradicação do trabalho infantil, incluindo de forma ativa ações coordenadas com as áreas de educação, saúde e direitos humanos, além das ações que envolvem a assistência social e trabalho. A SAGI vem acompanhando os avanços dessa estratégia como exemplo de ação coordenada em diferentes níveis de governo para enfrentar esse problema cultural complexo que é o trabalho infantil, integrando-o aos conhecimentos disponíveis para outros gestores na expectativa que, por meio desse exemplo concreto, outros temas que envolvem ações horizontalizadas sejam implementadas de forma mais articulada e com maior autonomia local.

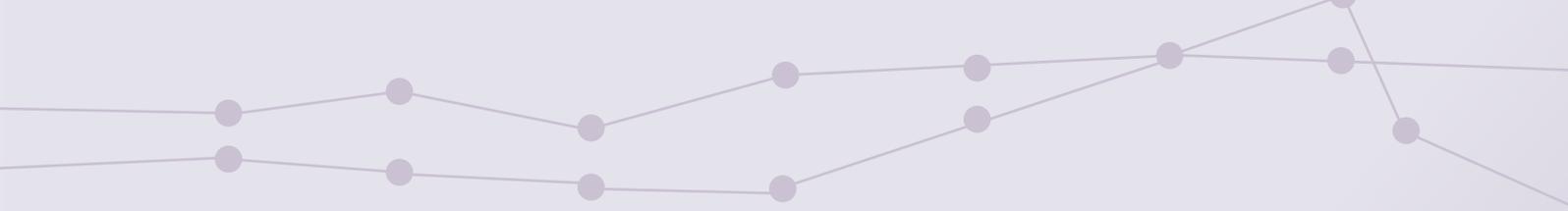


Considerações finais

O foco principal das ações da SAGI ao longo de sua institucionalização foi a produção de informação sistematizada e baseada em evidências sobre programas, políticas, equipamentos e serviços; elaboração de insumos para o aprimoramento da gestão e do desenho dos programas que visem melhorar seu desempenho de um modo geral; e prover o processo de planejamento e a tomada de decisão com fontes variadas para diferentes atores envolvidos com a política de desenvolvimento social.

Em que pese os desafios da realização da avaliação discutidas neste capítulo, observa-se que a inserção institucional da SAGI permitiu dar respostas à crescente complexidade das políticas de desenvolvimento social, tendo apoiado, em sua trajetória, a ampliação da agenda de políticas públicas do MDS, traduzido no aumento de produtos, serviços e entregas da Secretaria. Para atender às necessidades mais especializadas de informação e conhecimento dos gestores no governo federal, estados e municípios, a SAGI investiu na produção de informações e análises mais sofisticadas, ampliou as metodologias utilizadas e as ferramentas disponíveis. Toda a produção da SAGI é compartilhada com a sociedade, com os técnicos e gestores dos três níveis de governo, envolvidos ou interessados na operação dos programas do MDS e parceiros.

Os valores e princípios orientadores indicam que os instrumentos, serviços e produtos da SAGI visam, sobretudo, ao aprimoramento da gestão e do desenho das políticas de desenvolvimento social, voltadas à população mais vulnerável, tornando visíveis desafios e aspectos antes desconhecidos. A aprendizagem organizacional orienta esse processo que se inicia com a produção de informação e conhecimento, e se apoia na disseminação, na formação e no aperfeiçoamento permanente das equipes que gerenciam e operam as políticas intersetoriais do MDS.



Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Balanco de Atividades e produtos desenvolvidos:** gestão 2011-2014. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2015.

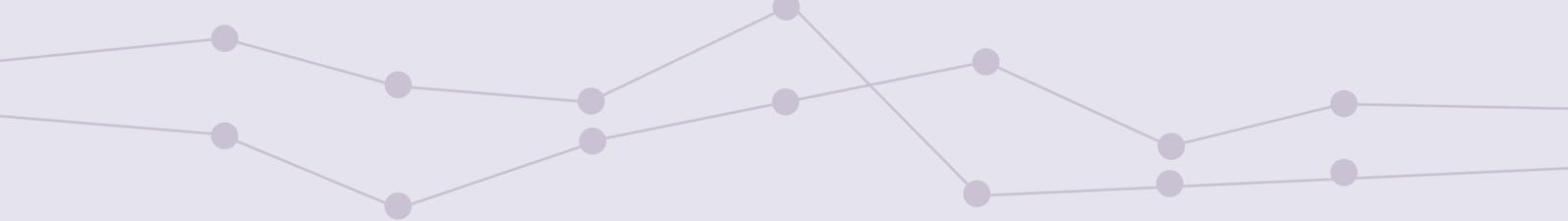
BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001. Regulamenta o art. 93 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a cessão de servidores de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 13 de dezembro de 2001.

_____. Decreto nº 5.074, de 11 de maio de 2004. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 12 de maio de 2004.

_____. Decreto nº 5.550, de 22 de setembro de 2005. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 23 de setembro de 2005.

_____. Decreto nº 7.079, de 26 de janeiro de 2010. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 27 de janeiro de 2010.

_____. Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Diário Oficial da União**, 03 de junho de 2011.



_____. Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 10 de dezembro de 1993.

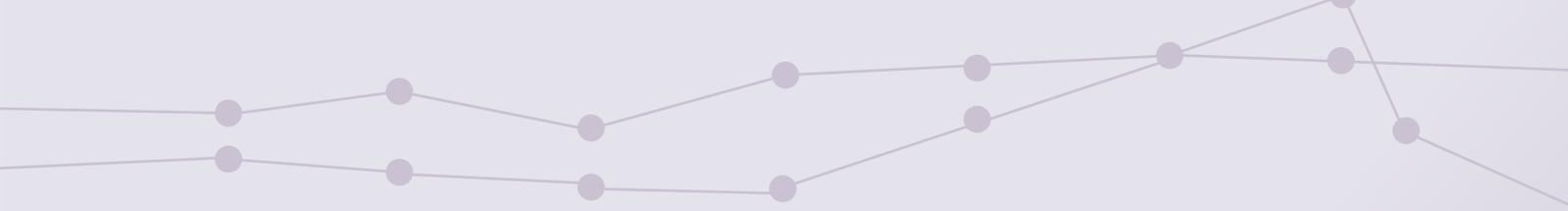
_____. Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004. Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Conversão da MPv nº 163, de 2004. **Diário Oficial da União**, 13 de maio de 2004.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, edição extra, 18 de novembro de 2011.

_____. Portaria SE/MDS nº 46, de 5 de dezembro de 2006. Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor de Tecnologia e Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. **Diário Oficial da União**, 07 de dezembro de 2006.

_____. Portaria nº 49, de 25 de maio de 2015. Altera o art. 2º da Portaria nº 160, de 9 de maio de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 14 de maio de 2008, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. **Diário Oficial da União**, 27 de maio de 2015.

_____. Portaria nº 160, de 9 de maio de 2008. Institui o Grupo de Trabalho encarregado de elaborar, de forma participativa, o Plano Anual de Monitoramento e Avaliação do MDS. **Diário Oficial da União**, 14 de maio de 2008.



_____. Portaria Interministerial nº 261, de 20 de abril de 2009. Institui Termo de Cooperação entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Ciência e Tecnologia para a implementação de ações integradas com vistas ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social e inclusão e tecnológica dos beneficiários dos programas sociais do Governo Federal. **Diário Oficial da União**, 22 de abril de 2009.

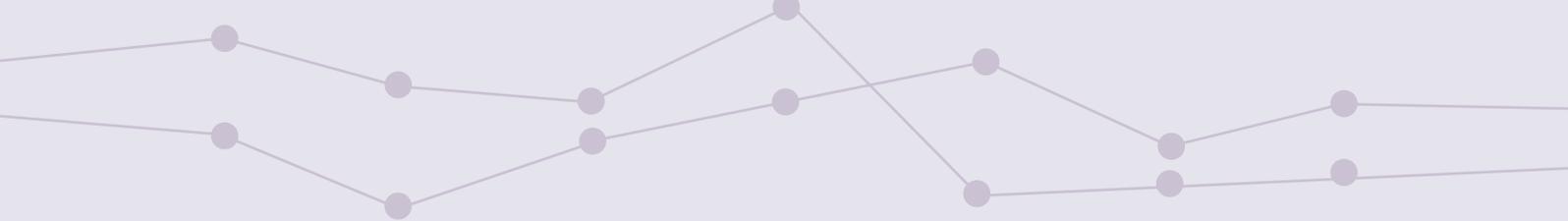
_____. Portaria nº 329, de 11 de outubro de 2006. Institui e regula a Política de Monitoramento e Avaliação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Diário Oficial da União**, 13 de outubro de 2006.

_____. Portaria nº 556, de 11 de novembro de 2005. Institui o Comitê Gestor de Tecnologia e Informação (CGTI) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Diário Oficial da União**, 16 de novembro de 2005.

BRASIL. Presidente L.I. Lula da Silva. **Mensagem ao Congresso Nacional**: abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Brasília, DF: Presidência da República, Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, 2003. 266p.

JANNUZZI, P. A produção de informação e conhecimento para aprimoramento das políticas e programas de desenvolvimento social: princípios, conceitos e caracterização das pesquisas de avaliação realizadas pela SAGI/MDS de 2011 a 2014. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Estudos Desenvolvimento Social e Debate**, Brasília, n. 16, pág. 12-35, 2014.

_____. Análise de componentes sistêmicos e institucionais das Políticas e Programas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome: considerações sobre a importância e proposta de marco de referência para estudos. **Estudo Técnico**, n. 01. Brasília, DF: MDS/SAGI, 2015.

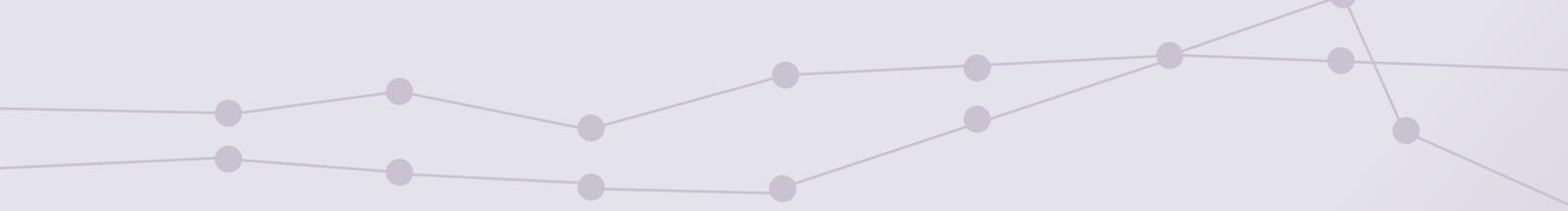


JANNUZZI, P.; MONTAGNER, P. SAGI: dez anos de informação e conhecimento para aprimoramento das Políticas de Desenvolvimento Social e à Fome. **Boletim SAGI**. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Edição Especial 10 anos, 2014. 7p.

JOPERT, M. P. **O Aprendizado na Avaliação de Programas no Governo do Brasil**. Estudo de Caso: Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (PRODETUR-NE). Lisboa, 2010. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa. 112p.

PAES-SOUSA, R. Entrevista à Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, n. 03, Jan.-Jun., 2012, Brasília, DF, junho de 2011. Entrevista a Bruno Cabral Franca.

RODRIGUES, R.W.S. A centralidade da informação no campo das políticas públicas. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília, DF, 2009, p. 287-303.

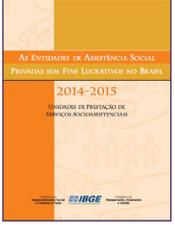


TAPAJÓS, L.; RODRIGUES, W. **Rede SUAS. Gestão e Sistema de Informação para o Sistema Único de Assistência Social.** Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007.

VAITSMAN, J.; PAES-SOUSA, R. Avaliação de programas e profissionalização da gestão pública. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação.** Brasília, n. 01, pág. 18-35, Jan.-Jun., 2011.

VAITSMAN, J.; RODRIGUES, R. W. S.; PAES-SOUSA, R. **O Sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais:** a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF: MDS; Unesco, 2006. (Management of Social Transformations. Policy Papers, n. 17).

VEIGA, L. Relato concedido pela ex-secretária da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (2007-2009). Brasília, DF, SAGI, outubro de 2015. Depoimento à Elisabete Ferrarezi.



- Criação do MDS e SAGI por meio da MP 163/2004 e do Decreto nº 5.074/2004
- Lançamento do SAGI-PETI (Levantamento de Informações sobre os Beneficiários do PETI)
- Lançamento do SAGItec (1º visualizador de dados dos beneficiários do PBF)
- Estudo sobre a importância das transferências do Programa Bolsa Família na Renda Municipal
- Suplemento sobre Segurança Alimentar na PNAD

- Realização da pesquisa de entidades de Assistência Social privadas sem fins lucrativos
- 1º Suplemento sobre Trabalho Infantil na PNAD
- Chamada nutricional de crianças quilombolas menores de cinco anos
- Chamada nutricional de crianças menores de 5 anos na Região Nordeste
- 1º concurso para provimento de vagas de servidores temporários
- Lançamento do MI Vetor Atlas Social

- Lançamento da capacitação para gerentes sociais em parceria com o BID e ENAP
- Lançamento da 1ª oficina SAGI de ensino a distância (EAD) na plataforma REMAS
- Pesquisa de Avaliação de Impacto do BPC - Linha de Base
- Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) - Estudo Qualitativo e Quantitativo
- Avaliação da Sustentabilidade do Programa Cisternas
- Estudos Quali-quantativos sobre o Programa de Atenção Integral à Família
- Criação do Índice de Desenvolvimento do CRAS

2004

2005

2006

2007

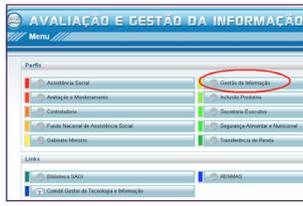
2008

2009

- Assinatura do 1º acordo de empréstimo com o Banco Mundial
- Curso de Aperfeiçoamento em Avaliação de Programas Sociais na ENAP
- Estudo sobre o Programa de Aquisição de Alimentos - Leite: Produtores e Consumidores
- 1º Suplemento de Assistência Social da Munic/IBGE
- Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família - 1ª Rodada
- Lançamento da Matriz de Informação Social e criação do Dicionário de Variáveis, Indicadores e Programas do MDS (Dicivip)
- Lançamento do Caderno de Estudos nº 1: A Importância do Bolsa Família nos Municípios Brasileiros

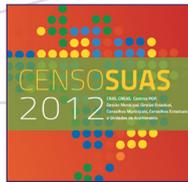


- SAGI é premiada no 11º Concurso Inovação Enap: o sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas do MDS
- Pesquisa de Opinião Pública sobre os Programas Sociais do MDS
- 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua
- 1º Levantamento - Monitoramento CRAS
- Lançamento do Caderno de Estudos nº 5: Síntese das pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do MDS 2004-2006
- Lançamento do Caderno de Estudos nº 5 com sínteses das pesquisas de avaliação de 2004 a 2006
- Pesquisa de Entidades Privadas de Assistência Social (PEAS)



- 2º concurso para provimento de vagas de servidores temporários
- Realização do 2º suplemento de Assistência Social da Munic/IBGE
- Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família - 2ª Rodada
- Pesquisa Qualitativa de acompanhamento do Projovem Adolescente
- 2º Suplemento de Segurança Alimentar e Nutricional da PNAD/IBGE
- Implantação do CensoSUAS
- Criação no relatórios de informação automatizados
- Capacitação para o Controle Social nos Municípios - Assistência Social e o Programa Bolsa Família





- SAGI é premiada no 16º Concurso Inovação Enap: o CensoSUAS como processo de aprimoramento e gestão da Política de Assistência Social
- Lançamento do IDV (Identificação de Localidades e Famílias em Situação de Vulnerabilidade)
- Panorama Municipal 1º Boletim Automatizado
- 1º Pesquisa Estadística/IBGE, com suplemento da Assistência Social
- Lançamento do CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico)
- Criação da Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS
- 1º concurso para servidores efetivos (ATPS)
- Inquérito de Segurança Alimentar nas Comunidades Quilombolas Tituladas

- Início do CapacitaSAGI com três cursos:
 1. Indicadores para Diagnóstico do SUAS e BSM
 2. Conceitos e Técnicas para Monitoramento de Programas
 3. Conceitos e Técnicas para Avaliação de Programas
- Lançamento do Caderno de Estudos nº 16: Síntese das pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do MDS 2010-2014
- Lançamento do novo portal SAGI
- Realização do Suplemento de Inclusão Produtiva na MUNIC/IBGE
- 1º Estudo Avaliativo Longitudinal do CadÚnico e Registros Administrativos - CadSisvan
- Lançamento da Iniciativa *World Without Poverty* (WWP)
- SAGI é premiada no 18º Concurso Inovação Enap: estratégias de monitoramento analítico do Plano Brasil Sem Miséria e programas do MDS

- Ampliação das instalações da SAGI: mudança para o 3º andar do bloco A
- Decreto nº 7079/2010 aprova nova estrutura do MDS, criando o Departamento de Monitoramento
- 2º concurso para provimento de vagas de servidores efetivos (PGPE)
- Lançamento do Caderno de Estudos nº 13: Síntese das pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do MDS 2006-2010
- 1ª turma da Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social em parceria com a ENAP
- Lançamento do 1º edital de fomento à pesquisa SAGI/CNPQ
- Agenda do Conhecimento - BID

2010

2011

2012

2013

2014

2015

SAGI 2004-2015

- Assinatura do 2º acordo de empréstimo com o Banco Mundial
- Lançamento do Registro de Atendimentos da Assistência Social
- Lançamento do PAA Data
- Reformulação do site SAGI
- Criação de boletins de informação automatizados
- Avaliação da Implementação do ProJovem Adolescente
- Criação do Portal de Pesquisas e Estudos de Avaliação
- Lançamento da Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação

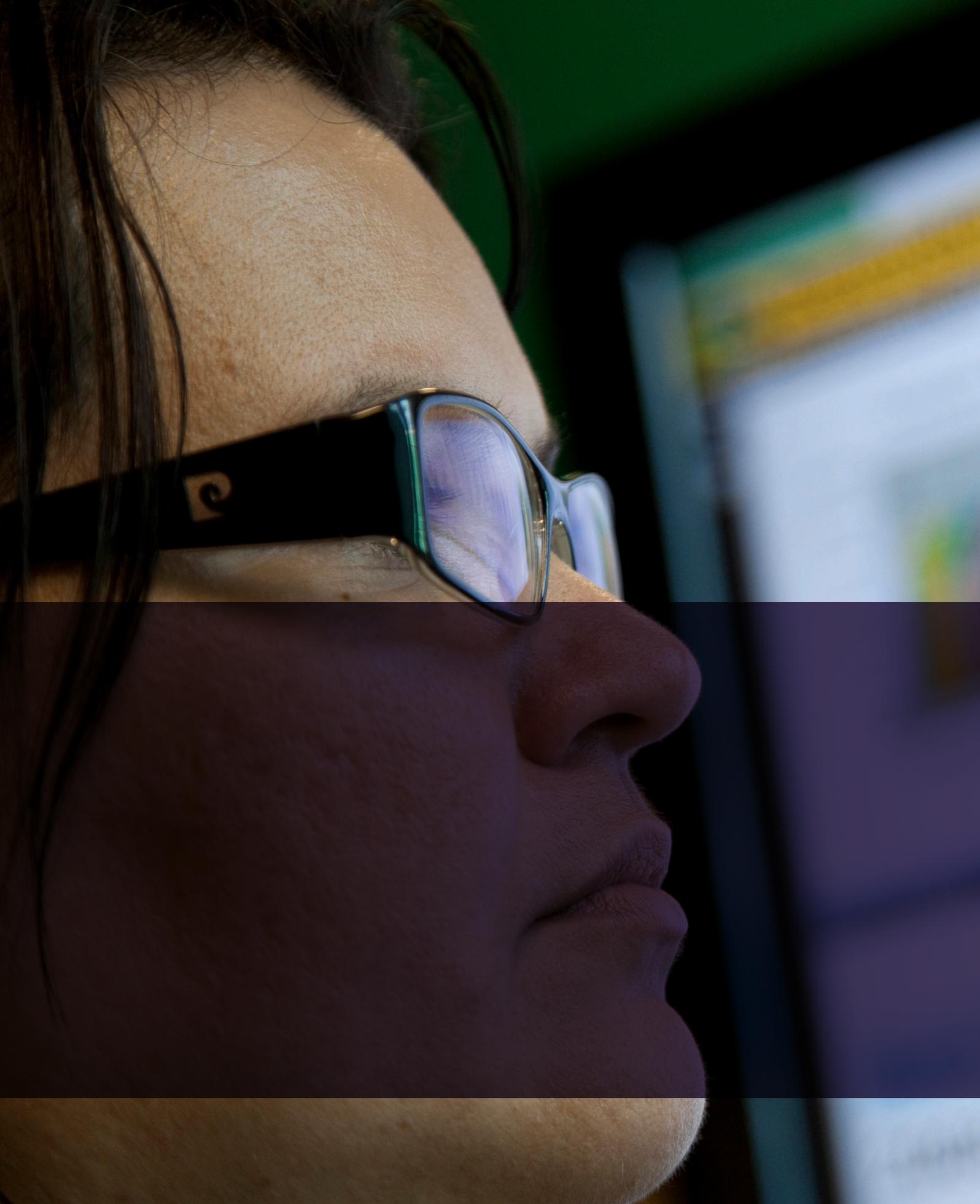


- Início do CapacitaSUAS
- Registro Individualizado de Atendimentos da Assistência Social
- Realização do 3º *National Evaluation Capabilities* no Brasil
- PNAD 2013, com suplemento de Segurança Alimentar e Nutricional
- Redesenho da Pesquisa Painel Longitudinal da Pobreza
- Inquérito de Segurança Alimentar de Famílias do CadÚnico no Semiárido
- Inauguração da biblioteca do MDS na SAGI
- Lançamento do Data Social 2.0 e Painel de Indicadores de Monitoramento do Plano Brasil sem Miséria (MONIB)
- Lançamento do Portal Brasil Sem Miséria no Seu Município/Estado



- 1ª edição do Mapa SAN - Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional
- Lançamento do Portal de Programas de Desenvolvimento Social
- CensoSUAS 2014 - Análise dos componentes sistêmicos da Política Nacional de Assistência Social
- Início da 2ª Etapa do CapacitaSUAS
 - 35 mil vagas contratadas
 - Lançamento do Sistema de Monitoramento Acadêmico
 - 146 instituições no RENE/SUAS
- Lançamento do 100º Estudo Técnico SAGI





The background of the image is a blurred photograph of a library. On the left, there are several bookshelves filled with books of various colors. On the right, a computer monitor is visible, displaying a webpage with a grid of images. The overall scene is out of focus, creating a sense of depth and a professional, academic atmosphere.

DESAFIOS
DA **GESTÃO**
DA INFORMAÇÃO

“Talvez a tarefa de conceber uma teoria da informação e de seu processamento seja um pouco como tentar construir uma ferrovia transcontinental. Podemos começar no leste, tentando compreender como os agentes são capazes de processar algo, e rumar para o oeste. Ou podemos começar no oeste, tentando compreender o que é a informação, e então rumar para o leste. Nossa expectativa é que os trilhos acabem se encontrando.”

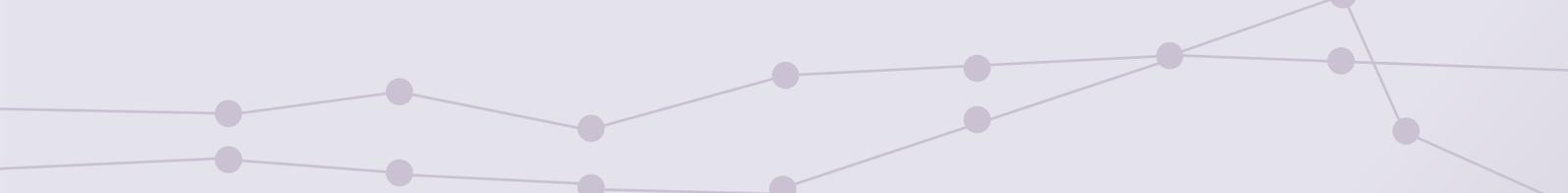
Jon Barwise, 1986.

O maior desafio da área da gestão da informação é atender as demandas por dados adaptados às necessidades dos usuários e sistemas. No caso da administração pública, é fundamental que sejam disponibilizados dados úteis e no tempo oportuno para a gestão de programas e a tomada de decisões.

Uma das lições aprendidas do Departamento de Gestão da Informação (DGI) da SAGI é se antecipar às necessidades dos usuários, abrindo linhas de pesquisas e novos produtos que os usuários não esperam e, muitas vezes, ainda não compreendem. Um exemplo desta filosofia de trabalho é a política de transparência da informação e controle social das atividades adotada pelo Departamento desde 2004, muito antes da publicação da Lei de Acesso à Informação (LAI) em 2011².

¹ Diretor de Gestão da Informação da SAGI e professor da UTFPR. Engenheiro civil, mestre em Informática Industrial e Engenharia Elétrica (UTFPR).

² A LAI (Lei Federal no 12.527/2011) regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.



Nem sempre a informação desejada é a informação disponível. A experiência mostra que o esforço para armazenar e disponibilizar dados é insuficiente para os desejos dos usuários: muitas vezes, há demandas por informações que não estão nos bancos de dados. Há, no entanto, uma demanda invisível, por não ter voz ativa nos debates públicos, que é uma grande usuária dos dados disponibilizados. O desafio do gestor da informação é atender a uma grande variedade de demandas, não esquecendo dos “invisíveis”³.

A complexidade do trabalho da gestão da informação é abordada no exemplo a seguir, que reflete sobre o paradoxo da informação:

O que é informação?

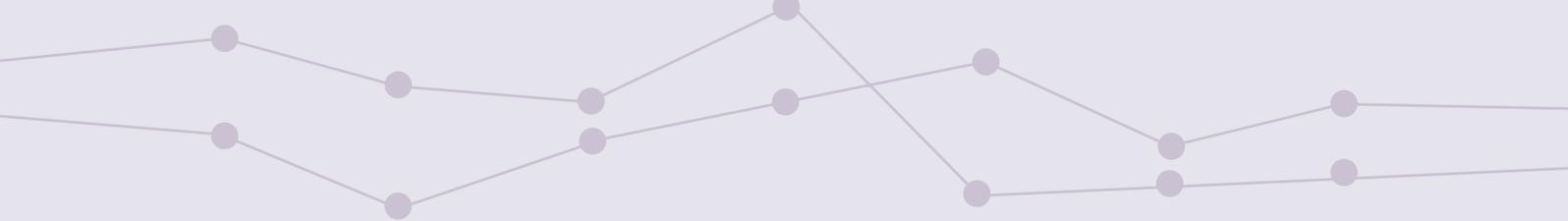
Antes de definir o que é informação, é necessário definir o usuário da informação.

Exemplo: Uma simples demanda por informação - Onde eu estou agora?

Respostas possíveis (exemplos):

- a. Latitude x Longitude: 15° 33' 44,47" Sul x 56° 03' 11,26" Oeste
- b. Endereço: Rua 04, s/nº - Centro Político Administrativo – Cuiabá (MT)
- c. Localidade: Ministério Público do Estado do Mato Grosso
- d. Evento: Encontro dos Promotores de Justiça da Cidadania e Consumidor – MT
- e. Local / Cidade. Cuiabá-MT

³ Denominamos “invisíveis” aqueles usuários dos sistemas e informações da DGI que não se solicitam nem enviam reclamações ao setor, mas são usuários assíduos o site da SAGI onde se localizam as ferramentas.

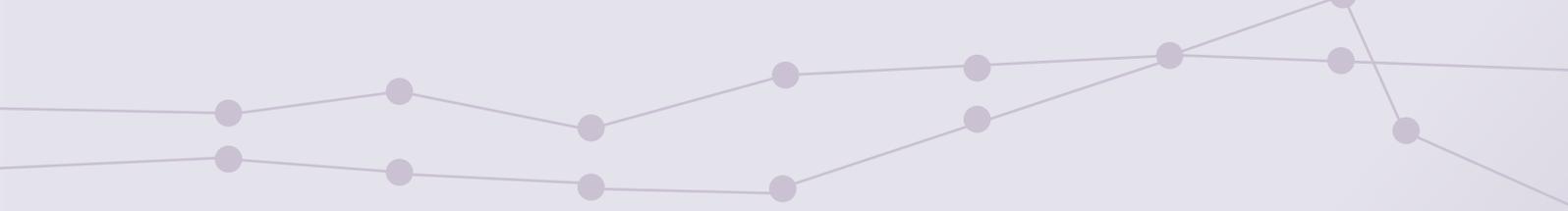


Qual destas informações é correta?

Todas as informações acima são corretas, porém nem todas são úteis ao demandante. Por exemplo, a resposta “a”, que relata um par de coordenadas de latitude e longitude, é útil para quem tem um GPS (Geographic Position System) que aceita este tipo de dado. Entretanto, para quem chega ao aeroporto ou rodoviária com um par de dados de Latitude e Longitude sem um GPS, de nada serve. Porém, com a informação “b” de endereço, pode-se chegar ao destino rapidamente com um taxi. Para a equipe administrativa que trabalha em Brasília, talvez seja mais útil saber que o evento ocorrerá no prédio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (resposta “c”). Nos ministérios, os gestores de passagens e diárias necessitam saber que o destino é a cidade de Cuiabá (resposta “e”). A resposta “d”, que explicita o evento, é a informação que justifica a emissão de passagens e diárias. Apesar de todas as informações disponibilizadas, para a família da pessoa que vai viajar é suficiente saber que a estadia é em Cuiabá, por um período determinado. No entanto, a data do evento não está disponível na lista apresentada, uma vez que não foi solicitada na demanda inicial.

Assim, não existe uma definição única para informação. Ela depende do contexto em que o usuário da informação atua, sua necessidade, capacidade de compreensão e habilidade de manipulação dos dados. Neste sentido, o grande desafio da gestão da informação é adequar o dado no tempo exigido e de acordo com a necessidade do usuário.

Os profissionais da gestão da informação precisam dispor de algumas competências, como o conhecimento técnico, para saber onde colher os insumos para apresentar os resultados esperados, bem como saber como representar a informação solicitada, se é por tabelas, gráficos, textos, mapas ou ainda uma combinação de tudo isso. O tempo e insumos são fatores críticos de sucesso. Fazendo uma analogia, quando se deve preparar uma refeição para uma visita inesperada, sempre os cozinheiros reclamam que deveriam ser avisados com um mínimo de antecedência. Conforme a habilidade em preparar a refeição (técnica), são necessários ingredientes ade-



quados para os pratos que se deseja preparar. De nada adianta ter ingredientes sofisticados se não houver conhecimento das técnicas adequadas para manipulá-los. O contrário também é verdadeiro, pois conhecendo-se as técnicas de preparo e não tendo os ingredientes, fica difícil apresentar um resultado satisfatório. O paralelo com a gestão da informação é claro: é fundamental aliar o conhecimento técnico com os insumos para que a disponibilização dos dados seja útil aos usuários e tempestiva.

A Gestão da Informação na SAGI e principais ferramentas

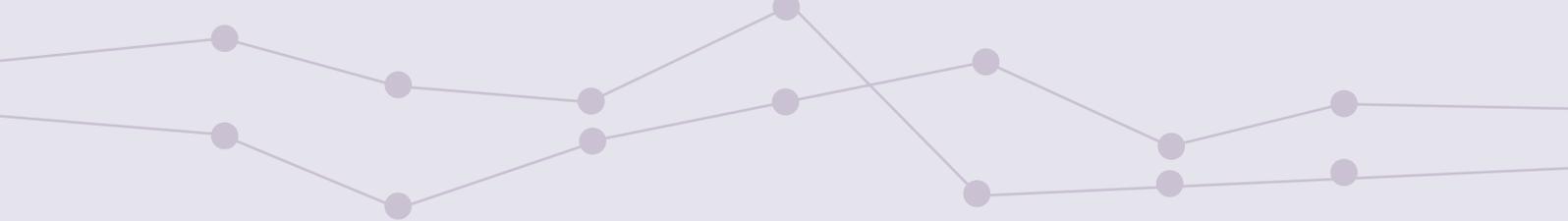
Desde a criação da SAGI em 2004, o DGI tem acumulado um conjunto de dados e preparado pessoas para o domínio de inúmeras técnicas de apresentação de informações e, mais recentemente, de análise destas informações.

O Departamento atua na identificação das necessidades e problemas de informação no nível estratégico e gerencial do MDS, propondo e desenvolvendo soluções para auxiliar a gestão dos programas e a tomada de decisões. O DGI organiza e administra as bases de dados dos programas e ações do MDS e desenvolve ferramentas informacionais para apoiar as atividades de monitoramento e avaliação das secretarias finalísticas.

A **Matriz de Informação Social (MI Social)**⁴ é um dos produtos mais antigos do departamento, criado para organizar os dados dos programas e ações do Ministério e disponibilizá-los ao público mediante interfaces interativas. A MI Social é a principal fonte de informações para as demais ferramentas do DGI: as outras ferramentas foram criadas dentro de sua estrutura.

Desde sua criação em 2006, a MI Social passou a incorporar um conjunto amplo de variáveis e funcionalidades (gráficos, mapas, relatórios automatizados de informação). Com base na experiência

⁴ Conheça a MI Social em: <http://www.mds.gov.br/sagi> no link "Matriz de Informação Social".



de integração de informações, arquitetura e base de dados da MI Social, novas ferramentas são desenvolvidas e disponibilizadas ao público na página da SAGI⁵, contando, inclusive, com tutoriais e oficinas de capacitação a distância.

O processo de disponibilização dos dados de programas, projeto e ações sociais do governo federal pelo DGI/SAGI é bastante completo, com um acervo de dados que cobre de janeiro de 2004 até o presente momento⁶.

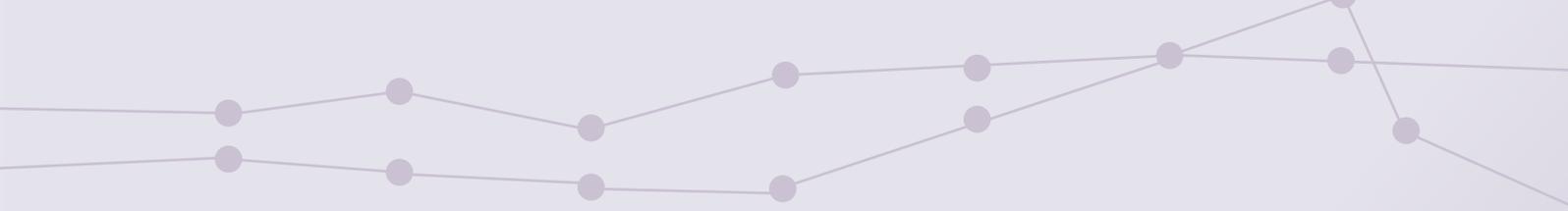
Atualmente, a estrutura da Matriz de Informação Social está replicada para mais de oito órgãos do MDS, entre secretarias, departamentos e coordenações. Esta foi a estratégia utilizada de distribuição da forma de captura e coleta de dados, para que os parceiros tivessem autonomia para inserir, alterar e excluir as suas próprias informações. Assim que os dados são inseridos, imediatamente são disponibilizados nos diversos visualizadores desenvolvidos, sejam tabuladores, mapas, gráficos, exportação para planilhas eletrônicas, arquivos texto e relatórios personalizados. Estas informações podem tratar de novos programas, projetos e ações sociais ou de uma atualização dos dados existentes. Desse modo, a disponibilização das informações é automática e imediata.

O início do processo de publicação no MI Social passa pelo registro dos metadados no Dicionário de Variáveis, Indicadores, Programas e Fontes (DICIVIP). Neste repositório devem ser registradas a origem, descrição, fórmula, entre outras informações complementares, o que ajuda a explicar o dado, as regras de cálculo e detalhes de sua implementação. O DICIVIP é um repositório da semântica dos dados.

A estrutura da MI Social é composta por uma tabela de configuração que define o modelo físico da informação, ou seja, seu grau de granularidade espacial e temporal. Por exemplo, a informação sobre a quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família tem como unidade espacial os municípios e unidade temporal o mês, com possibilidade de agregação estadual, regional, nacional e combinando com agregação anual.

5 Conheça o Portal da SAGI em: <http://www.mds.gov.br/sagi>

6 Julho de 2015.



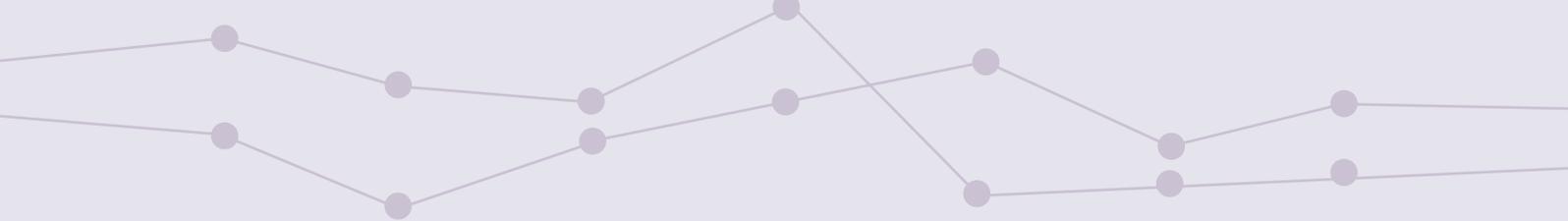
Além do repositório de configuração da informação, existem os repositórios da informação propriamente dita. São repositórios de informações municipais, estaduais, regionais e nacionais combinados com informações mensais, anuais e atemporais. O trabalho desenvolvido permite que os dados sejam inseridos neste repositório e disponibilizados imediatamente para tabulação, gráficos, mapas e recuperação via formato separado por vírgulas (CSV na sigla em inglês).

A origem da MI Social é um sistema para disponibilizar dados, cuja estrutura foi “aberta” para que novos aplicativos fossem desenvolvidos: visualização de dados por meio das dimensões espaciais, temporais e semânticas, com saídas tabulares, gráficos e georeferenciadores realizados por meio dos aplicativos MI Vetor, Tabelas Sociais, Relatórios de Informações Sociais, Boletim de Informações, Atlas Social, MDS em Mapas, entre outros. Muitos destes aplicativos/ferramentas permitem exportação dos dados para planilhas eletrônicas ou arquivo texto em formato separado por vírgulas. São diversas ferramentas sobre a mesma estrutura de dados para atender os mais diversos propósitos.

O aplicativo com mais acessos que utiliza a base de dados da Matriz de Informação Social é o Relatório de Informações Sociais (RIS). Inicialmente, desenvolveu-se uma ferramenta flexível, em que é possível escolher as variáveis, localidades e períodos, porém os gestores desejavam relatórios de acesso mais simples. Assim, foram disponibilizados relatórios personalizados, desenvolvidos conforme a necessidade das políticas das secretarias do MDS. Com a evolução do RIS, os responsáveis pela MI Social nos oito órgãos gestores de dados podem fazer a inserção das informações e gerar seus próprios relatórios, o que proporciona mais agilidade e autonomia no uso.

Um dos principais levantamentos de informação executados pelo DGI é o Censo do Sistema Único da Assistência Social (Censo SUAS)⁷, realizado anualmente pela internet desde 2007. O Censo SUAS tem por objetivo produzir informações sobre as estruturas físicas e de gestão, os recursos humanos e a oferta de serviços e benefícios proporcionada pelos diferentes equipamentos da assistência social presen-

⁷ O Decreto nº 7.334/2010 instituiu o Censo SUAS com a finalidade de coletar informações sobre os serviços, programas e projetos de assistência social realizados no âmbito das unidades públicas, entidades privadas e organizações de assistência social, bem como sobre a atuação dos Conselhos de Assistência Social. Conheça o Censo SUAS em: <http://www.mds.gov.br/sagi>; na aba de “Gestão SUAS” é possível navegar por todos os censos e aplicações desenvolvidas a partir dele. O Censo SUAS resulta de uma parceria entre a Secretaria Nacional de Assistência Social e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (DGI e Departamento de Monitoramento).



tes no território nacional. É um instrumento e monitoramento que possibilita o refinamento do planejamento do SUAS e de sua gestão; a ampliação do conhecimento das diferentes realidades existentes no âmbito local e estadual por parte dos gestores e trabalhadores do SUAS, além de permitir avaliar a participação social em estados e municípios, fortalecendo a prestação de contas à sociedade.

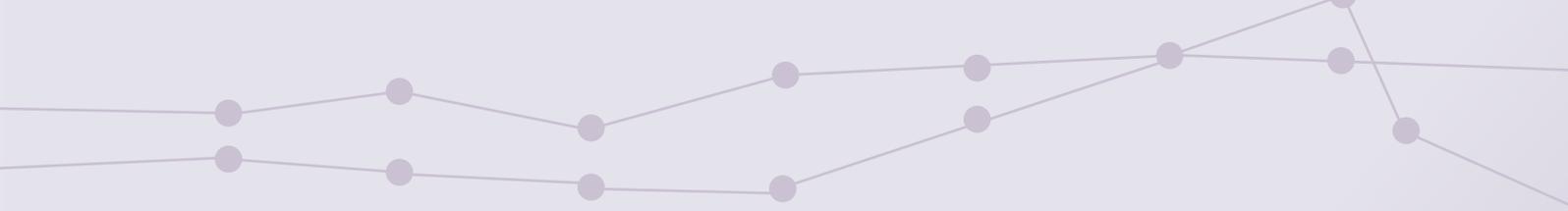
Os dados coletados dos CRAS, CREAS, Centros POP, Abrigos, entre outros, são integrados ao Sistema de Cadastro do SUAS - CadSUAS⁸, sem necessidade de importação e exportação. Com esta integração, o cadastro utilizado pelos gestores é atualizado anualmente por meio do Censo.

Uma preocupação da DGI é fazer com que a informação seja utilizada por todos os participantes do processo, desde a equipe da Secretaria Nacional de Assistência Social, que faz o planejamento da expansão dos CRAS e CREAS baseado nas informações coletadas nos Censos, até estados, como Espírito Santo e Alagoas, que monitoram e analisam a política de assistência social baixando os microdados do Censo SUAS.

Há informações georreferenciadas dos equipamentos da assistência social em inúmeros aplicativos, como o Mapa de Oportunidades de Serviços Públicos (MOPS) e a Identificação de Domicílios em Vulnerabilidade (IDV), para que se possa visualizar em conjunto todos os equipamentos sobre camadas de setores censitários e cartogramas de informações coletadas no Censo IBGE 2010. Por exemplo, dados sobre a distribuição espacial de informação sobre “População com rendimento per capita de até R\$ 70,00”, “Domicílios sem energia elétrica”, “Pessoas com 65 anos ou mais”, “Crianças de 0 a 6 anos”. É possível cruzar informações coletadas por mecanismos e órgãos diferentes em uma única plataforma. Acredita-se que com isso seja possível ajudar os municípios a desenvolverem seus próprios diagnósticos socioterritoriais.

8 O CadSUAS é o Sistema de Cadastro do SUAS. Nele são inseridas informações cadastrais da rede socioassistencial, órgãos governamentais e trabalhadores do SUAS. Qualquer pessoa pode acessar o sistema, sem a necessidade de login e senha por meio da Consulta Pública no link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/>

Em 2014, foram registrados no Censo SUAS 8.088 CRAS, 2.372 CREAS, 215 Centros POP, 5.184 Unidades de Acolhimento e 7.882 Centros de Convivência. O Censo SUAS teve seu mérito reconhecido como instrumento para



aprimoramento da gestão do SUAS, e foi uma das iniciativas premiadas, em 2011, no Concurso Inovação da Gestão Pública Federal, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Em 2014, foi lançado o Mapeamento SAN⁹, que tem como objetivo fazer um levantamento da implantação da política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em todos os municípios brasileiros. Do universo de 1.934 municípios que se habilitaram para o processo, 1.628 finalizaram o preenchimento de formulário eletrônico.

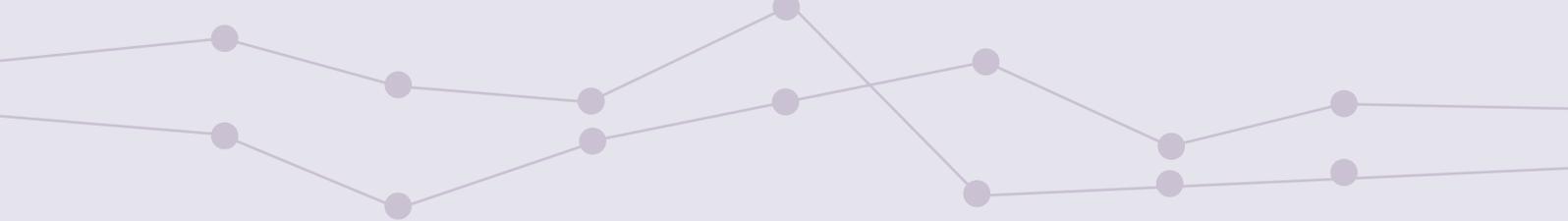
A coleta de dados para estes censos é um trabalho conjunto com outras secretarias do MDS e os gestores municipais e estaduais. Não se trata, simplesmente, de obter os formulários eletrônicos preenchidos, mas processos coletivos de construção, monitoramento e distribuição de informações para aprimoramento das políticas de SAN ou do SUAS.

Este processo começa com a discussão sobre os temas que devem ser coletados e inserção das perguntas no DICIVIP, que registra os metadados do formulário. Uma vez inseridas as perguntas, é iniciado o processo de elaboração do instrumento eletrônico. O lançamento do questionário eletrônico é simultâneo ao monitoramento do processo de preenchimento, que permite acompanhar via telefone celular ou computador o preenchimento de todos os questionários, avaliar e alertar os gestores dos eventuais atrasos. Também é possível recuperar os dados preenchidos a fim de iniciar a programação de tratamento dos dados para elaboração dos relatórios finais.

Outras ferramentas que obtiverem impactos relevantes foram o PAA Data – visualizador de informações do Programa de Aquisição de Alimentos, o Data Social – portal multitemático de informações, os tabuladores de microdados do Censo SUAS e do Cadastro Único. Esse tabulador foi a semente do CECAD - Consulta, Seleção e Extração de Dados do Cadastro Único, ferramenta que disponibiliza dados do Cadastro Único. Em média, tem-se 100 mil consultas a nomes do Cadastro Único por dia. Atualmente, os gestores das concessionárias de energia elétrica e do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) estão entre os maiores usuários do CECAD¹⁰.

9 Conheça o Mapeamento SAN em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/MapaSAN_final.pdf

10 Leia mais sobre o Cead no relato apresentado na sequência desse texto.



Por meio do CECAD, foi possível desenvolver o **Prontuário Eletrônico Simplificado do SUAS**. Há um serviço de busca de informações pessoais por meio do nome, Número de Identificação Social (NIS), CPF e nome da mãe que é utilizado no Prontuário e no SISC (Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos). Este serviço apresenta um volume de acesso de um milhão de consultas por dia na época de encerramento de período de cadastramento dos usuários nos grupos de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.

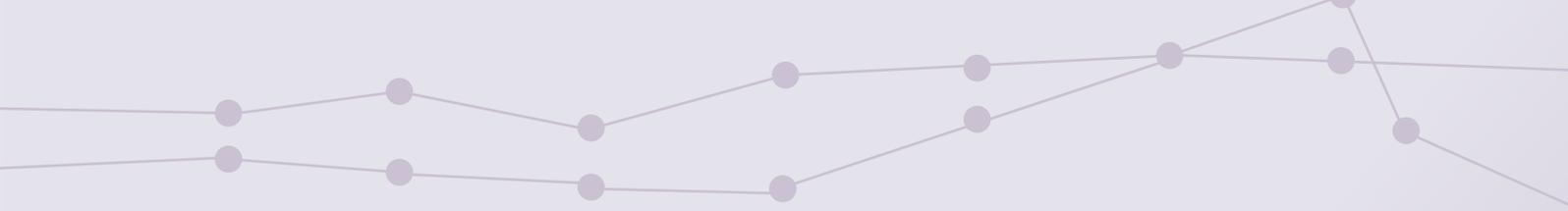
Para o Plano Brasil Sem Miséria, foram desenvolvidas duas ferramentas informacionais específicas: o aplicativo IDV – Identificação de Domicílios Vulneráveis, e o MOPS – Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos.

O IDV elabora mapas de pobreza com dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE, permitindo localizar, dimensionar e caracterizar, em diferentes escalas – estados, municípios, setores censitários –, a população em extrema pobreza e em outras situações de vulnerabilidade¹¹. O MOPS é uma ferramenta de integração de dados e informações dos equipamentos e serviços públicos disponíveis nos municípios brasileiros nas áreas de Assistência Social, Educação, Saúde e Trabalho. Também disponibiliza informações sobre vagas de emprego e oportunidades de inclusão produtiva nos municípios¹².

Além de ferramentas para organização e integração de dados em nível municipal, de setor censitário e de famílias, provenientes do Cadastro Único e de diversas outras fontes de informação, o DGI também desenvolve aplicações com mapas, imagens de satélites e informações textuais provenientes de pesquisas qualitativas e documentos de interesse do Ministério.

11 Acesse o IDV no link: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/idv/tela_uf_e_mun.php?

12 Acesse o MOPS no link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/Mops/>

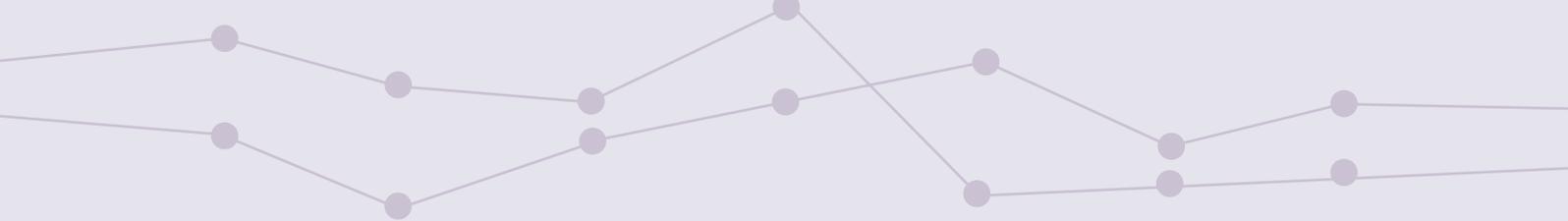


Para além do MDS: Ajudando outros ministérios a tomar decisão

As ferramentas elaboradas pelo DGI têm tido papel no processo de decisão sobre a localização de equipamentos públicos e alocação de equipas. Por exemplo, as soluções implementadas permitiram que o Ministério do Esporte pudesse priorizar os Centros de Iniciação ao Esporte, que têm como objetivo ampliar a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo, incentivando a iniciação esportiva em territórios de vulnerabilidade social. O critério de priorização utilizado foi a proximidade com os bolsões de pobreza e a presença de crianças e jovens. Como comparar a relevância da implantação em um bairro de um município do Nordeste com de outro bairro de um município da Região Sul? Com a possibilidade de geolocalização de cada unidade a ser implantada pelo Ministério do Esporte, foi possível criar diagnósticos sócioterritoriais de 1, 2 e 5 quilômetros sobre cada unidade. Como desenvolvimento de uma funcionalidade adicional - método multicritério de classificação por preferência ponderado denominado *Promethee* - foi possível apresentar as prioridades de implantação dos centros esportivos do Ministério do Esporte.

A aplicação *Promethee* também foi utilizada para ajudar na distribuição dos médicos para lugares com mais carência, segundo informações contidas nas bases de dados da SAGI. Em 118 municípios, profissionais do programa Mais Médicos¹³ foram distribuídos em 775 unidades de saúde. O algoritmo *Promethee* ajudou a classificar os locais mais vulneráveis segundo dados do Censo IBGE 2010, pelo setor censitário.

13 O Programa Mais Médicos visa melhorar o atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Além de levar mais médicos para regiões onde há escassez ou ausência de profissionais, o programa prevê mais investimentos para construção, reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), além de novas vagas de graduação e residência médica.



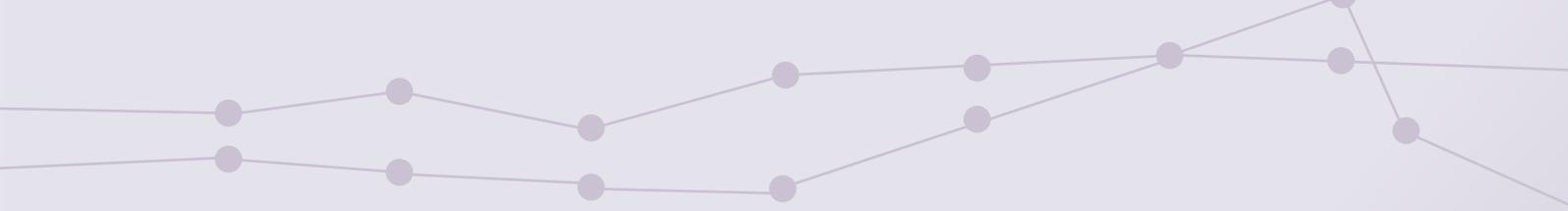
Considerações Finais

Nos últimos onze anos, o DGI desenvolveu inúmeras ferramentas, mais de 50 aplicações¹⁴, para visualização de dados - tabuladores, geradores de gráficos e mapas, oficinas de educação a distância -, e armazenou e organizou informações de diversos programas, ações e projetos sociais em diversas granularidades - desde informações pessoais até agregados por região e país. Em picos de acesso, as ferramentas da SAGI têm cerca de 1,5 milhão de consultas em um único dia. Mais de cem países acessam esses dados regularmente.

No entanto, ainda há demandas por informações que não existem nos bancos de dados da SAGI. Por isso, o desafio do DGI continua: conquistar a confiança dos usuários das informações da SAGI, estar sempre inovando e se antecipando para apresentar dados cada vez mais confiáveis e atualizados a pesquisadores e gestores de políticas sociais, nas três esferas de governo. Esta atuação é orientada também pelo compromisso do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com a transparência de suas ações e com a prestação de contas à sociedade brasileira.

Observa-se, assim, que foi desenvolvido um aprendizado organizacional que além de gerar tecnologia própria e armazenar a memória da construção de ferramentas para o MDS, gerou impactos positivos para diferentes políticas públicas e outras instituições. Esse conhecimento gerado foi fruto de experimentação e aprimoramento contínuo, resultando tanto em mudanças incrementais como em inovações. O ciclo da inovação se completa quando há disseminação e sustentabilidade, o que em grande parte corresponde à experiência do Departamento de Gestão da Informação da SAGI.

¹⁴ Veja no anexo I o Catálogo de Ferramentas Informativas Desenvolvidas pela SAGI.

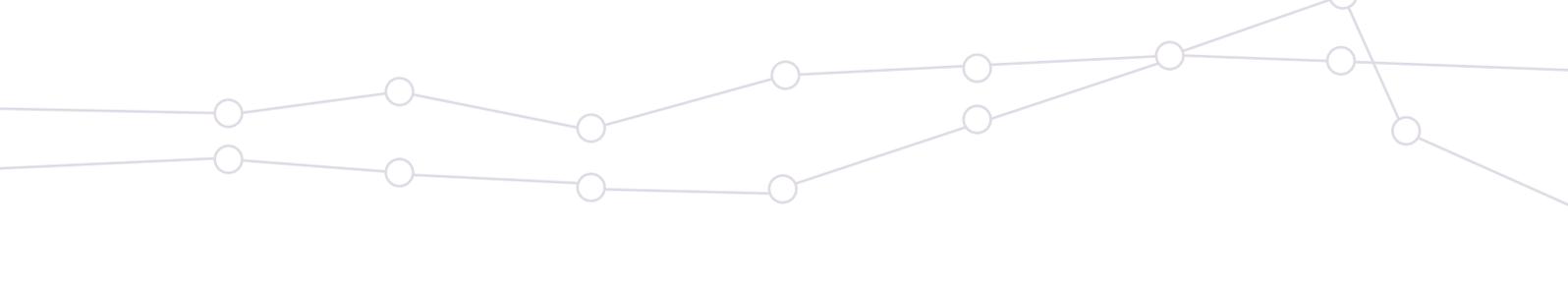


Referências Bibliográficas

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n. 7334, de 19 de outubro de 2010**. Institui o Censo do Sistema Único de Assistência Social - Censo SUAS, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7334.htm>. Acesso em: 01 set. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 01 set. 2015.





Do Cead à Tarifa Social de Energia Elétrica na Comunidade de Santa Marta (RJ)

ROBERTA PELELLA MÉLEGA CORTIZO ¹

OBJETIVO: Permitir acesso aos dados do Cadastro Único por meio de informações agregadas e individualizadas para gestores e para outros sistemas de dados.

DATA: Lançado em 2012, com atualizações mensais.

ELABORAÇÃO: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS) em parceria com a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MDS).

UTILIZAÇÃO: Subsidia diversos programas sociais usuários do Cadastro Único, tais como o Programa Bolsa Família, a Tarifa Social de Energia Elétrica, a Aposentadoria para Donas de Casa, entre outros. Auxilia estados e municípios a planejarem e implementarem políticas locais a partir dos dados do Cadastro Único. Permite que outros sistemas computacionais tenham acesso às informações do Cadastro Único.

RELATO

71

¹ Analista Técnica de Políticas Sociais lotada na SAGI, mestre em Antropologia Social (USP) e graduada em Jornalismo (USP).



Contexto da criação da ferramenta

Por muitos anos, a gestão das políticas sociais no Brasil foi feita de forma fragmentada, sem articulação entre as necessidades dos indivíduos e das famílias, sem levar em conta as particularidades de cada localidade. Nesse processo, diversos órgãos públicos produziam e utilizavam informações de várias fontes isoladamente, acarretando um atendimento inadequado das necessidades da população de baixa renda.

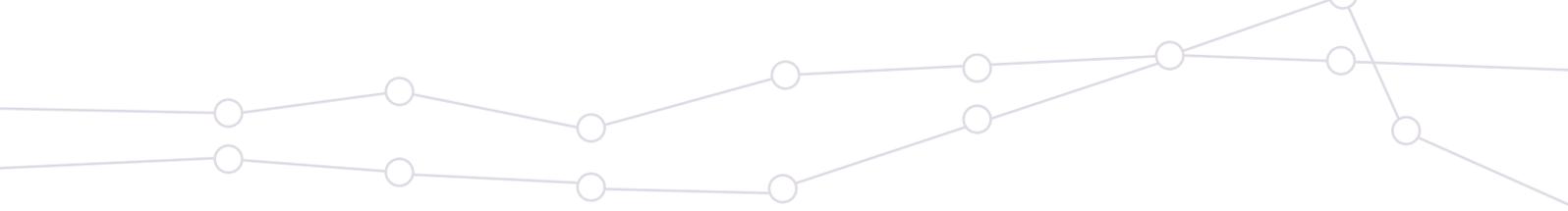
O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal² representou uma inflexão neste cenário e preencheu uma lacuna informacional sobre as condições socioeconômicas das famílias pobres de todo o país. Essas informações estão hoje agrupadas em uma única base de dados, cujo acesso possibilita subsidiar diagnósticos e desenhos de programas sociais federais, estaduais e municipais, e maior proximidade das reais condições de vida e necessidades da população pobre e extremamente pobre.

Nos últimos anos, os dados do Cadastro Único têm sido utilizados para planejar, focalizar, implementar e monitorar ações e programas sociais, uma vez que a situação de pobreza das famílias pode ser analisada de forma mais completa, agregando informações de renda, características do

domicílio, escolaridade, situação no mercado de trabalho, etc. Com acesso à base de dados, o município pode, por exemplo, localizar famílias com domicílios precários para direcioná-las às políticas de habitação ou identificar adultos com baixo grau de instrução para ofertar cursos de alfabetização³.

² O Cadastro Único é um instrumento de identificação e caracterização das famílias brasileiras de baixa renda, entendidas como aquelas com renda familiar mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo por pessoa ou 3 salários mínimos de renda total. Em abril de 2015, havia cerca de 27 milhões de famílias inscritas no Cadastro Único, o que corresponde a quase 82 milhões de pessoas cadastradas (dados extraídos do Relatório de Informações Sociais).

³ BRASIL, 2012.



Há muitos modos de usar as informações do Cadastro Único. No entanto, até 2012 não era possível gerar relatórios detalhados para os gestores das políticas sociais. Apesar de os municípios alimentarem o sistema do Cadastro Único⁴ com informações das famílias de baixa renda, os dados não eram acessíveis para utilização mais abrangente dos estados, municípios e outros órgãos parceiros do MDS. Mesmo o uso mais sistemático pelo Governo Federal estava comprometido devido à ausência de um relatório que disponibilizasse as informações do Cadastro Único de forma customizada e amigável.

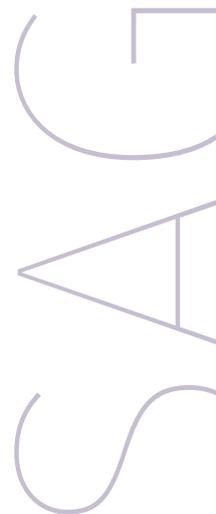
Foi neste contexto que o Departamento do Cadastro Único da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Decau/Senarc) do MDS entrou em contato com a SAGI para discutir a possibilidade de criar um visualizador de dados do Cadastro Único. Tinha início o desenvolvimento do Cecad - Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único.

O processo de construção da ferramenta⁵

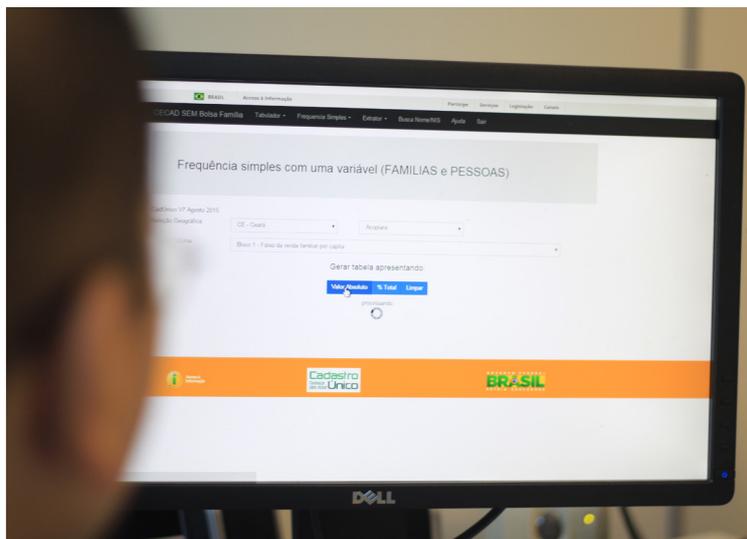
O Departamento de Gestão da Informação da SAGI aceitou o desafio lançado pela Senarc e começou a trabalhar em parceria com o Decau. Havia grande expectativa da equipe do Cadastro Único, que tinha necessidade de vários tipos de relatórios. No início, optou-se por uma estratégia de desenvolvimento incremental, em que cada funcionalidade desenvolvida era disponibilizada para validação interna e em seguida para a equipe de gestores do Decau.

4 Implantada em 2011, a versão 7 do sistema do Cadastro Único é 100% on line, permitindo que o município possa realizar diretamente na base nacional o cadastramento, atualização de dados, transferência e exclusão de pessoas/famílias.

5 Seção escrita com base em relato de Caio Nakashima e reunião presencial realizada com Caio Nakashima (SAGI) e Katia Vaz (Senarc) em 24 de junho de 2015. Ambos foram os responsáveis pela construção do Cecad.



O Cead foi desenvolvido em menos de um ano, por uma equipe de quatro pessoas.



Em menos de um ano, as funcionalidades básicas começaram a ser utilizadas: a reunião inicial entre a Senarc e a SAGI aconteceu em agosto de 2011 e a primeira versão foi disponibilizada em março de 2012. A equipe que desenvolveu a ferramenta era enxuta: um profissional na SAGI e três na Senarc.

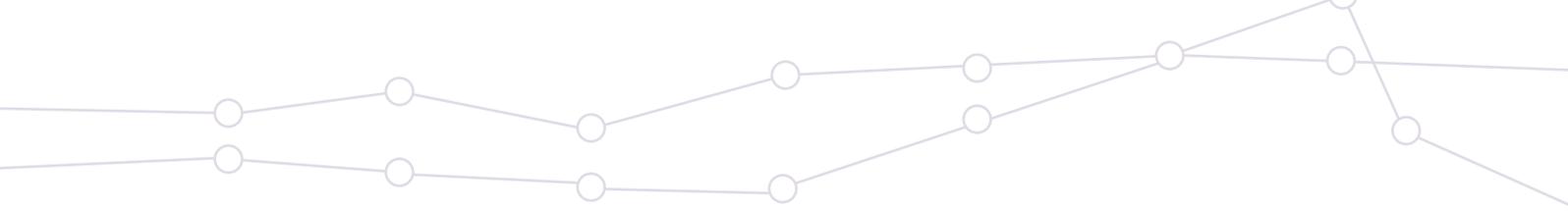
Assim nasceu o Cead, sistema utilizado para acessar dados do Cadastro Único e auxiliar no planejamento e implementação de ações, programas, planos e políticas sociais em todas as esferas de governo⁶.

No início do desenvolvimento do sistema, a base de dados oficial para o Cadastro Único no MDS era o STAGE⁷, que operava em um Sistema Gerenciador de Banco de Dados DB2 da IBM. Este era um ambiente desconhecido para a equipe da SAGI⁸, que até então nunca havia acessado este sistema. Assim, o ambiente de desenvolvimento da SAGI teve que ser alterado para aceitar conexão com o DB2.

6 Os usuários têm acesso ao Cead de diferentes modos. Os gestores municipais e estaduais do Bolsa Família, Cadastro Único e Sistema Único da Assistência Social podem delegar o perfil de acesso aos seus colaboradores; a Senarc fornece o acesso a cada usuário dos órgãos parceiros de programas sociais.

7 O STAGE é um banco de dados criado pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) do MDS para armazenar os dados do Cadastro Único.

8 Nessa época, a SAGI não tinha acesso pleno à base de dados do Cadastro Único.



Após implementar a forma de acesso ao DB2, a SAGI iniciou o levantamento de dados para fazer as programações necessárias ao Cead, com base nas tabelas disponibilizadas com os formulários do Cadastro Único e nas informações fornecidas pelo Decau. Os gestores do Decau testaram cada módulo implementado e, desde então, a SAGI tem realizado um acompanhamento permanente da utilização das funcionalidades ao longo do tempo⁹.

A seleção de campos do Cadastro Único que seriam acessados pelo Cead demandou tempo e muitas discussões internas. Para dar mais flexibilidade, a equipe da SAGI criou uma tabela de controle com todos estes campos para que os gestores do Decau decidissem quais informações seriam importantes disponibilizar no Cead. Com essa solução, a qualquer momento a Senarc podia inserir ou retirar campos para tabulação, apresentação, seleção, filtros e exportação dos dados do Cadastro Único.

No entanto, os dados originais do Cadastro Único não informam se a família cadastrada é beneficiária do Programa Bolsa Família (PBF)¹⁰. Há informação sobre o rendimento da família e a quantidade de pessoas que a compõem, porém a renda per capita, a faixa de renda e a faixa etária foram processadas e incluídas na base de dados do Cead para ajudar nas tabulações dos usuários.

Ao longo do processo de construção do Cead, a equipe do Decau identificou problemas na base do Cadastro Único que nunca tinham sido percebidos, pois ela não havia sido explorada sistematicamente. O sistema possibilitou, assim, ampliar o escopo de pesquisas, de análise e identificação de padrões, tais como o número de componentes na família e percentual de famílias monoparentais. Nesse sentido, é possível afirmar que o Cead ajudou a qualificar o Cadastro Único, pois a abertura da base permitiu a identificação de erros e lacunas¹¹.

⁹ A frequência de uso dos módulos implementados é o indicador considerado para a relevância das informações disponibilizadas.

¹⁰ Por isso, o Decau adicionou um marcador na base que identifica quem são as famílias beneficiárias do PBF.

¹¹ Entretanto, se o monitoramento da informação não for permanente, os erros identificados podem voltar a aparecer.



Após essas definições, foram programados os campos de tabulação, filtros, exportação, rótulo, entre outros. No meio desse processo, o Sistema Gerenciador de Banco de Dados DB2 teve que ser substituído pelo POSTGRES¹², acarretando uma série de ajustes e novas programações do código para realizar as consultas em outro banco de dados.

Muitos desafios, muitas conquistas. Desde o lançamento em 2012, o Cecad recebeu diversas melhorias, apresentando uma evolução mensal, de acordo com os diferentes usos dados à ferramenta. Atualmente, o Cecad tem cerca de 500 mil acessos por mês¹³, sendo utilizado por gestores federais, estaduais, municipais, concessionárias de energia elétrica¹⁴, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social¹⁵, por pesquisadores, entre muitos outros usuários. Estes são alguns dos efeitos da ferramenta, que também acabou por gerar impactos positivos não esperados, como veremos no relato do uso do Cecad pela concessionária Light.

As funcionalidades do CECAD

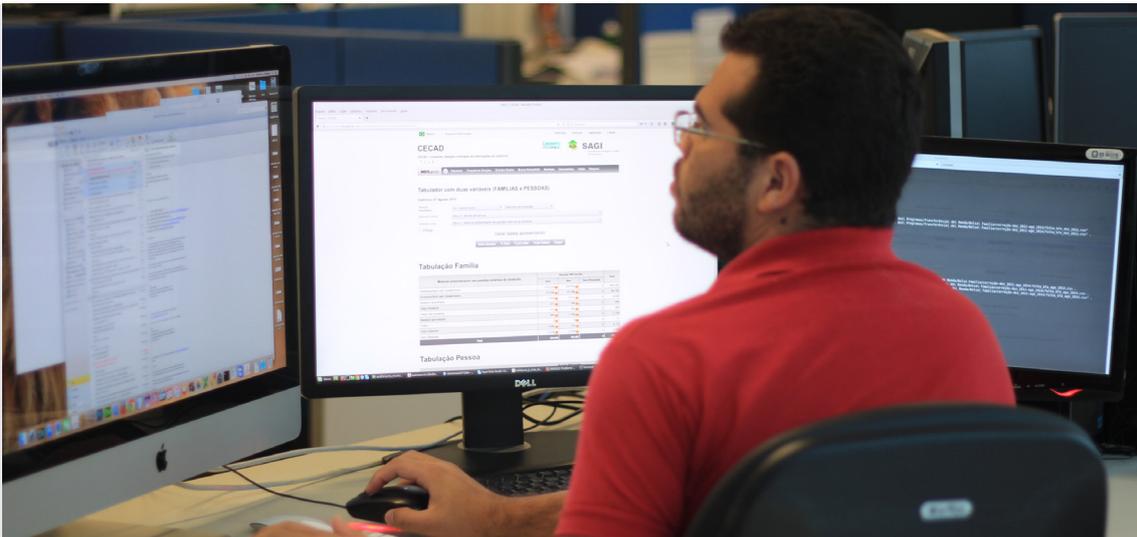
O Cecad permite tabular os dados das famílias cadastradas a partir de uma variável ou por meio do cruzamento de duas variáveis presentes nos diversos blocos dos formulários do Cadastro Único, tais como renda, escolaridade e características do domicílio. As informações do Cecad são extraídas mensalmente da base do Cadastro Único e da folha de pagamento do Programa Bolsa Família.

¹² O Cecad estava pronto, porém os dados do STAGE não eram mais confiáveis, assim o Decau disponibilizou um servidor/computador com POSTGRES e a base de dados do Cadastro Único.

¹³ O tempo médio de visualização de páginas é de 16 minutos e 38 segundos.

¹⁴ Para acompanhamento de beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica.

¹⁵ Para concessão da aposentadoria para segurado facultativo de baixa renda, popularmente conhecida como “aposentadoria da dona de casa”.



O Cead permite extrair a base de dados do Cadastro Único para cada estado e município brasileiro

O Cead apresenta cinco níveis de consulta¹⁶:

- I. **Tabulador:** permite o cruzamento de duas variáveis do Cadastro Único e a aplicação de filtros. Por exemplo, famílias quilombolas, forma de abastecimento de água e o filtro de faixa de renda familiar. Neste caso, é possível saber quantas famílias quilombolas cadastradas não têm acesso adequado à água, conforme sua faixa de renda¹⁷.
- II. **Frequência Simples:** permite a tabulação de apenas uma variável do Cadastro Único e a aplicação de filtros. Por exemplo, é possível obter o número de pessoas com deficiência em determinado município e aplicar o filtro de renda.
- III. **Extrator de Dados:** permite extrair a base de dados do Cadastro Único, com informações de identificação das famílias cadastradas e alguns filtros.
- IV. **Busca NOME/NIS¹⁸:** permite consultar informações da pessoa e de sua família a partir do nome completo, NIS ou CPF;
- V. **Resumo:** permite gerar dados agregados para municípios, estados, regiões e para o Brasil, desde 2012 até o último dado disponível.

16 BRASIL, 2012.

17 Na nova versão do Cead, é possível saber pelo tabulador e pela frequência simples quantas famílias/pessoas estão na situação pesquisada e quais são essas famílias/pessoas (para os usuários autorizados). Essa funcionalidade facilita a utilização do Cead por usuários que não são especialistas em tabulação de dados e manipulação de planilhas.

18 A consulta por NOME/NIS é responsável por 83% dos acessos ao Cead. O Número de Identificação Social (NIS) é pessoal e intransferível. A atribuição deste número é feita de forma integrada ao sistema de numeração do PIS/PASEP. Quando a pessoa é incluída no Cadastro Único, o número atribuído é o NIS. Porém, se ela já tiver PIS ou PASEP, esse será também o número do seu NIS.



Por conter dados de identificação das pessoas cadastradas, o Cead não é de livre acesso. Para utilizá-lo, é necessário entrar no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SI-GPBF) com uma senha pessoal¹⁹.

Há três perfis de acesso às informações disponíveis no Cead:

CECAD GESTOR FEDERAL: é o perfil mais amplo, permite acessar todas as funcionalidades do Cead e visualizar as informações de todos os municípios e estados;

CECAD GESTOR ESTADUAL: é o perfil que permite visualizar as informações de um estado específico e municípios de sua área de abrangência; e

CECAD GESTOR MUNICIPAL: permite visualizar as informações de um município específico.

A SAGI desenvolveu também o aplicativo chamado TabCad - Tabulador de Informações do Cadastro Único²⁰. Sem a necessidade de senha, esse aplicativo permite o livre acesso às seguintes funcionalidades: “Tabulador”, “Frequência Simples” e “Resumo”. Apenas não é possível acessar o “Extrator de Dados” e o “Busca NOME/NIS”, que dão acesso aos dados identificados das famílias cadastradas²¹.

Com exceção do Benefício de Prestação Continuada (BPC)²², todos os programas sociais federais utilizam o Cadastro Único para

identificar o público-alvo. Por isso, o Cead é utilizado por diversos programas para realizar consultas, checar a concessão de benefícios, bem como para fazer cruzamento de dados.

A seguir, será apresentado como a Light, concessionária de energia elétrica do Rio de Janeiro, utiliza o Cead para incluir beneficiários na Tarifa Social de Energia Elétrica.

19 O Cead pode ser acessado no endereço: www.mds.gov.br/sistemagestaobolsafamilia. O acesso também pode ser feito por meio do Sistema de Autenticação e Autorização da Secretaria Nacional de Assistência Social (<http://www.mds.gov.br/sagi>).

20 O TabCad pode ser acessado no link http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/sobre_tabcad.php.

21 Os dados identificados das famílias do Cadastro Único são sigilosos, podendo ser utilizados apenas para formulação e gestão de políticas públicas; realização de estudos e pesquisas (BRASIL, 2015).

22 O BPC garante um salário mínimo ao idoso ou à pessoa com deficiência que tenham menos de ¼ de salário mínimo de renda per capita mensal.



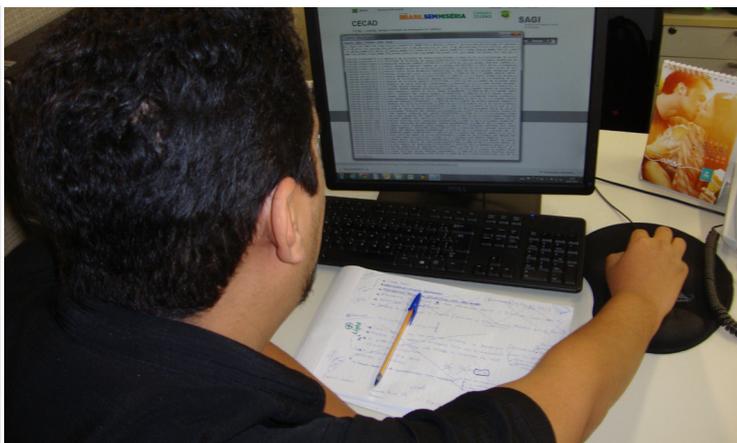
Tatiana Cleuricuzzi, funcionária da Light, utiliza o Cead para verificar se os moradores da Comunidade de Santa Marta (RJ) estão inscritos no Cadastro Único, com perfil para participar da Tarifa Social de Energia Elétrica.

A Tarifa Social de Energia Elétrica

Um dos principais programas usuários do Cead, a Tarifa Social de Energia Elétrica²³ fornece desconto na conta de luz para famílias com renda mensal de até ½ salário mínimo por pessoa, que estejam no Cadastro Único, com os dados atualizados há menos de dois anos, ou que tenham algum membro beneficiário do BPC. O desconto varia entre 10% e 65%, de acordo com o consumo de energia. Quanto menor o consumo, maior o desconto, conforme quadro a seguir:

CONSUMO MENSAL	PERCENTUAL DE DESCONTO
Até 30 KWh	65%
De 31 KWh a 100 KWh	40%
De 101 KWh a 220 KWh	10%

23 Criada pela Lei Federal nº 12.212/2010.



O cadastramento em massa por meio do Cead é responsável por 54% das inclusões da Light de beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica

Famílias indígenas e quilombolas inscritas no Cadastro Único com renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo têm direito a 100% de desconto na conta de luz, até o limite de consumo de 50 KWh/mês. O desconto também é concedido a famílias com renda mensal total de até três salários mínimos que tenham algum membro que esteja

realizando tratamento de saúde em casa, utilizando continuamente equipamentos hospitalares.

A experiência da *Light* na Tarifa Social de Energia Elétrica

A Light é uma concessionária de energia elétrica que atua em 31 cidades do Estado do Rio de Janeiro. O procedimento padrão para inclusão na Tarifa Social é que as famílias que já estejam no Cadastro Único dirijam-se à concessionária para solicitar a participação no programa. Percebendo que esse processo dificultava o acesso das famílias ao desconto na conta de luz, a Light passou a utilizar outros meios para incluir as famílias no Programa.

No plantão educativo, desenvolvido em comunidades de baixa renda, é disponibilizado um serviço de atendimento itinerante que orienta sobre formas de economizar na conta de luz. Os educadores encaminham as solicitações de participação na Tarifa Social de famílias que já foram incluídas no Cadastro Único e têm perfil. Famílias de baixa renda que não estão no Cadastro Único são encaminhadas ao Centro



Em maio de 2015, 226 mil domicílios recebiam desconto na conta de luz da Light. Isso representa uma economia de R\$ 4 milhões às famílias de baixa renda beneficiárias.



de Referência de Assistência Social (CRAS) mais próximo para fazer o cadastramento, e posteriormente, serem incluídas na Tarifa Social de Luz.

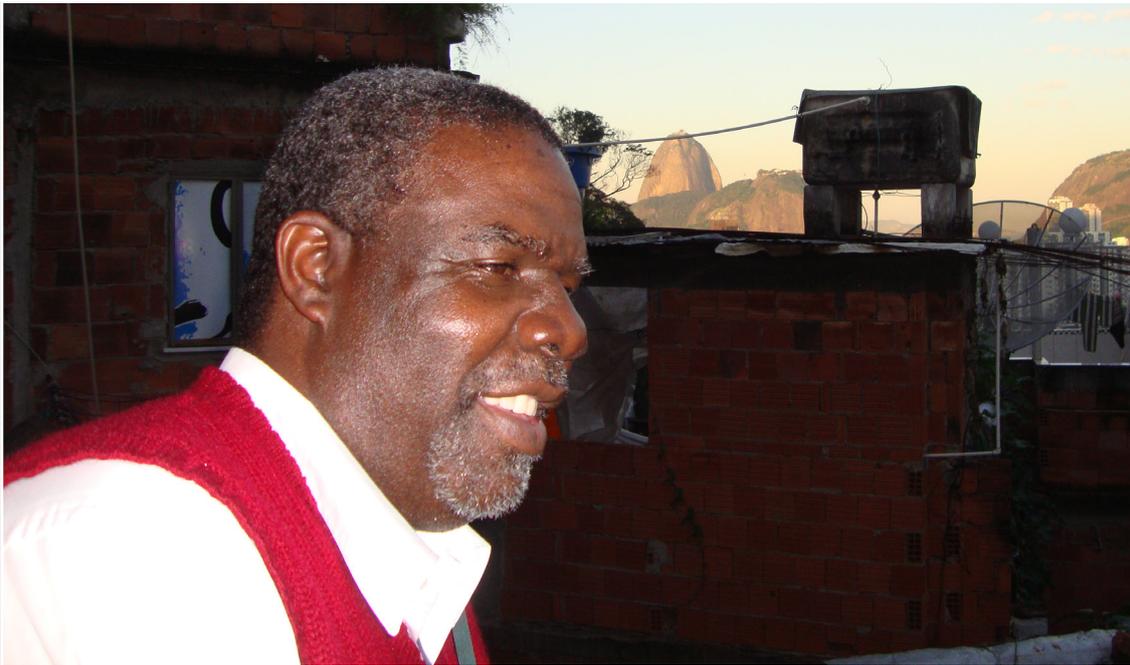
O cadastramento em massa é responsável por 54% das inclusões²⁴ da Light de beneficiários da Tarifa Social, o que equivale a cerca de 123 mil famílias beneficiárias. Para desenvolver essa estratégia inovadora, a equipe técnica da Light utiliza o Cecad para dimensionar o tamanho do público-alvo da Tarifa Social. Na sequência, é feito um cruzamento da base de clientes da Light com a base do Cead²⁵ (carregada com famílias incluídas no Cadastro Único, renda de até ½ salário mínimo per capita e cadastro atualizado há menos de dois anos) e extrai-se uma lista com quem atende aos critérios de ingresso na Tarifa Social, mas ainda não é beneficiário. No cadastramento em massa, o benefício é concedido automaticamente à família, que recebe uma comunicação na conta de luz que ela passou a ter desconto pela Tarifa Social de Energia Elétrica.

Com esse procedimento, a quantidade de famílias de baixa renda que passaram a receber o desconto na conta de luz triplicou em um ano. Em 2011, havia 40 mil famílias beneficiárias. A Light fez uma parceria com prefeituras do Rio de Janeiro, e em dois meses foi possível incluir quase 80 mil famílias no Programa.

O processo de cadastramento em massa tem se tornado cada vez mais eficiente: em 2011, o cruzamento permitia incluir na Tarifa Social mil famílias em uma hora. Em 2015, com atividades mais automatizadas, a equipe da Light consegue incluir cinco mil famílias em vinte minutos. Em maio de 2015, 226 mil famílias estavam recebendo desconto na conta de luz da Light. Isso representa uma economia de R\$ 4 milhões às famílias de baixa renda beneficiárias.

24 Os dados referentes à Light apresentados neste texto foram informados pela equipe da empresa em visita técnica da SAGI à sede da Light no Rio de Janeiro em 18 de junho de 2015.

25 Quando o extrator de dados do Cead não está disponível, a equipe da Light usa uma base fornecida pela Aneel. Alexandre da Silva, técnico da Light, informa preferir utilizar a base do Cead, por ser mais completa e com uma plataforma mais amigável.



As famílias que estão na Tarifa Social passam a fazer parte de projetos de eficiência energética²⁶, em que são feitos trabalhos educativos para conscientização do uso da energia elétrica, substituição de geladeiras e lâmpadas, e até reforma elétrica de domicílios com ligações precárias²⁷.

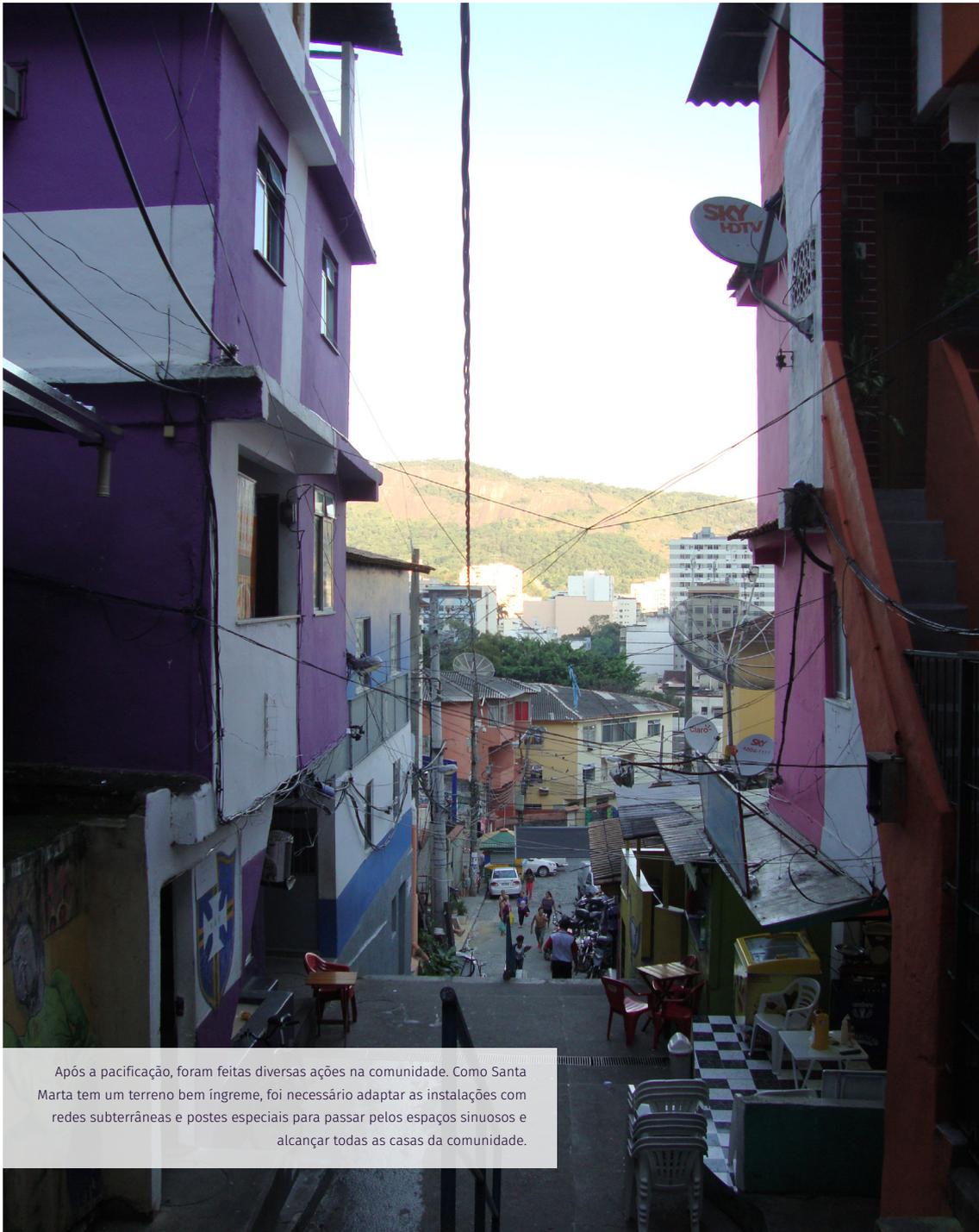
A partir do momento em que as contas passam a ser mais acessíveis ao público de baixa renda, a Tarifa Social contribuiu para reduzir a inadimplência e as ligações clandestinas (os “gatos de luz”)²⁸. Isso resultou em maior segurança nas ligações elétricas e a possibilidade de o beneficiário reclamar quando há falta de luz ou queima de equipamentos domésticos por descarga elétrica. A seguir, será relatada a experiência da Light na Comunidade de Santa Marta, que foi pacificada pela polícia do Rio de Janeiro em 2008.

Raimundo Santa Rosa, gestor social da Light, realiza a interlocução com comunidades de baixa renda do Estado do Rio de Janeiro para participação na Tarifa Social de Energia Elétrica e em projetos de eficiência energética.

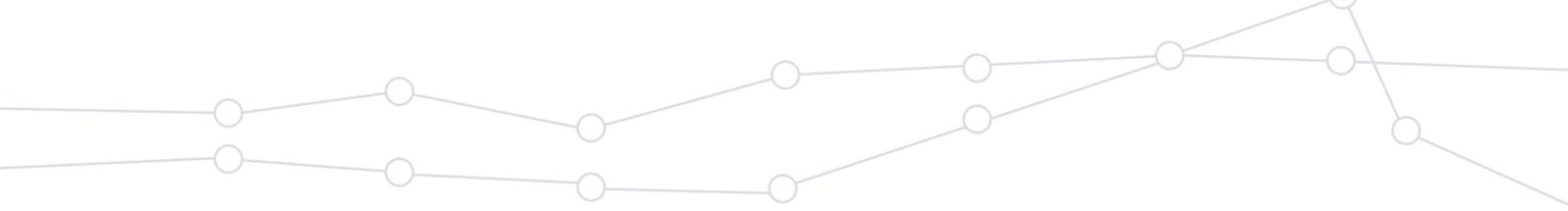
²⁶ Conforme informação dos técnicos da Light, 0,5% da receita operacional líquida da Light deve ser aplicado em programas de eficiência energética. Além disso, no mínimo 60% dos recursos dos programas de eficiência devem ser utilizados em unidades beneficiadas pela Tarifa Social (Leis nº 9.991/2000 e nº 12.212/2010).

²⁷ Outra ação que merece destaque é Light Recicla, um projeto que disponibiliza locais em que os usuários de comunidades de baixa renda entregam materiais recicláveis e recebem crédito nas contas de luz. Em 2014, foram trocadas 2.717 toneladas de materiais recicláveis e 11,5 mil litros de óleo vegetal, o que levou a uma economia de energia de 10,6 GWh/ano.

²⁸ Conforme relato da equipe da Light.



Após a pacificação, foram feitas diversas ações na comunidade. Como Santa Marta tem um terreno bem íngreme, foi necessário adaptar as instalações com redes subterrâneas e postes especiais para passar pelos espaços sinuosos e alcançar todas as casas da comunidade.



A Tarifa Social na Comunidade de Santa Marta no Rio de Janeiro

*“Os ricos querem paz para continuarem ricos,
os pobres querem paz para continuarem vivos”*

INSCRIÇÃO EM UM MURO NA COMUNIDADE DE SANTA MARTA

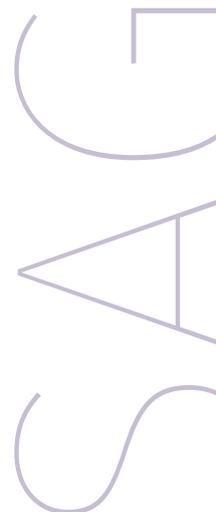
Por muitos anos, a comunidade de Santa Marta, que foi a 1ª Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Rio de Janeiro, foi palco da violência associada ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Localizada na Zona Sul carioca, com forte influência do Comando Vermelho, Santa Marta vivia sob o governo paralelo dos chefes do tráfico. Ao mesmo tempo em que a comunidade era obrigada a conviver com a brutalidade do crime organizado, não havia serviços públicos aos moradores de Santa Marta.

Desde 1935, início da ocupação, o esgoto corria em grandes valas a céu aberto e não havia coleta de lixo eficaz. Em 1960, foi feito um primeiro mutirão para construir o reservatório de água no topo do morro²⁹. Em 1964, foi instalada uma rede de energia improvisada. No entanto, a rede elétrica não foi tão bem-sucedida quanto a rede de água:

“Toda a rede de distribuição de energia também foi feita pelos moradores, mas neste caso o resultado não foi motivo de orgulho. Os mutirões da eletricidade esqueceram os dispositivos de proteção contra sobrecarga de energia e curto-circuito. Dois anos depois, sem a manutenção adequada, parte da fiação já estava corroída, as caixas de cabeção estavam soltas e muitos postes ameaçados de cair, causas de um incêndio de triste memória. Sem nenhuma unidade do corpo de bombeiros na favela, o fogo destruiu dezenas de barracos na área do Lixão e matou um casal e duas crianças. A tragédia não foi maior porque os trabalhadores e os traficantes conseguiram conter o avanço do incêndio com baldes de água.”³⁰

²⁹ “Pronto o reservatório, num clima de euforia, os próprios favelados providenciaram a construção de uma rede de distribuição de água pioneira, numa ação coletiva que envolveu trabalhadores, desocupados, malandros e bandidos na obra de maior orgulho da história de Santa Marta” (BARCELLOS, 2013).

³⁰ BARCELLOS, 2003.





Entre 1982 e 1986, os barracos de madeira cederam lugar aos de alvenaria, novamente por meio de mutirões comunitários. O Estado continuava ausente: a comunidade permanecia sob o comando de chefes do tráfico. Enquanto a droga comandava o morro, os moradores - a maioria constituída por trabalhadores não vinculados ao tráfico - ficavam à mercê das idiossincrasias do chefe da vez, sem acesso a direitos básicos de qualquer cidadão brasileiro.

“Escondidos no coração da região mais rica da cidade, a zona sul, os moradores de Santa Marta vivem há 53 anos sem uma única escola ou hospital e sem ter nenhum dos 84 becos pavimentados pela Prefeitura. Toda a cobertura de concreto dos becos era obra dos mutirões.”³¹

Por décadas, a comunidade passou da mão de um chefe do tráfico para outro. Não por acaso, a 1ª UPP³² do Rio de Janeiro foi instalada na comunidade de Santa Marta. Em dezembro de 2008, a polícia assumiu o controle do local, estabeleceu parcerias com as três esferas de governo, movimentos sociais e ONGs a fim de levar o Estado à comunidade. Com a pacificação, diversos serviços públicos passaram a existir em Santa Marta: Correios, iluminação pública, coleta de lixo, além de projetos de infraestrutura e de desenvolvimento social.

Segundo José Mario dos Santos, presidente da Associação dos Moradores de Santa Marta desde 2007, “Santa Marta não é mais área de risco. Hoje tem serviços públicos de verdade. Como representante, tenho que cobrar os direitos da comunidade”. Santos lembra como era a distribuição de energia na comunidade antes da pacificação: “Toda hora pegava fogo, a luz caía direto, era uma energia de paliativo. Hoje a gente paga pela energia, mas ela vem com qualidade”.

31 BARCELLOS, 2003.

32 O programa de segurança pública que deu origem às UPPs começou a funcionar em 2008, quando foi instalada a primeira UPP em Santa Marta. Desde então, 38 UPPs já foram implantadas no RJ.



A Associação dos Moradores de Santa Marta tem se fortalecido após a pacificação. Na foto, José Maria dos Santos mostra as caixas de correspondência dos moradores para receber as entregas dos Correios.



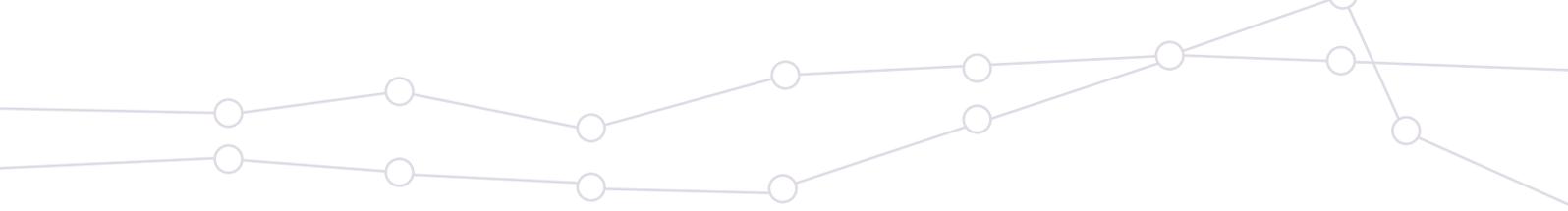
Nas fotos acima, D. Dora, beneficiária da Tarifa Social há 4 anos, e Antonio Ferro, que trocou sua geladeira no ano passado no programa de eficiência energética.



Atualmente, a Light conta com uma equipe que faz a interlocução diretamente com as comunidades de baixa renda, entre elas Santa Marta. Os plantões educativos esclarecem dúvidas e informam sobre direitos que muitas pessoas ignoram que possuem, como o de ser incluído no Cadastro Único.

Após a pacificação, foram feitas diversas ações na comunidade, tais como a reforma e extensão das redes de baixa e média tensão, a instalação de transformadores e a colocação de postes. Raimundo Santa Rosa, pedagogo e gestor social da Light desde 1982, relata que foi necessário adaptar diversas instalações para Santa Marta, que tem um terreno bem íngreme, com ruas tortuosas. Foram feitas redes subterrâneas e postes especiais para passar pelos diversos espaços sinuosos e atingir as casas da comunidade.

Além da Tarifa Social de Energia Elétrica, a Light realiza outras ações que combinam eficiência energética, sustentabilidade ambiental e social. O programa Comunidade Eficiente substitui geladeiras e lâmpadas incandescentes por outras mais eficientes e orienta para o consumo racional e seguro da energia elétrica. Maria das Dores Bacelar, mais conhecida como Dona Dora, é diarista e moradora de Santa Marta.



É beneficiária da Tarifa Social há quatro anos: costuma pagar entre R\$10 e R\$16 por mês e substituiu as lâmpadas de sua casa há poucos meses. Antonio Ferro, vizinho de Dona Dora, também recebe desconto na conta de luz e trocou sua geladeira no ano passado.

Informação acessível e integrada potencializa resultados e gera impactos na realidade social. Sem o cadastramento em massa, 54% das famílias beneficiárias não estariam recebendo o desconto na conta da Light. Tanto o Cecad como a ação da Light para concessão da Tarifa Social - por meio do cadastramento em massa e plantão educativo - obtiveram efeitos positivos não esperados. Todos se beneficiam: as famílias que estão no Cadastro Único recebem desconto na conta de luz sem precisar solicitar; a Light aumenta a segurança na distribuição de energia, reduz os “gatos” e a inadimplência.

Esse é o papel do Cecad: disponibilizar os dados do Cadastro Único, subsidiar tecnicamente as equipes de estados, municípios e órgãos parceiros para planejar ações e incluir famílias de baixa renda em programas sociais, contribuindo assim para melhorar as condições de vida dos cidadãos brasileiros mais vulneráveis.



Referências Bibliográficas

BARCELLOS, C. **Abusado**: o dono do morro Dona Marta. Rio de Janeiro: Record, 2003. ISBN: 85-01065-20-X.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Manual de gestão do Cadastro Único para programas sociais do governo federal**. 2. ed. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n. 6135, de 26 de junho de 2007**. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm>. Acesso em: 15 jul. 2015.



Lista de entrevistados

VISITA TÉCNICA À LIGHT NO RIO DE JANEIRO EM 18 DE JUNHO DE 2015:

Alexandre da Silva
Aline Passos
Antonio Carlos Nocera
Bianca Magalhães de Castro
Rafaela Cristina Bonifácio Albergaria
Raimundo Santa Rosa
Tatiana Cleuricuzzi

VISITA À COMUNIDADE DE SANTA MARTA NO RIO DE JANEIRO EM 18 DE JUNHO DE 2015:

Antonio Serafim Ferro
José Mário Hilário dos Santos
Maria das Dores Castelo Branco Bacelar

REUNIÃO NA SAGI EM 24 DE JUNHO DE 2015:

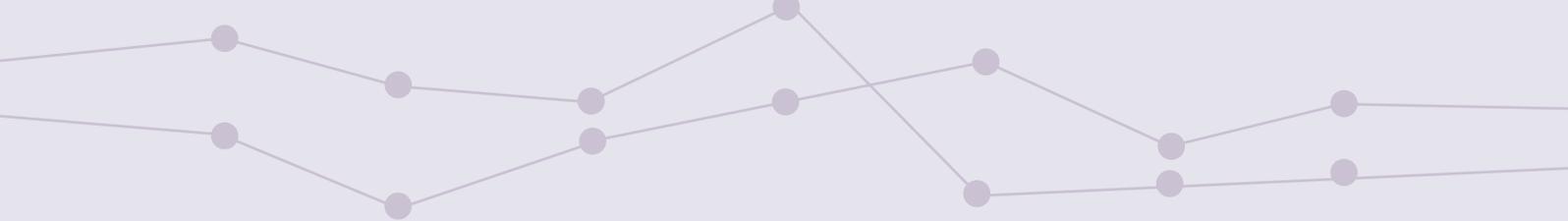
Caio Nakashima
Katia Cristina da Silva Vaz



A photograph showing a woman with long brown hair, wearing a blue polo shirt with 'EXE' and 'SAGI' logos, and a man with dark hair wearing a purple and white striped polo shirt. They are both looking down at a clipboard held by the woman. The background shows a rustic building with a window and some clothes hanging on a line. The image has a semi-transparent purple overlay at the bottom where the text is located.

DESAFIOS DE **AVALIAR** EM
UM CONTEXTO DE GRANDES
TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS:

A EXPERIÊNCIA DA SAGI



ALEXANDRO RODRIGUES PINTO¹

MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO NATALINO²

LUCIANA M. V. SARDINHA³

Introdução

A última década foi marcada por conquistas consideráveis na agenda social brasileira. Esses avanços foram possíveis graças à determinação política alinhada a esforços concentrados de mobilização orçamentária, ao aprimoramento da gestão e à disponibilidade de conhecimentos sobre a implementação e os resultados das políticas públicas.

A existência de uma secretaria voltada à avaliação e gestão da informação contribuiu para parte do sucesso alcançado. Como destaca Jannuzzi (2014, p. 12), a importância das avaliações ganha ainda mais destaque em um cenário complexo como o operado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em que as políticas públicas são implementadas por atores de organizações diversas, como governos estaduais, municipais e organizações da sociedade civil. De forma semelhante, cada ação possui um público-alvo diferente, e encontra-se espalhada por territórios com características distintas.

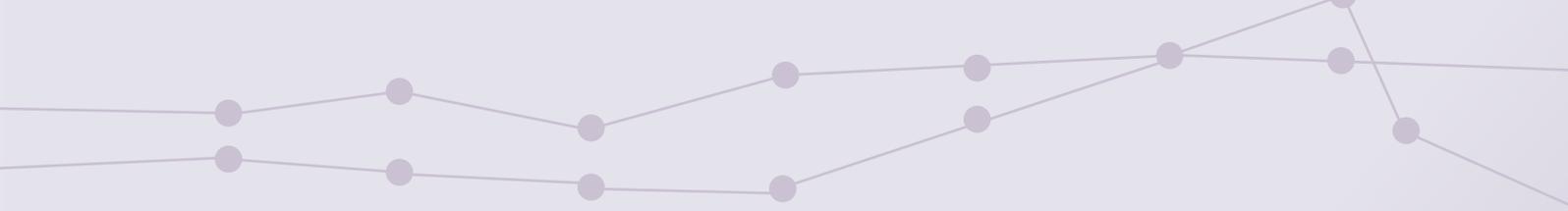
Antes de avançar na discussão, é importante resgatar o conceito de avaliação, que tem por base aquele adotado por Weiss (1998, p. 4): “Investigação sistemática da operação e dos resultados de um programa ou política, comparada com um conjunto de padrões implícitos ou explícitos, como meio de contribuir para o aperfeiçoamento do programa ou da política”⁴ (tradução nossa).

1 Diretor de Avaliação da SAGI, servidor público da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Odontólogo, mestre em Farmacologia Clínica (UFC).

2 Coordenador Geral de Resultados e de Impacto do DA/SAGI, servidor público da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Mestre e graduado em Sociologia (URGS).

3 Coordenadora Geral de Avaliação da Demanda do DA/SAGI. Nutricionista, doutora e mestre em Saúde Pública na área de Epidemiologia (UnB).

4 No original: “Evaluation is a systematic assessment of the operation and/or the outcomes of a program or policy, compared to asset of explicit or implicit standards, as a means of contributing to the improvement of the program or policy”.

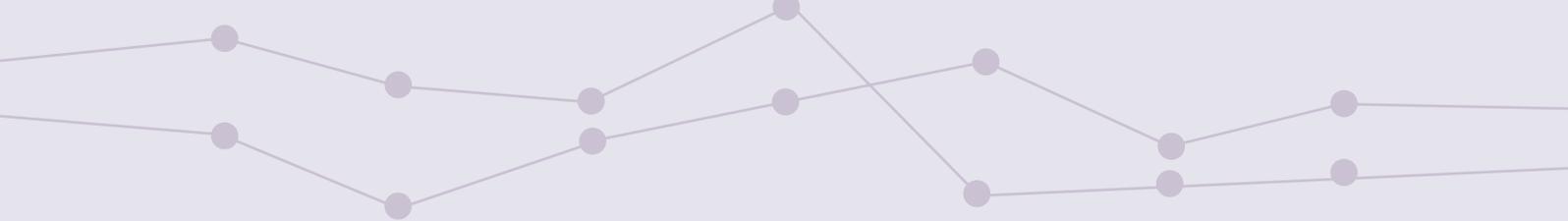


Cabe destacar a preocupação de Weiss com dois elementos: com a investigação avaliativa, que ocorre com base em parâmetros científicos e com robustez metodológica (investigação sistemática) e com o compromisso com o aperfeiçoamento do programa ou política. Embora pareça óbvio, o foco e cuidado com o aprimoramento das políticas nem sempre são os principais motivadores de algumas iniciativas avaliativas, cujos vínculos assentam-se preponderantemente na lógica fiscal.

Continuando nesse movimento de esclarecer esse campo, traz-se a contribuição de outro texto seminal de avaliação, que a define como

o uso de métodos de pesquisas sociais para sistematicamente investigar, de forma adaptada ao ambiente político e organizacional, a efetividade de um programa de intervenção social, de forma a informar a ação social na melhoria das condições sociais (ROSSI; LIPSEY; FREEMAN, 2004, p. 16).

Os autores enfatizam no próprio conceito a necessidade das avaliações estarem adaptadas ao ambiente político e organizacional. Cabe chamar a atenção para o fato de a avaliação não ser um processo puramente técnico. Uma avaliação que tenha sido executada com rigor técnico, porém que não considere os aspectos organizacionais e o próprio ambiente político corre um sério risco de não contribuir para a superação das necessidades de conhecimento acerca do programa, tornando-se inútil.



Sem se prender à necessidade de produção de julgamento sobre o programa, o Departamento de Avaliação da SAGI (DA/SAGI) entende que a avaliação tem a missão de preencher uma lacuna de conhecimento acerca de um programa, ação, serviço ou benefício, com o objetivo de possibilitar seu aprimoramento com vistas à melhoria das condições de vida da população.

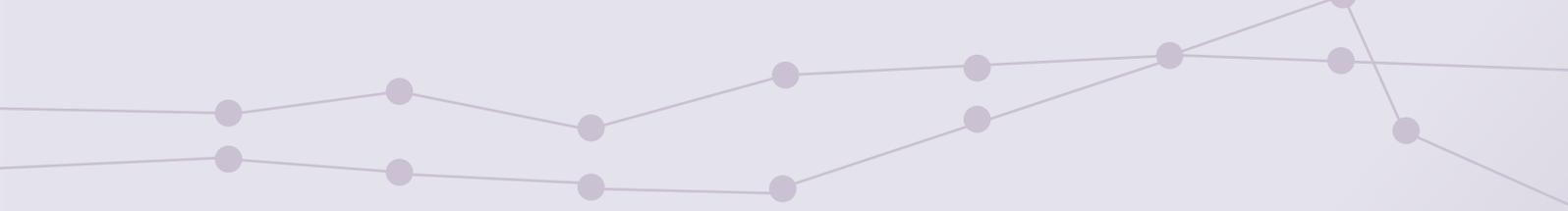
A essa altura o leitor deve ter se dado conta da dificuldade de realizar avaliações de políticas de desenvolvimento social, cujos problemas a que se propõem resolver ou minorar são de naturezas diversas, multifacetados, inter-relacionados e conseqüentemente complexos.

Este artigo busca registrar a forma de atuação do DA, os aprendizados e desafios de se realizar avaliação em uma estrutura de governo que tem como legado a erradicação da extrema pobreza e fome e como desafio perene a garantia de prover direitos de cidadania social, em conjunto com outros ministérios da pasta social.

A primeira parte será dedicada à apresentação da atuação do DA, dos tipos de avaliações realizadas e os aspectos institucionais que influenciam a forma de realizar avaliações.

A segunda parte discute a inserção da avaliação no contexto de definição e expansão pós-constituente de 1988 no Brasil, e como os procedimentos adotados pelo DA foram aperfeiçoados no contexto de complexificação das demandas por políticas específicas.

Por fim, a terceira parte se debruça sobre os desafios para a avaliação e para o DA ante o cenário de restrição orçamentária, e os riscos de se adotar a avaliação como instrumento de legitimação de corte de direitos sociais.



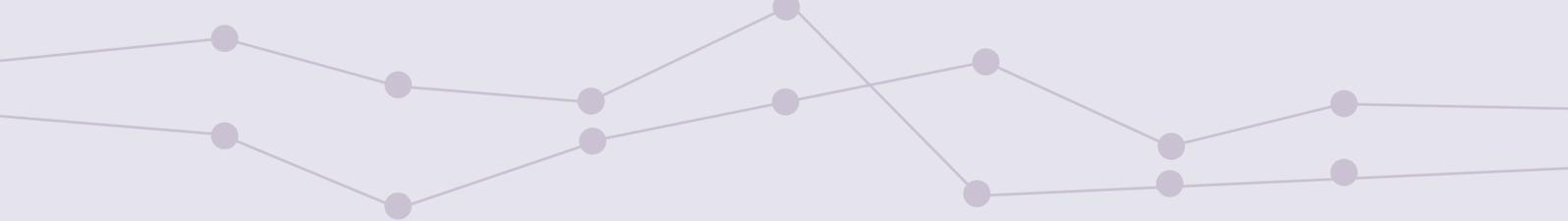
O Departamento de Avaliação

Institucionalmente, as avaliações no âmbito do MDS são de competência primária, embora não exclusiva, do DA da SAGI, que tem como missão produzir conhecimentos relevantes e tempestivos para a tomada de decisão por meio da promoção e realização de avaliações, estudos – acerca dos programas, ações, serviços e benefícios sob responsabilidade do MDS – e de debates técnicos.

Estatutariamente essa missão é desdobrada nas seguintes atribuições (BRASIL, 2011):

- I. avaliar o alcance de resultados e o cumprimento dos objetivos propostos para programas, projetos, serviços e ações do Ministério;
- II. desenvolver e apoiar a avaliação de programas, benefícios, projetos, serviços e ações do Ministério em consonância com os demais órgãos;
- III. oferecer subsídios que orientem a gestão de programas, benefícios, serviços e ações do Ministério com base em estudos e análises; e
- IV. apoiar a proposição e validação de indicadores no âmbito das políticas do Ministério em articulação com a área de gestão da informação.

Pragmaticamente, essas atribuições foram se consolidando em dois grandes processos: realização de pesquisas e estudos avaliativos e a promoção de debates técnicos.



Pesquisas e estudos avaliativos

Conforme tratado na introdução, a avaliação surge para suprir a necessidade de conhecimento sobre um programa. As lacunas de conhecimento são de diversas ordens, como pontuam Rossi; Lipsey e Freeman (2004, p. 16):

- I. Qual é a natureza e escopo do(s) problema(s) que a política social pretende enfrentar?
- II. Onde esse(s) problema(s) está(ão) localizado(s)?
- III. Quem, como e quantos são os afetados?
- IV. O(s) problema(s) justifica(m) a criação, modificação ou expansão de um programa?
- V. Que opções de intervenções factíveis podem promover a mitigação do(s) problema(s)?
- VI. Qual é a população-alvo adequada a essa intervenção?
- VII. A intervenção está atingindo a população-alvo?
- VIII. A intervenção está sendo implementada de forma adequada?
- IX. A intervenção está atingindo os objetivos traçados?
- X. Os benefícios ofertados valem os custos do programa?

O conteúdo das perguntas avaliativas depende do estágio em que se encontra o programa, de quem faz a pergunta e qual é o objetivo da avaliação. Um programa que se encontra em fase inicial de desenho muito provavelmente terá indagações que se aproximam das questões I a VI; já um que se encontra em execução se voltará para inquietações sobre a implementação e os primeiros resultados (questões VII a IX). É mais adequado que o questionamento X seja direcionado apenas para os programas consolidados.

Os autores Rossi, Lipsey e Freeman (2004, p. 53-54) classificam as avaliações de forma didática e integradas ao Ciclo de Política Pública (HOWLETT; RAMESH, 2003), como mostra a Figura 1.

FIGURA 1: TIPOS DE AVALIAÇÃO CONSIDERANDO O CICLO DO PROGRAMA.

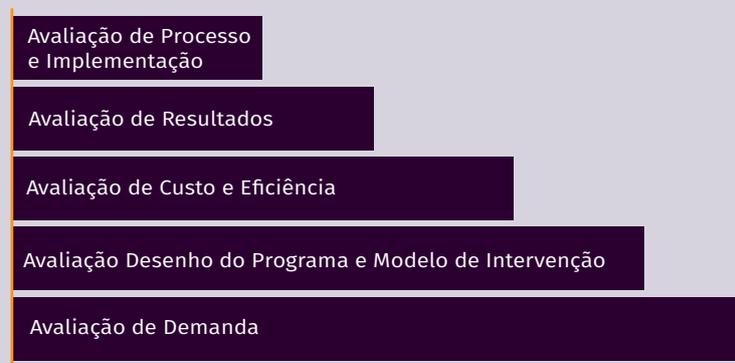


Fonte: Howlett; Ramesh, 2003.

Assim como os programas não podem ser divididos em etapas tão claras (SARAVIA, 2006), as avaliações tampouco têm essa possibilidade. A avaliação deve ser construída com base em conhecimentos oriundos de outras pesquisas e avaliações, sob pena de não conseguir apresentar conclusões ou responder de forma precária às indagações que a motivou (JANNUZZI et al., 2009, p. 102). Assim, uma avaliação de resultados pode concluir que o programa não está realizando as entregas que se esperava; mas se essa avaliação não for precedida de outra que apresente como a implementação ocorreu, não será possível saber se esse resultado se deve à deficiência na implementação ou no desenho – com isso, perde-se a possibilidade de aperfeiçoamento do programa.

Em relação a isso, Rossi; Lipsey e Freeman (2004, p. 80) propõem uma hierarquia de avaliações (Figura 2).

FIGURA 2: HIERARQUIA DAS AVALIAÇÕES



Fonte: Rossi; Lipsey e Freeman, 2004.

Jannuzzi *et al.* (2009, p. 127) destacam que a hierarquização proposta por Rossi; Lipsey e Freeman (2004, p. 80) não pode ser tomada como regra rígida, mas como orientação. Nesse sentido, o DA adota a premissa de que o objetivo da avaliação é superar uma lacuna de conhecimento no momento em que se torna um entrave ao desenvolvimento do programa, devendo compatibilizar a necessidade de se ter avaliações com a pergunta avaliativa e com o ambiente organizacional, a fim de obter as respostas em sua completude. Como lembram Jannuzzi *et al.* (2009, p. 127), o importante é que “se organize um plano consistente de avaliação em todas as etapas do ‘ciclo de vida’ do programa, e que resista à tentação de ‘colocar a carroça antes dos bois’”.

A título de exemplo, apresentamos as avaliações do Programa Cisternas (Figura 3), que não possui cadência rígida (avaliações de demanda → avaliações de processo → avaliações de resultados → avaliações de impacto). Observando-se a sequência dos focos das avaliações, percebe-se que as primeiras iniciativas tinham como objeto o conhecimento da realidade em que operava o programa, seguida pelos resultados e por fim o interesse nos possíveis impactos.

FIGURA 3: LINHA DO TEMPO DAS AVALIAÇÕES DO PROGRAMA CISTERNAS



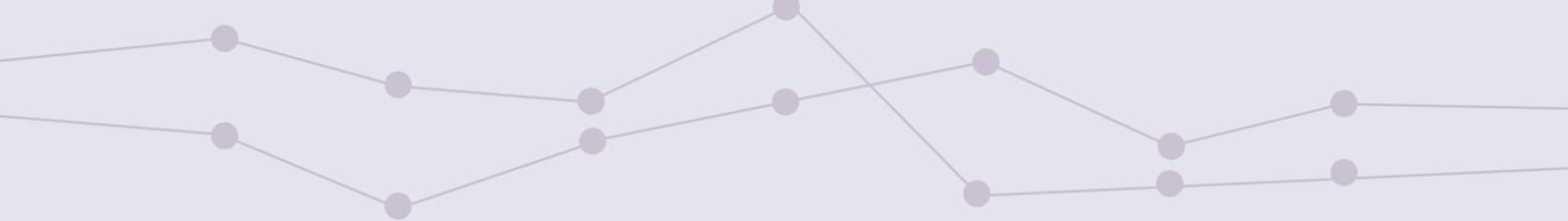
Fonte: SAGI, 2015.

Para ilustrar o processo de elaboração de uma pesquisa do DA, o próximo capítulo aborda a construção e os desdobramentos da *Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*.

Ante a complexidade das questões sociais, diversidade de públicos e desenhos operativos dos programas, o DA emprega uma abordagem multimétodos em suas pesquisas de avaliação.

Dependendo das questões a serem investigadas, dos prazos e dos recursos disponíveis, o Departamento especifica o modelo mais adequado de investigação empírica, utilizando uma ou mais técnicas de pesquisa social (qualitativa, desenhos quase-experimentais quantitativos) com diferentes sujeitos envolvidos (beneficiários de programas, públicos específicos, população em geral, técnicos e gestores do programa) em amostras intencionais ou probabilísticas de representatividade nacional ou em contextos específicos.

Nesse campo, às vezes repleto de defensores da superioridade de algumas metodologias em detrimento de outras, o Departamento se vale dos ensinamentos de Weiss apud Hormans (1998, p. 180):



As pessoas que escrevem sobre metodologia geralmente esquecem que é uma questão de estratégia e não de moral. Não há metodologia boa ou má, mas apenas métodos que são mais ou menos efetivos ante uma circunstância particular em que se quer atingir um objetivo no caminho a uma meta distante⁵ (tradução nossa).

Seguindo no exemplo das avaliações do Programa Cisternas, a avaliação de sustentabilidade⁶ utilizou abordagem metodológica quantitativa para investigar a cobertura, focalização e percepção dos beneficiários dos efeitos do programa em suas condições de vida. Utilizou-se entrevistas aprofundadas e grupos focais com beneficiários para a avaliação qualitativa do Programa P1+2⁷.

Operacionalização das pesquisas

O modelo de avaliação adotado pela SAGI, que se utiliza de avaliadores não pertencentes à estrutura do MDS, pode ser considerado como o que Worthen; Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 289) definem como avaliação mista, pois combina as vantagens de uma análise interna (conhecimento dos programas, capacidade de diálogo e trânsito com os gestores do programa, maior compreensão sobre a cultura organizacional e sobre a dinâmica da tomada de decisão) com a avaliação externa (maior autonomia, credibilidade externa e possibilidade de trazer conhecimento específico em determinadas metodologias).

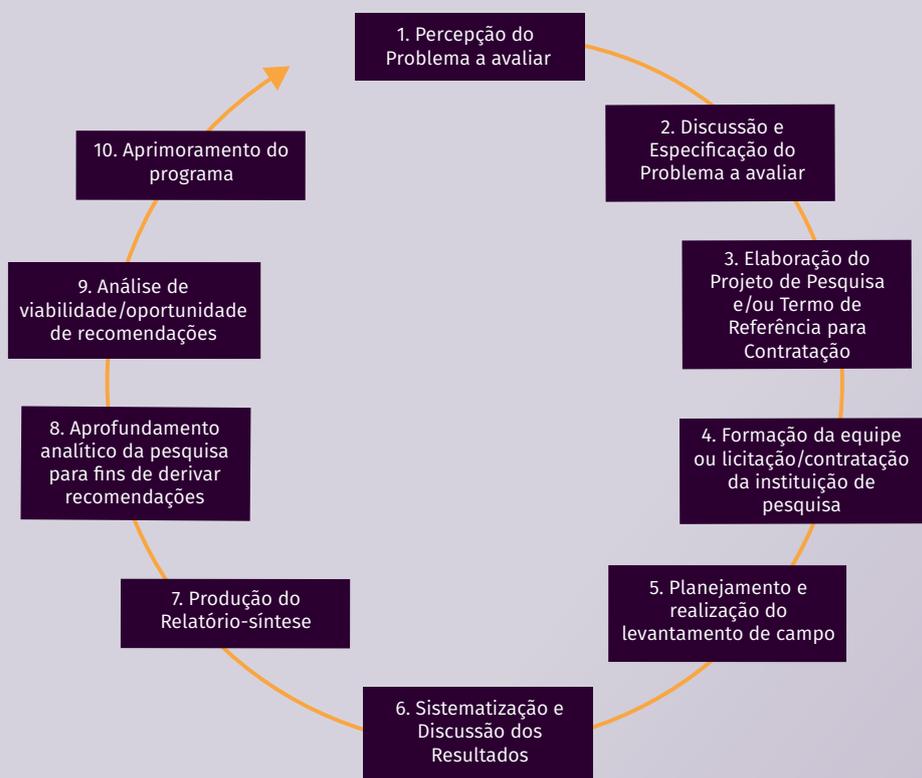
A equipe do DA monitora o cumprimento das especificações técnicas estabelecidas nos termos de referência e mantém diálogo permanente tanto com o contratado quanto com os responsáveis pelas ações e programas do MDS, de forma a garantir que os produtos apresentados sejam qualificados de um ponto de vista teórico-metodológico e, ao mesmo tempo, respondam às demandas de conhecimento dos gestores do programa avaliado.

5 No original: "people who write about methodology often forget that it is a matter of strategy, not of morals. There are neither good or bad methods but only methods that are more or less effective under a particular circumstance in reaching objectives on the way to a distant goal."

6 Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/Avaliacao%20da%20Sustentabilidade%20do%20Programa%20Cisternas%20do%20MDS%20em%20Parceria%20com%20a%20ASA%20-Agua-Vida-2.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

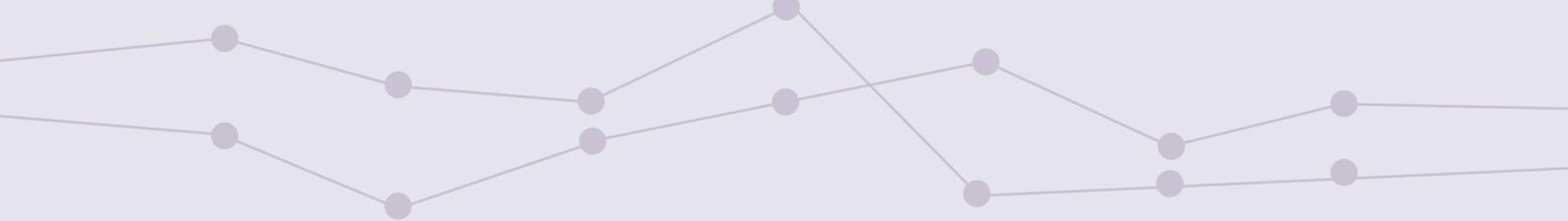
7 Disponível em : <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20Qualitativa%20sobre%20o%20Programa%20P1+2.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

FIGURA 4: CICLO DE AVALIAÇÃO



Fonte: SAGI, 2015

O Departamento sistematizou suas ações em dez etapas que passam desde a validação e refinamento da demanda até a disseminação dos resultados e disponibilização dos microdados, como ilustrado na Figura 4.



Etapa 1 – Percepção do problema a avaliar

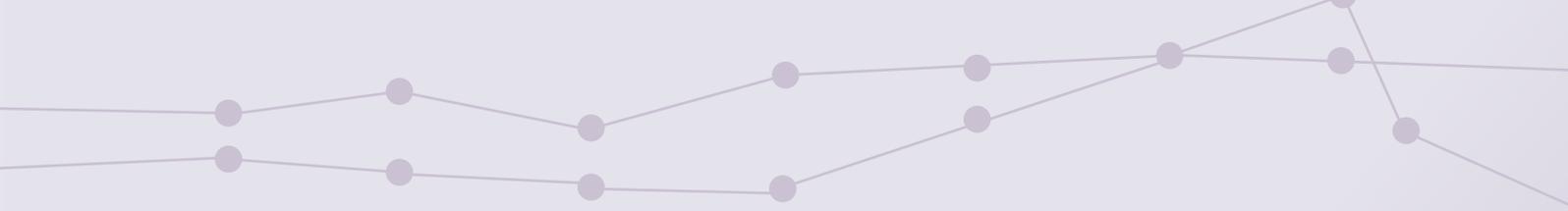
A natureza e o objeto dos estudos a serem realizados são frutos de um debate coletivo entre os diversos setores do Ministério, levando-se em consideração a priorização de programas ainda não avaliados e as necessidades identificadas de reavaliação periódica dos programas sob a gestão do MDS (TAPAJÓS et al., 2010).

O Grupo de Trabalho de Monitoramento de Avaliação (GTMA)⁸ do MDS é o fórum institucional que abriga as discussões sobre a priorização e definição da agenda de avaliação do ano subsequente, consolidado no Plano Anual de Avaliação. O GTMA conta com a participação da SAGI, que conduz as avaliações, e de representantes de todas as secretarias finalísticas do MDS, do Gabinete da Ministra e da Secretaria Executiva, que demandam as avaliações. Em geral, o Grupo tem como guia o resultado do planejamento estratégico do Ministério, que aponta as ações prioritárias.

Etapa 2 – Discussão e especificação do problema a avaliar

A especificação dos objetivos de avaliação da pesquisa e da metodologia adequada requer intensa discussão técnica com a área demandante. Nesse processo se consegue, por vezes, identificar novas questões de interesse investigativo ou demandas de informação que podem ser atendidas por outras estratégias dentro da própria Secretaria demandante, como a organização de bases de dados já existentes ou a construção de séries históricas de indicadores. Define-se, nesse momento, se a demanda de informação e conhecimento requerida deve ser atendida por meio de uma pesquisa de avaliação (que envolve alguma estratégia qualitativa, quantitativa, quase-experimental, participativa de levantamento de dados primários em campo), de um estudo avaliativo (desenvolvido a partir de fontes de informação secundária), ou de uma meta-avaliação (compilação e análise comparativa de estudos e pesquisas anteriormente realizadas sobre determinado tema).

⁸ Instituído pela Portaria MDS n° 160, de 09 de maio de 2008.

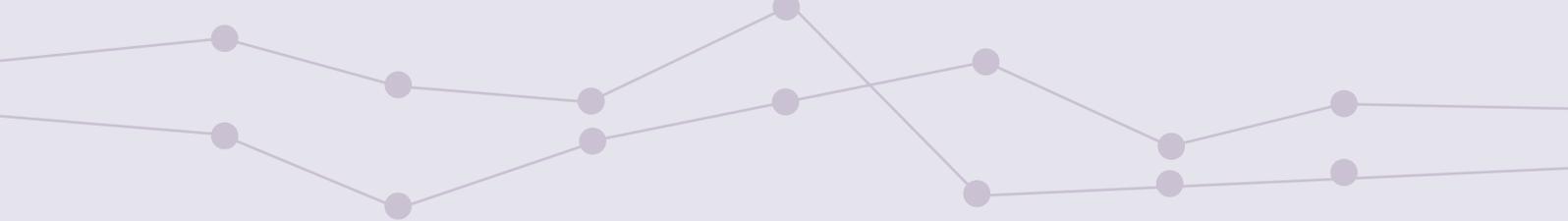


Essa etapa do processo de definição do problema de pesquisa é importante para que a avaliação, de fato, responda às perguntas dos demandantes e esteja adequada ao ambiente organizacional.

Segundo Whorthen; Sander e Fitzpatrick (2004, p. 270-1), “determinar o propósito talvez seja a decisão mais importante que o financiador de uma avaliação vai tomar no decorrer de um estudo. E compreender esse propósito talvez seja a percepção mais importante que o avaliador pode ter”.

É nesta fase que o DA aprofunda com o gestor requisitante as condições organizacionais em que a avaliação se processa, e se problematizam questões como por que se demanda a avaliação, que usos serão dados aos resultados e por quem? Faz também uma apreciação se o programa está em condições de ser avaliado e qual é o objetivo e escopo da avaliação.

Uma preocupação norteadora do trabalho do DA é a apropriação dos resultados pelos demandantes. Figueiredo e Figueiredo (1986, p. 2) apontam que a avaliação opera em uma arena política e, como tal, deve disputar com outras evidências não empíricas a atenção e reconhecimento dos gestores e tomadores de decisão, dificultando assim a construção de uma relação direta de resultados da avaliação/tomada de decisão. Para que os resultados das avaliações influenciem o processo de tomada de decisões, o DA considera que a participação dos demandantes em todas as etapas do processo de avaliação é fundamental. À medida que os gestores participam da avaliação desde as fases de desenho e execução até a discussão dos resultados preliminares, aumentam as chances de considerarem a avaliação como instrumento de construção e qualificação do conhecimento acerca do programa. Assim, quando a avaliação chega em sua etapa final, o gestor-participante já teve condições de acumular reflexões sobre os possíveis resultados e recomendações antes mesmo que esses surjam sob a forma de um relatório, evitando o estranhamento e muitas vezes a negação do conteúdo da avaliação. Na experiência do DA, em geral, os resultados preliminares já são insumos que per-



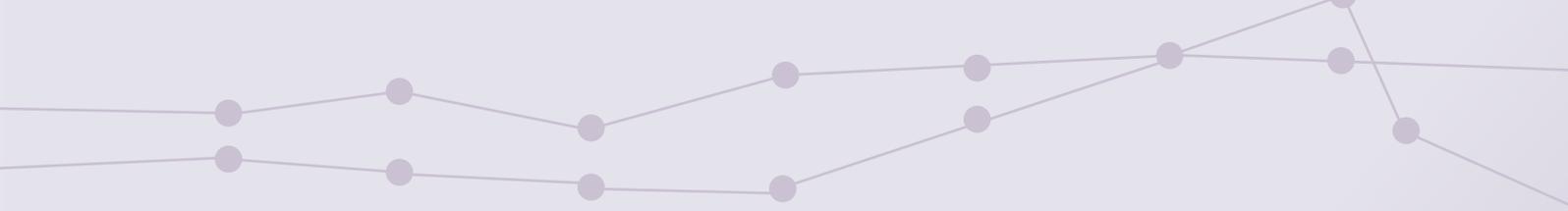
mitem alterar o curso de implementação do programa, a exemplo da pesquisa de avaliação qualitativa do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC)⁹.

Etapa 3 – Elaboração do projeto ou do termo de referência para contratação

Uma vez validado internamente na SAGI e refinado o objeto de investigação junto ao GTMA e à área demandante, o DA elabora o projeto ou termo de referência (quando envolve uma contratação), documento que deve conter todos os elementos necessários à realização da pesquisa de forma pormenorizada, além de especificar os requisitos mínimos que garantam a qualidade dos produtos a serem contratados ou executados diretamente. Nessa etapa definem-se a metodologia, a amostra de localidades e/ou sujeitos a entrevistar, o cronograma e os produtos da pesquisa. A natureza, os objetivos e o escopo da pesquisa e os recursos disponíveis para sua realização são fatores que definem se a avaliação será realizada diretamente ou contratada.

As avaliações internas, realizadas pelos técnicos do DA, ao prescindir do processo de contratação, reduzem o tempo entre a especificação da demanda e os resultados obtidos. As contratações de serviços no setor público têm um rito rigidamente estabelecido pela legislação: entre diligências, recursos e pareceres, frequentemente consomem um semestre ou mais. Não é de se estranhar que Rossi; Lipsey e Freeman (2004, p. 47) chamem atenção para o tempo, que é o recurso mais raro e, portanto, mais precioso em uma avaliação. O avaliador, em geral, é cobrado a apresentar evidências ancoradas em metodologias robustas, em um tempo exíguo e com recursos limitados. Outra vantagem na utilização de avaliações internas é que o demandante, gestor da política, conhece os avaliadores não apenas por seu currículo, mas por sua trajetória dentro da própria instituição, o que cria um ambiente propício à cooperação durante a execução da pesquisa. O avaliador também detém conhecimentos acerca dos valores e funcionamento da instituição, dos atores envolvidos e dos gestores

⁹ Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/>>



demandantes, insumos importantes na elaboração da estratégia de divulgação e de apropriação dos resultados.

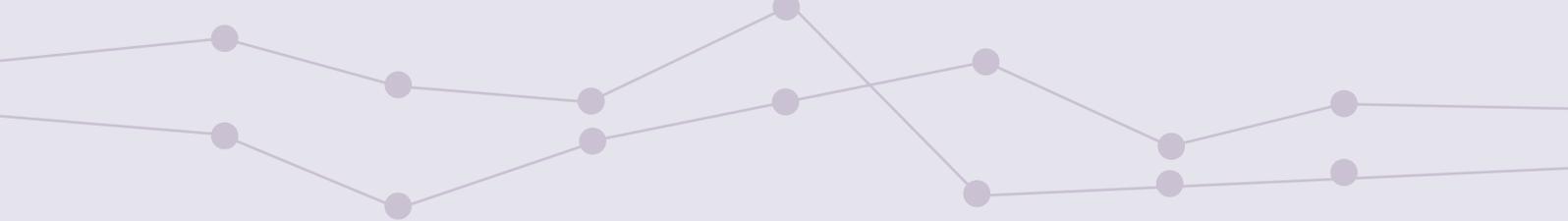
A contratação do avaliador externo configura-se como o resultado da proposta mais vantajosa para administração, que se utiliza de procedimentos licitatórios, garantindo a ampla concorrência entre os interessados em geral sob a modalidade de pregão eletrônico, o que exige que o termo de referência seja o mais detalhado e objetivo possível. Questões que não possam ser definidas pelo termo de referência e que não impactem no orçamento da pesquisa são elucidadas na primeira reunião técnica com a empresa contratada, que ocorre, geralmente, nas duas primeiras semanas da assinatura do contrato. Esse é o marco que estabelece o início da execução do contrato, ou seja, da pesquisa.

Etapa 4 – Formação da equipe ou licitação/ contratação da instituição de pesquisa

Nas avaliações realizadas diretamente pelo DA, mobiliza-se a equipe de técnicos de formação multidisciplinar para a coleta de informações. Os técnicos do DA são compostos por servidores das carreiras de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), Analistas Técnicos de Políticas Sociais (ATPS), Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) e servidores que exercem cargos de confiança sem vínculo com a administração.

Nessa etapa é feito um nivelamento da equipe acerca dos objetivos da pesquisa, metodologia e instrumentos que serão utilizados. Pode-se recorrer à consultoria de pessoa física para agregar alguma capacidade que não se encontra na equipe. Nessa etapa, é feito um nivelamento da equipe sobre os objetivos da pesquisa, metodologia e instrumentos que serão utilizados. Vale a pena destacar duas pesquisas recentes feitas pela equipe do DA. A primeira investigou os beneficiários do Programa Bolsa Família que usam os meios disponíveis para se comunicarem com o MDS (cartas, ligações, sítio etc.) por meio de grupos focais realizados pela equipe do DA e da Secretaria responsável pelo Programa (SENARC)¹⁰. A relação dos beneficiários

10 Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum_executivo/pdf/sumario_146.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2015.



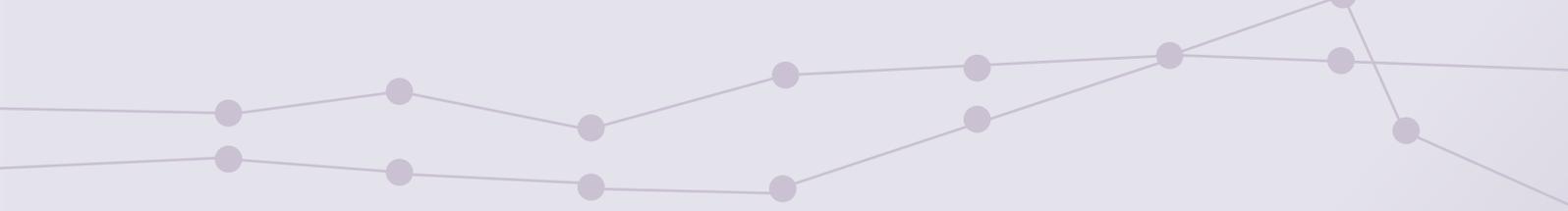
com o patrimônio ambiental em seu entorno e com o Programa Bolsa Verde está sendo objeto de pesquisa etnográfica em que os técnicos do DA ficaram imersos nas comunidades por um período de 15 dias.

Etapa 5 – Planejamento e realização do levantamento de campo

A execução é acompanhada de forma criteriosa pelo DA, que estabelece com as instituições contratadas/executoras uma verificação minuciosa dos processos envolvidos nas etapas e atividades necessárias à realização da pesquisa. O DA acompanha todas as fases do trabalho de campo, como a elaboração dos questionários ou roteiro de entrevistas, treinamento da equipe de entrevistadores, pré-teste de questionários e visita às localidades durante trabalho de coleta, contribuindo substantivamente em cada uma delas. Como todo empreendimento de pesquisa social é complexo, esse acompanhamento técnico é crucial para permitir a identificação de problemas na condução da pesquisa, garantir a qualidade dos dados e análise da informação gerada no final, além de orientar em situações particulares imprevistas e supervisionar o cumprimento dos requisitos técnicos exigidos.

Nem todas as empresas estão acostumadas, ou mesmo, em vários casos, preparadas, a terem seus procedimentos técnicos revisados, questionados e validados por um contratante como a SAGI, que detém a expertise em pesquisas sociais. Essa experiência do corpo técnico do DA advém do fato de dispor de servidores e colaboradores com conhecimento para elaboração de pesquisa, com especialização, mestrado e doutorado ou, ainda, com experiência na gestão de programas sociais.

É preciso registrar que a relação entre a SAGI e as instituições contratadas pode se revelar um tanto tensa, em função do pouco preparo ou inexperiência dessas executoras em manter uma interlocução técnica qualificada com órgãos de governo sobre esse tipo de pesquisa. É forçoso reconhecer que a expansão da demanda de avaliações de



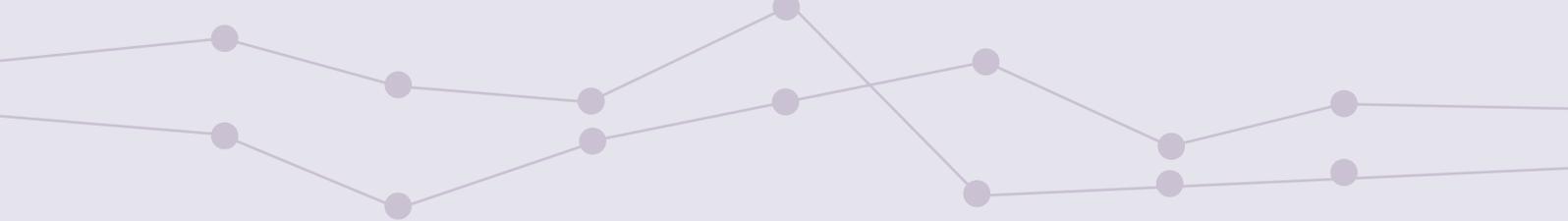
programas sociais e sua contratação pelas agências estatais não foi acompanhada no mesmo ritmo pela qualificação dos interlocutores (contratantes e contratados).

É fato que o mercado provedor de pesquisas ainda é muito heterogêneo, com forte presença de empresas de pesquisa de mercado e de opinião pública. Pesquisas sociais, sobretudo aquelas voltadas à avaliação de programas, são mais complexas e requerem resultados mais robustos e específicos, pois orientam decisões críticas acerca do desenho, resultados e méritos das ações de governo. Certamente, pior do que não dispor de informação para a tomada de decisão é pautar as escolhas técnico-políticas com base em estudos e conhecimento com viés operacional de levantamento ou escopo analítico limitado.

Nesse sentido, observa-se que o pioneirismo da SAGI instiga uma mudança positiva no ambiente institucional do setor de pesquisas no país, fomentando a ampliação e consolidação de uma maior expertise em estudos sociais avaliativos por parte dos agentes envolvidos com a temática. Entretanto, deve-se destacar que tal pioneirismo se desenvolve em um contexto de baixa presença de cultura avaliativa entre os diversos atores relevantes do Estado, do mercado e da sociedade, exigindo por parte do DA suprir as carências advindas do próprio quadro profissional disponível para contratação.

Etapas 6 a 10 - Da sistematização e discussão dos resultados ao aprimoramento do programa

Executado o trabalho de campo, inicia-se o ciclo de discussões técnicas de análise dos dados, com a proposição de plano tabular e apresentação de resultados parciais. Após a produção de relatório de pesquisa por parte da instituição contratada, pode-se envolver a equipe do Departamento ou um consultor especializado na temática para realizar análises complementares, procurando responder aos objetivos iniciais da pesquisa, explorando assim diversos outros aspectos levantados em campo. Os resultados são apresentados à área demandante (uma das secretarias finalísticas do MDS) para discussão



técnica e aprofundamento analítico por meio de reuniões internas no Ministério, com a participação eventual da instituição contratada.

Finalizada a etapa de análise dos dados, o Departamento dedica-se à apropriação dos dados pelas áreas finalísticas e disseminação dos resultados a diferentes públicos.

Para a apropriação dos resultados das pesquisas na política pública é preciso ter investimento na interlocução com as áreas técnicas, na perspectiva de que sejam analisadas as recomendações trazidas. O procedimento que se adota em geral é a realização de oficinas com as áreas demandantes para discutir soluções e alternativas sobre a implementação ou mesmo sobre o desenho do programa.

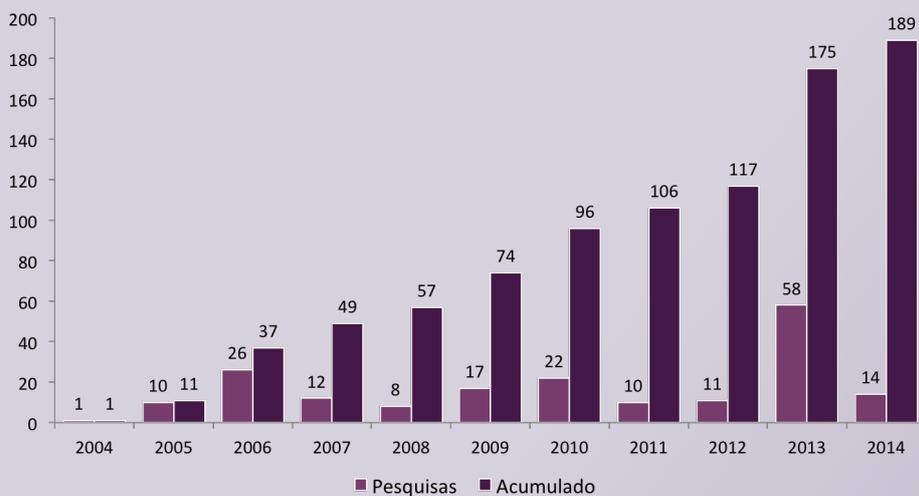
Para maximizar o potencial uso da avaliação, é necessário que se promova a disponibilização dos resultados para a sociedade. As atuais ferramentas informacionais, principalmente a internet, tornam essa etapa uma realidade possível a um baixo custo ao governo. Nesse sentido, um dos meios de publicização dos resultados das pesquisas de avaliação é sua disponibilização no site do MDS¹¹. Essa divulgação ocorre no mínimo por meio de um sumário executivo, relatório de pesquisa ou de uma ficha técnica que sintetiza os principais achados das pesquisas e suas recomendações aos gestores, além de apresentar a metodologia, o período de realização e equipe de execução e o acompanhamento.

Além da ficha técnica, do sumário ou relatório, no caso de pesquisa de abordagem quantitativa, disponibilizam-se também os microdados, isso é, os registros de coleta de campo. Garante-se, entretanto, a confidencialidade da unidade investigada para se preservar a intimidade das pessoas que participaram da pesquisa, mas sem comprometer a função analítica dos dados. A disponibilização dos microdados se dá cerca de seis meses após a conclusão da análise dos dados em função do tempo necessário para a desidentificação (remoção de informações sigilosas) e preparo de documentação que permita o uso e a compreensão dos dados por parte dos usuários. Vale registrar que essa política de disseminação de resultados de

11 Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum_executivo/pg_principal.php?url=abertura>. Acesso em: 23 nov. 2015.

pesquisas – e portanto de transparência pública – é uma prática da SAGI desde sua criação, em 2004, muito antes da Lei de Acesso à Informação, instituída em 2012.

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE AVALIAÇÕES REALIZADAS SEGUNDO O ANO.



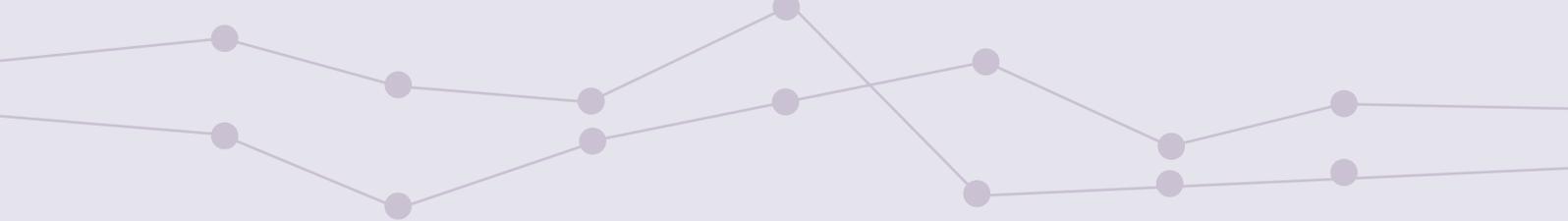
Fonte: DA/SAGI, 2015.

Além das formas anteriormente citadas, o DA tem se esforçado para diversificar os formatos e mídias de divulgação dos resultados utilizando publicações da SAGI como o periódico “Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate”¹² e os “Estudos Técnicos”, bem como a edição de livros e participação em congressos e eventos acadêmicos com a proposição de mesas de debates.

Ao longo dos 11 anos, a SAGI produziu mais de 180 avaliações, cujos resultados encontram-se disponíveis no site do MDS (Gráfico 1).

Para atingir esse resultado, a SAGI contou com importantes parceiras, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e o

¹² ISSN 1808-0758. Vide portal de publicações em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=53>.

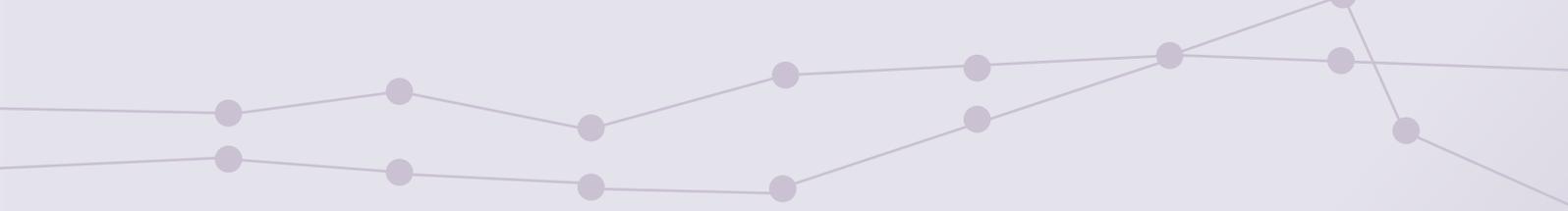


Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O IBGE aportou sua capacidade logística, analítica e credibilidade institucional para a realização de pesquisas ou inserção de módulos específicos em investigações de abrangência nacional, como:

- Pesquisa de Entidades Privadas da Assistência Social (PEAS): censo realizado nos anos 2006 e 2013 que mapeou e diagnosticou a capacidade de gestão das entidades privadas identificadas na base do Cadastro Central de Empresas voltadas à Assistência Social, às defesas de direitos de grupos e minorias e a outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos¹³;
- Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), em que foi diagnosticada a capacidade de gestão e controle social da assistência social dos municípios nos anos 2005, 2009 e 2013. A análise longitudinal dos dados trazidos por essa pesquisa permite retratar a evolução do Sistema Único de Assistência Social. A Munic também investigou ações municipais de inclusão produtiva em 2014;
- Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic): De forma semelhante à Munic, a Estadic retratou a capacidade instalada nos estados e as ações desenvolvidas nas áreas da assistência social, segurança alimentar e nutricional nos anos 2012 e 2014. É importante registrar que a própria inserção da Estadic no calendário de pesquisas do IBGE é resultado de uma demanda do DA/SAGI, que se ressentia por não ter dados para a gestão estadual no conjunto de informações levantadas pelas pesquisas municipais e pela PEAS;
- Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (PNAD): A segurança alimentar e nutricional foi objeto de suplemento da PNAD nos anos 2004, 2009 e 2013, o que possibilitou acompanhar, por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, a queda constante da insegurança alimentar no período. Trabalho infantil, transferência de renda, primeira infância, inclusão produtiva, qualificação profissional e acesso ao Cadastro Único foram outros temas de interesse do MDS abordados em suplemento da pesquisa.

13 Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum_executivo/pdf/sumario_147.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2015.

O CNPq tem se consolidado como um importante parceiro na construção de ponte de diálogos entre a produção acadêmica brasileira e a gestão das políticas públicas. Tradicionalmente, há uma clivagem entre o saber



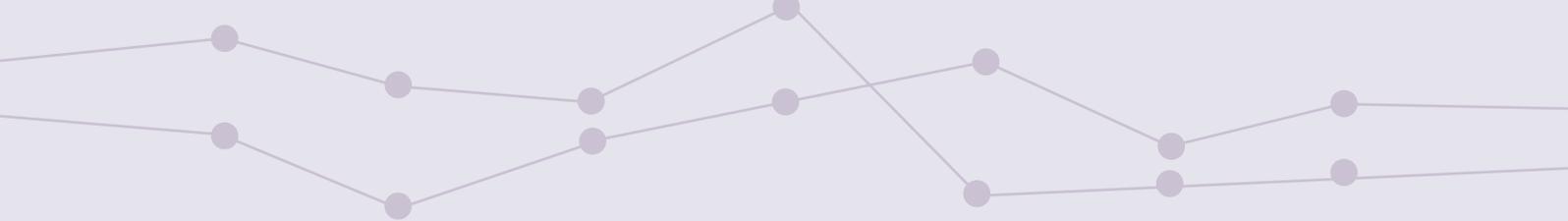
produzido nas bancas das universidades e aquele gerado no interior do Estado, quer seja na gestão ou pelas avaliações. Em parte, essa segregação pode ser explicada devido à natureza das atividades que geram esses conhecimentos: avaliações e pesquisas sociais (WEISS, 1998, p. 14). Não obstante, as políticas públicas e a academia ganham quando lançam elos que permitem o intercâmbio e reconhecimento mútuo como produtores de conhecimento. Com essa finalidade, por meio de dois editais de seleção, o MDS financiou 76 projetos de pesquisa. O edital possibilitou a criação de espaços de discussão de projetos com foco nas políticas de desenvolvimento social, traduzidos na realização de oficinas de acompanhamento que contaram com a participação de pesquisadores, técnicos da gestão diretamente envolvidos nos programas investigados e de especialistas convidados. Em cada edital foram realizados três encontros: um no início, com o objetivo de promover qualificação do projeto; um de meio termo, que discute os primeiros achados; e um no final, para apreciação dos resultados e possíveis recomendações das pesquisas.

Aspectos organizacionais

Confiança externa e autonomia são dois valores alardeados e perseguidos por quem faz a avaliação, ambos interligados. A SAGI produziu uma inovação ao introduzir a mudança na concepção dicotômica “avaliação interna versus avaliação externa”. Localizar-se na mesma instituição de governo e no mesmo nível hierárquico das estruturas avaliadas faz com que a SAGI tenha o distanciamento necessário para não sofrer as pressões sobre os resultados, mas perto o suficiente para acumular conteúdo e saberes relacionados aos programas de desenvolvimento social.

Embora esse fator seja importante para o atendimento das demandas de avaliação, não é suficiente para se lograr êxito na produção de avaliações que sejam de fato relevantes para o aprimoramento das entregas do MDS à sociedade. Outros dois ingredientes devem ser objeto de atenção: a cooperação e confiança institucionais.

Vaitsman e Paes-Sousa (2011) descrevem os arranjos que possibilitaram o estabelecimento dos alicerces da cooperação e confiança ins-



titucional nos primeiros passos da SAGI. Vale lembrar que se tratam de valores que devem ser reafirmados na prática diária. No caso do DA, os esforços iniciais de inserção da cultura de avaliação por meio da realização de cursos e seminários sobre o tema para os técnicos foram fundamentais.

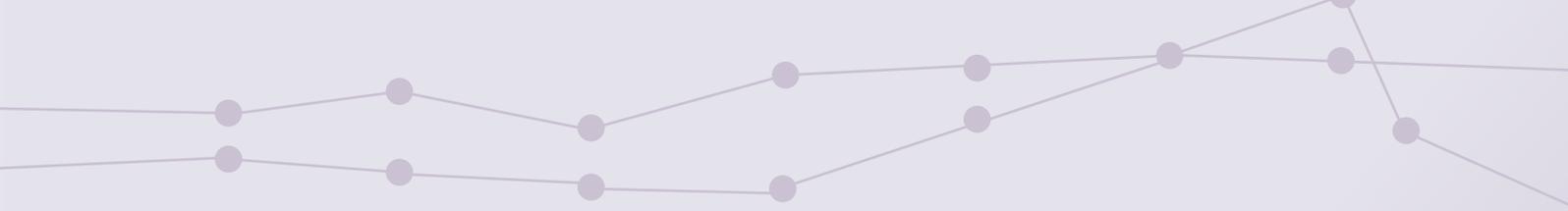
O próprio estabelecimento de uma rotina de avaliação que reforça a participação dos atores demandantes nas etapas-chave do processo (Figura 4) promove troca de conhecimentos entre as áreas e permite o estabelecimento de relações de confiança e cooperação entre os atores. É certo que fazer parte da estrutura do MDS contribuiu para isso, pois as equipes técnicas do DA e da gestão são formadas por servidores, muitas vezes da mesma carreira, que quando não compartilham compreendem as culturas organizacionais que permeiam as discussões sobre a avaliação.

Além disso, como chama a atenção Worthen; Sander e Fitzpatrick (2004, p. 290), quando o agente avaliador é interno à organização, há um processo de acumulação e apropriação acerca dos programas e da própria organização que permite desenhar e conduzir avaliações que sejam mais adequadas às necessidades dos tomadores de decisão.

A constante interlocução técnica entre a área de avaliação e de gestão também possibilita a troca de conhecimentos e a quebra de mitos. De um lado, o envolvimento dos demandantes incentiva a apropriação da avaliação como ferramenta de aprendizado e reflexão sobre seu programa e suas atividades enquanto gestores públicos. De outro lado, as discussões com os gestores permitem aos técnicos do DA conhecerem os preceitos teóricos, o marco legal, as rotinas e fragilidades e o que melhora o planejamento da pesquisa, além de constituir insumos para a construção de uma matriz de possíveis demandas de avaliação. As avaliações passam, então, a serem vistas como uma etapa no aprimoramento do programa e de aprendizagem organizacional, constituindo-se uma etapa do ciclo de gestão de programas¹⁴.

A Política de Avaliação e Monitoramento, instituída pela Portaria 329/2006, foi instrumento catalisador da institucionalização das prá-

¹⁴ Há modelos institucionais que incorporam a avaliação como elemento apartado e resultam, amiúde, em baixo grau de utilização dos resultados avaliativos no aprimoramento dos programas. Não por acaso, o uso da avaliação é considerado o “calcanhar de Aquiles” da avaliação de programas (NATALINO; PINTO; CUSTÓDIO, 2014), sendo objeto de intensa discussão entre agências nacionais e internacionais de avaliação no âmbito da Terceira Conferência Internacional de Capacidades Nacionais de Avaliação, que contou com a participação de mais de 160 especialistas de 63 países (PNUD, 2014).



ticas de avaliação, menos por seu caráter formal – embora importante pela simbologia associada – e mais por seu conteúdo orientador sobre o que se considera como atividade avaliativa, seus limites, valores e preceitos.

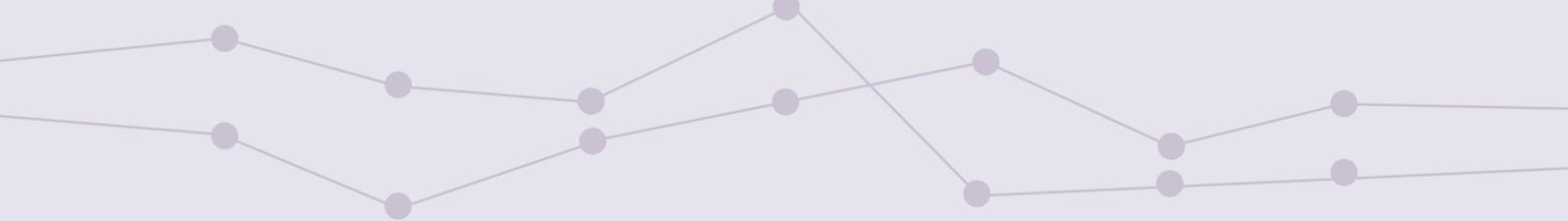
De fato, passados 11 anos e quatro secretários, não se observa rupturas na produção de avaliação pela SAGI, mas um processo crescente de acúmulo de conhecimento em torno das práticas de avaliação no âmbito da administração pública federal.

A estabilidade institucional pode ser creditada em grande medida à conquista do reconhecimento por parte das instâncias internas e de órgãos externos da importância da avaliação e da qualidade técnica dos produtos da SAGI, para os quais foram fundamentais a contribuição do conjunto de técnicos, diretores e secretários que deram vida às normativas e conseguiram responder às demandas por conhecimento acerca dos programas.

Promoção de debates técnicos

A avaliação como uma atividade científica tem como característica não apenas produzir, mas sobretudo utilizar como subsídio básico o conhecimento disponibilizado na literatura especializada ou disperso na burocracia e nos espaços de participação social. Identificar, reconhecer como válido e sistematizar a pluralidade de saberes que permeiam um programa é tarefa fundamental na construção das perguntas avaliativas. O estabelecimento e manutenção de fóruns de debates técnicos com participação diversificada é um instrumento de apropriação rápida do que está presente em teses, conferências e inclusive em reuniões de trabalho.

Nesse contexto, o DA/SAGI promove a realização regular de debates, nos quais os especialistas, técnicos do MDS e do governo federal e representantes da sociedade civil são convidados a refletir sobre temas que de alguma forma interagem com as políticas de desenvolvimento social.



O Sexta com Debate¹⁵ é um evento quinzenal em que um palestrante e um debatedor apresentam e confrontam teses e discutem com o público. O DA/SAGI já realizou 54 encontros, abrangendo temas de todas as áreas das políticas sociais.

Inaugurado em 2015, o Cine com Debate¹⁶ inova no modelo ao ter como mote do debate um filme em que as questões sociais são protagonistas da trama. Privilegia-se a programação nacional cujo tempo máximo não exceda 1h20.

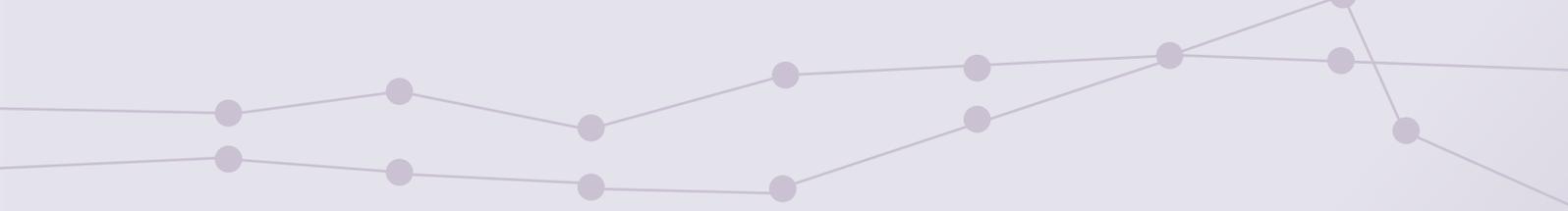
Quando houve as comemorações dos 10 anos do Bolsa Família, em 2013, o DA/SAGI promoveu um Ciclo de Debates que percorreu várias capitais do Brasil. Temas como Bolsa Família e Saúde, Bolsa Família e Educação, Bolsa Família e Desenvolvimento Local foram discutidos com especialistas e gestores do programa.

Desafios da avaliação de programas no contexto de expansão das políticas sociais

A agenda programática instaurada pelo novo paradigma constitucional, advinda de dinâmicas sociais democratizantes e demandantes de direitos, é um processo ainda em curso, por meio do qual cresce a parcela dos recursos públicos destinados às políticas sociais e refinam-se mecanismos sistêmicos de articulação entre os diversos poderes, entes federados, setores estatais e organizações da sociedade civil para o enfrentamento da questão social em sentido amplo. Mas como esse processo se relaciona com a prática da avaliação de programas sociais? Essa ampliação, conjugada ao aprimoramento dos mecanismos de gestão, gera maior complexidade e, conseqüentemente, produz efeitos no volume e no conteúdo de demandas de conhecimento necessárias à continuidade do processo de aprimoramento das políticas públicas.

¹⁵ Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/artigo.php?link=1234&ga=93>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

¹⁶ Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/sexta_>



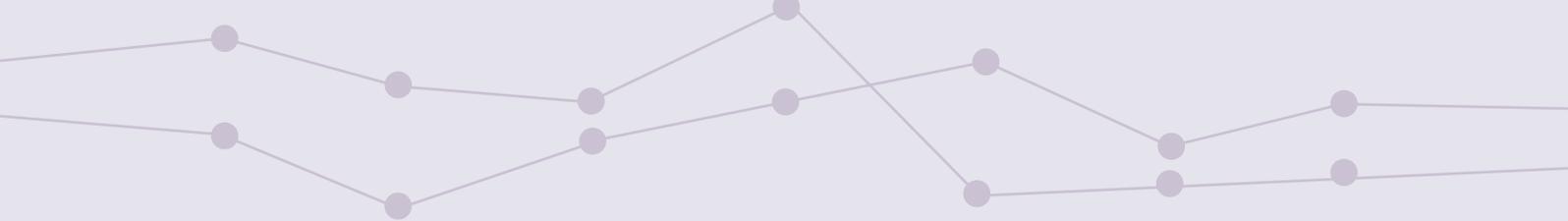
O ritmo de melhora dos indicadores sociais observado nas últimas décadas, como a redução da pobreza e da extrema pobreza, foi acompanhado de aperfeiçoamento de diversos mecanismos institucionais para a implementação, governança e fortalecimento da capacidade técnica e tecnológica de gestão de programas sociais. Esse processo de estruturação das políticas sociais e aumento da complexidade geraram novos problemas para o campo de avaliação.

Por exemplo, no campo da saúde, os avanços obtidos na redução da mortalidade infantil no Brasil significam que, cada vez mais, é menor a parcela da mortalidade infantil explicada por fatores de fácil solução (e. g. diarreia) e, portanto, maior a demanda por informações que auxiliem a programar a continuidade da tendência de queda. Da mesma forma, a expansão da cobertura no ensino fundamental significa que, cada vez mais, a parcela da população fora da escola é formada por populações com características específicas, tais como pessoas com deficiência e povos indígenas, que requerem um olhar diferenciado e ações focalizadas no intuito de se atingir a universalização do acesso a esse direito social. Como aponta Natalino (2015, p. 89),

as repercussões deste movimento geral sobre as demandas de conhecimento e avaliação de políticas é que se tornam insuficientes estudos de caráter genérico e pouco aprofundado, sendo necessária a aplicação de métodos mais sensíveis à captação de fenômenos específicos e multifacetados.

Assim, como apontam Vaitsman e Paes-Sousa (2006), alterou-se no Brasil o tradicional quadro de carência de estudos avaliativos e do uso de indicadores por gestores públicos. O extenso rol de pesquisas realizadas pela SAGI é prova disso. Tal movimento, como bem apontam os autores, se insere em amplo processo de profissionalização da administração pública brasileira; mas também deve-se acrescentar no que se refere às políticas de desenvolvimento social que o movimento se insere em dinâmica endógena à sua própria expansão e complexificação.

Por fim, vale citar como os efeitos interativos entre diversos programas colocam desafios à avaliação, que devem se movimentar em direção a

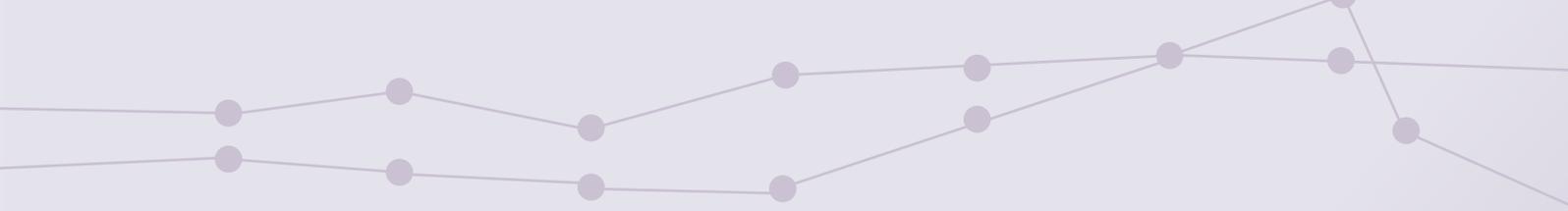


um paradigma de avaliação de políticas que incorpore tanto estudos específicos sobre programas quanto investigações relativas a sistemas de políticas públicas e seus resultados conjugados. No âmbito do MDS, tal questão se mostra particularmente premente à medida que suas políticas possuem forte vocação à intersetorialidade.

Por exemplo, se o Programa Bolsa Família é reconhecido pela articulação entre transferência de renda e condicionalidades de saúde e educação, com efeitos comprovados na melhora dos indicadores em ambas as áreas – ver, por exemplo, Rasella et al. (2013) e Simões e Sabates (2014) –, não se pode esquecer que o programa é elemento fundamental da estratégia de redução da insegurança alimentar e nutricional da população; que sua capacidade de alcançar populações vulneráveis por meio de busca ativa (CAMPELO, 2013) e qualidade da focalização (PAES DE BARROS et al., 2008) é fruto da estruturação de um Sistema Único de Assistência Social altamente capilarizado no território nacional e dotado de instrumentos contínuos de pactuação interfederativa tais como as comissões intergestores; e que sua operacionalização por meio de um Cadastro Único para Programas Sociais permite que seja dada a devida prioridade a seus beneficiários em programas de inclusão produtiva urbana e rural. Realidade semelhante ocorre em diversos outros serviços, programas e benefícios sob a responsabilidade do MDS, exigindo da SAGI e particularmente do DA a realização de estudos que abarquem a intersecção entre as diversas políticas sociais.

A Agenda de Avaliação em tempo de mudanças: como não se autonomizar das demandas

Até esse ponto ficou claro para o leitor o cenário complexo em que a avaliação de políticas públicas se insere? Os conceitos apresentados na introdução chamam a atenção para um elemento-chave na definição de avaliação: o uso do estudo com objetivo de aprimorar a política pública, o que remete a uma pergunta: considerando os tempos para se desenhar e executar um estudo de avaliação e o processo



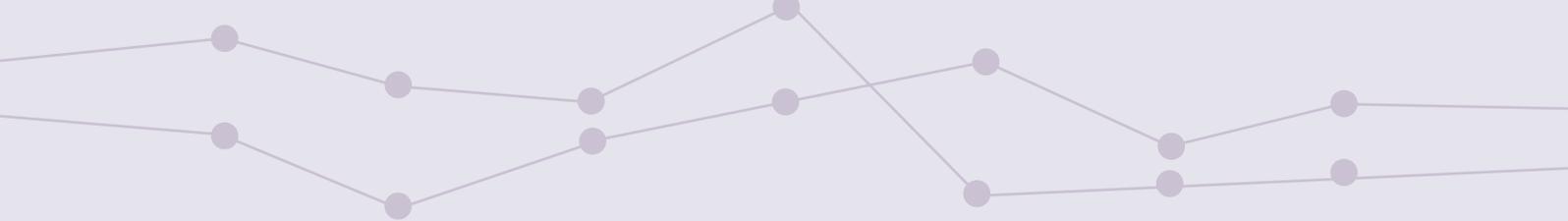
de efervescência criativa típico de políticas públicas em reconfigurações e expansões, como produzir informações confiáveis em tempo para serem usadas na tomada de decisão? Em outras palavras, Vaitsman e Paes-Souza (2011) colocam o mesmo desafio: como conciliar os tempos político, administrativo e técnico?

Não existe uma única e confiável resposta a essa indagação. No caso da SAGI, a capacidade de em algum grau se antecipar à demanda por informações acerca do universo do programa está assentada em três pilares interdependentes sobre os quais a própria política de avaliação e monitoramento do MDS foi construída: cooperação, confiança e estabilidade institucional.

Avaliações e decisão orçamentária: O desafio de não comprometer os ganhos na consolidação da cultura de avaliação

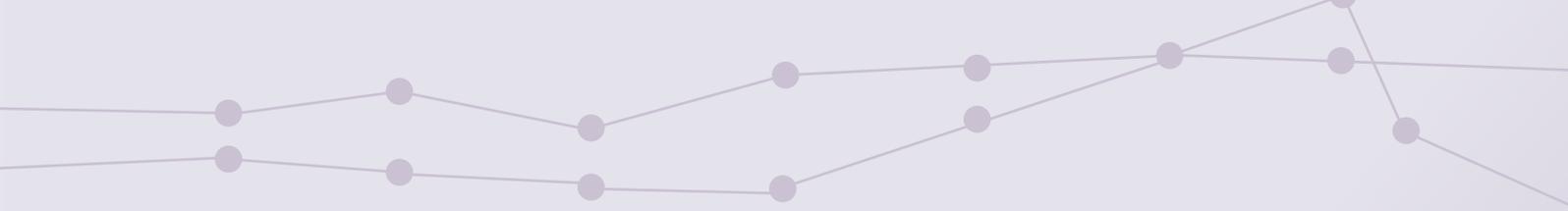
Em que pese que a avaliação venha ganhando relevância como um instrumento de aprendizado institucional no governo federal e se consolidando como um instrumento de aprimoramento das políticas – como no caso do MDS –, o cenário de restrição orçamentária pode comprometer os avanços na legitimação do campo tanto pela limitação de recursos financeiros disponibilizados para a realização dos estudos como pelo uso da avaliação como instrumento de identificação de áreas prioritárias de investimento e outras de descontinuidade da política.

Não se pretende abrir a discussão sobre os usos da avaliação e a legitimidade das pesquisas somativas, mas apontar que a apropriação da avaliação na agenda fiscal pode promover um retrocesso na consolidação das práticas avaliativas ao minar as teias de confiança e cooperação essenciais à sustentabilidade da política de avaliação. Tampouco se advoga que a consolidação do campo ocorra à custa da realização de estudos apenas com finalidade formativa ou de práticas que comprometam o atendimento aos direitos sociais. Alerta-se, contudo, para o perigo da associação entre avaliação, decisão orçamentária e ajustes fiscais.



Causa maior preocupação quando se associa a prática de avaliação à justificativa de cortes em programas sociais com a defesa da primazia de uma única metodologia de avaliação sobre outras, como as avaliações de impacto. Certamente, as avaliações de impacto de caráter experimental têm seu espaço e valor quando é possível praticá-las sem afrontar princípios éticos. Nesse aspecto, Jannuzzi et al. (2009, p. 132) afirmam:

Nesse tipo de desenho avaliativo [avaliação de impacto experimental], há problemas éticos (como escolher e justificar quem vai ser beneficiário e quem vai ficar fora do programa?), operacionais (como evitar a evasão dos beneficiários, como garantir que os efeitos medidos são apenas do programa em foco, em meio a um contexto crescente de intervenções sociais?), metodológicos (o indicador empregado é a melhor medida para captar a dimensão impactada? O que se supõe como dimensão impactada guarda, pelo desenho lógico do programa, vinculação estreita com as ações e atividades do programa? O impacto deve ser medido sobre os beneficiários ou sobre a comunidade a que pertencem?) e epistemológicos (como os esforços de garantia de validade interna do experimento conspiram contra a generalização dos resultados, e como garantir que um programa bem avaliado em circunstâncias tão artificiais possa repetir o êxito em situações normais?) [...] Ainda que todos esses problemas fossem contornáveis, restaria um problema prático: se os efeitos potenciais do programa [...] não forem elevados – algo que o incrementalismo de Lindblom sugeriria – as amostras de beneficiário entendidos e do grupo de controle teriam de ser consideravelmente grandes para que os testes estatísticos possam ser aceitos sem hesitação.

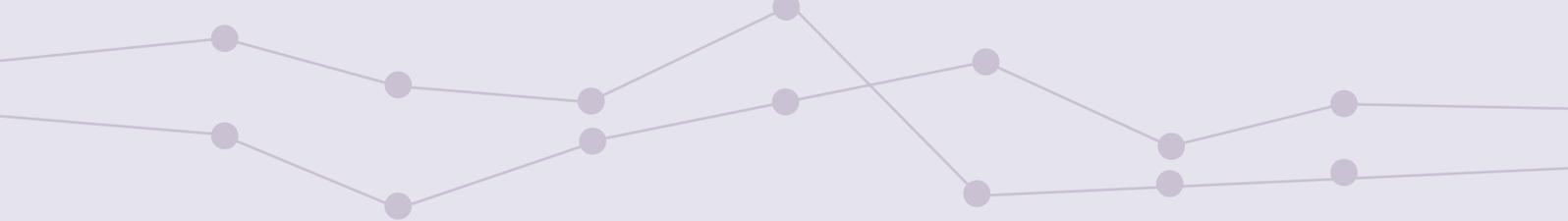


O risco de se obter resultados equivocados é potencializado quando não se tem outras avaliações que informem o tamanho do potencial efeito esperado, de forma que a amostra pode não ser suficiente para captar os resultados – com isso se falharia em atribuir a ausência de efeito a um programa quando na realidade ele existe, situação em que incorreria em um equívoco capital, como bem alertam Worthen; Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 44):

Uma “avaliação” mal concebida ou mal executada produz informações que, no melhor dos casos, seriam enganosas e, no pior, absolutamente falsas. [...] Como geralmente tem ar de respeitabilidade, essas pseudo-avaliações não costumam ser questionadas, e o resultado é que decisões importantes sobre o programa e serviços essenciais baseiam-se inadvertidamente em informações falaciosas.

Em seu histórico de avaliações, o DA/SAGI procurou evitar esse risco afastando a ortodoxia e a primazia de um único método e ancorando as avaliações em outras já realizadas, para assim compreender o fenômeno de forma mais holística.

A adoção de método experimental com a aleatorização de grupos tratamento e controle não são considerados possíveis, tanto por questões de preceitos éticos como pela imposição legal de que o acesso ao direito social sob tutela do MDS é universal, não cabendo restrição por ordem metodológica.



Considerações finais

O aprofundamento das questões sociais – que pode ser explicado em parte pelo aumento da complexidade das dinâmicas econômicas e sociais, pelo reconhecimento do direito à diversidade e especificidade aliado a uma insuficiência na provisão de políticas universais – exigiu uma série de mudanças no desenho e na gestão das políticas sociais visando a obter resultados mais efetivos. Entre outras exigências, esse contexto colocou em foco a necessidade de se ter uma gestão baseada em evidências, com disponibilidade de diagnósticos sobre os problemas sociais, sobre a forma de implementação das políticas, sobre as entregas e resultados alcançados e sobre os possíveis impactos obtidos.

Nesse contexto, a experiência do MDS se destaca por prever em seu nascedouro uma secretaria dedicada à avaliação no mesmo nível hierárquico das outras secretarias e com autonomia administrativa, financeira e orçamentária.

Tão importante quanto à previsão de uma estrutura como a SAGI foi a manutenção da agenda de avaliação nas prioridades do MDS. Contribuíram para isso a confiança, a cooperação e a própria estabilidade institucional.

Nos últimos anos, vem se observando um interesse crescente dos diversos órgãos de governo pela prática de avaliação, o que demonstra que estão atentos às transformações sociais, aos instrumentos de gestão e à informação qualificada como possibilidades de superação de lacunas de conhecimento sobre a dinâmica e sobre os contextos sociais em que operam.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Diário Oficial da União**. 03 de junho de 2011.

CAMPELLO, T. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: CAMPELLO, T. NERI, M. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, DF: IPEA, 2013.

CHELIMSKY, E. Integrating Evaluation Unit Into The Political Environment of Government: the role of evaluation policy. **New Directions for Evaluation**, n. 123, p. 51 – 66, fall de 2009.

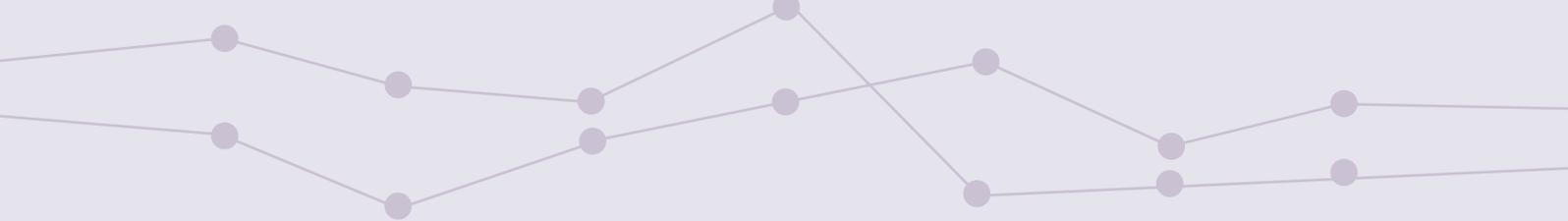
FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Textos IDESP**, n. 15, 1986.

HOWLETT, M; RAMESH, M. **Studying public policy: policy cycle and policy subsystem**. Donnmills: Oxford University Press, 2003.

JANNUZZI, P. et al. Estruturação de sistemas de monitoramento e especificação de pesquisas de avaliação, os problemas dos programas públicos no Brasil. In: ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). **Cadernos EIAPP: Reflexões para Ibero-América, avaliação de programas sociais**. Brasília, DF: ENAP, 2009.

JANNUZZI, P. A produção de informação e conhecimento para aprimoramento das políticas e programas de desenvolvimento social: princípios, conceitos e caracterização das pesquisas de avaliação realizadas pela SAGI/MDS de 2011 a 2014. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, n. 16, Brasília, DF: SAGI, 2014, p. 12.

MOKATE, K. M. **Convertiendo el “Monstruo” en aliado: la evaluación como herramienta de la gerencia social**. Washington, DC, 2003.



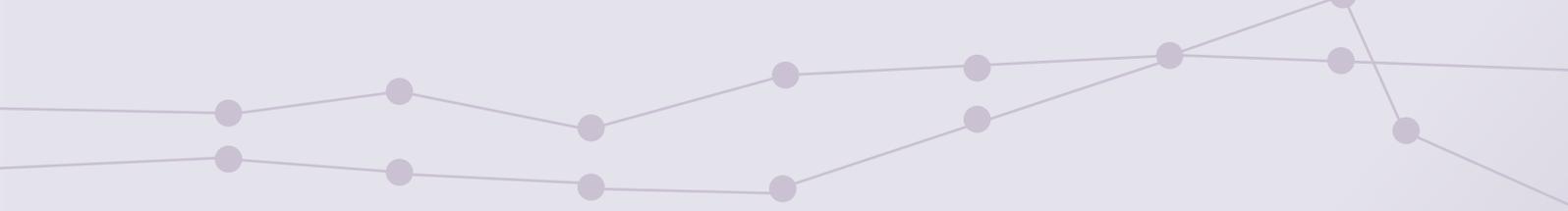
NATALINO, M. A. C.; PINTO, A.; CUSTÓDIO, M. B. Evaluating Social Development in Brazil: analysis of the cycle of production and dissemination of evaluation studies by the Ministry of Social Development and Fight against Hunger. In: SOLUTIONS related to challenges of independence, credibility and use of evaluation Proceedings from The Third International Conference On National Evaluation Capacities. Nova Iorque: UNDP, 2014.

NATALINO, M. A. C. Pesquisa Painel de Mobilidade Ocupacional e Acesso a Programas Sociais: aspectos teórico-metodológicos da avaliação da estratégia brasileira de desenvolvimento social. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, Brasília, n. 21, SAGI, 2015.

PAES DE BARROS, R. et al. **A importância das cotas para a focalização do Programa Bolsa Família**. Brasília, DF: Ipea, 2008. (Texto para Discussão, n. 1349).

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Solutions related to challenges of independence, credibility and use of evaluation**. Proceedings from The Third International Conference On National Evaluation Capacities. Nova Iorque: UNDP, 2014.

RASELLA, D. et al. Effect of a conditional cash transfer programme on childhood mortality: a nationwide analysis of Brazilian municipalities. **The Lancet**, v. 382, n. 9886, p. 57 - 64, 6 July 2013.



SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública política. In: SARAVIA, E; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas Públicas:** coletâneas. Brasília, DF: ENAP, 2006, p. 21-42.

SIMÕES, A; SABATES, R. The contribution of Bolsa Família to the educational achievement of economically disadvantaged children in Brazil. **International Journal of Educational Development**, v. 39, p. 141-156, 2014.

DESENVOLVIMENTO Social e combate à fome do Brasil. Brasília: UNESCO, 2006. (UNESCO Policy Papers, 17).

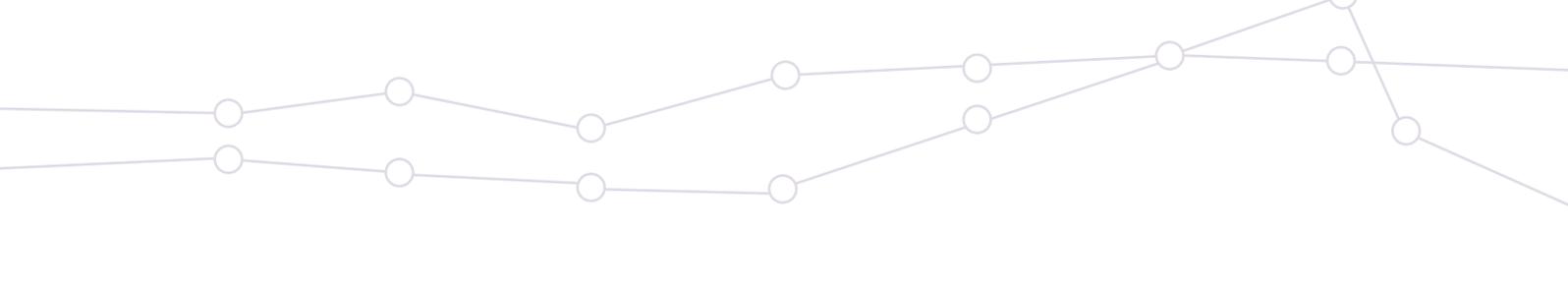
VAITSMAN, J.; PAES-SOUSA, R. Avaliação de programas e profissionalização da gestão pública. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, n. 1, p. 18 -33, jan.-jun. de 2011.

VAITSMAN, J.; RODRIGUES, R. W. S.; PAES-SOUSA, R. **O Sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais:** a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF: MDS; Unesco, 2006. (Management of Social Transformations. Policy Papers, n. 17).

WEISS, C. H. **Evaluation:** methods for studying programs and policies. 2. ed. Upper Saddle River: Prentice-Hall, 1998.

WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. **Avaliação de Programas:** concepções e práticas. São Paulo: Edusp., 2004.





A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua

ROBERTA PELELLA MÉLEGA CORTIZO ¹

OBJETIVO: realizar um censo demográfico e traçar o perfil socioeconômico da população em situação de rua no Brasil.

DATA: executada entre 2007 e 2008.

CONCEPÇÃO E SUPERVISÃO: a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) em parceria com Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS).

REALIZAÇÃO: Meta Instituto de Pesquisa de Opinião.

UTILIZAÇÃO: subsidiou a elaboração da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009) e do Formulário Suplementar 2 do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (veja na última seção deste texto outros desdobramentos).

¹ Analista Técnica de Políticas Sociais lotada na SAGI, mestre em Antropologia Social (USP) e graduada em Jornalismo (USP).



“Em 19 de agosto de 2004 ocorreu um fato que jamais vamos esquecer. Um episódio que ficou conhecido como a chacina da Praça da Sé, onde sete moradores de rua foram brutalmente assassinados, sem nenhum motivo que justificasse tamanha covardia. A notícia correu o país provocando grande comoção social, mas apenas isso. O que se pode extrair de positivo dessa tragédia é a maior visibilidade ao grande contingente de pessoas vivendo nas ruas, entregues à própria sorte, sem nenhum amparo ou proteção. A chacina da Praça da Sé lembrada sempre com muita tristeza por todos nós, moradores e ex-moradores de rua, é um marco histórico em nossa luta por direitos (...)”²

² MOVIMENTO NACIONAL DE POPULAÇÃO DE RUA, 2009, p. 173.



Contextualização: da chacina na Praça da Sé à Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua

A história da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua está intrinsecamente ligada à luta por direitos das pessoas que vivem nas ruas das grandes cidades. Após a enorme repercussão na mídia da chacina na Praça da Sé, o poder público voltou suas atenções a esse grupo historicamente esquecido no Brasil. Até então, não havia políticas públicas federais direcionadas exclusivamente a essa população, que era atendida de forma residual e precária por algumas políticas sociais³. A partir de 2004, houve uma confluência de ações voltadas às pessoas em situação de rua no Brasil:

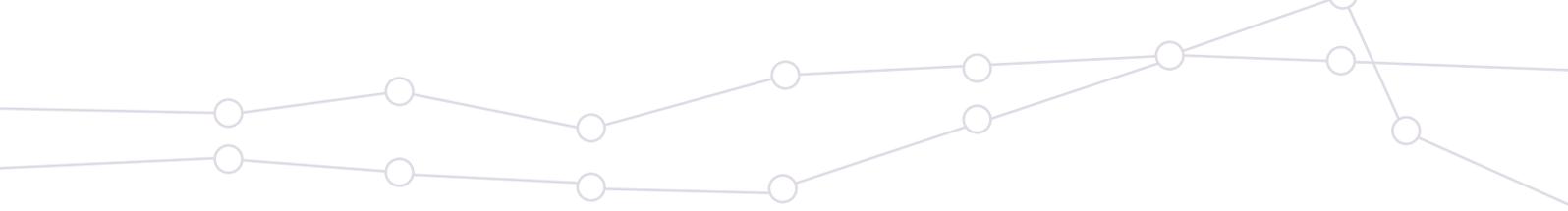
- Criação do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) em 2004: pela 1ª vez, a população de rua discutiu suas demandas diretamente com o poder público e pesquisadores, fazendo com que o MNPR começasse a assumir um protagonismo decisivo para a defesa dos direitos das pessoas em situação de rua.
- I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua (2005), organizado pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS): com a presença dos movimentos sociais e gestores da assistência social, foram debatidas em Brasília diretrizes, estratégias e recomendações para a formulação de políticas públicas para essa parcela da população. Como ação prioritária, foi destacada a importância da realização de estudos que permitissem quantificar e caracterizar as pessoas em situação de rua, de modo a orientar a elaboração e implementação de políticas públicas específicas.

³ GONELLI; CHAGAS, 2009, p. 223.

- 1ª conquista normativa para a população de rua (2005): o artigo 23 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) foi alterado para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua (Lei nº 11.258/2005).
- Criação do GTI - Grupo de Trabalho Interministerial (2006): coordenado pelo MDS e composto por representantes de outros seis ministérios, do MNPR e de outras instituições relacionadas ao tema, o GTI tinha como objetivo a elaboração de propostas de políticas públicas para a população de rua, com ações intersetoriais nas áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho, justiça, entre outras.

O público-alvo da pesquisa foi composto por pessoas maiores de 18 anos vivendo em situação de rua. O levantamento abrangeu 71 cidades brasileiras (23 capitais e outros 48 municípios com mais de 300 mil habitantes)





A Pesquisa

A iniciativa de realizar a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua resultou das demandas dos movimentos sociais, apontadas no I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, bem como das discussões do Grupo de Trabalho Interministerial. Em mais de uma ocasião, os representantes do MNPR argumentavam que uma pesquisa censitária ajudaria a romper a “invisibilidade social” de décadas, contribuindo assim para o resgate da condição de cidadão, com acesso a direitos básicos de saúde, educação, assistência social, etc.

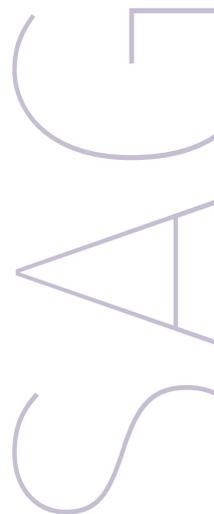
Nesse sentido, a Pesquisa foi uma construção coletiva, concebida com o objetivo de quantificar e investigar as características socioeconômicas das pessoas em situação de rua, tendo como principal foco a formulação de políticas públicas dirigidas a essa população. Por meio de um acordo de cooperação entre o MDS e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a SAGI lançou edital em 2006 para elaboração da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, que foi executada entre 2007 e 2008 pelo Instituto Meta.

O público-alvo da pesquisa foi composto por pessoas maiores de 18 anos vivendo em situação de rua⁴. O levantamento abrangeu 71 cidades brasileiras, incluindo 23 capitais e outros 48 municípios com mais de 300 mil habitantes⁵. A pesquisa identificou um contingente de 31.922 adultos em situação de rua nos municípios pesquisados, além de levantar dados socioeconômicos dos entrevistados. Incluindo-se os resultados das contagens realizadas nas quatro capitais, que não participaram da pesquisa do MDS, totaliza-se 45.837 pessoas em situação de rua⁶.

4 Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

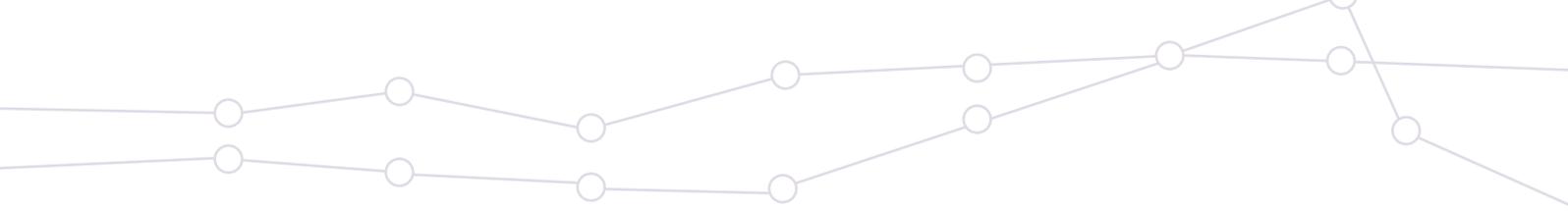
5 As capitais brasileiras São Paulo, Belo Horizonte e Recife não foram pesquisadas, pois haviam realizado recentemente pesquisas semelhantes. Porto Alegre solicitou sua exclusão da pesquisa por estar conduzindo um estudo municipal simultaneamente à pesquisa contratada pelo MDS.

6 De acordo com Sposati (2009, pag. 210), “Identificou-se que a população em situação de rua chegava a quase 50 mil habitantes. Esse montante pode ser alcançado quando se soma as 31.922 pessoas localizadas nas ruas pelo censo nacional com as 13.915 registradas pelos censos de quatro cidades. Pode-se estender o total de 45.837 para cerca de 50 mil pessoas em situação de rua considerando que, dessas quatro cidades, São Paulo disponibilizou registros que datam de 2003 (...) e os censos de Recife e Belo Horizonte datam de 2005”.





70,9% das pessoas em situação de rua entrevistadas exercem alguma atividade remunerada



A Pesquisa enfrentou vários desafios, que exigiram o desenvolvimento de estratégias e metodologias específicas. Um problema inicial foi a ausência de residência fixa e a alta mobilidade desta população nas cidades. Tipicamente, a coleta de dados dos censos é de base domiciliar, por isso a população em situação de rua não é incluída. Como coletar dados de uma população sem domicílio? Com base na experiência dos quatro municípios que já haviam realizado contagens dessa população⁷, foram definidos critérios para a localização e a identificação dos indivíduos em situação de rua. Dentre as especificidades dessa identificação, inclui-se a necessidade de realizar o trabalho de campo à noite, quando em geral esses indivíduos estão em seus pontos de pernoite. A mobilidade dessa população, inclusive de noite, impõe que o levantamento das informações seja realizado no menor período de tempo possível, para minimizar a dupla contagem. A fim de facilitar a abordagem, todo o processo de coleta de dados contou com a participação de movimentos sociais e organizações que atuam junto à população de rua⁸.

Para definir a metodologia, foram realizadas oficinas com pesquisadores, gestores da assistência social, representantes dos movimentos e de associações ligadas ao tema. Ao final, foi aplicado um pré-teste dos formulários de coleta de dados em três capitais. O treinamento dos entrevistadores contou com a participação de representantes do MNPR e outras associações, que explicaram os hábitos, linguagem, formas de abordagem, códigos de conduta e particularidades desta população. Outra atividade fundamental foi o mapeamento dos pontos de pernoite, que contou com os representantes dos movimentos e associações que trabalham com pessoas de rua⁹.

A Pesquisa coletou dados básicos de todos os entrevistados e realizou uma pesquisa mais detalhada com 10% do público¹⁰. Foram identificadas informações sobre as principais razões

7 Veja nota de rodapé nº 6.

8 VEIGA, 2009, p. 17.

9 SILVEIRA, 2009, p. 41.

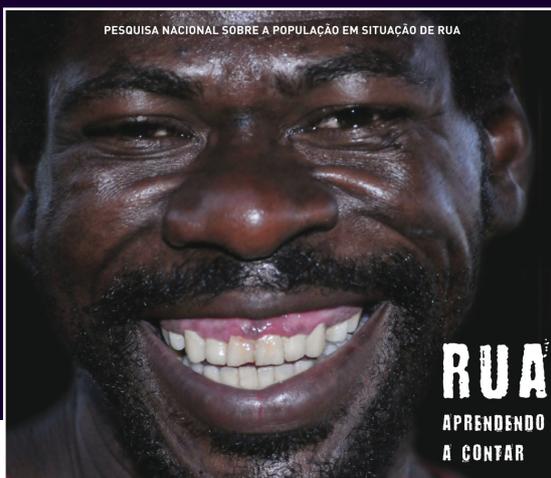
10 SILVEIRA, 2009, p. 41.



para viver na rua, as formas de renda, o tempo de permanência na rua, a escolaridade, os vínculos familiares, o acesso a programas sociais, a posse de documentação, as condições de saúde e higiene, entre outras.

A equipe de pesquisa foi composta por 55 coordenadores, 269 supervisores e 926 entrevistadores, totalizando 1.250 profissionais. Apoiaram o trabalho de campo 147 moradores ou ex-moradores de rua e 86 profissionais que trabalham com essa população. No total, 1.483 pessoas atuaram nas atividades de coleta de dados.

Foi necessário amplo esforço para localizar os diversos lugares em que essa população vive, abrangendo calçadas, praças, marquises, pontes, becos, estradas de ferro desativadas, rodoviárias, portos, galerias subterrâneas, túneis, prédios abandonados, entre outros. A participação ativa de pessoas em situação de rua, ex-moradores de rua e educadores sociais contribuiu para a abordagem adequada dos entrevistados e a obtenção de pequena taxa de recusa em responder ao questionário (13,4%).



ACESSE O SUMÁRIO EXECUTIVO DA PESQUISA NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM:

[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum_executivo/pdf/sumario_24.pdf]

ACESSE O LIVRO RUA: APRENDENDO A CONTAR: PESQUISA NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM:

[<http://acervodigital.mds.gov.br/xmlui/handle/123456789/56>]

Principais Resultados

- 31.922 adultos em situação de rua, o que equivale a 0,061% da população dos municípios pesquisados.
- 82% das pessoas em situação de rua são homens.
- 53% dos entrevistados possuem entre 25 e 44 anos¹¹.
- 67% das pessoas se declararam pardas ou negras. Esta proporção é bem maior entre a população de rua do que na população em geral (44,6%) na época da pesquisa.
- 76,1% dos entrevistados sempre viveram no município em que moram atualmente ou em municípios próximos, contradizendo o mito de que as pessoas em situação de rua são oriundas de outros estados/regiões do país.
- 70,9% trabalham e exercem alguma atividade remunerada¹². Apenas 15,7% dos entrevistados pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência. Mais um dado que contraria a percepção de que a população em situação de rua é composta exclusivamente por “mendigos” ou “pedintes”.
- 52,6% recebem entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 por semana.
- 1,9% dos entrevistados afirmaram estar trabalhando com carteira assinada.
- 24,8% das pessoas em situação de rua não possuem documento de identificação, dificultando a obtenção de emprego formal, o acesso aos serviços e programas governamentais.
- A maioria não tem acesso a programas governamentais: 88,5% afirmaram não receber qualquer benefício do governo. Entre os benefícios recebidos, destacaram-se a aposentadoria (3,2%), o Programa Bolsa Família (2,3%) e o Benefício de Prestação Continuada (1,3%).
- 63,5% não concluíram o 1º grau; 95% não estudavam na época da pesquisa.

¹¹ Somente foram entrevistadas pessoas com 18 anos ou mais.

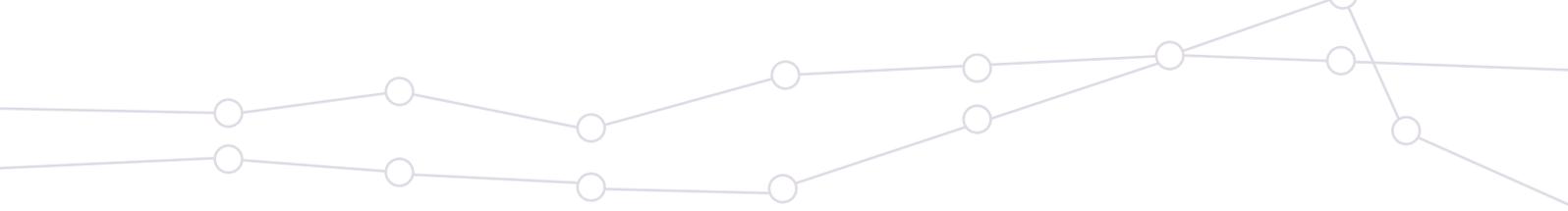
¹² Dessas atividades, destacam-se: catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%).



24,8% das pessoas em situação de rua entrevistadas não possuem documento de identificação, dificultando a obtenção de emprego formal, o acesso a serviços públicos e programas governamentais

Desdobramentos

A Pesquisa compôs um quadro objetivo e detalhado da população em situação de rua no Brasil, contribuindo para a formulação de estratégias e políticas específicas, mais aderentes à realidade vivida por este grupo. Com acesso a mais informação sobre as condições sociais, características e fragilidades dessas pessoas, a pesquisa pode ajudar a criar estratégias para a redução do preconceito por parte da sociedade. Desfazer o mito que as pessoas em situação de rua são “pessoas que vêm de longe, não fazem nada, só ficam pedindo dinheiro” é um passo fundamental para devolver a essas pessoas a dignidade e os direitos de cidadão brasileiro.



Após a Pesquisa, foram promovidas diversas ações voltadas às pessoas em situação de rua. Em 2009, foi revogado o artigo 60 do Decreto-Lei nº 3.688/1941, que considerava a mendicância contravenção penal, sujeita a prisão de 15 dias a 3 meses¹³. Na sequência, o Decreto nº 7.053/2009 instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, que busca garantir diversos direitos a esse segmento, com destaque para:

- Assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro às políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;
- Proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários, assistenciais e aos programas de transferência de renda;
- Implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do sistema único de assistência social;
- Instituir o centro nacional de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;
- Disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua; e
- Instituir um comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento da política nacional para a população em situação de rua.

Na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais¹⁴, o atendimento à população em situação de rua está inserido na Proteção Social Especial. Nela estão previstos serviços especializados para pessoas em situação de rua, serviços de abordagem social e de acolhimento. Entre 2011 e 2014, o número de Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP) aumentou

13 A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais foi aprovada em 2009 pelo Conselho Nacional de Assistência Social (Resolução nº 109).

14 A Lei nº 11.983/2009 revogou o Decreto-Lei supracitado

2.04 - Onde (nome) costuma dormir?

Este quesito admite múltipla marcação

- 1 - Rua
Quantas vezes por semana?
- 2 - Albergue
Quantas vezes por semana?
- 3 - Domicílio particular
Quantas vezes por semana?
- 4 - Outro
Quantas vezes por semana?

2.05 - Há quanto tempo (nome) vive na rua?

- 1 - Até seis meses
- 2 - Entre seis meses e um ano
- 3 - Entre um e dois anos
- 4 - Entre dois e cinco anos
- 5 - Entre cinco e dez anos
- 6 - Mais de dez anos

95%, passando de 90 para 215 unidades. Em 2014, 80% dos Centros POP realizaram encaminhamento das pessoas em situação de rua para cursos profissionalizantes¹⁵.

Também na área de transferência de renda houve muitos avanços. Em 2009, foi finalizado o Formulário Suplementar 2 para a realização de entrevistas com as famílias que vivem em situação de rua para a inclusão no Cadastro Único. A pesquisa subsidiou a elaboração das questões do Formulário Suplementar 2, assim como foi utilizada nas ações de capacitação de entrevistadores do Cadastro Único. No curso sobre os formulários de cadastramento, há uma aula específica – com vídeo-aula e Guia de Cadastramento de Pessoas em Situação de Rua – para explicar a forma de cadastramento diferenciado e sensibilizar os participantes para esse tema.

Questões do Formulário Suplementar 2 do Cadastro Único, direcionadas exclusivamente para pessoas em situação de rua

Nos últimos três anos, a quantidade de famílias em situação de rua registradas no Cadastro Único aumentou cerca de seis vezes. Como o cadastramento dessas famílias é feito em arti-

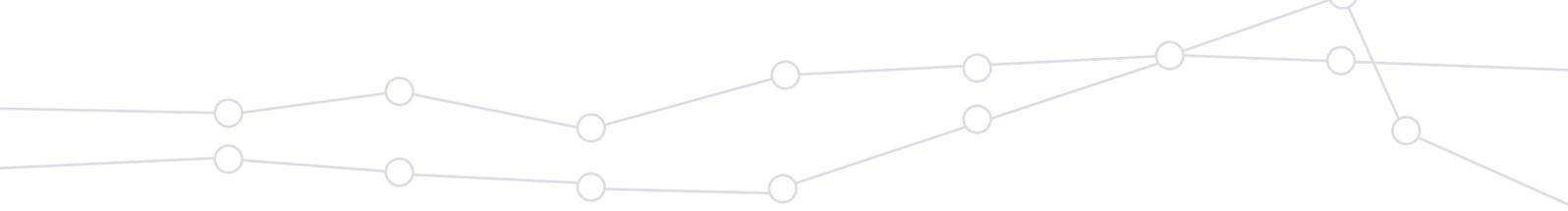
culação com a área de assistência social nos municípios, é possível relacionar a expansão dos Centros POP ao maior número de famílias cadastradas¹⁶. Em abril de 2015, havia 38.444 famílias em situação de rua cadastradas¹⁷. Destas, 27.428 recebiam o Bolsa Família (71,3% dos cadastrados)¹⁸.

15 BRASIL, 2015.

16 BRASIL, 2014.

17 O Cadastro Único tem como unidade básica de referência a família, sendo admitida a possibilidade de famílias unipessoais, ou seja, compostas por apenas uma pessoa. 97% das famílias em situação de rua no Cadastro Único são unipessoais (referência maio/2015).

18 Dados extraídos do Relatório de Informações Sociais.



Estão destacadas a seguir outras conquistas dos últimos anos:

- I. Portaria nº 122/2011, do Ministério da Saúde, define o funcionamento das Equipes de Consultório na Rua, a fim de lidar com os diferentes problemas e necessidades de saúde da população em situação de rua¹⁹. Mais de cem consultórios de rua já estão em funcionamento no Brasil;
- II. Portaria nº 940/2011, do Ministério da Saúde, regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde, permitindo o acesso da população em situação de rua ao Sistema Único de Saúde sem necessidade de comprovante de residência;
- III. Portaria nº 595/2013, do Ministério das Cidades, dispõe sobre o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida, estabelecendo critérios adicionais de vulnerabilidade social que priorizam a população em situação de rua;
- IV. Edital nº 3/2013 do Ministério do Trabalho e Emprego, trata do fomento à economia solidária como estratégia de inclusão socioeconômica e autonomia da população em situação de rua²⁰;
- V. Portaria nº 693/2014, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, estabelece regras e critérios de execução e monitoramento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criando uma modalidade voltada à população em situação de rua, o Pronatec Pop Rua²¹.

Muito se avançou nos últimos anos nas políticas públicas direcionadas à população em situação de rua no Brasil. Certamente, há ainda muito a se avançar. Até hoje, para que a chacina na Praça da Sé não seja esquecida nem se repita, o dia 19 de agosto foi adotado como o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua.

19 As equipes de Consultório na Rua são compostas por profissionais de diversas áreas (médicos, psicólogos, assistentes sociais, entre outros). As atividades dessas equipes são desempenhadas in loco, de forma itinerante, incluindo a busca ativa e o cuidado aos usuários de álcool, crack e outras drogas.

20 O objetivo deste Edital foi a seleção de projetos mais eficazes de fomento às iniciativas de inclusão socioeconômica da População em Situação de Rua por meio de empreendimentos econômicos solidários, com vistas à superação da pobreza extrema, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria.

21 O Pronatec Pop Rua tem como finalidade assegurar a oportunidade de qualificação profissional às pessoas em situação de rua. Os cursos do Pronatec Pop Rua devem ser adequados ao perfil da população em situação de rua, objetivando a sua inserção no mercado de trabalho.



Referências Bibliográficas

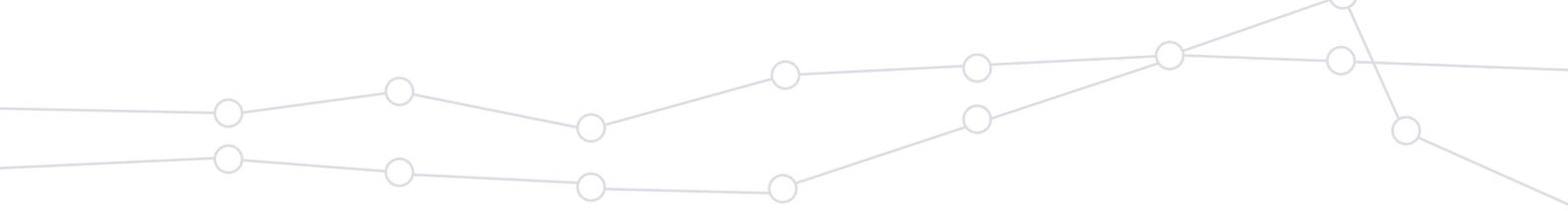
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Censo Suas 2014: análise dos componentes sistêmicos da Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS, 2015.

_____. **Diversidade no Cadastro Único: respeitar e incluir**. Brasília, DF: MDS, SENARC, 2014.

_____. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: MDS, SAGI; Meta, abril de 2008. (Sumário Executivo).

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: 14 jul. 2015.

GONELLI, V.; CHAGAS, F. Visibilidade e reconhecimento – a atuação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no atendimento da população em situação de rua. In: CUNHA, J. V. Q. da; RODRIGUES, M. (Orgs.). **Rua: aprendendo a contar**. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. ISBN: 978-85-60700-34-9.



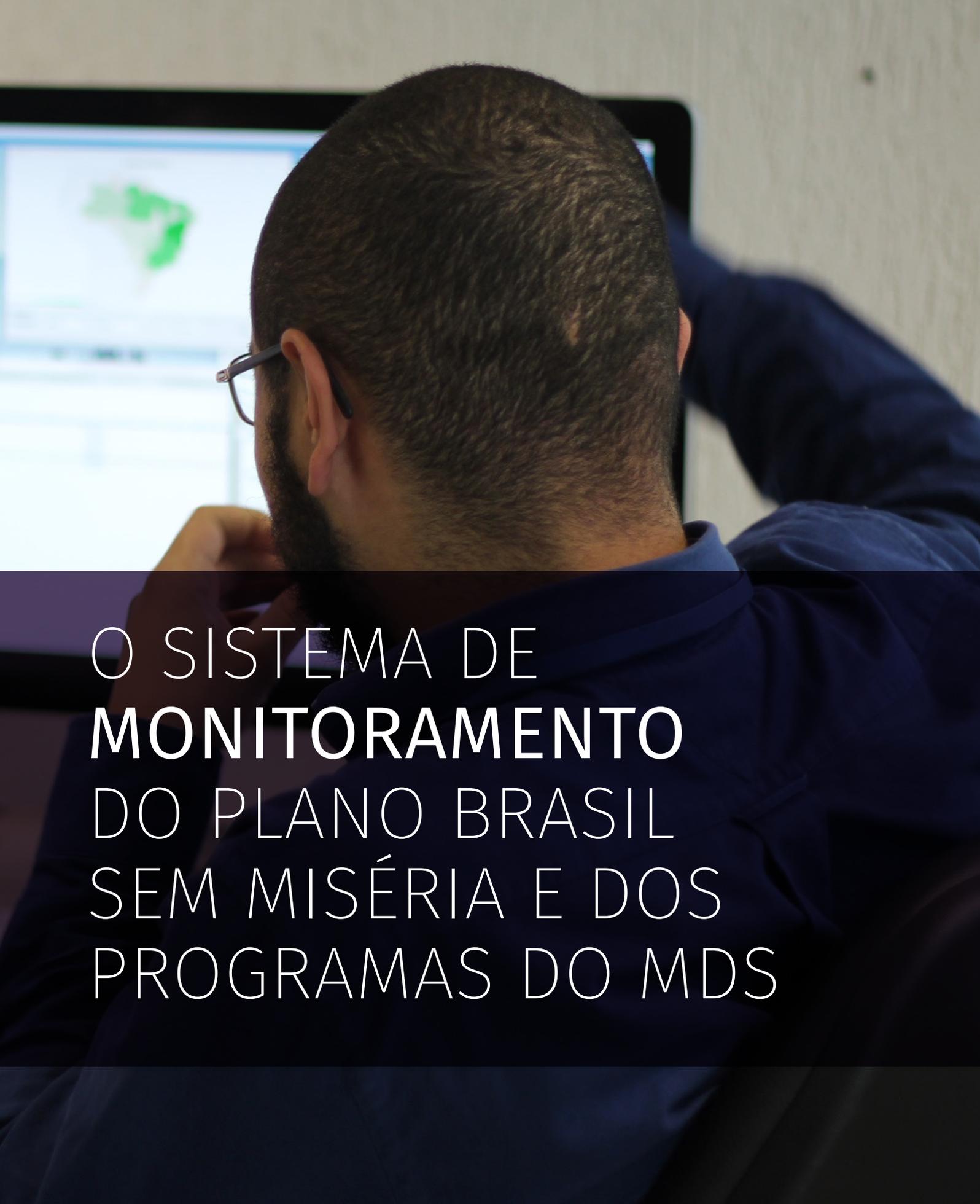
MOVIMENTO NACIONAL DE POPULAÇÃO DE RUA. População de rua: vidas e trajetórias. In: CUNHA, J. V. Q. da; RODRIGUES, M. (Orgs.). **Rua: aprendendo a contar.** Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. ISBN: 978-85-60700-34-9.

SILVEIRA, F. Enxergando o invisível: desafios metodológicos de uma (re) construção do olhar. In: CUNHA, J. V. Q. da; RODRIGUES, M. (Orgs.). **Rua: aprendendo a contar.** Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. ISBN: 978-85-60700-34-9.

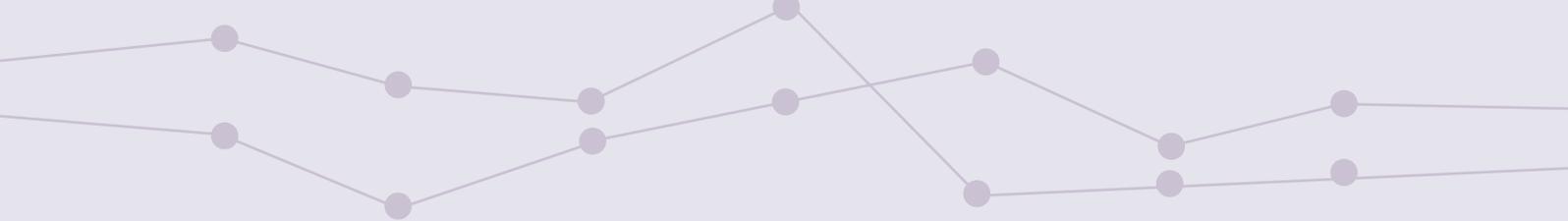
SPOSATI, A. O caminho do reconhecimento dos direitos da população em situação de rua: de indivíduo a população. In: CUNHA, J. V. Q. da; RODRIGUES, M. (Orgs.). **Rua: aprendendo a contar.** Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. ISBN: 978-85-60700-34-9.

VEIGA, L. da et. al. Trajetória de construção do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. In: CUNHA, J. V. Q. da; RODRIGUES, M. (Orgs.). **Rua: aprendendo a contar.** Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. ISBN: 978-85-60700-34-9.



A man with a beard and glasses, wearing a blue shirt, is seen from the back, looking at a computer monitor. The monitor displays a map of Brazil with green highlights. The background is a plain wall.

O SISTEMA DE
MONITORAMENTO
DO PLANO BRASIL
SEM MISÉRIA E DOS
PROGRAMAS DO MDS



ANA CAROLINA FREITAS DE ANDRADE¹

DIONARA BORGES ANDREANI²

MARCONI FERNANDES DE SOUSA³

Contexto institucional

O Estado brasileiro, nas últimas décadas, tem dado maior destaque à institucionalização das atividades de monitoramento e avaliação (M&A) da ação governamental, ao mesmo tempo que procura a ampliação do escopo e da escala dos programas sociais. Neste sentido, nos últimos anos houve aumento dos recursos destinados à gestão e à coleta de informações, o que possibilitou o aprimoramento de programas no país e também a melhoria da qualificação média dos técnicos e gestores nas três esferas do setor público.

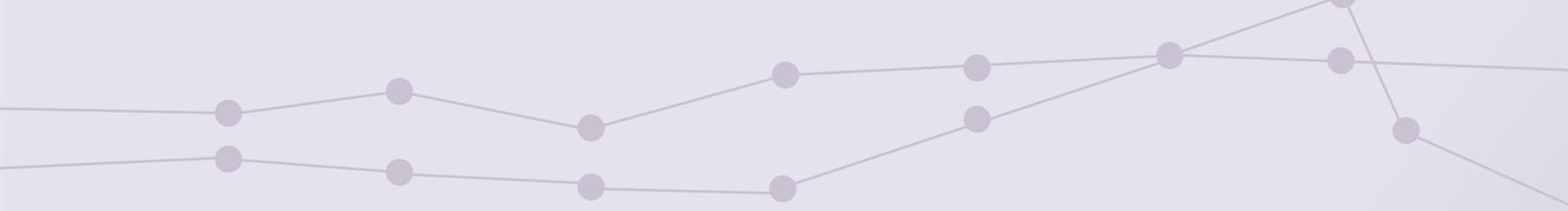
Partindo da lógica de intervenção dos programas e ações, é necessário dispor-se de medidas que permitam acompanhar o esforço governamental da alocação de recursos aos possíveis efeitos na sociedade. Tal como termômetros ou sismógrafos, os indicadores de monitoramento têm por objetivo apresentar um retrato da realidade social, suas particularidades, assim como retratar a evolução do panorama social, econômico e demográfico de uma localidade ou região e antecipar com alguma presteza as informações cruciais para correção de rumos ou ações contingenciais.

No Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), desde sua criação em 2004, vêm tomando forma a institucionalização e o fortalecimento da prática cotidiana de M&A. A existência de uma secretaria voltada especificamente para essa finalidade – SAGI – denota esse compromisso.

1 Analista Técnica de Políticas Sociais lotada no DM/SAGI. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (ENAP) e graduada em Sociologia (UnB).

2 Coordenadora-geral de Monitoramento de Resultados do DM/SAGI. Técnica em Desenvolvimento Regional e mestre em Ciências Agrárias na área de Agronegócio (UnB).

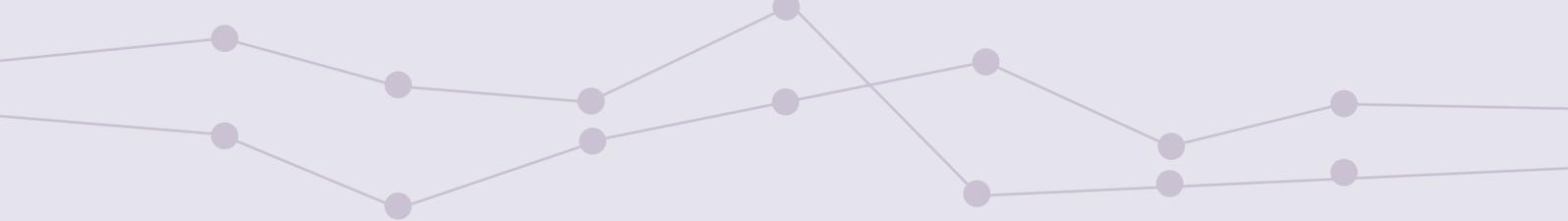
3 Diretor de Monitoramento da SAGI, integra a carreira de Analista Técnico de Políticas Sociais. Mestre e graduado em Ciência Política (UnB).



A SAGI procurou estruturar um sistema de indicadores de forma sintetizada e mais adequada ao uso analítico pelos diferentes gestores responsáveis pelos programas do MDS. Era preciso encontrar um ponto de equilíbrio entre o “caos informacional”, potencialmente gerado pela estruturação de sistemas de monitoramento construídos de baixo para cima (em que participam inicialmente técnicos e gestores da base e depois de níveis táticos e mais estratégicos), e a pobreza analítica das propostas desenvolvidas de cima para baixo⁴. Ademais, a desagregação entre diferentes sistemas de informação (com distintas periodicidades, abrangência territorial e finalidades) representava uma dificuldade operacional em gerar indicadores sociais de forma ágil e sistêmica para acompanhamento regular da efetividade dos programas.

No ano de 2010, as atividades de monitoramento foram potencializadas com a criação do Departamento de Monitoramento (DM), a partir do reconhecimento da necessidade de se trabalhar analiticamente com as informações geradas tanto pelos sistemas de gestão do Ministério, como com as demais informações produzidas pelo Sistema Estatístico Nacional. Nesta perspectiva, destacou-se a importância de gerar indicadores de monitoramento mais específicos e periódicos para acompanhamento das atividades desenvolvidas.

⁴ JANNUZZI, 2011.

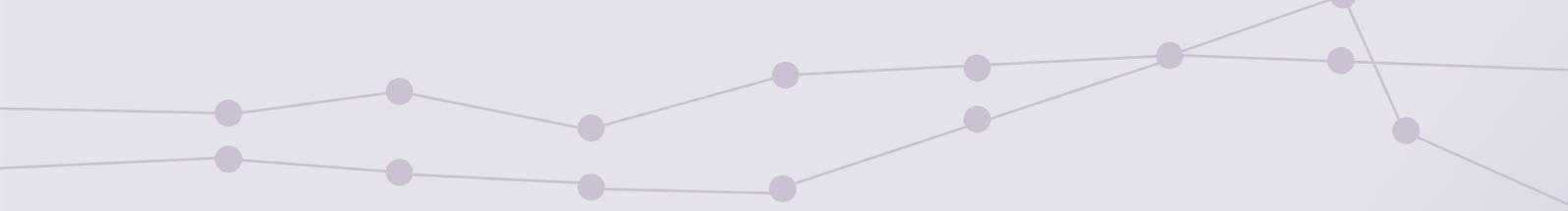


O DM é o responsável por monitorar a efetividade e o impacto dos programas, benefícios, projetos, serviços e ações do Ministério, visando a oferecer subsídios que orientem a gestão de programas e políticas sociais. No momento em que foi criado, a prioridade era a construção de um monitoramento pautado pela metodologia do modelo lógico, aplicada aos diferentes programas que se tinha por objetivo monitorar. O modelo lógico é uma representação gráfica do funcionamento do programa que mostra as relações entre os recursos investidos, as atividades executadas e as mudanças sociais resultantes desse processo. Assim, nesse primeiro momento, foi realizado o mapeamento de processos relativos aos principais programas sociais implementados pelo MDS e a consequente identificação dos problemas em sua execução, possibilitando a estruturação de um sistema de monitoramento.

Atualmente, as principais atividades desempenhadas pelo DM consistem em coletar, organizar e sistematizar informações de diferentes fontes de dados, visando a acompanhar a implementação e a execução dos programas e ações do MDS. Essas atividades são apresentadas em diferentes configurações de produtos, que passam pelos indicadores sociais, painéis de monitoramento de políticas e programas, pela elaboração de estudos técnicos, publicações e análises da conjuntura social para subsidiar a gestão.

A partir de 2011, com a criação do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), dada sua abrangência e a criticidade de suas ações, o Departamento de Monitoramento desenvolveu novas atribuições, como a elaboração de indicadores periódicos, com diferentes temáticas e unidades territoriais. E, ainda, indicadores para acompanhamento de metas e para análise dos desembolsos financeiros, de realização de atividades-meio, de entrega de produtos e de inferência de resultados dos programas junto a seus públicos-alvo.

Ao longo deste artigo serão apresentados os principais produtos desenvolvidos pelo Departamento, demonstrando as diferentes maneiras segundo as quais podem ser utilizados para se realizar o monitoramento das políticas sociais.



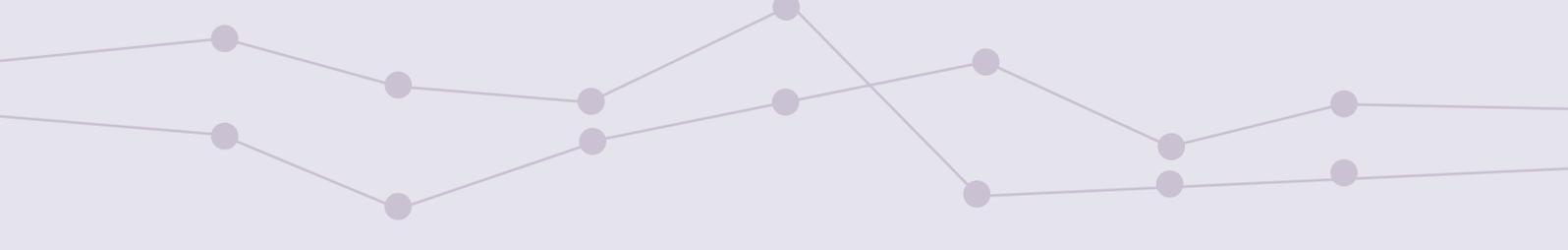
Metodologias aplicadas

As características de um sistema de monitoramento dependem de escolhas metodológicas não triviais, como aponta Vaz (2009). Para o autor, o sistema terá características diferentes em função de decisões quanto ao que deve ser monitorado, ao tipo de unidade organizacional acompanhada, às fontes de dados usadas etc. (ver Quadro 1). Um sistema de indicadores de monitoramento não deve ser um sistema de gestão operacional do programa, com um conjunto exaustivo de medidas desarticuladas, que provê acesso aos incontáveis registros diários e individuais de operação de convênios, prestação de serviços, recursos transferidos, projetos e atividades concluídas. Um sistema de monitoramento vale-se do(s) sistema(s) de gestão dos programas para buscar informações, integrá-las segundo unidades de referência comum (município, escola etc.), sintetizá-las em indicadores e conferir-lhes significado analítico.

Ao apresentar informações sintetizadas na forma de indicadores, que podem ser analisados no tempo, por regiões e públicos-alvo, ou que podem ser comparados com metas esperadas, os sistemas de monitoramento permitem ao gestor avaliar se os diversos processos e inúmeras atividades sob sua coordenação estão se somando no sentido preconizado. Um sistema de monitoramento é uma seleção dos indicadores de processos e ações mais importantes (ver Quadro 2).

Um bom conjunto de indicadores de monitoramento – organizados em um sistema ou na forma de painel – não é necessariamente composto de grande quantidade de informação, mas fruto do resultado de informação selecionada de diferentes fontes e organizada de forma sintetizada e adequada ao uso analítico pelos diferentes gestores.

Um sistema que não provê acesso orientado às centenas de indicadores disponíveis talvez não se preste ao propósito de monitoramento (ainda que possa ser útil como base de dados para estudos avaliativos a posteriori). Também não se presta ao monitoramento um sistema em



QUADRO 1: DECISÕES METODOLÓGICAS E OPERACIONAIS ENVOLVIDAS NA CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA DE MONITORAMENTO

- O que deve ser monitorado? Execução orçamentária, processos e atividades e/ou resultados?
- Qual a unidade de monitoramento? Unidades organizacionais (quem faz)? Programas (o que se faz)? Projetos (o que é mais prioritário)?
- Qual o escopo do monitoramento? Gerencial⁵ ou Analítico⁶?
- Quais as fontes e a periodicidade das informações?
- Como se dividem as responsabilidades para sua manutenção periódica? Qual o papel das unidades organizacionais temáticas e da área de informática?
- Qual o nível de centralização e de acesso? Restrito, seletivo, aberto ao público?
- Qual o nível de articulação do sistema às rotinas de tomada de decisão?

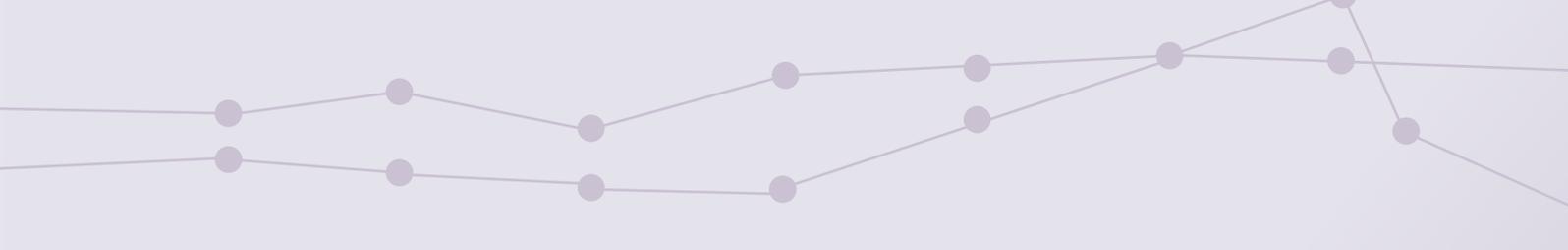
Fonte: JANNUZZI, 2011.

5 De acordo com Jannuzzi (2011), o “Monitoramento Gerencial” destina-se a acompanhar metas e prazos de ações por meio de conjunto de informações organizadas para orientar a tomada de decisões.

6 Segundo Jannuzzi (2011), o “Monitoramento Analítico” caracteriza-se pelo exercício sistemático de análise de indicadores representativos dos fluxos de desembolsos financeiros, de realização de atividades-meio, de entrega de produtos e de inferência de resultados dos programas junto a seus públicos-alvo, segundo critérios clássicos de avaliação de políticas públicas – como equidade, eficácia, eficiência e efetividade.

7 JANNUZZI, 2011.

que a informação não está organizada segundo o nível de relevância operacional-estratégica do gestor usuário. Ao gerente de processos operacionais básicos, deve estar disponível a informação essencial para o bom desempenho das atividades de seus coordenados. Ao gestor mais estratégico, devem estar disponíveis indicadores que lhe permitam acompanhar os macroprocessos segundo o modelo lógico do programa⁷.

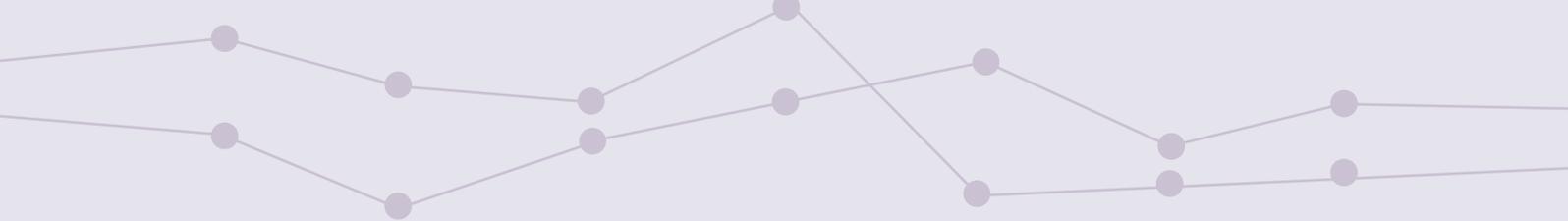


QUADRO 2: PREMISSAS PARA ESCOLHA DE INDICADORES DE MONITORAMENTO

- O conjunto de indicadores não pode se pretender exaustivo e deve ser equilibrado entre as dimensões da exclusão social (Exemplo: saúde, educação, moradia etc.). Um conjunto muito amplo de indicadores leva à perda de objetividade, perda de transparência e credibilidade.
- Os indicadores devem ter uma interpretação normativa explicitamente definida (Exemplo: para monitorar a exclusão social a taxa de desemprego cumpre tal requisito; já um indicador de produtividade do trabalho, não).
- Os indicadores devem ser mutuamente consistentes, isto é, não devem sugerir tendências inconsistentes (indicadores de desigualdade como o Índice de Gini e a Proporção de Massa Salarial apropriada podem ter comportamentos diferentes ao longo do tempo, já que medem aspectos distributivos diferentes).
- Os indicadores devem ser inteligíveis e acessíveis a toda a sociedade. São preferíveis medidas simples, de fácil entendimento. Entretanto deve-se resistir às simplificações indevidas, como os indicadores sintéticos.

Fonte: JANNUZZI, 2011.

Para o gestor, os indicadores devem ser os pertinentes a sua esfera de decisão, ajustados à referência temporal e territorial que lhes compete e interessa. Neste sentido, há um reconhecimento no âmbito do MDS da necessidade de construção e consolidação de ferramentas de integração de dados que permitam construir painéis de indicadores de forma “customizada”, possibilitando acesso à informação mais detalhada se assim o gestor o desejar.



O Sistema de Monitoramento do Plano Brasil Sem Miséria e Programas do MDS

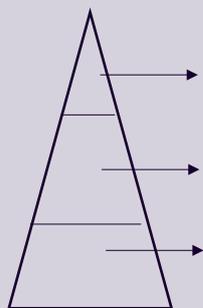
O DM da SAGI obteve papel protagonista na construção da estratégia de monitoramento analítico do Plano Brasil Sem Miséria, em cooperação com a Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza (SESEP). Para esse monitoramento vêm sendo usadas diferentes fontes de dados, tais como: censos demográficos, as edições da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), registros de programas do MDS e outros Ministérios, e outras pesquisas do Sistema Estatístico Nacional, além de variados procedimentos estatísticos e de integração de dados.

O Departamento tem investido na criação de um conjunto diversificado de indicadores que permitem aos gestores dos três níveis do governo acompanhar as ações do Plano com grande detalhamento temático e geográfico.

No bojo das atividades do Departamento, centra-se o esforço para a realização de um monitoramento que reúna informações sintéticas e que dialogue com a proposta de acompanhamento das metas de inclusão social nos países da Comunidade Europeia, que servem como referência nessa área, na lógica de estruturação em níveis de painéis articulados⁸, como se vê na Figura 1.

8 ATKINSON et al. apud JANNUZZI, 2011.

FIGURA 1: ORGANIZAÇÃO DE PAINÉIS DE INDICADORES EM SM&A



Painel Nível 1 – conjunto restrito de indicadores-chave (lead indicators) cobrindo as dimensões consideradas mais importantes para acompanhar a exclusão social.

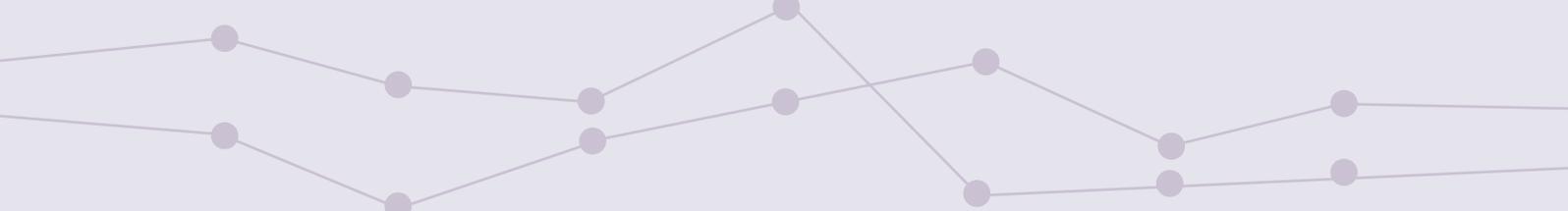
Painel Nível 2 – indicadores complementares em cada dimensão, que ajudam a interpretar cada um dos indicadores-chave.

Painel Nível 3 – indicadores que cada país membro decidir incluir para acompanhar as especificidades nacionais e que ajudem a entender os indicadores dos níveis 1 e 2.

Fonte: JANNUZZI, 2011.

A estratégia de monitoramento desenvolvida pelo DM parte da definição de três níveis para os indicadores trabalhados:

- Indicadores-chave: os principais indicadores de insumos, produtos e resultados dos programas e ações estratégicos do Plano.
- Indicadores complementares: auxiliam na interpretação dos indicadores-chave. Podem ser recortes que detalhem ou especifiquem o indicador-chave ou outros indicadores que complementem a análise do fenômeno que o indicador pretende medir.
- Indicadores conjunturais/contextuais ou suplementares: não estão necessariamente relacionados aos produtos e resultados imediatos dos programas do Plano, mas sinalizam impactos e permitem acompanhar conjunturas relacionadas às condições ou restrições de execução dos programas, assim como aos efeitos esperados destes.



Definido o referencial teórico, a concepção e o desenvolvimento da estratégia de monitoramento do DM foram ancorados primeiramente na definição da estrutura/arquitetura do banco de dados no que concerne às granularidades temporais e territoriais dos indicadores que iriam compô-lo; segundo, na definição de uma metodologia de documentação sintética e acessível dos metadados e, por fim, no estabelecimento da manutenção da memória das rotinas de extração, construção e carga de indicadores, visando a otimizar a eficiência em sua atualização.

Partindo da arquitetura do banco de dados da Matriz de Informações Sociais (já em funcionamento na SAGI em 2010, quando o Departamento foi criado) o DM estruturou um banco de dados ampliado em sua estrutura de tabelas com a inclusão da granularidade nacional e regional e desenvolveu uma metodologia de extração, geração e carga de indicadores que permitisse uma interação acessível e inteligível aos seus técnicos nas rotinas de alimentação do banco, proporcionando mais eficiência para a análise de conteúdo e adequação dos indicadores às aplicações de monitoramento. Com uma equipe majoritariamente composta de técnicos e consultores especialistas em indicadores, era necessária a consolidação das rotinas de trabalho voltadas mais à análise de indicadores e menos às rotinas de carga.

O gerenciamento deste banco de dados é feito por meio de uma aplicação de gestão/documentação de metadados e de carga de dados. Na aplicação, as variáveis estão distribuídas em tabelas e estas estão documentadas em formulários compostos pelas informações relativas ao tema, periodicidade, unidade de análise, fonte, descrição, observações adicionais, agregações temporais e territoriais e categoria das variáveis que a compõem (ver Figuras 2 e 3).

Importante ressaltar que o sistema de sinaleiras apresenta a distância temporal para a data da última atualização do banco de dados do Departamento, mas não leva em consideração os cronogramas de disponibilização dos registros/pesquisas de suas respectivas institui-

FIGURA 2: GESTOR DE METADADOS E CARGA DE DADOS

UPLOAD DE DADOS

Novo Metadado: (BSM) (PEPE)
 Dicionário: (BSM) (PEPE)
 Agregador: (BSM) (PEPE)

Nome da Tabela: ID Tabela:
 Nome Variáveis: ID Variáveis:

Temas:

Sistema de consulta

Acesso ao formulário

Metadado	Atualizar	Banco	ID	Tabela	Variáveis	ID Vars	Última Atualização	Visualizar Dados
		BSM	1	Quantidade de vínculos empregatícios em ocupações formais	Quantidade de vínculos empregatícios em ocupações formais	v1	30 meses	
		BSM	2	Quantidade de vínculos empregatícios em ocupações formais por setor econômico	Quantidade de vínculos empregatícios em ocupações formais na Indústria, Quantidade de vínculos empregatícios em ocupações formais na Construção Civil, Quantidade de vínculos empregatícios em ocupações formais no Comércio, Quantidade de vínculos empregatícios em ocupações formais em Serviços, Quantidade de vínculos empregatícios em ocupações formais na Agropecuária	v2, v3, v4, v5, v6	30 meses	
		BSM	3	Admissões, desligamentos e saldo	Admissões, Desligamentos, Saldo	v7, v8, v9	4 meses	
		BSM	4	Total, entradas, desligamentos e saldo de famílias beneficiárias do PBF	Total de famílias beneficiárias do PBF, Entradas de famílias no PBF, Desligamentos de famílias no PBF, Saldo de entradas e desligamentos de famílias no PBF	v10, v11, v12, v13	9 meses	
		BSM	5	População total (Censo)	População total	v14	42 meses	
		BSM	6	Tipologia analítica de capacidade de gestão da Assistência Social	Tipologia analítica de capacidade de gestão da Assistência Social	v15	54 meses	
		BSM	7	População por sexo (Censo)	População masculina, População feminina	v16, v17	42 meses	
		BSM	8	População por situação censitária (Censo)	População urbana, População rural	v18, v19	42 meses	

Informações básicas da tabela

Sistema de sinaleiras para atualização

Fonte: Departamento de Monitoramento, SAGI/MDS.

ções produtoras. Isso significa que as sinaleiras agem como controle para o próprio Departamento, não estando atreladas à atualização nas fontes dos dados utilizados pelo DM. Dessa forma, funcionam como informação adicional para alguns dados (exemplo: Censo Demográfico do IBGE, pesquisa decenal) e para dados mensais têm a função de sistema de alerta para atualização dos dados (exemplo: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED do MTE).

FIGURA 3: FORMULÁRIO DE DOCUMENTAÇÃO DOS METADADOS DA TABELA

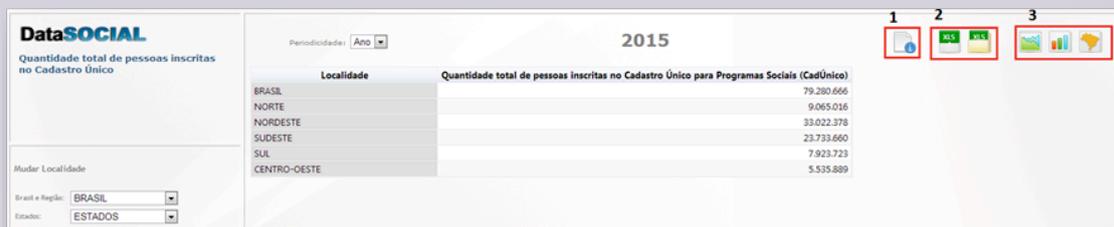
Informações básicas do metadado

Granularidade das variáveis

Fonte: Departamento de Monitoramento, SAGI/MDS.

O processo de carga é feito por meio de arquivos texto (*comma separated values* – extensão *csv*) que são compostos por colunas com o código das unidades territoriais utilizadas pelo IBGE, mês, ano e as variáveis da tabela. Cada tabela tem seu respectivo arquivo texto e a aplicação espelha estas informações no banco de dados que está em formato *postgres*. Dessa forma, toda interação dos técnicos do DM com as atividades de carga de dados pode ser feita por meio de leitores de planilhas (exemplo: *Excel*, *Open Office*, *Numbers*, etc.). Por fim, a aplicação tem o módulo de visualização da tabela com funcionalidades de geração de gráficos e extração de planilhas (ver Figura 4).

FIGURA 4: VISUALIZADOR DE DADOS



Fonte: Departamento de Monitoramento, SAGI/MDS.

Legenda da Figura:

- 1: Fonte, documentação e informações adicionais
- 2: Extração de Planilhas em Excel
- 3: Gerador de gráficos

Definida a arquitetura de banco de dados e os procedimentos para sua alimentação, cada tabela do banco tem sua respectiva documentação relativa aos procedimentos da rotina de extração e cálculo de seus indicadores/variáveis. Tais rotinas são desenvolvidas a partir dos microdados dos registros/pesquisas ou a partir de extrações de indicadores já calculados pelas instituições produtoras em seus canais oficiais de disseminação. As primeiras são documentadas em textos com orientação, detalhamento das etapas do processo e localização física dos arquivos nos computadores do Departamento, assim como, em scripts/sintaxes de programação de aplicações de softwares de estatística. Essa dinâmica de documentação das rotinas relativas aos metadados permitem que outros técnicos consigam replicar os passos para outros períodos ou mesmo outros indicadores, e contribui para consolidar a memória institucional do Departamento.

Atualmente o banco de dados do DM conta com mais de 1.800 variáveis oriundas de diversos registros administrativos de programas e de pesquisas do Sistema Estatístico Nacional (ver Tabela 1 e Quadro 3).



TABELA 1: DISTRIBUIÇÃO DAS VARIÁVEIS/INDICADORES DO BANCO DE DADOS DO DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO SEGUNDO ÁREA TEMÁTICA

ÁREA TEMÁTICA	QUANTIDADE DE VARIÁVEIS/ INDICADORES
Assistência Social	211
Busca ativa	2
Condicionalidades	61
Demografia	64
Desigualdade	55
Economia	108
Educação	242
Habitação	132
Inclusão Produtiva	21
Mercado de Trabalho	155
Saúde	190
Segurança Alimentar e Nutricional	356
Transferência de Renda	232
Total	1.829

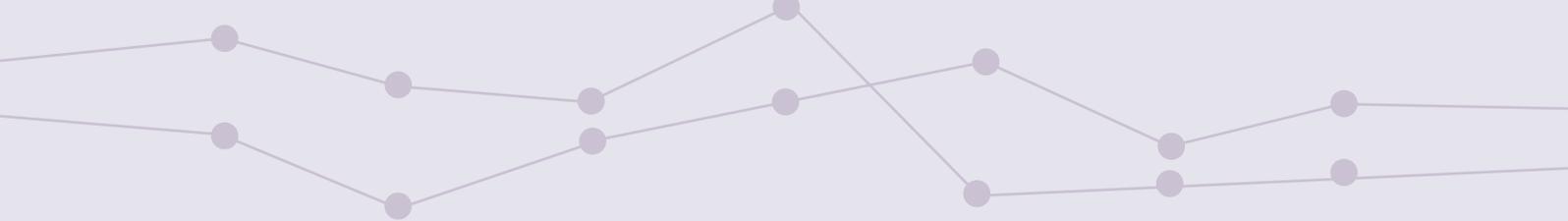
Fonte: Departamento de Monitoramento, SAGI/MDS.

QUADRO 3: RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS BASES DE DADOS TRABALHADAS SEGUNDO FONTE

FONTES DE DADOS

ANEEL, Dados agregados de beneficiários da tarifa social de energia elétrica
ANVISA, Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA)
CAIXA, Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)
CAIXA, Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família (PBF)
CONAB, Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (PROHORT)
IBGE, Censo Agropecuário
IBGE, Censo Demográfico
IBGE, Contas Nacionais / Produto Interno Bruto dos Municípios
IBGE, Pesquisa da Pecuária Municipal
IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)
IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)
IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)
IBGE, Produção Agrícola Municipal (PAM)
IBGE, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (INPC e IPCA) e os Índices de Preços ao Produtor (IPP)
INEP, Censo da Educação Superior
INEP, Censo Escolar
MDIC, Balança Comercial – Aliceweb 2
MDIC, Cadastro de Microempreendedores Individuais
MDS, Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS)
MDS, Folha de Pagamentos de Serviços Socioassistenciais de Proteção Especial e da Proteção Social Básica
MDS, Registro de Atendimentos e Serviços da Assistência Social (REGATAS)
MDS, SigCisternas
MDS, Sistema de Acompanhamento das Condições de Condicionais (SICON)
MF, Transferências Constitucionais
MMA, Folha de Pagamentos do Programa de Apoio à Conservação Ambiental / Bolsa Verde
MPS, Benefícios Ativos do Benefício de Prestação Continuada (BPC)
MS, Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS)
MS, Pesquisa Nacional de Prevalência de Aleitamento Materno nas Capitais e Distrito Federal
MS, Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC)
MS, Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)
MS, Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)
MTE, Cadastro Geral de Empregadores e Empregados (CAGED)
MTE, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

Fonte: Departamento de Monitoramento, SAGI/MDS.



O banco do Departamento atua como a fonte de dados para todas as aplicações de monitoramento, que estão disponibilizadas em três plataformas: Data Social (Dados e Boletins), Painel de Indicadores de Acompanhamento da Conjuntura e de Programas Sociais (PIC) e o Painel de Monitoramento do Plano Brasil Sem Miséria (MONIB). Além deste conjunto sistêmico de aplicações, o banco de dados também é ferramenta de consulta do Departamento para elaboração de estudos técnicos. Apesar do banco não ser exaustivo nas possibilidades de recortes e análises que os microdados dos registros/pesquisas oferecem, seu conjunto estruturado de indicadores otimiza o trabalho rotineiro de análise ao evitar redundância de processamento de indicadores recorrentes nos conteúdos trabalhados no âmbito do Ministério e do Plano Brasil Sem Miséria. As etapas de implementação da estratégia de monitoramento pelo Departamento podem ser sintetizadas conforme as etapas apresentadas no seguinte fluxograma (Figura 5).

Uma das plataformas compostas pelos indicadores extraídos do bando de dados do Departamento é o portal Data Social, que disponibiliza dados e indicadores para elaboração de diagnósticos atualizados e para monitoramento das políticas e programas do Ministério, além de informações de contexto social, demográfico e econômico de municípios, estados, regiões e Brasil. Dados e indicadores acerca da estrutura de gestão de programas, do dimensionamento e características dos públicos-alvo das políticas, dos insumos, entregas e resultados dos programas, serviços e ações do Ministério podem ser consultados nos componentes temáticos do portal, disponíveis para acesso de técnicos, gestores e população em geral.

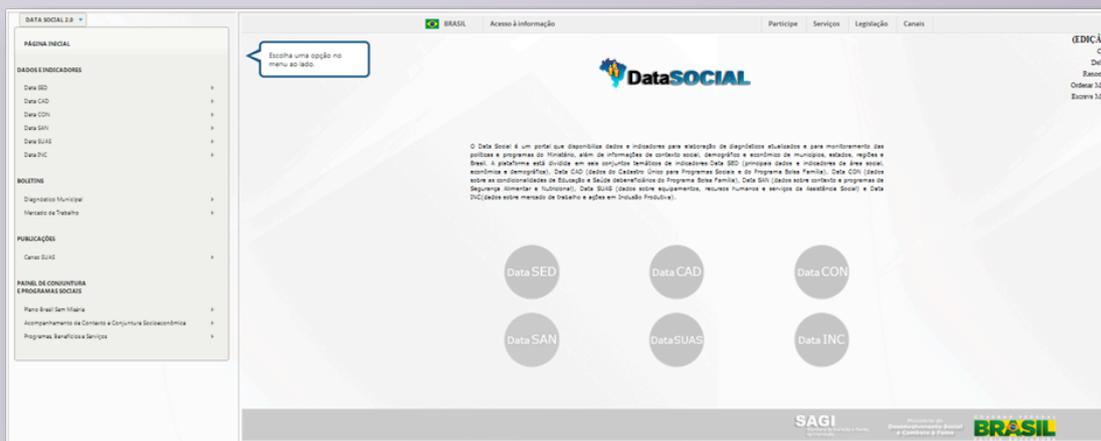
A plataforma Data Social está dividida em seis conjuntos temáticos de indicadores; provenientes de pesquisas do IBGE, INEP, DataSus, MTE e outras fontes: Data SED (principais dados e indicadores da área social, econômica e demográfica), Data CAD (dados do Cadastro Único para Programas Sociais e do Programa Bolsa Família), Data CON (dados sobre as condicionalidades de Educação e Saúde de beneficiários do Programa Bolsa Família), Data SAN (dados sobre contexto e programas

FIGURA 5: FLUXOGRAMA DAS ETAPAS DA ESTRATÉGIA DE MONITORAMENTO



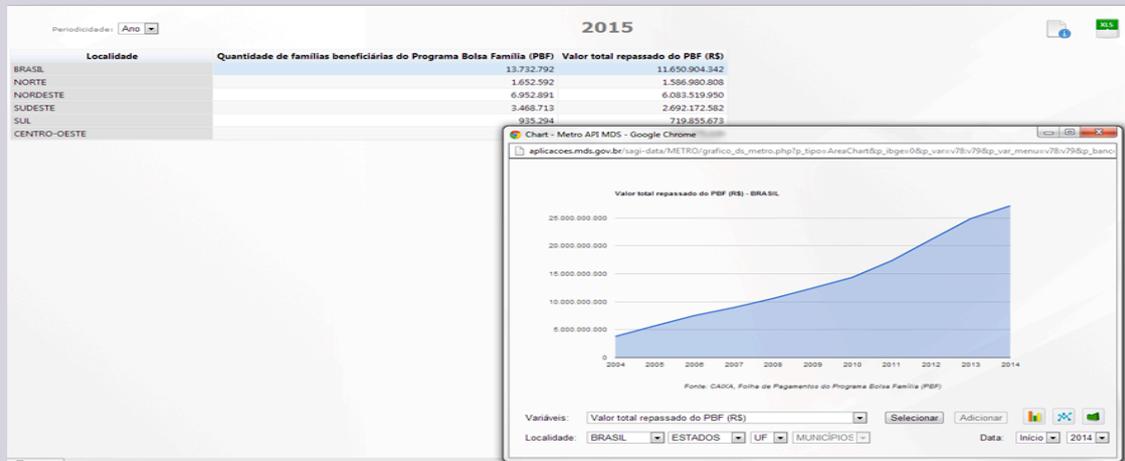
Fonte: Departamento de Monitoramento, SAGI/MDS.

FIGURA 6: DATA SOCIAL



Fonte: Departamento de Monitoramento, SAGI/MDS.

FIGURA 7: DATA SOCIAL - TABELA E GRÁFICO DE HISTÓRICO DAS VARIÁVEIS



Fonte: Departamento de Monitoramento, SAGI/MDS.

de Segurança Alimentar e Nutricional), Data SUAS (dados sobre equipamentos, recursos humanos e serviços da Assistência Social) e Data INC (dados sobre mercado de trabalho e ações em Inclusão Produtiva) (Figura 6).

Dentro de tal abrangência temática, a aplicação permite a visualização de tabelas e gráficos, bem como a construção de séries históricas em gráficos que possibilitam ao usuário selecionar localidade e temporalidade. Além dessas funcionalidades, os indicadores e séries históricas disponibilizados pelo portal podem também ser extraídos para planilhas em extensão Excel pelos usuários (Figura 7).

Além dos indicadores, a aplicação disponibiliza boletins municipais temáticos automatizados para os 5.570 municípios brasileiros com conteúdos analíticos textuais e gráficos. Os boletins foram desenvolvidos no Departamento por meio de programações que estabeleçam relações condicionais entre indicadores e conteúdos textuais, possibilitando a geração automatizada de relatórios municipais persona-

FIGURA 8: BOLETINS AUTOMATIZADOS

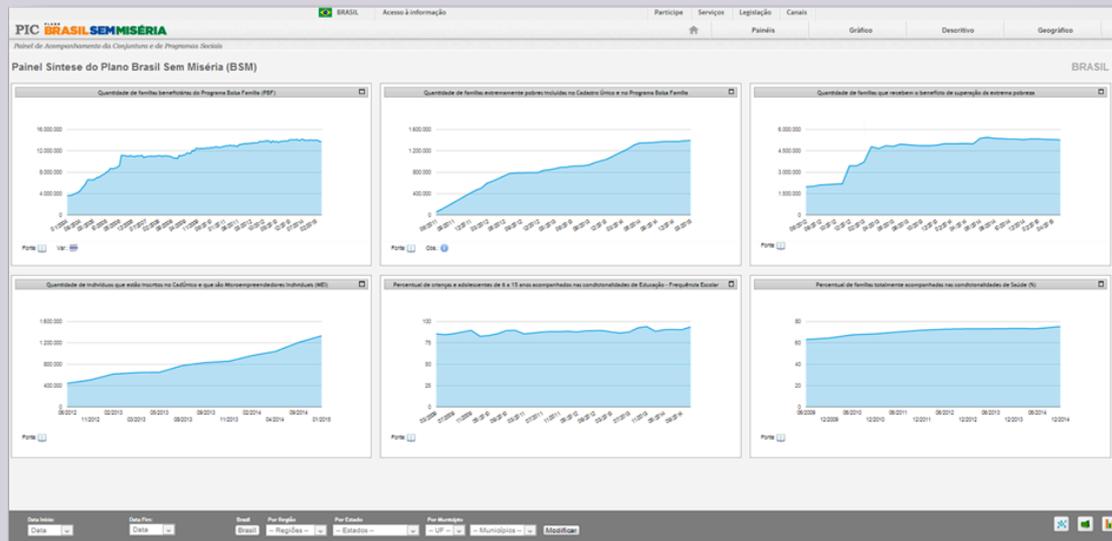


QUADRO 4: RELAÇÃO DE BOLETINS PRODUZIDOS PELO DEPARTAMENTO ATÉ AGOSTO DE 2015

BOLETIM	CONTEÚDO
Brasil Sem Miséria no seu Município	Conjunto de indicadores referentes às ações que compõem o Plano Brasil Sem Miséria em âmbito municipal.
Brasil Sem Miséria no seu Estado	Conjunto de indicadores referentes às ações que compõem o Plano Brasil Sem Miséria em âmbito estadual.
Subsídios para elaboração do PPA Municipal	Conjunto básico de indicadores para subsidiar o gestor municipal na elaboração do Plano Plurianual 2014-2017.
Panorama Municipal segundo Censo Demográfico 2010	Conjunto básico de indicadores para fornecer um panorama municipal.
Extrema Pobreza segundo Censo Demográfico 2010	Análise da população em situação de extrema pobreza no município.
Diagnóstico Socioterritorial	Conjunto básico de indicadores acerca de características demográficas, econômicas e sociais dos Municípios, para elaboração de um diagnóstico situacional que sirva de aporte à atuação da Assistência Social.
Elaborando um Diagnóstico para Gestão Municipal	Sugestões para o gestor elaborar um Diagnóstico para Gestão de Políticas e Programas Sociais em Âmbito Municipal.
Vulnerabilidade Social e Juventude Negra	Análise da situação municipal da população jovem e negra com o objetivo de fornecer subsídios para formulação e implementação de políticas voltadas a esse público-alvo.
Mercado de Trabalho segundo o Censo Demográfico 2010	Distribuição das pessoas ocupadas no mercado de trabalho.
Dinâmica das Ocupações Formais segundo RAIS	Vagas no mercado formal de trabalho para gestor no planejamento de oferta de cursos de qualificação.
Inclusão Produtiva segundo Censo SUAS	Análise da oferta de cursos por parte da gestão de Assistência Social e ações de geração de trabalho e renda e qualificação profissional.
Dinâmica das Ocupações Formais segundo CAGED	Vagas no mercado formal de trabalho para gestor no planejamento de oferta de cursos de qualificação.

Fonte: Departamento de Monitoramento, SAGI/MDS.

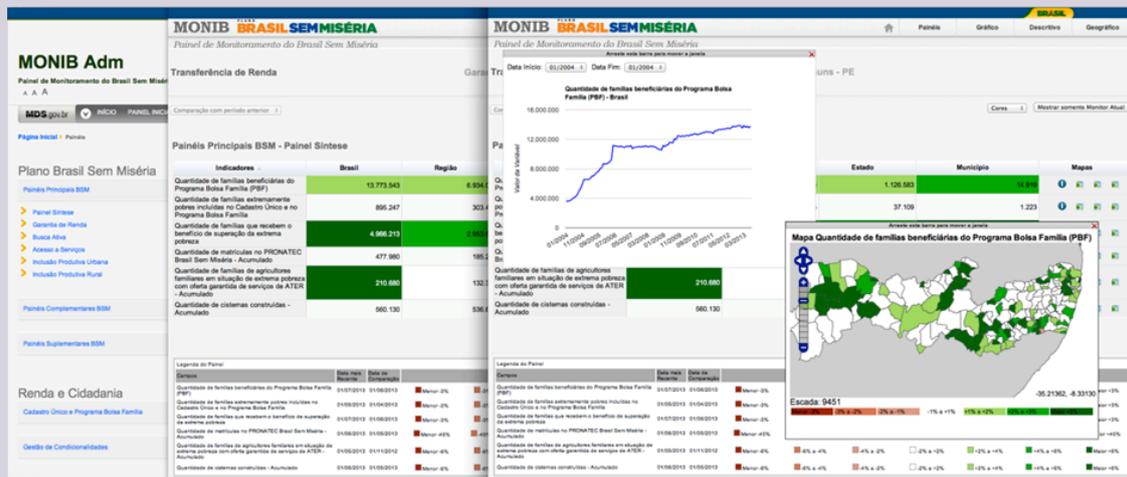
FIGURA 9: PAINEL DE INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA CONJUNTURA E DE PROGRAMAS SOCIAIS (PIC)



Fonte: Departamento de Monitoramento, SAGI/MDS.

Integrado à plataforma do Data Social se encontra o Painel de Indicadores de Acompanhamento da Conjuntura e de Programas Sociais (PIC), que também pode ser acessado diretamente da página eletrônica institucional da SAGI. Esta aplicação apresenta painéis de indicadores de conjuntura relacionados à educação, mercado de trabalho, indicadores analíticos de desigualdade e pobreza e uma síntese de indicadores de programas, benefícios e serviços gerenciados pelo MDS. Tais painéis têm o intuito de captar/dimensionar os esforços realizados pelo Ministério e os efeitos alcançados (Figura 9).

FIGURA 10: PAINEL DE INDICADORES DE MONITORAMENTO DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA (MONIB)

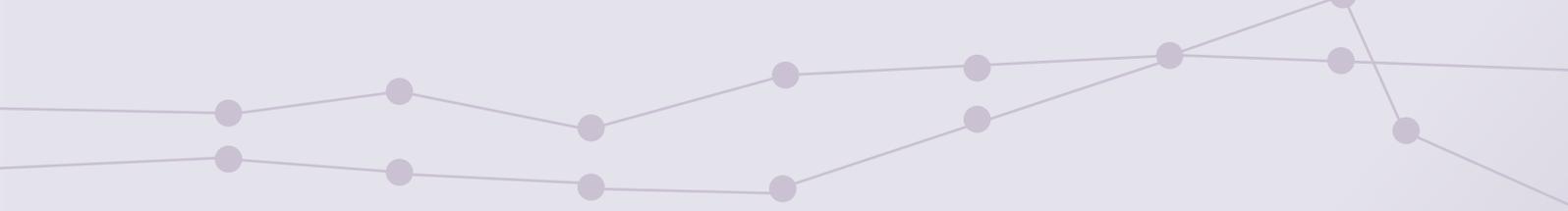


Fonte: Departamento de Monitoramento, SAGI/MDS.

Por fim, o Departamento desenvolve e alimenta a aplicação Painel de Indicadores de Monitoramento do Plano Brasil Sem Miséria (MONIB) para o acompanhamento gerencial e analítico das ações do plano em nível nacional, regional, estadual e municipal, dispondo de indicadores específicos de entregas e dos seus efeitos. Conta com as mesmas funcionalidades do Painel de Indicadores de Acompanhamento da Conjuntura e Programas Sociais, diferenciando-se na composição de indicadores (Figura 10).

Um aspecto importante a ser elucidado sobre o MONIB é relativo à crescente introdução de indicadores construídos a partir da integração de dados provenientes do Cadastro Único com outras fontes de informação de registros de programas governamentais.

O DM supre ainda a necessidade de macromonitoramento e transparência das Políticas do Ministério por meio de plataformas informacionais como o MDS em Dados e BSM em Dados.



Integração de registros administrativos e estudos avaliativos

Para o Plano Brasil Sem Miséria, o Departamento de Monitoramento elaborou indicadores considerando as especificidades do desenho do plano, que se estrutura nos eixos de transferência de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva. Dentro da proposta do monitoramento analítico, vêm sendo trabalhados indicadores que permitam a captação das interações de cobertura das ações destes eixos, especialmente as focalizadas exclusivamente nas famílias extremamente pobres. Estes indicadores são fundamentais para o monitoramento da atuação intersetorial sistêmica do BSM.

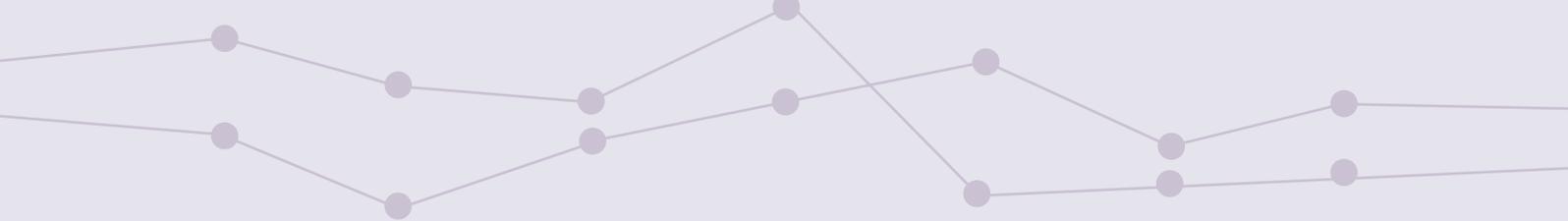
Neste sentido, o esforço de desenvolvimento, domínio e aprimoramento de metodologias determinísticas e probabilísticas de pareamento de registros administrativos tem se tornado uma frente de atuação estratégica no conjunto de ações do monitoramento analítico, permitindo ao Departamento trabalhar estudos avaliativos com bases de dados longitudinais.

Em tal contexto, os estudos avaliativos baseados em informações providas pelas diferentes fontes de registros administrativos e cadastros públicos visam a compreender a dinâmica de participação e cobertura entre os beneficiários das políticas sociais, além de possibilitar a avaliação de impacto dos programas que estão sob a responsabilidade do MDS. Esse tipo de abordagem metodológica permite, em dimensões mais circunscritas, o uso de informações longitudinais em painéis sintéticos com extensão histórica ou periodicidade adequadas para as análises de efeitos do “tempo ou regularidade de exposição ao programa social”⁹.

Assim, de maneira cada vez mais sofisticada, o DM vem realizando estudos técnicos integrando registros administrativos por meio de técnicas de pareamento, a partir de match codes ou de merges¹⁰. Esses procedimentos servem para integrar diferentes bases de dados

⁹ VAZ et al., 2014.

¹⁰ Pareamento por *merge* e pareamento por *match code* são técnicas utilizadas para integrar dados de bases diferentes. A diferença entre o *merge* e o *match code* é relativa às chaves de identificação dos registros nas bases a serem integradas. O *merge* é relativo à junção de registros que contêm a mesma variável-chave, provenientes de um mesmo sistema gerador, como exemplo, a existência de Cadastro de Pessoa Física (CPF) da Receita Federal em ambos os registros. Já a construção de *match codes* se faz necessária quando não existe a variável identificadora proveniente de um mesmo sistema gerador nas bases de dados que se pretende parear.



de registros, por exemplo, a base do Cadastro Único, a folha de pagamentos do Programa Bolsa Família, a RAIS, o CAGED, o Pronatec Bolsa Formação etc. A integração de bases para realização de estudos analíticos permite o aprofundamento da análise dos dados a partir de uma única base longitudinal.

Os esforços empreendidos para a construção de estudos dessa natureza trazem contribuições para o monitoramento de políticas sociais complexas, que demandam diferentes iniciativas de avaliação para sua compreensão e aprimoramento de ações em curso.

QUADRO 5: ESTUDOS AVALIATIVOS PRODUZIDOS PELO DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO ATÉ SETEMBRO DE 2015

TÍTULO DO ESTUDO AVALIATIVO:

DISPONÍVEL EM:

Desnutrição em crianças de até cinco anos beneficiárias do Programa Bolsa Família: Análise transversal e Painel Longitudinal de 2008 a 2012

Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate nº 17

Avaliação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) para o público do Cadastro Único para Programas Sociais (Cadastro Único) e beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF); cobertura, adequação da oferta e desempenho dos participantes

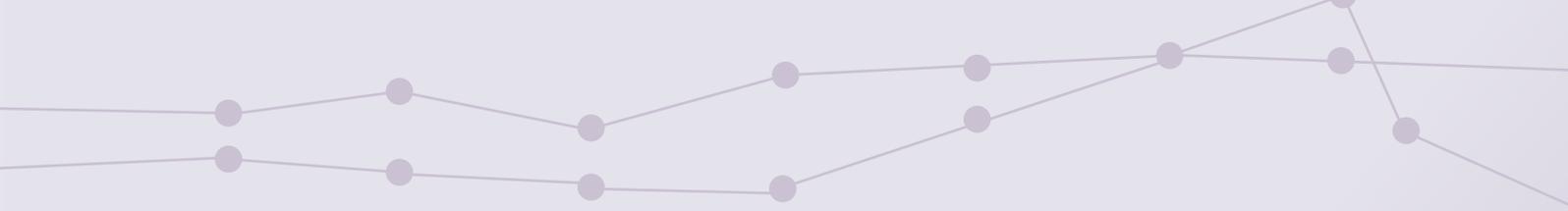
Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate nº 24

Contribuição do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Bolsa Formação para formalização do emprego e dos microempreendedores individuais: análise dos participantes beneficiários do Bolsa Família e inscritos no Cadastro Único

Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate nº 24

Avaliação de impacto dos beneficiários do Programa Bolsa Família, matriculados no Pronatec Bolsa Formação: um estudo CASO-CONTROLE

Site da SAGI: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/estudos_tecnicos/pdf/110.pdf



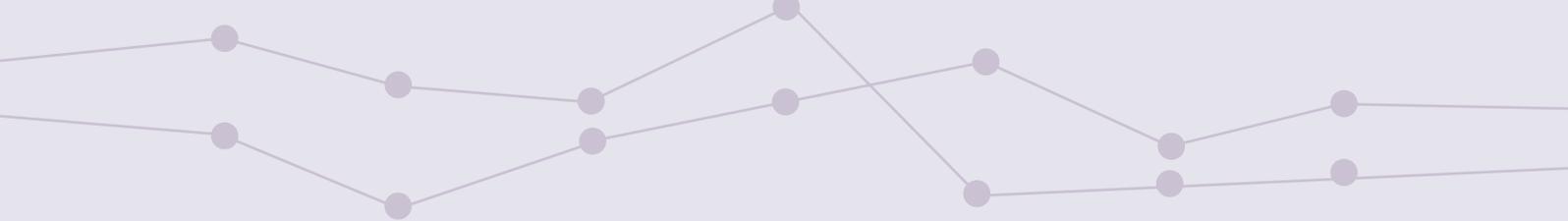
Ao integrar diferentes bases de dados em que estão presentes os mesmos indivíduos, os estudos avaliativos permitem uma abordagem em profundidade, pois conseguem mapear informações históricas relativas a esses indivíduos em diferentes dimensões, enriquecendo assim o objeto de pesquisa. Desse modo, a análise das informações contribui para o aprimoramento das políticas públicas, fornecendo aos gestores, em diferentes esferas, material abrangente e mais adequado à complexidade e intersetorialidade inerente a essas políticas.

No Quadro 5 são apresentados os estudos avaliativos produzidos pelo Departamento de Monitoramento.

Considerações finais

O presente artigo apresentou uma descrição panorâmica da sistemática de produção e disseminação dos principais indicadores de monitoramento relativos aos programas e ações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome organizados pelo Departamento de Monitoramento da SAGI. Criado em 2010, o DM desenvolveu aprendizado organizacional e vem desde então consolidando mecanismos de acompanhamento e entrega de informação qualificada aos gestores que atuam nas diferentes esferas das políticas sociais e também aos cidadãos-usuários.

O Departamento se empenha em responder aos crescentes desafios impostos pela complexidade inerente à formulação e implementação de políticas sociais intersetoriais e intergovernamentais e seu caráter dinâmico. Esses desafios colocam-se por meio de novas demandas de avaliação e monitoramento de maneira a abarcar e traduzir resultados e impactos em suas distintas dimensões, visando a fornecer acesso à informação mais completa possível. Os painéis de conjuntura e os estudos avaliativos são exemplos de produtos criados a partir de demandas específicas e que buscam atender à necessidade de informações mais qualificadas para subsidiar os gestores dessas políticas.



A produção de estudos técnicos para atender a demandas pontuais também merece ser mencionada. Com início no ano de 2011, até setembro de 2015 o Departamento já tinha disponibilizado 49 estudos dessa natureza, contemplando diferentes temáticas, por exemplo, avaliação técnica e crítica de indicadores de organismos internacionais (IDH, Pobreza multidimensional, entre outros indicadores), sínteses de resultados de pesquisas domiciliares de abrangência nacional, assim como de registros administrativos. Todos esses estudos encontram-se disponíveis no site da SAGI¹¹.

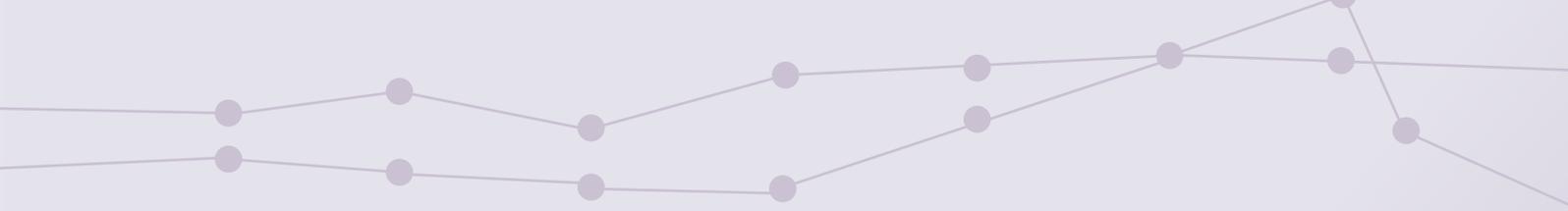
A sistematização e publicação dos principais resultados do Censo SUAS é mais uma atividade realizada pelo DM. O Censo SUAS consiste num levantamento anual, iniciado em 2007, que coleta dados junto aos agentes e instituições operadores dos programas e serviços do SUAS em todo território nacional. Ao longo dos anos vem se constituindo num rico acervo de informações para retratar os avanços, dificuldades e desafios para o cumprimento dos objetivos da PNAS, e, conseqüentemente, contribuir para a gestão dessa Política. O Censo SUAS é realizado por meio de parceria entre a SAGI e a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e sua importância para a institucionalização do SUAS foi reconhecida na premiação do 16º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal em 2011, conferido pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)¹². Desde a edição de 2013 a publicação dos resultados do Censo SUAS foi reestruturada e passou a obedecer a uma análise sistêmica, mais adequada à compreensão de seus diferentes componentes sob uma lógica integrada.

Mais recentemente, o trabalho do Departamento de Monitoramento foi reconhecido por seu caráter inovador. A “Estratégia de Monitoramento Analítico do Plano Brasil sem Miséria e Programas do MDS”¹³ foi uma das vencedoras do 18º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, pro-

11 Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/estudos_tecnicos/pg_principal?url=lista_ordena_new&ativo=sim

12 ENAP, 2011.

13 Disponível em: <http://inovacao.enap.gov.br/18o-concurso/>



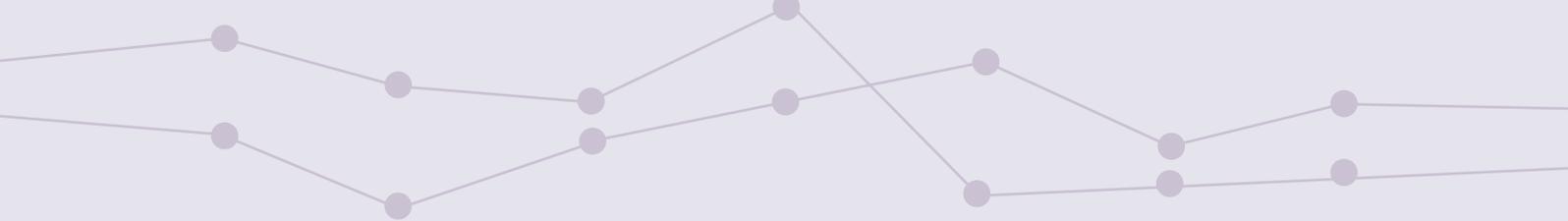
movido pela ENAP em 2013. Nas palavras da instituição, “a estratégia é inovadora por se tratar de uma rotina de trabalho voltada à construção de indicadores e às suas aplicações, em forma de painéis, tabulações ou boletins, evitando o reducionismo da atividade de monitoramento apenas à disponibilização da informação. Em termos práticos, é a sistematização de indicadores multitemáticos e de diferentes fontes de dados em uma mesma plataforma de monitoramento”.

Em 2014 o “Portal Brasil Sem Miséria no Seu Município”¹⁴, desenvolvido pela SAGI em parceria com a Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (SESEP), foi contemplado no 2º Concurso de Boas Práticas da Controladoria-Geral da União (CGU). A iniciativa foi vencedora na categoria Promoção da Transparência Ativa e/ou Passiva, e esse concurso tem por objetivo estimular, reconhecer e premiar iniciativas no Poder Executivo Federal que contribuam para a melhoria da gestão pública.

Todas as aplicações aqui expostas estão disponíveis na página eletrônica institucional da SAGI e seus aprimoramentos, do ponto de vista de funcionalidades e conteúdos, se incrementam conforme se dá a consolidação do aprendizado organizacional e da experiência diária de incorporação da sistemática de monitoramento à gestão no âmbito do MDS.

Por fim, é importante destacar que só são possíveis a manutenção e a consolidação de sistemáticas de monitoramento quando seus conteúdos e funcionalidades se adaptam às necessidades dos gestores dos programas. Não há receita única para a construção de sistemas de monitoramento de políticas públicas, mas, sem dúvida, tão importante quanto trabalhar com indicadores consistentes, é a premissa constante de que a atividade deve objetivar tempestivamente o subsídio à tomada de decisão na gestão de ações e programas.

14 Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/sobre/institucional/concursos/concurso-de-boas-praticas/arquivos/2deg-concurso-de-boas-praticas/resultado/tp-04-mds-premiado.pdf>



Referências Bibliográficas

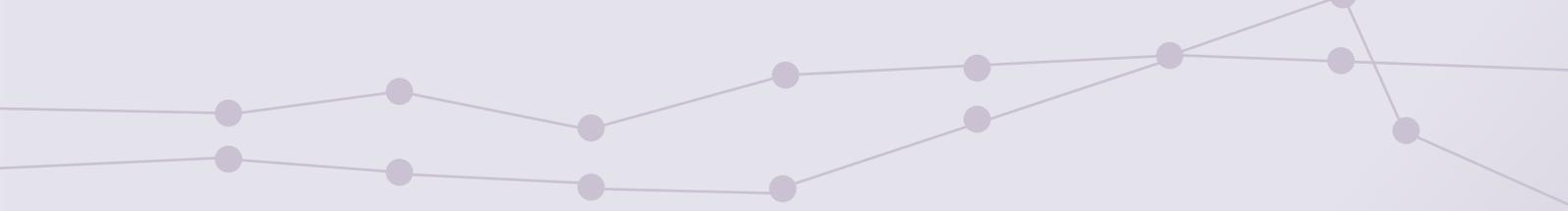
ATKINSON, T. et al. **Social Indicators: the EU and social inclusion.** Oxford: Oxford Univ. Press, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2013: análise dos componentes sistêmicos da Política Nacional de Assistência Social.** Brasília, DF: MDS, 112 p.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). **Ações premiadas no 16º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal - 2011:** pesquisa ENAP. Brasília, DF: ENAP, 2011. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/documents/586010/603967/livro_16.pdf/970c631e-e7d1-4266-ae0c-1eb0c78dcc32>. Acesso em: 20 out. 2015.

JANNUZZI, P. Monitoramento analítico como ferramenta para aprimoramento da gestão de programas sociais. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, n. 1, Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, p. 36-64, jan./jun. 2011.

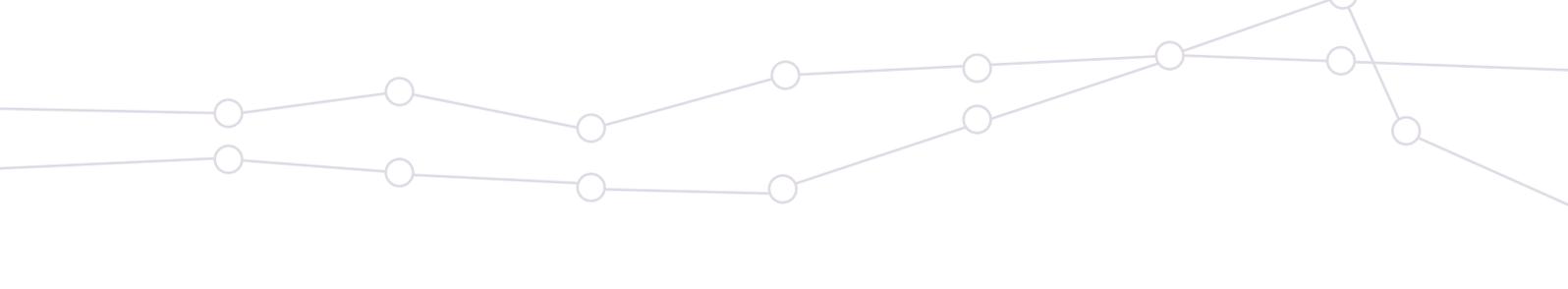
SOUSA, M. F. de. Monitoramento analítico do Plano Brasil Sem Miséria e de programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, n. 5, Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, p. 90-103, jan./jun. 2013.



SOUSA, M. F. de et al. Avaliação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) para o público do Cadastro Único para programas sociais (Cadastro Único) e beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF); cobertura, adequação da oferta e desempenho dos participantes. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, n. 24, Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, p. 127-155, 2015.

VAZ, A. C. N. et al. Estudos avaliativos com base na integração de registros administrativos: a experiência de integração do Cadastro Único para Programas Sociais, Programa Bolsa Família e Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, n. 17, Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, p. 38-48, 2014.





Boletins sobre o mercado de trabalho para subsidiar o planejamento de cursos do Pronatec

ROBERTA PELELLA MÉLEGA CORTIZO ¹

OBJETIVO Elaborar e disponibilizar dados customizados para cada município sobre as principais ocupações com carteira assinada e a dinâmica de admissões e demissões do público do Plano Brasil Sem Miséria.

DATA: Lançados em 2012, com atualizações periódicas.

QUEM ELABOROU: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS).

UTILIZAÇÃO: Os boletins subsidiam o processo de seleção e planejamento de cursos ofertados em cada município, no âmbito do Pronatec.

173

¹ Analista Técnica de Políticas Sociais lotada na SAGI, mestre em Antropologia Social (USP) e graduada em Jornalismo (USP).



Contexto da criação dos boletins

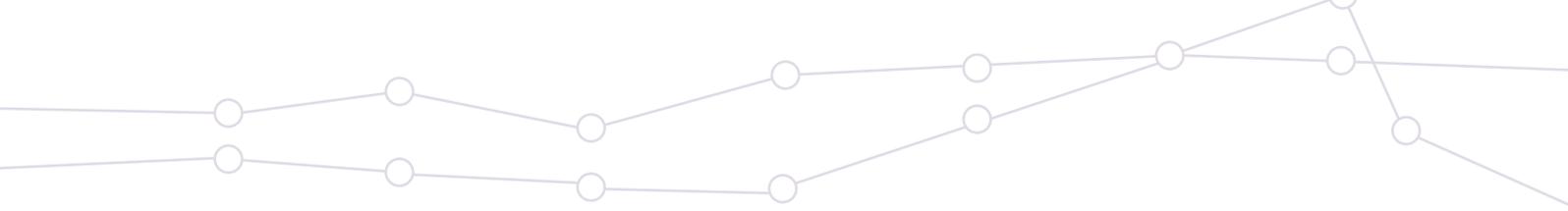
Com o aumento da abrangência e complexidade das políticas sociais no Brasil, gestores das três esferas de governo passaram a demandar instrumentos específicos e sofisticados para subsidiar o planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos programas sociais.

Até 2011, a SAGI dispunha de aplicações que permitiam acessar indicadores apenas na forma habitual dos meios acadêmicos: tabelas e gráficos. Entretanto, muitos municípios apresentavam dificuldades em assimilar dados nestes formatos. Por isso, a SAGI identificou a necessidade de apresentar as informações em uma linguagem mais acessível aos gestores de políticas públicas locais.

Neste contexto, foram concebidos os primeiros boletins com textos explicativos para cada município brasileiro, com dados interpretados e gráficos simplificados para ilustrar as questões abordadas. As narrativas de contextualização e interpretação dos indicadores possibilitaram aproximar os gestores da temática de monitoramento, e para que eles pudessem utilizar dados nos processos de gestão e tomada de decisão.

Lançado no 1º semestre de 2012, o Panorama Municipal foi o primeiro boletim elaborado pelo Departamento de Monitoramento da SAGI com dados personalizados para cada município brasileiro. Trata-se de um diagnóstico municipal simplificado, que busca estimular os gestores a utilizarem o Data Social¹ para elaboração de seus próprios diagnósticos.

¹ Criado pela SAGI, o portal Data Social disponibiliza dados e indicadores para elaboração de diagnósticos atualizados e para monitoramento das políticas e programas do MDS, além de informações de contexto social, demográfico e econômico de municípios, estados, regiões e Brasil. O Data Social é um sistema disponível para consulta por qualquer usuário no link: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro.php?p_id=4



No Panorama Municipal, diversos dados são apresentados de forma clara e objetiva: demografia do município, com evolução das faixas etárias; acesso aos serviços de água, luz, coleta de lixo e escoamento sanitário; níveis de pobreza e taxa de analfabetismo; participação dos setores de agricultura, indústria e serviços na economia local; características do mercado de trabalho; e finanças públicas, com dados da receita orçamentária e distribuição das maiores áreas de despesas municipais. O Boletim foi elaborado com base no Censo Demográfico 2010, RAIS,² CAGED³, Aliceweb², dados do Tesouro Nacional, entre outros.

A fim de fortalecer a capacidade da gestão municipal, a SAGI publicou um documento com orientações sobre como realizar diagnósticos sociais. O boletim “Elaborando um Diagnóstico para Gestão Municipal” apresenta a estrutura de um bom diagnóstico, as principais fontes de informação no Brasil que podem ser consultadas para buscar dados e indicadores, além de apontar ferramentas e dados disponíveis no portal da SAGI que podem ser utilizados para essa tarefa.

Após essas iniciativas, a SAGI foi procurada por diversos órgãos⁵, que identificaram nos boletins uma oportunidade de incentivar o acompanhamento sistemático dos seus temas pelos municípios. No âmbito do MDS, a Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (SESEP) demandou à SAGI a elaboração de um boletim específico para monitorar as ações do Plano Brasil Sem Miséria (BSM)⁶: o “Boletim BSM no seu Município”.

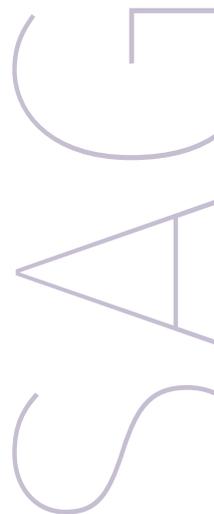
2 A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego que tem por objetivo suprir as necessidades de controle da atividade trabalhista formal no Brasil e disponibilizar informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.

3 O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) é um registro administrativo que acompanha o processo de admissão e demissão dos empregados regidos pelo regime CLT.

4 O Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet (Aliceweb) foi desenvolvido para modernizar as formas de acesso e a sistemática de disseminação dos dados estatísticos das exportações e importações brasileiras. É atualizado mensalmente, quando da divulgação da balança comercial, e tem por base os dados obtidos a partir do Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX).

5 Parceiros como o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ).

6 O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado em 2011 com o desafio de superar a extrema pobreza no país. O público definido como prioritário foi o de brasileiros que estavam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 77 por pessoa. Considerando que a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas além da insuficiência de renda, o Plano foi estruturado em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços. São mais de 100 ações, programas e políticas distribuídas nos três eixos, envolvendo 22 ministérios, sob a coordenação do MDS.





Em janeiro de 2013, o BSM no seu Município foi disponibilizado para os 5.570 municípios brasileiros com conteúdo analítico textual e gráfico. Os boletins foram desenvolvidos no Departamento de Monitoramento por meio de programações que estabeleciam relações condicionais entre indicadores e textos, possibilitando a geração automatizada de relatórios municipais personalizados. A estruturação documentada de indicadores e variáveis do banco de dados do Departamento foi crucial para fomentar a produção de boletins analíticos automatizados, com atualização periódica⁷.

Muito trabalho técnico foi necessário durante o processo de elaboração dos boletins a fim de assegurar a qualidade da informação que pudesse adicionar valor à gestão pública, reunindo propriedades como relevância, validade, precisão e confiabilidade. Assim, foi organizado um sólido banco de dados de indicadores de diversas fontes e temáticas, que estivesse permanentemente disponível. A construção dos boletins utiliza a ferramenta de mala direta do Microsoft Word, automatizada para os 5.570 municípios. As bases de dados em Excel são geradas por subrotinas programadas em VBA⁸. Em um segundo momento, o Departamento de Gestão da Informação da SAGI adaptou a metodologia para desenvolver uma aplicação em PHP⁹ que lê diretamente os bancos de dados do Departamento de Monitoramento.

Um exemplo do *layout* do boletim BSM no seu Município é apresentado na Figura 1 ao lado.

A ideia principal dos boletins automatizados é disponibilizar informações que sejam relevantes para a tomada de decisão pelos destinatários. Sistemas que disponibilizam grande quantidade de dados tendem a ser pouco amigáveis para o usuário, exigindo conhecimentos e habilidades muitas vezes além do seu alcance. No

7 Veja relato de SOUSA, 2013, p. 90.

8 O Visual Basic for Applications (VBA) é uma linguagem de programação implementada no pacote Microsoft Office que permite a automatização de procedimentos pela criação de macros complexas.

9 O PHP (Hypertext Preprocessor) é uma linguagem interpretada livre, capaz de gerar conteúdo dinâmico na internet.

caso do usuário gestor de programas sociais, também é importante que a informação esteja organizada segundo o seu nível de relevância operacional-estratégica.

Em 2012, durante o Encontro Nacional dos Prefeitos em Brasília, o Boletim despertou interesse dos dirigentes e o MDS atendeu mais de 1.000 prefeitos com esses boletins customizados.

Após o êxito do BSM no seu Município, a SAGI produziu vários boletins para diferentes públicos e temas¹⁰. O Quadro 1 apresenta sucintamente os principais, produzidos entre 2012 e 2014¹¹.

10 Os boletins são de livre acesso e estão disponíveis no Data Social, opção “boletins”, no link: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro.php?p_id=4

11 A SAGI apoiou também a Organização Internacional do Trabalho na construção de boletins sobre trabalho decente nesse mesmo formato.

FIGURA 1: LAYOUT DO BOLETIM BSM NO SEU MUNICÍPIO

BOLETIM | MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

O BRASIL SEM MISÉRIA NO SEU MUNICÍPIO

Município: RIO DE JANEIRO / RJ

O Plano Brasil Sem Miséria

O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado com o desafio de superar a extrema pobreza no país. O público definido como prioritário foi o dos brasileiros que estavam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 77 por pessoa.

Com o Brasil Sem Miséria, a fórmula de cálculos dos benefícios do Programa Bolsa Família para as famílias mais pobres foi modificada. Agora, todas as famílias beneficiárias do Programa superam o patamar da extrema pobreza.

Considerando que a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas além da insuficiência de renda, o Plano foi estruturado em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços. São mais de 100 ações, programas e políticas distribuídas nos três eixos, que envolvem 22 ministérios. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) coordena o Brasil Sem Miséria. Todos os estados brasileiros aderiram ao Plano.

Mas, para que o Brasil Sem Miséria funcione da maneira mais adequada possível, é fundamental que haja forte envolvimento dos municípios. Um dos motivos para a centralidade dos municípios é o Cadastro Único, porta de entrada para o Brasil Sem Miséria. Afinal, o responsável pelo registro das famílias no Cadastro é o poder público municipal, que também tem papel de destaque no funcionamento das redes de saúde, educação e assistência social, essenciais para a superação da extrema pobreza.

O Cadastro Único e o público-alvo do Plano no seu município

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o MDS utiliza as informações do Cadastro Único. Ele prevê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo per capita, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

De acordo com os registros de junho de 2015 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de maio de 2015 do Programa Bolsa Família, o município tem:

- 489.254 famílias registradas no Cadastro Único
- 235.851 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (12,43 % da população do município)

Cobertura cadastral e Busca Ativa

Para avaliar as necessidades da gestão do Cadastro Único em cada cidade, o MDS trabalha com

BRASIL SEM MISÉRIA | Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome | **GOVERNO FEDERAL BRASIL PATRIAS EDUCADORA** | <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/municipios> | 1

BOLETIM | MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

O BRASIL SEM MISÉRIA NO SEU MUNICÍPIO

Município: RIO DE JANEIRO / RJ

Informações Complementares

População: 6.453.682 habitantes

TRANSFERÊNCIA DE RENDA		
Programa	Cobertura	Repasse total em 2014 (R\$)
Bolsa Família	235.851 famílias (maio de 2015)	R\$ 396.379.308,00
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	100.258 pessoas (março de 2015)	R\$ 846.401.675,49

Em 2014, a soma de recursos transferidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e pelo Bolsa Família (R\$ 1.242.780.983,49) representa 596,14 % do valor transferido pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (R\$ 208.471.188,90).

De 2004 a 2014, a soma de recursos transferidos pelo Programa Bolsa Família teve diminuição de 0,00 %.

VALORES ANUAIS NOMINAIS REPASSADOS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (R\$)

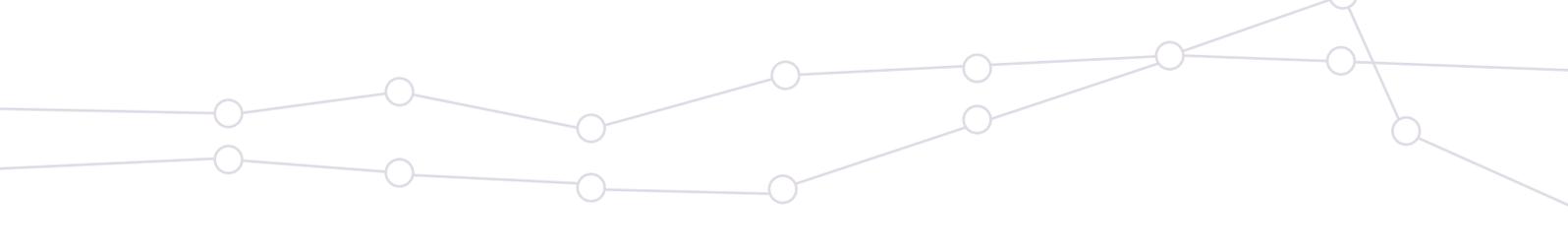
BRASIL SEM MISÉRIA | Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome | **GOVERNO FEDERAL BRASIL PATRIAS EDUCADORA** | <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/municipios> | 7



QUADRO 1: PRINCIPAIS BOLETINS PRODUZIDOS PELO DM

BOLETIM	CONTEÚDO
Panorama Municipal segundo Censo Demográfico 2010	Conjunto básico de indicadores para subsidiar a elaboração de diagnósticos municipais
Elaborando um Diagnóstico para Gestão Municipal	Sugestões para o gestor elaborar um diagnóstico para gestão de políticas e programas sociais em âmbito municipal
Brasil Sem Miséria no seu Município	Conjunto de indicadores referentes às ações que compõem o Plano Brasil Sem Miséria
Subsídios para elaboração do PPA Municipal	Conjunto básico de indicadores para subsidiar o gestor municipal na elaboração do Plano Plurianual 2014-2017
Extrema Pobreza segundo Censo Demográfico 2010	Análise da população em situação de extrema pobreza no município
Diagnóstico Socioterritorial	Conjunto básico de indicadores sobre as características demográficas, econômicas e sociais dos municípios para elaboração de um diagnóstico situacional que sirva de aporte à atuação da assistência social
Mercado de Trabalho segundo o Censo Demográfico 2010	Distribuição das pessoas ocupadas no mercado de trabalho
Inclusão Produtiva segundo Censo SUAS	Análise da oferta de cursos por parte da gestão da assistência social; ações de geração de trabalho e renda e qualificação profissional
Vulnerabilidade Social e Juventude Negra	Indicadores demográficos, mercado de trabalho e vulnerabilidade social da juventude negra para suporte à atuação municipal no Plano Juventude Viva e Plano Brasil Sem Miséria
Dinâmica das Ocupações Formais segundo RAIS: Principais ocupações formais do público BSM	Análise da evolução de vagas no mercado formal de trabalho para gestão e planejamento de oferta de cursos de qualificação profissional
Dinâmica de admissões em ocupações formais segundo CAGED	Apresentação das ocupações que mais geraram empregos nos municípios para subsidiar a definição dos cursos a serem ofertados pelo PRONATEC /BSM

Fonte: SAGI/MDS, 2015.



Os dois últimos boletins listados na tabela – referentes à dinâmica de ocupações formais e de admissões – serão descritos com mais detalhes na próxima seção. Eles têm sido utilizados para subsidiar o processo de seleção dos cursos que serão ofertados em cada município, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

Boletins sobre o mercado de trabalho: dados sobre as principais ocupações formais e a dinâmica de admissões com carteira de trabalho em cada município

A partir de 2012, a SAGI passou a disponibilizar boletins sobre o mercado de trabalho:

- Principais ocupações formais do público BSM; e
- Dinâmica de admissões em ocupações formais segundo CAGED.

Lançado antes do BSM no seu Município, o boletim Principais ocupações formais do público BSM foi elaborado a partir dos dados anuais da RAIS. Gerado automaticamente para cada município, traz informações sobre os grupos ocupacionais que apresentaram maior quantidade de empregos formais, com uma comparação entre a remuneração média e o número de postos em 2010 e 2013. Em junho de 2015, o boletim teve 1.183 acessos em todo o Brasil. A título de ilustração, a Tabela 1 a seguir foi extraída do boletim de um município:

TABELA 1: EXEMPLO DE DADOS DISPONÍVEIS NO BOLETIM PRINCIPAIS OCUPAÇÕES FORMAIS DO PÚBLICO BSM

#	OCUPAÇÃO	REMUNERAÇÃO MÉDIA EM 2010	POSTOS EM 2010	REMUNERAÇÃO MÉDIA EM 2013	POSTOS EM 2013	VARIAÇÃO DA REMUNERAÇÃO	VARIAÇÃO DOS PONTOS
1	Subgrupo 514 - TRABALHADORES NOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS	777,97 w	2108	975,41	2373	25,38%	265
2	Subgrupo 421 - CAIXAS, BILHETEIROS E AFINS	680,57	579	927,61	728	36,30%	149
3	Subgrupo 521 - VENDEDORES E DEMONSTRADORES	796,62	1838	1.088,61	1976	36,65%	138
4	Subgrupo 513 - TRABALHADORES DOS SERVIÇOS DE HOTELARIA E ALIMENTAÇÃO	724,39	728	934,57	866	29,02%	138
5	Subgrupo 766 - TRABALHADORES DA PRODUÇÃO GRÁFICA	1.572,55	74	1.456,03	180	-7,41%	106
6	Subgrupo 411 - ESCRITURÁRIOS EM GERAL, AGENTES, ASSISTENTES E AUXILIARES ADMINISTRATIVOS	1.073,59	1631	1.472,00	1708	37,11%	77
7	Subgrupo 413 - ESCRITURÁRIOS CONTÁBEIS E DE FINANÇAS	2.134,24	268	2.787,23	339	30,60%	71
8	Subgrupo 716 - TRABALHADORES DE ACABAMENTO DE OBRAS	738,21	65	1.078,20	132	46,06%	67
9	Subgrupo 414 - ESCRITURÁRIOS DE CONTROLE DE MATERIAIS E DE APOIO À PRODUÇÃO	1.064,18	238	1.288,41	299	21,07%	61
10	Subgrupo 951 - ELETRICISTAS ELETRÔNICOS DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL, COMERCIAL E RESIDENCIAL	1.442,75	74	1.711,04	132	18,60%	58
11	Subgrupo 725 - MONTADORES DE MÁQUINAS E APARELHOS MECÂNICOS	1.089,50	75	2.209,03	121	102,76%	46
12	Subgrupo 724 - TRABALHADORES DE MONTAGEM DE TUBULAÇÕES, ESTRUTURAS METÁLICAS E DE COMPOSITOS	1.132,34	112	1.295,78	154	14,43%	42
13	Subgrupo 422 - TRABALHADORES DE INFORMAÇÕES AO PÚBLICO	744,82	278	903,04	319	21,24%	41

#	OCUPAÇÃO	REMUNERAÇÃO MÉDIA EM 2010	POSTOS EM 2010	REMUNERAÇÃO MÉDIA EM 2013	POSTOS EM 2013	VARIAÇÃO DA REMUNERAÇÃO	VARIAÇÃO DOS PONTOS
14	Subgrupo 515 - TRABALHADORES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	784,05	233	948,88	272	21,02%	39
15	Subgrupo 774 - TRABALHADORES DE MONTAGEM DE MÓVEIS E ARTEFATOS DE MADEIRA	812,75	25	1.481,40	59	82,27%	34
16	Subgrupo 623 - TRABALHADORES NA PECUÁRIA	790,99	217	1.056,41	248	33,56%	31
17	Subgrupo 768 - TRABALHADORES ARTESANAIS DAS ATIVIDADES TÊXTEIS, DO VESTUÁRIO E DAS ARTES GRÁFICAS	903,59	5	1.639,80	36	81,48%	31
18	Subgrupo 763 - TRABALHADORES DA CONFECÇÃO DE ROUPAS	617,38	56	902,62	84	46,20%	28
19	Subgrupo 715 - TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS	1.010,43	492	1.414,81	519	40,02%	27
20*	Subgrupo 520 - SUPERVISORES DE VENDAS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.539,00	36	2.189,40	57	42,26%	21

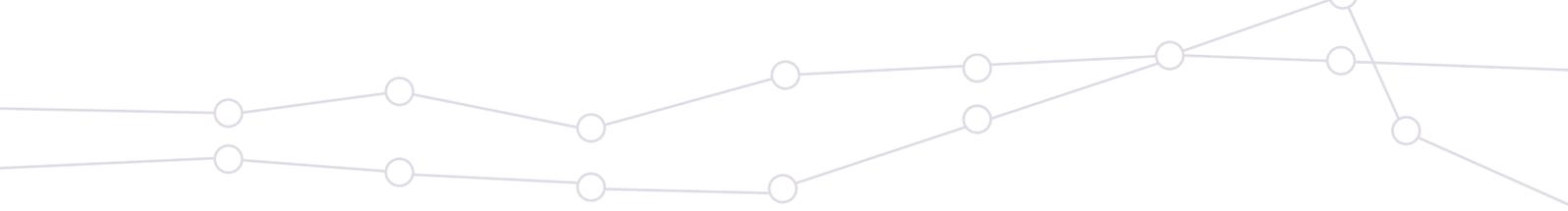
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) /MTE

Elaborado em 2013, o boletim “Dinâmica de admissões em ocupações formais segundo CAGED” apresenta o fluxo de admissões com carteira assinada em cada município, indicando quais ocupações geraram mais emprego formal no período pesquisado e em qual quantidade. Em junho de 2015, o boletim teve 1.280 acessos em todo o país. A Tabela 2 foi extraída do boletim de um município:

**TABELA 2: EXEMPLO DE DADOS DISPONÍVEIS NO BOLETIM
DINÂMICA DE ADMISSÕES FORMAIS SEGUNDO CAGED**

	OCUPAÇÃO	QUANTIDADE DE ADMISSÕES
1	Subgrupo 715 - Trabalhadores da Construção Civil e Obras Públicas	1311
2	Subgrupo 717 - Ajudantes de Obras	1224
3	Subgrupo 521 - Vendedores e Demonstradores	1184
4	Subgrupo 782 - Condutores de Veículos e Operadores de Equipamentos de Elevação e de Movimentação de Cargas	963
5	Subgrupo 784 - Embaladores e Alimentadores de Produção	782
6	Subgrupo 411 - Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos	733
7	Subgrupo 514 - Trabalhadores nos Serviços de Administração, Conservação e Manutenção de Edifícios e Logradouros	712
8	Subgrupo 622 - Trabalhadores Agrícolas	473
9	Subgrupo 513 - Trabalhadores dos Serviços de Hotelaria e Alimentação	459
10	Subgrupo 421 - Caixas, Bilheteiros e Afins	443
11	Subgrupo 517 - Trabalhadores nos Serviços de Proteção e Segurança	319
12	Subgrupo 414 - Escriturários de Controle de Materiais e de Apoio À Produção	303
13	Subgrupo 848 - Trabalhadores Artesanais na Agroindústria, na Indústria de Alimentos e do Fumo	219
14	Subgrupo 783 - Trabalhadores de Manobras Sobre Trilhos e Movimentação e Cargas	214
15	Subgrupo 710 - Supervisores da Extração Mineral e da Construção Civil	163
16	Subgrupo 422 - Trabalhadores de Informações ao Público	160
17	Subgrupo 716 - Trabalhadores de Acabamento de Obras	159
18	Subgrupo 519 - Outros Trabalhadores de Serviços Diversos	152
19	Subgrupo 641 - Trabalhadores da Mecanização Agropecuária	137
20	Subgrupo 621 - Trabalhadores na Exploração Agropecuária em Geral	133

Fonte: MTE, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)



Há uma complementariedade entre os dois boletins: enquanto o primeiro disponibiliza dados da RAIS, referentes ao estoque de ocupações formais ao longo do ano, o segundo informa sobre o fluxo de admissões em empregos formais no CAGED.

Os Boletins são disponibilizados em PDF com os dados mais atualizados disponíveis. No final do arquivo, é registrada a data de geração do boletim¹².

Esses boletins têm sido utilizados tanto pelo MDS quanto pelas equipes municipais para mapear quais são as ocupações formais mais demandadas em cada cidade. A partir disso, o responsável pelo Pronatec no município pode elaborar uma lista com os cursos mais indicados para atender à demanda local.

Antes de apresentar como um município trabalha com essa oferta de cursos, a próxima seção irá abordar brevemente o Pronatec.

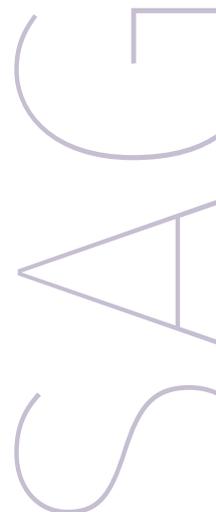
O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)¹³

Uma das principais ações de inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), coordenado pelo Ministério da Educação (MEC). A parceria do MEC com o MDS prevê a oferta gratuita de qualificação profissional para pessoas incluídas no Cadastro Único¹⁴, sob a forma de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), com no mínimo 160 horas de duração. Essa oferta de cursos chama-se Pronatec Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM).

¹² Os arquivos em PDF garantem velocidade na geração dos boletins, porém ocupam muito espaço nos servidores. Por esse motivo e pelo espaço insuficiente nos servidores do MDS, não foi possível manter os históricos dos boletins.

¹³ Ver BRASIL, 2014.

¹⁴ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento de identificação e caracterização das famílias brasileiras de baixa renda, entendidas como aquelas com renda familiar mensal de até ½ salário mínimo por pessoa ou 3 salários mínimos de renda total.





O público prioritário do Pronatec/BSM são as pessoas cadastradas em situação de pobreza (com renda familiar per capita de até R\$157) e os beneficiários de programas federais de transferência de renda, como o Bolsa Família (PBF) ou o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O ACESSUAS Trabalho¹⁵ ajuda a mobilizar esse público com ações de sensibilização das famílias de baixa renda e orientação sobre as oportunidades de participação em cursos de qualificação profissional.

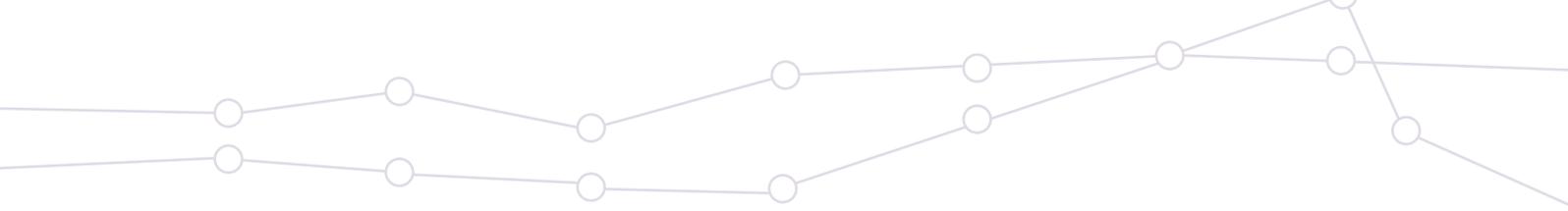
Os cursos ofertados no âmbito do Pronatec/BSM são acessíveis a pessoas com baixa escolaridade. Cada curso tem seu próprio perfil de aluno, podendo ser atendidos inclusive aqueles com nível fundamental incompleto. A tabela a seguir apresenta os cursos mais procurados no Pronatec/BSM entre 2011 e 2014, em todo o País¹⁶:

CURSO	MATRÍCULAS
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	166.696
OPERADOR DE COMPUTADOR	107.419
ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO	55.958
AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS	48.730
MANICURE E PEDICURE	44.998

Cursos de pedreiro, mecânico, pintor, cabeleireiro e recepcionista também são muito demandados. Para ocupações rurais, o Pronatec oferta cursos de horticultura, inseminação artificial, produtor de embutidos/defumados, entre outros. Dessa forma, o Pronatec/BSM busca estimular o retorno ao sistema educacional de pessoas que precisam de qualificação profissional para melhorar sua inserção no mercado de trabalho.

15 O Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho) foi criado em 2012 pela SESEP e pela Secretaria Nacional de Assistência Social para promover o acesso dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho.

16 Dados fornecidos em julho de 2015 pela SESEP.



Para participar, os municípios devem aderir formalmente ao Pronatec e indicar um interlocutor municipal do Programa¹⁷. As prefeituras têm papel central na gestão local do Pronatec/BSM, negociando vagas e cursos, divulgando o Programa, mobilizando o público, realizando a pré-matrícula dos interessados e acompanhando os participantes durante a realização dos cursos.

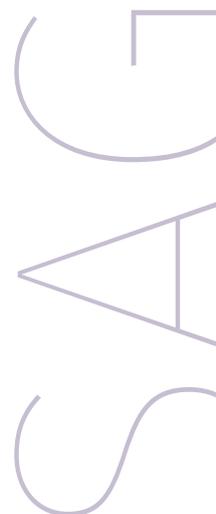
Os alunos do Pronatec/BSM recebem uma bolsa estudantil para viabilizar a participação nos cursos: nela estão incluídos transporte, lanche e material didático. As instituições que ofertam os cursos do Pronatec são as seguintes:

- Sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT);
- Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; e
- Redes Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica.

Antes de solicitar as vagas, o gestor local do Pronatec deve fazer uma análise de que tipo de profissional o município mais precisa. Para isso, ele acessa os dados dos boletins da SAGI que indicam quais são as áreas de maior empregabilidade na cidade.

Luiz Herberto Müller, diretor de Inclusão Produtiva da SESEP, explica: “Antes dos boletins da RAIS e do CAGED não havia instrumentos acessíveis para analisar o mercado de trabalho no âmbito da assistência social. Esses boletins norteiam os municípios no processo de pactuação dos cursos junto ao empresariado e às instituições de ensino”.

¹⁷ A adesão ao Pronatec/BSM é feita exclusivamente por meio do preenchimento de formulário eletrônico na Internet, pelo site do Brasil Sem Miséria www.brasilsemmiseria.gov.br.



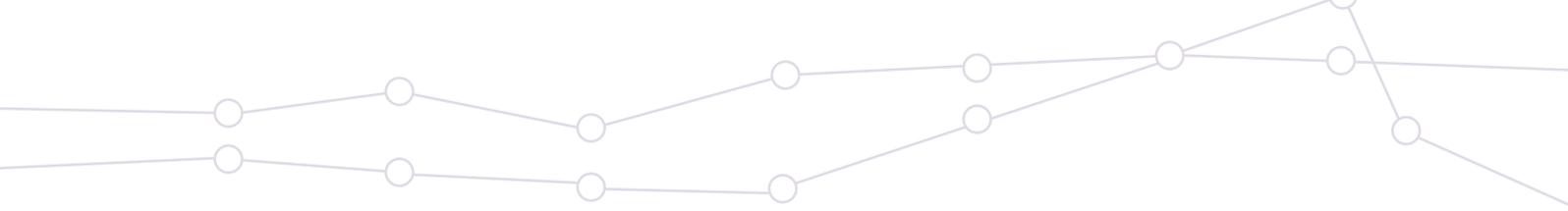


Conversas com a comunidade, o empresariado e associações também ajudam a completar o diagnóstico, como Müller explica:

*“Na negociação de vagas e cursos, o MDS estimula as prefeituras municipais a realizarem consultas ao setor produtivo, associações empresariais, outros órgãos governamentais (secretarias de planejamento, desenvolvimento econômico, trabalho e unidades de atendimento do SINE, por exemplo), órgãos de pesquisa e consultoria, além de dados estatísticos. Para facilitar esta pesquisa, o MDS desenvolveu e disponibilizou no site do Plano Brasil Sem Miséria boletim que sintetiza, por município, dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregos e Desempregos (CAGED). **O objetivo é adequar a oferta de cursos e vagas ao mercado de trabalho local e às especificidades dos cidadãos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.** Com base nessas informações, a Prefeitura formula sua proposta de demanda.”¹⁸*

Assim, as prefeituras mapeiam os cursos mais adequados ao mercado de trabalho local e enviam ao MDS suas propostas. A fim de garantir maior adequação dos cursos à realidade econômica de cada município, a Sesep analisa os cursos solicitados com base nos boletins da SAGI sobre o mercado de trabalho. Com isso, garante-se maior correspondência entre as demandas

18 MÜLLER, 2015, p. 46.



de cursos e os dados da RAIS e no CAGED. A Sesepe encaminha o consolidado de cursos de cada município ao MEC, que dá o aval ou solicita algum ajuste, de acordo com o orçamento disponível.

Estudo realizado pela SAGI¹⁹ indica que em 65% dos municípios há grande aderência da oferta de cursos do Pronatec às necessidades locais do mercado de trabalho. O aumento da formalização dos vínculos é outro indicativo positivo: pesquisa da SAGI²⁰ mostrou que o número de participantes do Pronatec no setor formal aumentou em 73% entre o início dos cursos e o final do período de análise. Entre os beneficiários do Bolsa Família, os efeitos do Programa são ainda mais evidentes: de um total de 672 mil beneficiários participantes do Pronatec, apenas 55 mil (8%) apresentavam vínculo formal no início dos cursos. Depois de começar a qualificação profissional até o final do período analisado, 121 mil beneficiários do Bolsa Família (18%) tinham carteira assinada ou eram microempreendedores formalizados, mais do que o dobro (120%) do contingente inicial²¹.

Os boletins sobre o mercado de trabalho elaborados pela SAGI certamente contribuíram para esses resultados. A seguir, será apresentada a experiência do município de Luziânia, em Goiás, na gestão do Pronatec.

¹⁹ SOUSA, 2015a, p. 127.

²⁰ Veja artigo de SOUSA, 2015b, p. 156.

²¹ Um tema que foge do escopo destas pesquisas realizadas pela SAGI, mas que deverá ser considerado no futuro, é a quantidade de trabalhadores informais que aumentaram sua renda após os cursos do Pronatec.



A experiência de Luziânia (GO) com o Pronatec

“Agora vocês são mão de obra qualificada!”

Fala de Miriam Bueno, responsável pelo Pronatec em Luziânia, aos egressos do Programa

Localizada a 60 km de Brasília, Luziânia é uma cidade com cerca de 190 mil habitantes. De acordo com os boletins da SAGI, os setores de indústria e comércio respondem por 64% do PIB municipal. Miriam Bueno é responsável pelo Pronatec na cidade desde 2013, ano em Luziânia registrou mais de 1.700 matrículas em cursos de qualificação profissional.

Miriam Bueno realiza o mapeamento das necessidades de cursos do Pronatec a partir de diversas fontes: consulta aos boletins da SAGI, visitas à equipe de gestão do Bolsa Família e aos Centros de Referência de Assistência Social, conversas nas comunidades de baixa renda, nos restaurantes populares e nas associações de moradores, reuniões com órgãos locais de comércio e indústria. A partir da consolidação destes dados, ela se reúne com as instituições de ensino e pactua quais cursos devem ser ministrados em cada período.

Segundo Luiz Herberto Müller, que acompanhou a implementação do Pronatec em Luziânia: “os municípios foram empoderados com os dados dos boletins. Por exemplo, a Miriam acessou os dados e foi munida para a mesa de negociação com as instituições de ensino e o empresariado. Os dados da RAIS e do CAGED ajudaram a organizar a discussão: ela não precisava aceitar qualquer curso que as instituições propusessem, pois ela tinha argumentos baseados em dados. Sem os boletins, ela não ia conseguir iniciar esse processo, eles são fundamentais para a pactuação dos cursos”.



Instalações em Luziânia do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), que atua na formação de mecânicos de motor a diesel, operadores de empilhadeira e motoristas de carga.



Miriam Bueno, responsável pelo Pronatec em Luziânia, destaca: “Eu vejo de perto a transformação que acontece com os meus alunos”

Em 2014, o Pronatec em Luziânia cresceu ainda mais: foram quase 2.500 matrículas. Alguns dos cursos mais ofertados foram: operador/reparador de computador, espanhol básico, auxiliar administrativo, recepcionista e operador de empilhadeira²². Bueno relata: “Tivemos um aproveitamento muito bom, com pouca evasão”. Ela calcula que apenas 10% dos alunos não concluíram os cursos em Luziânia.

No ano passado, foram abertas turmas voltadas a jovens cumprindo medidas socioeducativas (para reparação de computadores) e a pessoas em situação de rua (para construção civil). Miriam Bueno informa que atualmente ela é procurada por empresas solicitando profissionais de determinada área, o que fornece informações úteis para complementar o mapeamento dos cursos que irão proporcionar maior empregabilidade.

Nos cursos voltados a microempreendedores, ela agenda com a equipe técnica do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) oficinas que orientam sobre como atribuir preço às mercadorias produzidas (artesanato, doces, roupas), como vendê-las e como se apresentar aos clientes. Emocionada, Bueno lembra que foram os alunos da turma de artesãos que fizeram a decoração de seu casamento: “Eu vejo de perto a transformação que acontece com os meus alunos”.

Histórias como a de Luciana Rodrigues, que estudou até a 3ª série e vendia cocada na rua quando era mais jovem. Depois, passou a trabalhar como manicure, recebendo cerca de R\$ 120 por mês. Fez os cursos de depilação e maquiagem do Pronatec e abriu seu próprio salão em 2014, nos fundos da sua casa. No 1º mês de funcionamento, ela

22 Dados fornecidos em julho de 2015 pela SESEP.



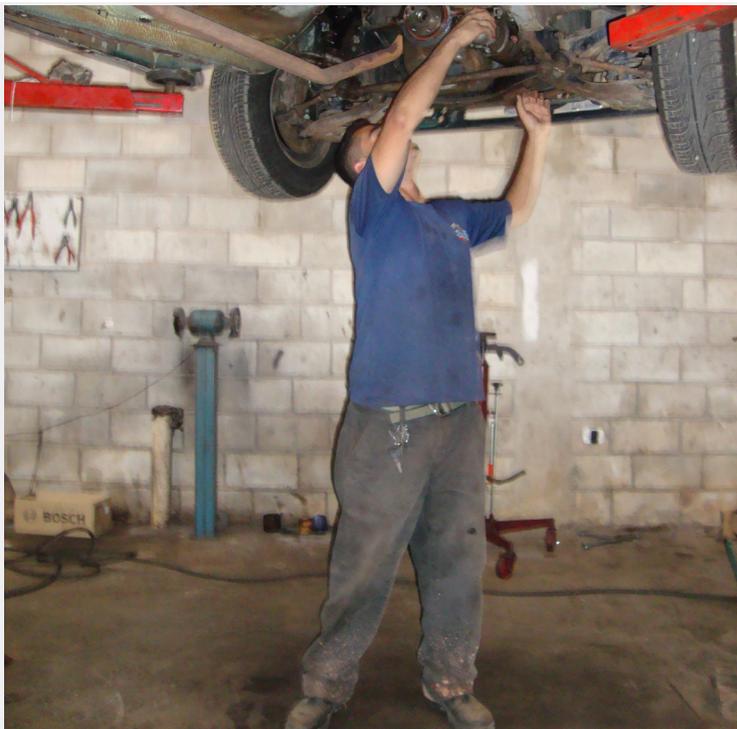
Luciana Rodrigues abriu seu próprio salão de cabelereiro em 2014 após fazer dois cursos do Pronatec.

ganhou R\$ 540. Em média, ela diz que tem uma renda de R\$ 300 mensais. Empolgada, Luciana está aguardando para fazer cursos de limpeza de pele e design de sobrancelha, pois deseja expandir os serviços oferecidos no seu salão.

Ou ainda a trajetória de Antonio Miro, que fez o curso de eletricista do Pronatec quando ainda estava preso. Em 2013, depois de cumprir a pena, ele procurou a gestão municipal e se matriculou para o programa de formação de mecânico a diesel no Senat. Dez dias depois de concluir o curso, Miro estava empregado em uma oficina conhecida de Luziânia. Atualmente, tem carteira assinada e ganha R\$ 1.030 por mês. Paulo Sérgio Correia Júnior, gerente da oficina, tece elogios a ele: “o curso fez toda a diferença, o Miro já chegou com uma familiaridade para consertar os carros. Hoje ele é indispensável aqui na oficina”. Com 26 anos e ensino médio completo, Miro sonha ir além: está estudando inglês e planeja prestar vestibular para engenharia civil.



Antonio Miro foi contratado por uma oficina mecânica dez dias depois de concluir o curso do Pronatec



Os boletins da SAGI sobre o mercado de trabalho contribuem para um fluxo virtuoso, ao proporcionar o acesso à informação relevante e confiável, direcionada às necessidades dos gestores para a realização de diagnóstico local, para alimentar com dados qualificados as conversas com os atores envolvidos e para a definição da oferta de cursos afinados com a vocação econômica de cada cidade. Os resultados são a melhoria das condições de empregabilidade, o aumento da quantidade de trabalhadores com carteira assinada e da renda mensal dos egressos do Pronatec.

Essa é a função da SAGI: auxiliar os gestores de políticas públicas com dados qualificados e acessíveis, contribuindo para que a oferta de serviços esteja em consonância com a realidade social e econômica local, possibilitando aumentar a eficácia dos programas sociais em todas as esferas de governo.



Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pronatec. Brasil sem miséria**. Disponível em: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/documentos/cartilha_mao_de_obraEpronatec_,P20148x21_2014,P20-,P20nova.pdf,pagespeed.ce.golKtbsDKX.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2015.

MÜLLER, L. H. et al. Inclusão produtiva urbana no Plano Brasil Sem Miséria: a experiência do PRONATEC. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério da Educação (MEC). **Cadernos de Estudos desenvolvimento social em debate**, n. 24 Brasília, DF: MDS, SAGI, 2015.

SOUSA, M. F. Monitoramento Analítico do Plano Brasil Sem Miséria e de Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, Brasília, n. 5, jan./jun. 2013.

SOUSA, M. F. et al. Avaliação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) para o público do Cadastro Único para programas sociais (Cadastro Único) e beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF); cobertura, adequação da oferta e desempenho dos participantes. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério da Educação (MEC). **Cadernos de Estudos desenvolvimento social em debate**, n. 24 Brasília, DF: MDS, SAGI, 2015a.



SOUSA, M. de S.; SILVA, Y. C.; JANNUZZI, P. Contribuição do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – bolsa formação para formalização o emprego e dos micro-empresendedores individuais: análise dos participantes beneficiários o Bolsa Família e inscritos no Cadastro Único. BRASIL. Ministério o Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério da Educação (MEC). **Cadernos de Estudos desenvolvimento social em debate**, n. 24 Brasília, DF: MDS, SAGI, 2015.



Lista de entrevistados

MDS

Luiz Herberto Müller

Marconi Fernandes de Sousa

Natália Almeida da Cosa Ramos

Visita técnica a Luziânia em 07 de julho de 2015

Antonio Fernando Costa Cardozo Júnior

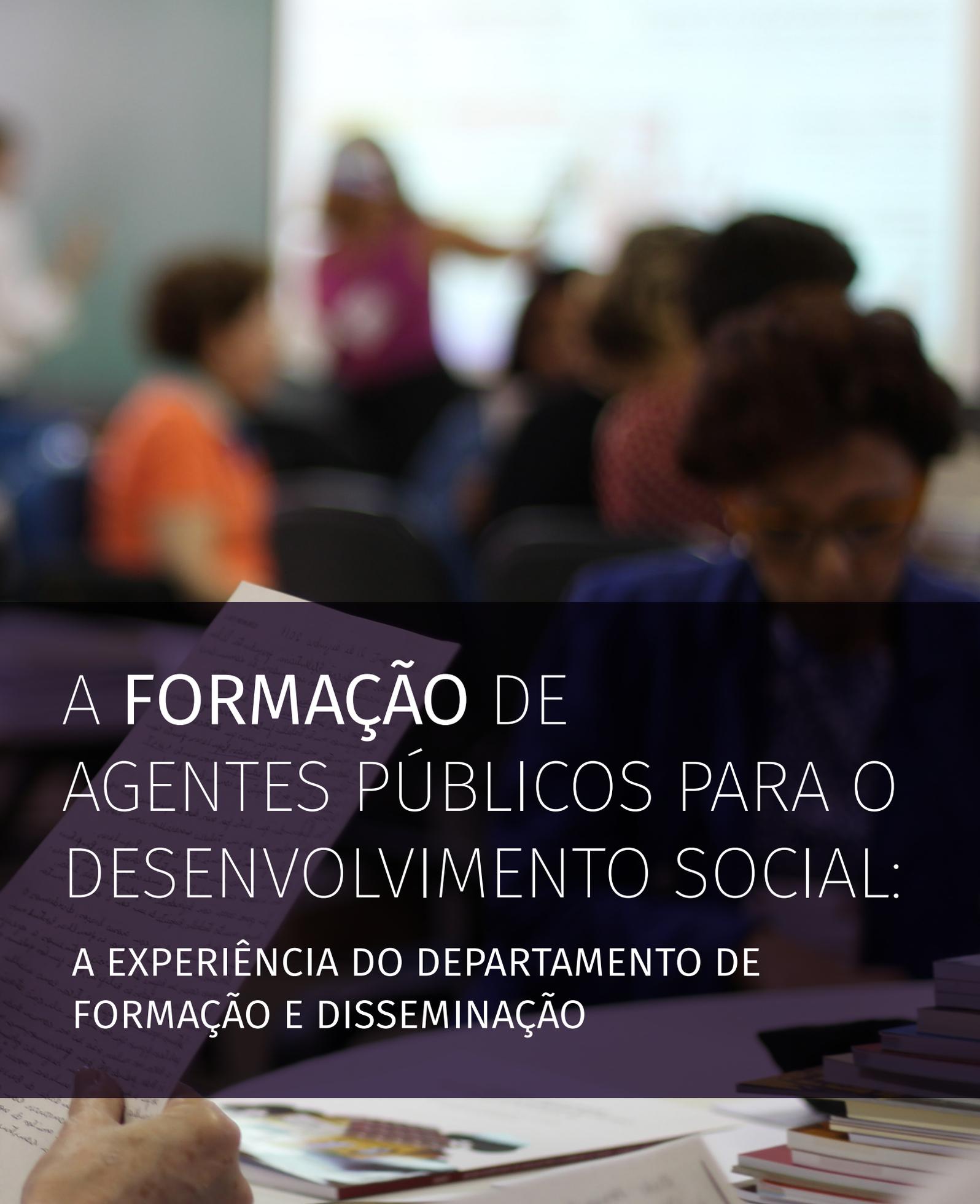
Antonio Miro Augusto de Souza

Luciana Rodrigues

Miriam Carvalho Bueno

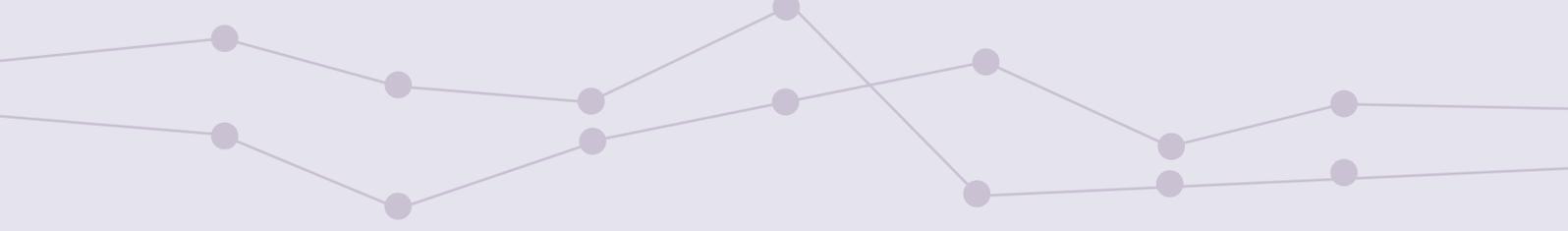
Paulo Sérgio Correia Júnior





A FORMAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

A EXPERIÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO E DISSEMINAÇÃO



PATRÍCIA AUGUSTA FERREIRA VILAS BOAS¹

MARCÍLIO MARQUESINI FERRARI²

MARIA CRISTINA ABREU MARTINS DE LIMA³

KÁTIA ROVANA OZÓRIO⁴

Introdução

Uma das principais atribuições do Departamento de Formação e Disseminação (DFD) é promover a formação e aperfeiçoamento de agentes públicos nos três níveis de governo para aprimoramento e fortalecimento das ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Além disso, o Departamento publica textos técnico-científicos que têm como objetivo disseminar resultados de pesquisas avaliativas e estudos sobre os programas do MDS, bem como incentivar a reflexão sobre questões relacionadas às políticas de desenvolvimento social.

Desse modo, o DFD contribui para a missão da SAGI de fortalecer a capacidade gerencial dos profissionais envolvidos em ampla gama de atividades do Sistema Único de Assistência Social, em ações de Segurança Alimentar e Nutricional e de Superação da Extrema Pobreza.

“Achei a capacitação enriquecedora para o fazer profissional. Sugiro a continuidade desta capacitação frequentemente, ou seja, que não demore de uma capacitação pra outra.”⁵ A avaliação da participante de um dos cursos do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (CapacitaSUAS) expressa o que tem sido o desafio do DFD da SAGI ao longo desses dez anos: construir oportunidades de qualificação que correspondam às necessidades de quem trabalha com políticas de desenvolvimento social de forma oportuna, atual e permanente.

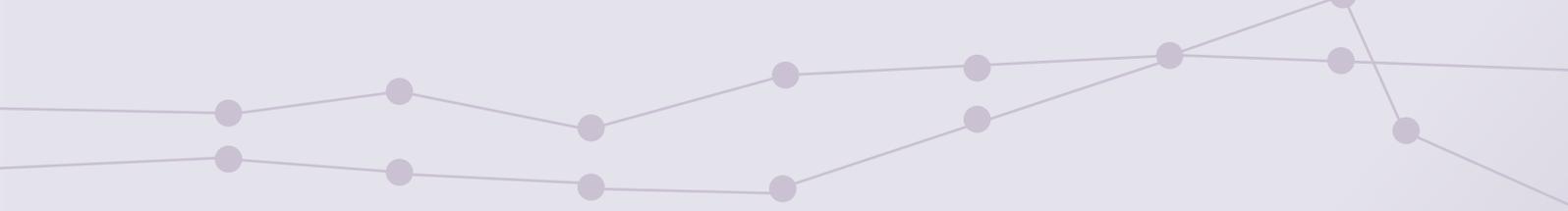
1 Diretora de Formação e Disseminação da SAGI. Historiadora, mestre em Educação (UnB).

2 Coordenador Geral de Formação de Agentes Públicos e Sociais do DFD/SAGI, integra a carreira de Analista Técnico de Políticas Sociais. Economista, mestre em Ciência Política (UNIEURO).

3 Coordenadora Geral de Disseminação do DFD/SAGI, integra a carreira de Analista Técnico de Políticas Sociais. Psicóloga, mestre em Políticas Sociais (UnB).

4 Coordenadora Geral de Publicações do DFD/SAGI. Designer gráfica editorial graduada em Artes Visuais (UFRGS), é responsável por ações de disseminação da SAGI.

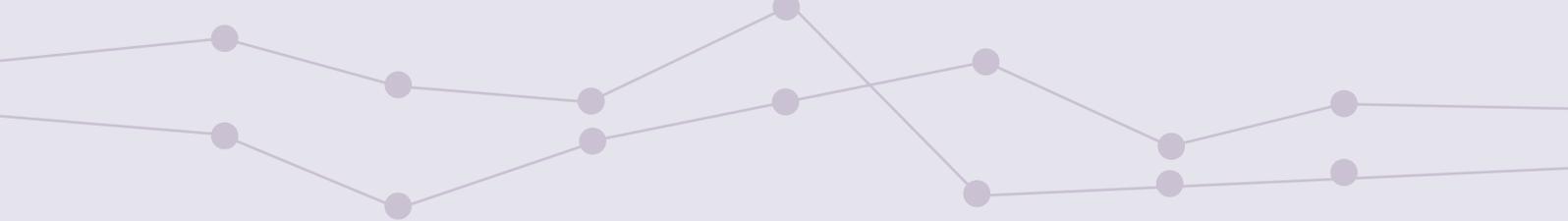
5 Cursista CapacitaSUAS do município de São Cristóvão, Sergipe. Relatório Final de Execução do Programa CapacitaSUAS. Sergipe – SE, 2013.



A complexidade das tarefas de formação e disseminação do departamento está relacionada, especialmente, à diversidade e ao dinamismo dos temas do MDS e à amplitude do público a ser alcançado. Tais fatores ensejam uma pluralidade de estratégias capazes de produzir mais efetividade nas políticas desenvolvidas.

Para fazer frente aos desafios, o DFD atuou desde o início por meio de parcerias. Essa opção foi estratégica para a qualificação da própria equipe e para a construção da identidade do departamento. No processo, destacam-se as parcerias internas com a Coordenação Geral de Recursos Humanos (CGRH) do MDS e com o Departamento de Gestão do SUAS da Secretaria Nacional de Assistência Social (DGSUAS/SNAS/MDS). As parcerias externas envolveram a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP); o Centro de Estudos Internacionais sobre Governo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEGOV-UFRGS); instituições de Ensino Superior, em diferentes desenhos e arranjos; e, mais recentemente, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Este artigo apresenta as principais entregas do DFD nos últimos onze anos, registrando também sua trajetória de aprendizado e amadurecimento institucional, construída de forma coletiva e colaborativa entre os diversos técnicos, gestores e parceiros do DFD ao longo do período.



Ofertas para agentes federais: formação e capacitação em parceria com a ENAP e a CGRH do MDS

A formação profissional e o aperfeiçoamento permanente de gestores e técnicos federais são essenciais para a modernização da administração pública e o aprimoramento da gestão das políticas públicas. Desde sua criação, o DFD organiza ofertas de cursos para esse público a fim de diminuir a defasagem, própria da dinâmica organizacional, entre as competências atuais e as necessárias.

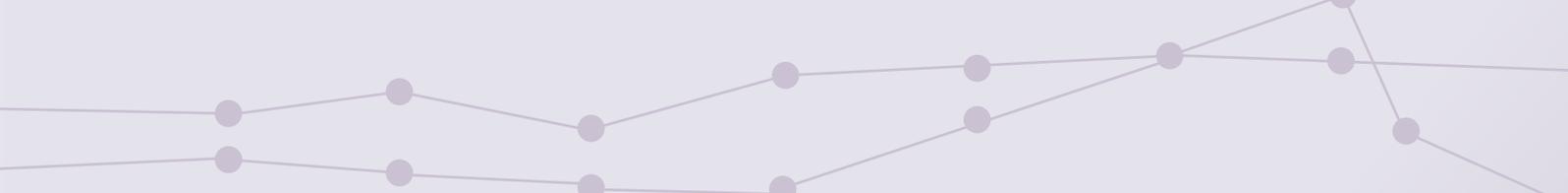
Aperfeiçoamento em Avaliação de Programas Sociais

Em sua primeira iniciativa de formação, o DFD buscou atuar na melhoria dos processos de avaliação das políticas sociais. No primeiro semestre de 2005, o curso de *Aperfeiçoamento em Avaliação de Programas Sociais* foi ministrado em parceria com a ENAP e com Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), contando ainda com a participação do *Institute of Social Studies (ISS)*, da Holanda. O curso foi ofertado a 35 técnicos de nível superior com atividades relacionadas às políticas de desenvolvimento social, vinculados a órgãos dos poderes Executivo e Legislativo Federal. Realizado na ENAP por especialistas convidados, teve carga horária de 160 horas. A avaliação geral da experiência foi positiva, com o reconhecimento da necessidade de maior investimento no desenvolvimento atividades práticas, o que veio a ser incorporado em ofertas futuras.

6 Como poderá ser conferido no texto adiante, entre o período de 2005 e 2010 o DFD priorizou as ações de capacitação para atender demandas específicas dos agentes públicos estaduais. Também intensificou as ações de disseminação dos programas e políticas do MDS, realizando diversos eventos (nacionais e internacionais), ampliando e diversificando seu leque de publicações.

Atualização em Monitoramento e Avaliação de Programas do MDS

Em 2010⁶, nova parceria com a ENAP permitiu a oferta de uma *Atualização em Monitoramento e Avaliação de Programas do*



MDS. Essa oferta, direcionada a 35 servidores do MDS, foi composta por aulas expositivas presenciais (16 horas) e uma oficina prática (8 horas).

O conteúdo abordado privilegiou a atuação direta no monitoramento de políticas e programas do MDS e nas atividades de desenho, contratação e análise de pesquisas de avaliação.

O objetivo principal dessa iniciativa foi contribuir para consolidar as práticas de monitoramento estruturado das políticas e programas do MDS, bem como para a mensuração de resultados nas áreas de segurança alimentar e nutricional, assistência social, transferência de renda e inclusão produtiva.

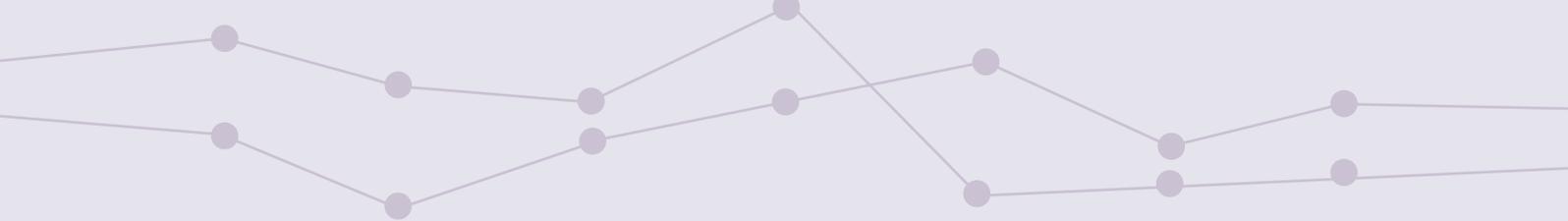
Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social

Com o Plano Brasil sem Miséria (BSM)⁷, surgiu nova demanda para apoiar gestores e técnicos federais nos desafios que se colocavam para a gestão estratégica, coordenação intersetorial e integrada de políticas sociais. Era preciso agregar conhecimentos individuais, mas também proporcionar sinergia entre técnicos de diferentes ministérios envolvidos na implementação de políticas públicas.

Em parceria com a CGRH e com a ENAP foram organizadas duas turmas de Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social entre 2010 e 2013. Na primeira edição (2011/2012), essa oferta de especialização (418 horas) formou 35 pessoas; na segunda (2012/2013), teve sua carga horária ampliada (452 horas) e formou 29 pessoas. No total, 64 servidores do Executivo Federal, lotados no MDS e em outros órgãos federais parceiros do BSM, obtiveram a especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social.

Em que pese a contribuição para a gestão e integração das ações do BSM proporcionada pela especialização ofertada, desde o início foram percebidas algumas restrições neste modelo de oferta aos ges-

7 O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado em 2011 com o desafio de superar a extrema pobreza no país. O público definido como prioritário foi o de brasileiros que estavam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 77 por pessoa. Considerando que a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas além da insuficiência de renda, o Plano foi estruturado em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços. São mais de cem ações, programas e políticas distribuídas nos três eixos, envolvendo 22 ministérios, sob a coordenação do MDS. Fonte: <http://www.brasilsemmiséria.gov.br/apresentacao>



tores e técnicos federais. Foram identificados os seguintes nós críticos: processo seletivo rigoroso; extensa carga horária; e exigência de trabalho final compatível com o título de especialista, com caráter mais acadêmico do que profissional.

Programa de Aperfeiçoamento em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social

Em 2014, firmou-se nova parceria com a ENAP para a oferta do *Programa de Aperfeiçoamento em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social*. Neste projeto, o amadurecimento institucional acumulado em experiências anteriores permitiu privilegiar o ensino aplicado e a articulação entre teoria e prática, buscando associar a aprendizagem à análise de problemas concretos.

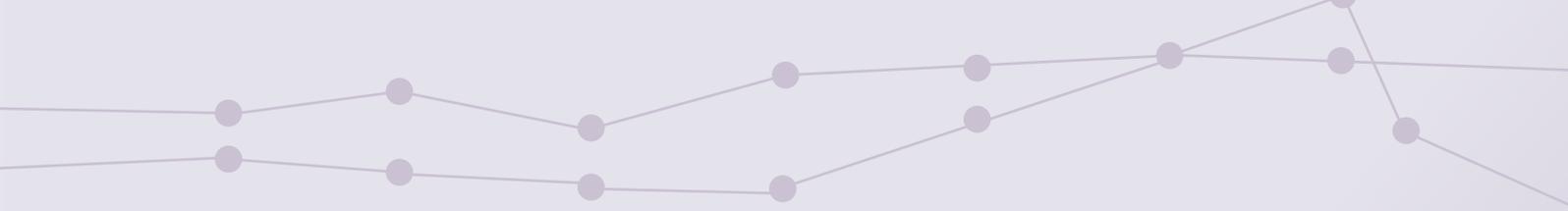
Nele, algumas disciplinas da especialização foram desmembradas e ofertadas em um novo arranjo, mais enxuto, para que mais profissionais pudessem ter acesso aos temas, sendo possível selecionar apenas os módulos com mais interesse do servidor.

O Programa foi inicialmente estruturado em onze cursos (30 horas cada), divididos em cinco blocos temáticos: 1) Contexto das políticas sociais; 2) Gestão e Financiamento das Políticas Sociais; 3) Formulação e avaliação de políticas e programas sociais; 4) Competências interpessoais e Formação de agentes públicos; e 5) Oficinas temáticas sobre políticas sociais.

O novo arranjo permitiu ampliar o número de servidores formados. Ao todo, foram capacitados 642 servidores públicos federais, sendo 161 do MDS. O êxito do Programa⁸ ensejou a renovação da parceria com a ENAP por mais quatro anos (2015-2018), ampliando o número previsto de participantes para 2.600 servidores.

Atualmente, a proposta do Programa, que conta com o apoio técnico e financeiro da CGRH do MDS, está estruturada em 83 turmas de

8 O Programa foi avaliado em três aspectos: desempenho dos docentes, adequação da proposta dos cursos, e a aplicabilidade dos conteúdos na atividade profissional. A média geral final dos participantes foi de 9,12 em uma escala de zero a dez, indicando o sucesso da iniciativa.



capacitação/formação, com 31 atividades previstas, como cursos, oficinas, visitas técnicas orientadas e seminários. Nesta edição, foram incluídos outros três blocos temáticos: Bloco 6 – Práticas de gestão de políticas sociais; Bloco 7 – Proteção social na América Latina; e Bloco 8 – Capacitação técnica.

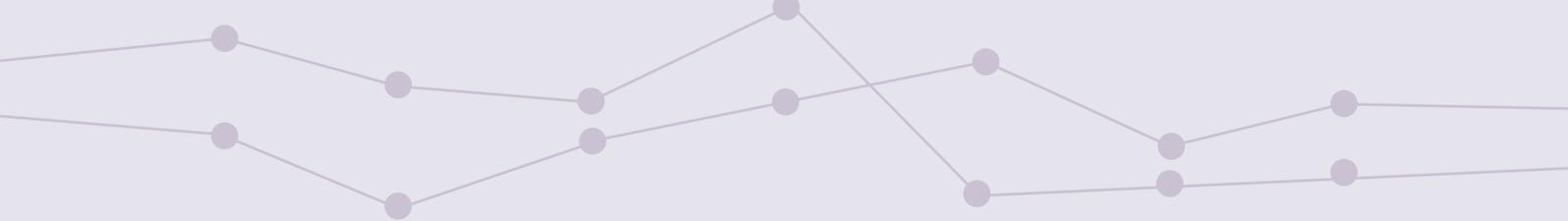
Ciclo de Debates para Atualização dos Servidores do MDS

Ainda no âmbito das relações entre DFD e CGRH, cabe mencionar o *Ciclo de Debates para Atualização dos Servidores do MDS*, do qual participaram, até o momento, 499 servidores. O Ciclo, iniciado em 2013 e ainda em curso, visa promover a capacitação continuada, preparando os profissionais para os desafios da política de desenvolvimento social e estimulando a reflexão de temas atuais.

Por meio do Ciclo de Debates, são ofertados minicursos e oficinas de curta duração (cerca de quatro horas) nas instalações do próprio Ministério. A divulgação das ofertas é realizada por *mailing*, para que os profissionais interessados façam a inscrição por meio do sistema CapacitaSAGI⁹. Os temas, pertinentes às atividades exercidas pelos servidores, são sugeridos pelas próprias secretarias do MDS, e os cursos/oficinas são ministrados pelo corpo técnico e por dirigentes do Ministério.

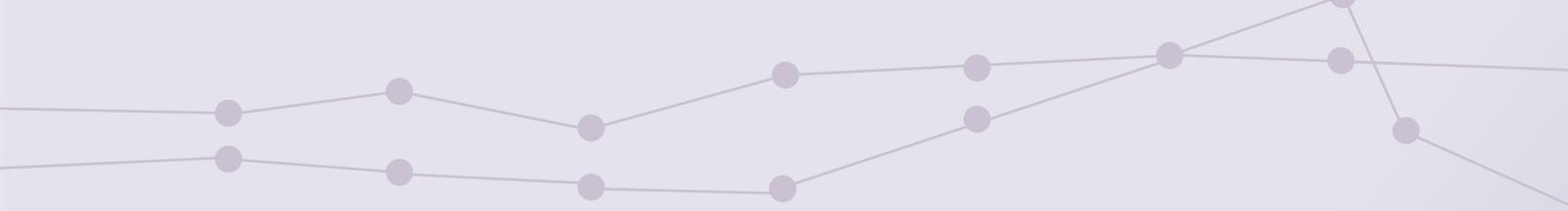
Até o momento já foram ofertados: 1) Curso de introdução às ferramentas do Portal SAGI; 2) Data Social e os Painéis de monitoramento; 3) Introdução aos indicadores sociais: conceitos, fontes de dados e aplicações; 4) Trabalho infantil e os desdobramentos da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil; 5) Planejamento/formação e oferta de cursos de capacitação; 6) Oficina de avaliação; 7) Gestão do trabalho no SUAS: Concepção de equipe de referência; 8) Trabalho social com famílias; 9) Introdução ao Cadastro Único; 10) Noções básicas de geoprocessamento e Sistemas de Informações Geográficas (SIG); 11) Uso do SPSS em análises de dados sociais: um curso introdutório.

⁹ O Sistema CapacitaSAGI foi criado pelo Departamento de Gestão da Informação (DGI/SAGI) para realizar inscrições de forma rápida em cursos e palestras ofertadas pela SAGI.



SÍNTESE DAS OFERTAS PARA AGENTES FEDERAIS

2005	<i>Aperfeiçoamento em Avaliação de Programas Sociais</i> (160 horas) – 35 participantes.
2010	<i>Atualização em Monitoramento e Avaliação de Programas do MDS</i> (24 horas). 35 participantes
2010-2013	<i>Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social</i> – Duas edições (418 horas, 452 horas). 64 participantes.
2014-2015	1ª Edição do <i>Programa de Aperfeiçoamento em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social</i> – 11 cursos (30 horas cada). 642 participantes.
2015-2018	2ª Edição do <i>Programa de Aperfeiçoamento em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social</i> – 31 atividades previstas, como cursos, oficinas, visitas técnicas orientadas e seminários, previsão de 83 turmas. Previsão de 2.600 participantes.
2013-2015	<i>Ciclo de Debates para Atualização dos Servidores do MDS</i> – 11 cursos (4 horas). 499 participantes.



Ofertas para agentes estaduais e municipais: parcerias com DGSUAS, ENAP e instituições de Ensino Superior

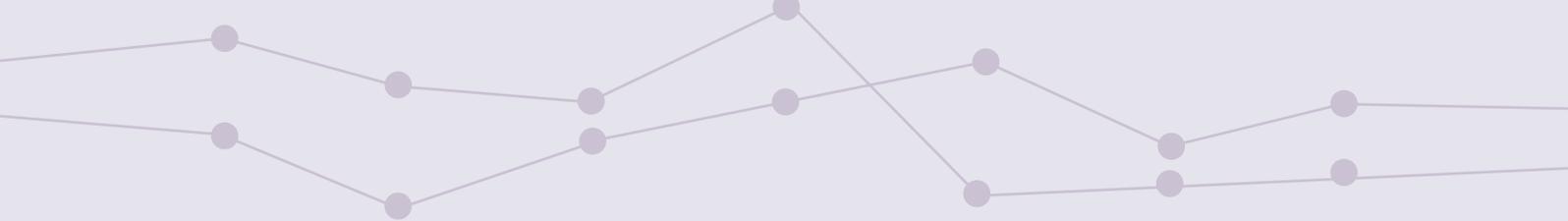
As políticas sociais vigentes no Brasil só têm efeito pleno se aplicadas por meio da ação convergente dos três níveis de governo. Para isso, o governo federal articula e incentiva a formação de diversos setores que operam os programas sociais. No âmbito da SAGI, o DFD entende que o apoio aos estados e municípios na implementação de políticas públicas descentralizadas é potencializado a partir de investimentos na qualificação dos agentes sociais para o aprimoramento da rede de promoção e proteção social. Foram várias as experiências nessa linha durante esses dez anos, como será visto a seguir.

O Programa Gestão Social com Qualidade

Entre 2008 e 2012, no âmbito do *Programa Gestão Social com Qualidade*, o DFD realizou três diferentes iniciativas de capacitação, de amplitude nacional, como parte da política de formação do MDS para gestores, técnicos e agentes de controle social que atuam nas áreas de assistência social e transferência de renda. O Programa foi feito em parceria com o Departamento de Gestão do SUAS (DGSUAS/SNAS). Essas experiências permitiram ao DFD a consolidação de uma equipe dedicada ao tema, com acúmulos quanto aos problemas relacionados à execução contratada pelo MDS realizada de forma descentralizada em diversos polos de capacitação.

Capacitação Descentralizada para Gerentes Sociais

Realizada entre 2008 e 2009, a primeira iniciativa do Programa Gestão Social com Qualidade foi a *Capacitação Descentralizada para Gerentes Sociais*, que atingiu 1.531 gerentes de equipamentos públicos do



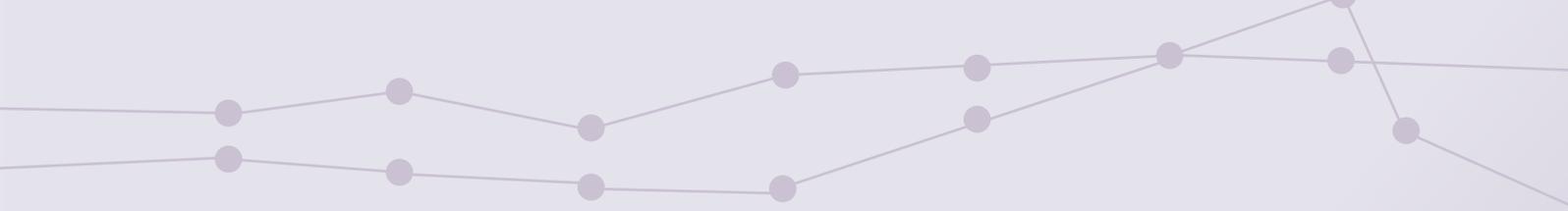
SUAS. O desenho desta capacitação envolveu diversos atores. Uma novidade à época foi a organização da Rede Nacional de Capacitação Descentralizada, constituída a partir da contratação de Agências Capacitadoras Estaduais (ACE), selecionadas por meio de processo licitatório para realizar a oferta dos cursos.

O modelo de execução previu a divisão do país em dezesseis lotes de capacitação, definidos pelo MDS a partir da aplicação de critérios populacionais, geográficos e de nível de gestão no SUAS. A coordenação nacional foi realizada pela SAGI e SNAS, que definiram em conjunto as diretrizes políticas, supervisão da execução e gerenciamento financeiro. Em colaboração com a ENAP, foram definidos os conteúdos básicos para o material instrucional; a organização e execução do “curso de formação de multiplicadores”; a organização de oficinas de adaptação de conteúdos; o acompanhamento pedagógico e a avaliação da qualidade dos cursos descentralizados.

Capacitação de Conselheiros de Assistência Social

A segunda experiência do Programa, realizada em 2009, foi a *Capacitação de Conselheiros de Assistência Social*, que resultou na qualificação de 435 membros dos Conselhos Nacional e Estaduais de Assistência Social. Essa iniciativa teve como meta aprimorar a capacidade institucional dos conselhos da Assistência Social nas três esferas de governo por meio de desenvolvimento de atitudes e conhecimentos vinculados à prática do controle social da Política de Assistência Social. Para tanto, além do DFD/SAGI e da SNAS, a participação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) foi indispensável para o êxito do projeto.

A capacitação adotou uma metodologia que privilegiou o revezamento das aulas expositivas com atividades práticas, em grupo. Os conteúdos abordados versaram, em linhas gerais, sobre o papel do controle social no aprofundamento da democracia e da cidadania no contexto da Política de Proteção Social não Contributiva.



Capacitação para Controle Social nos Municípios: Assistência Social e Programa Bolsa Família

Realizada entre 2010 e 2012, a *Capacitação para Controle Social nos Municípios: Assistência Social e Programa Bolsa Família* encerra as atividades de capacitação do *Programa Gestão Social com Qualidade*. O público era composto por membros dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) e das Instâncias de Controle Social (ICS) do Programa Bolsa Família (PBF).

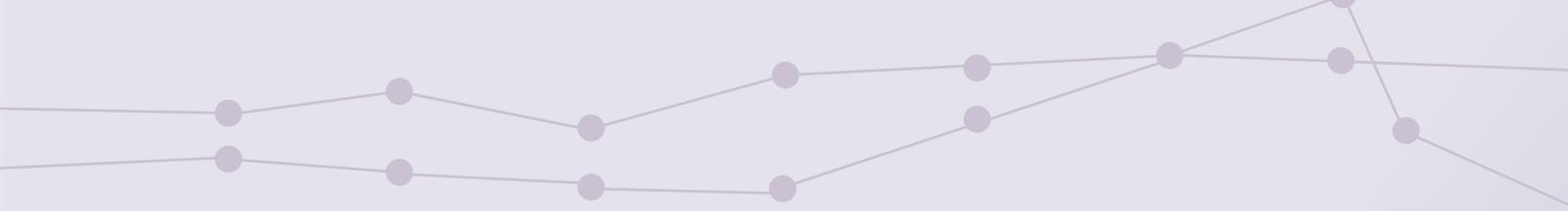
Esta capacitação teve por objetivo central aprimorar a atuação dos conselheiros de todos os municípios brasileiros, consolidando uma cultura de participação popular e controle social na gestão local. O curso foi oferecido para conselheiros e secretários executivos de conselhos de assistência social em todos os municípios brasileiros.

No âmbito do MDS, o DFD/SAGI foi o coordenador da ação, com apoio da SNAS, da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) e do CNAS. Para a execução do projeto, foram contratadas, via pregão eletrônico, quatro instituições. O desenho de execução demandou a divisão do país em seis lotes, onde as ações de capacitação foram realizadas em duas etapas, sendo uma presencial e outra a distância. A etapa presencial teve carga horária de 24 horas e ocorreu no município que sediava o polo, com turmas de até sessenta alunos. No total, foram capacitados 15.216 conselheiros em todo o território nacional.

Um importante ganho institucional desse processo foi o diagnóstico sobre os limites do formato de implementação das ações desenvolvidas pelo diferentes níveis federativos: a) o caráter fragmentado e descontínuo das ações de capacitação e, conseqüentemente, sua não inserção em um plano global de qualificação; b) a ausência de uma perspectiva político-pedagógica que servisse de orientação nacional às ações realizadas; c) a execução dos cursos feita por instituições selecionadas em processos licitatórios nos quais o critério “preço” era determinante, redundando em prejuízo à qualidade do serviço contratado. Por meio dessa avaliação, foi possível reconhecer que o modelo vigente era incapaz de fazer frente aos desafios de qualificação dos trabalhadores do SUAS, o que ensejou novas práticas.

QUADRO 1: OFERTAS DO PROGRAMA GESTÃO SOCIAL COM QUALIDADE (2008-2012)

CURSO	PÚBLICO-ALVO	CARGA HORÁRIA	NÚMERO DE CAPACITADOS
Capacitação para Gerentes Sociais	Profissionais de nível superior responsáveis pelas coordenações/gerências das Secretarias de Assistência Social ou congêneres nos estados e municípios	160 horas (90 horas presencial e 70 horas a distância)	1.531
Capacitação dos Conselheiros de Assistência Social Nacionais, Estaduais e do Distrito Federal	Conselheiros nacionais, estaduais e do Distrito Federal de Assistência Social	24 horas (presencial) e 45 dias (a distância)	435
Capacitação para Controle Social nos Municípios: Assistência Social e Programa Bolsa Família	Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) e das Instâncias de Controle Social (ICS) do Programa Bolsa Família (PBF)	24 horas	15.216
Total de capacitados nos cursos do Programa			17.182



Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS)

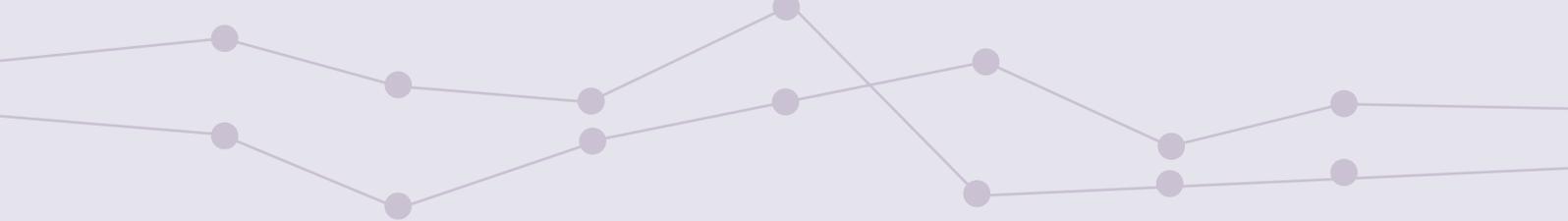
O aprendizado do Programa Gestão Social com Qualidade serviu de base para o desenho de um novo modelo, expresso na configuração do *Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS)*¹⁰, criado em março de 2012. Seu desenho consiste em um conjunto de mecanismos institucionais dedicados à coordenação federativa, ao financiamento, ao planejamento e à execução de ações de formação e capacitação dirigidas para a qualificação das equipes municipais envolvidas na implementação do SUAS.

Na operacionalização do programa, os estados assumem um papel-chave, coincidente com suas atribuições federativas: fornecer apoio técnico aos municípios e qualificar os trabalhadores do SUAS no âmbito de seu território.

A estrutura institucional de coordenação federativa do programa compreende uma equipe de coordenação nacional, compartilhada entre SAGI e SNAS, equipes de coordenação nos estados e no Distrito Federal (DF), a cargo das respectivas secretarias de assistência social, e a submissão de todo o processo de pactuação entre os entes federativos à Comissão Intergestores Tripartite (CIT), às Comissões Intergestores Bipartite (CIBs), ao CNAS e ao Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS).

O financiamento é feito por transferência de recursos da União, por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para os Fundos Estaduais de Assistência Social (FEAS). Para se credenciar ao recebimento do cofinanciamento federal, o ente estadual deve assinar o Termo de Aceite do CapacitaSUAS. Ao definir as responsabilidades dos entes envolvidos, as ações de capacitação a serem executadas, o montante de recursos transferidos e as metas a serem alcançadas, o Termo de Aceite é um importante instrumento de contratualização da relação entre o MDS e as secretarias estaduais de assistência social. Após a adesão ao programa, novas metas e recursos são anualmente definidos nas instâncias de pactuação Intergestores bipartite e tripartite da Política Nacional de Assistência Social.

¹⁰ O CapacitaSUAS foi instituído pela Resolução CNAS nº 08, de 16 de março de 2012, e sua vigência foi prorrogada para 2025, por meio da Resolução do CNAS nº 28, de 14/10/2014.



Enquanto o processo de planejamento das ações de formação e capacitação envolve especialmente as coordenações nacional e estaduais do CapacitaSUAS, no processo de execução entra em cena a Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS (RENEP/SUAS).

Instituída em 2012, a RENEP/SUAS conta com 121 instituições de Ensino Superior (IES), institutos federais de educação e Escolas de Governo credenciadas. A criação da RENEP/SUAS visa garantir um padrão básico de qualidade da execução das ações de formação e capacitação em todo o território nacional. Por essa razão, ao assinarem os Termos de Aceite, os estados ficam obrigados a utilizar os recursos do cofinanciamento federal para a execução dessas ações exclusivamente por meio de instituições credenciadas à RENEP/SUAS.

A execução do CapacitaSUAS traz duas novas responsabilidades à gestão nacional do programa: coordenar a RENEP/SUAS e ofertar as Oficinas de Alinhamento Pedagógico e de Conteúdos para as equipes das IES selecionadas pelos estados para a execução de cursos. Foram realizadas até o momento dez oficinas de alinhamento em Brasília e seis oficinas descentralizadas (MA, BA, PB, CE, RJ e MG). Ao todo, participaram 495 professores das universidades e gestores estaduais. Nenhuma das 28 instituições de ensino superior entrou em sala de aula para ofertar o programa CapacitaSUAS sem ter passado pelas oficinas de alinhamento organizadas pelo DFD.

O CapacitaSUAS altera, de forma decisiva, o modelo fragmentado de planejamento e oferta não regular de ações de formação e capacitação do SUAS. Modelo que resultava em retrabalho, sobreposição de ações e desperdício de recursos, pela falta de coordenação entre os entes federativos. Com uma coordenação federativa sintonizada com as diretrizes e estruturas do SUAS, o Programa oferece um cardápio de cursos e percursos formativos aos trabalhadores, de forma continuada e com um padrão de qualidade nacionalizado.

Todos os estados aderiram ao programa desde a primeira rodada de pactuação de metas. Até setembro de 2015, foram certificados 19.021 profissionais, e mais 12.780 vagas para capacitação já estão contra-

QUADRO 2: CURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO PARA TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CAPACITASUAS (2012-2015)

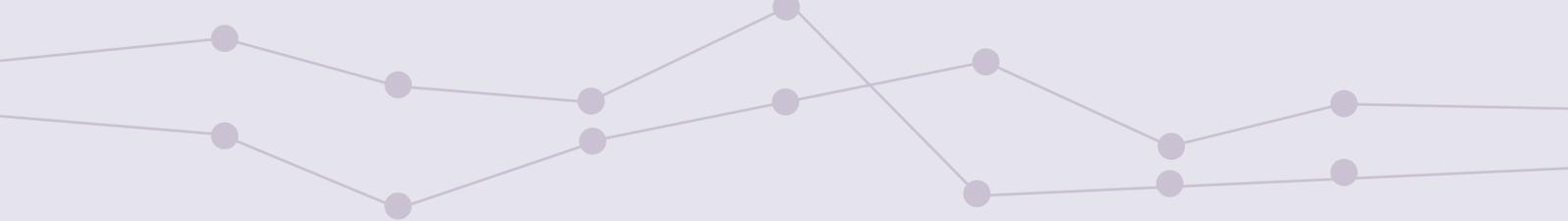
Cursos da 1ª etapa do Programa CapacitaSUAS (2012-2014)	Cursos da 2ª etapa do Programa CapacitaSUAS (a partir de 2015)
<ul style="list-style-type: none">• Introdução ao provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais do SUAS e à implementação de ações do Brasil Sem Miséria;• Atualização em indicadores para diagnóstico e acompanhamento do SUAS e do BSM;• Atualização em gestão financeira e orçamentária do SUAS.	<ul style="list-style-type: none">• Introdução ao exercício do controle social do SUAS;• Atualização em elaboração de planos de assistência social;• Atualização em vigilância socioassistencial;• Curso de atualização sobre especificidade e interfaces da proteção social básica do SUAS; e• Curso de atualização sobre a organização e oferta dos serviços de proteção social especial do SUAS.

tadas pelos estados em alguma instituição vinculada à RENEPSUAS. Esse conjunto de 31.801 trabalhadores representa 85,8% do total da meta de 37.062 trabalhadores capacitados, estabelecida na primeira pactuação com os estados¹¹.

Cabe ressaltar a criação do Sistema de Monitoramento Acadêmico (SIMA), desenvolvido e mantido pela SAGI/MDS, que permite que as ofertas dos cursos sejam acompanhadas em sua execução e também avaliadas e monitoradas. O SIMA é um sistema que recebe dados das capacitações executadas e gera relatórios sobre o cronograma, a composição das turmas, o controle de frequência, o cadastro dos participantes, a avaliação de reação, entre outros. O SIMA permite, ainda, que se estabeleça o acompanhamento do percurso formativo de cada participante por meio do seu CPF.

O monitoramento e a avaliação das ações implementadas no âmbito do CapacitaSUAS são tarefas compartilhadas entre todos os atores envolvidos, ou seja, participam a gestão nacional, estadual, muni-

11 Consulta ao Sistema de Monitoramento Acadêmico (SIMA) do Programa CapacitaSUAS, em 28/09/2015.



cial e instituições ofertantes. Entre outras iniciativas de monitoramento e avaliação, o DFD coordena a estratégia de visitas técnicas que são realizadas quando uma nova instituição executora participa do programa ou ministra um curso novo no CapacitaSUAS.

Das 362 turmas já encerradas, 65 foram acompanhadas por visitas técnicas de monitoramento (18%). Os relatórios, realizados por consultores e técnicos do ministério, apontaram oferta bastante satisfatória em relação a diversos aspectos de infraestrutura (média de 3,5 numa escala de 1 a 4)¹² e também quanto à abordagem pedagógica dos cursos (média de 3,8 numa escala de 1 a 4)¹³. Contribuiu para o bom resultado pedagógico e a pertinência dos conteúdos para a prática profissional (média de 3,5 numa escala de 1 a 4)¹⁴. Além disso, os princípios da aprendizagem significativa e da educação permanente guiam o formato de aulas dialogadas e as oficinas de aprendizagem, técnicas de ensino que permitem aos cursistas trazer o cotidiano do trabalho para as salas de aula.

Para o DFD, foram muitas as aprendizagens com a experiência do CapacitaSUAS. Entre elas destacam-se: maior conhecimento sobre metodologias de avaliações e tecnologias para o acompanhamento do programa; acúmulo institucional para orientar as equipes estaduais nos desafios burocráticos de gestão do programa; aperfeiçoamento na realização de alinhamentos com equipes estaduais e professores das instituições executoras; e importância da elaboração de materiais de apoio (todos os oito cursos possuem projeto pedagógico, caderno de estudos para o cursista e caderno orientador para o professor).

12 Aspectos de infraestrutura observados: sala de aula, espaço para oficinas de aprendizagem, laboratório (quando previsto), recursos pedagógicos, acessibilidade, hospedagem, alimentação e condições ambientais (limpeza e manutenção).

13 Aspectos pedagógicos: em relação às aulas, foram observados o cumprimento da carga horária, dos conteúdos abordados, dos objetivos instrucionais, o enfoque pedagógico e a participação dos cursistas; em relação às oficinas, foram avaliadas a metodologia, a adequação entre teoria e prática, a participação dos cursistas e os objetivos de aprendizagem.

14 Outra fonte que corrobora essa interpretação são os relatórios finais de execução dos estados que concluíram o Programa. Por meio deles é possível conhecer a avaliação de reação positiva dos alunos quanto à pertinência dos conteúdos para a prática profissional e desafios atuais.

15 Fonte: SIMA, em setembro de 2015.

SÍNTESE DAS OFERTAS PARA AGENTES ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Resultados do Programa Gestão Social com Qualidade (2008-2012)

17.182 capacitados nos cursos do Programa

Resultados do CapacitaSUAS (2012-2015)¹⁵

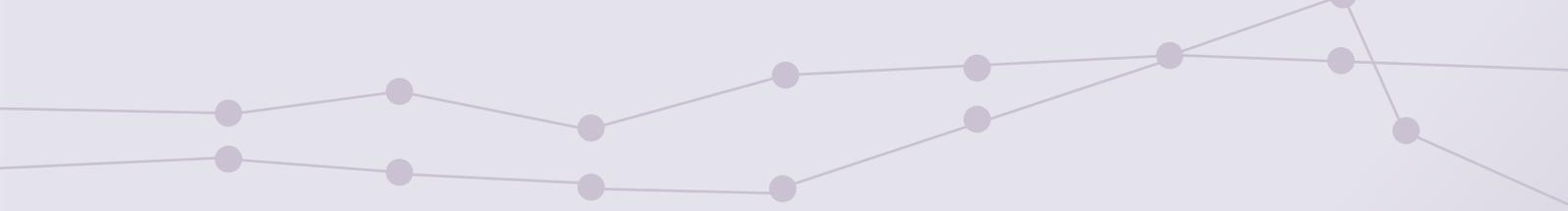
Todos os estados aderiram ao Programa

8 cursos finalizados com material didático

121 IES parceiras na RENEP/SUAS. 28 IES já executaram os cursos da 1ª etapa do CapacitaSUAS (12 federais, 9 estaduais e 7 privadas)

19.021 profissionais do SUAS capacitados

12.780 novas vagas contratadas para o início da execução dos cursos em 2015 municípios contemplados com as ofertas da 1ª edição (2012-2014)



Ofertas em Educação a Distância (EaD): parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Nos últimos anos, o DFD tem fortalecido o Núcleo de Educação a Distância (NEAD). A estratégia de disponibilizar cursos dessa modalidade busca ampliar significativamente o número de capacitados nas ações de formação do MDS por meio de um modelo flexível de educação que se adapta às necessidades e condições técnicas de cada localidade.

Atualmente, as principais ações do NEAD têm sido a estruturação das Oficinas SAGI¹⁶ e o estabelecimento de parcerias com instituições de ensino para a elaboração e oferta de cursos.

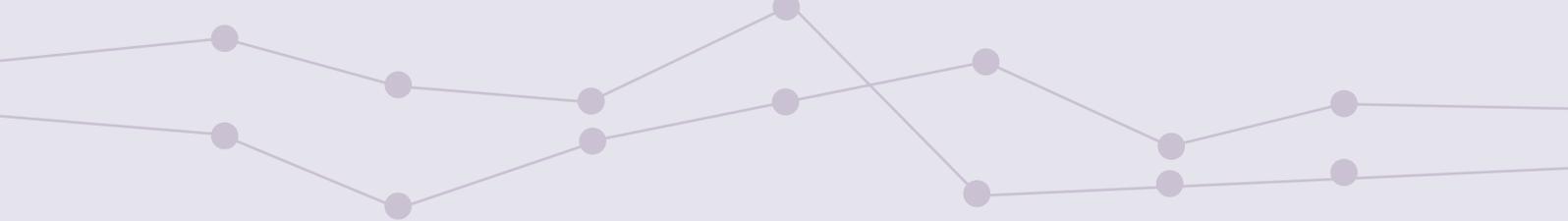
Nessa agenda, cabe destacar a parceria com o Centro de Estudos Internacionais sobre Governo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEGOV-UFRGS) para a realização dos cursos do *Ciclo de Capacitação em Conceitos e Técnicas para Elaboração de Diagnósticos, Monitoramento e Avaliação de Programas e Ações do MDS*, que será apresentado a seguir.

Ciclo de Capacitação em Conceitos e Técnicas para Elaboração de Diagnósticos, Monitoramento e Avaliação de Programas e Ações do MDS.

Os cursos do Ciclo ocorreram entre os anos de 2013 a 2015 e certificaram 11.536 participantes. O público desses cursos é composto prioritariamente por profissionais do SUAS, distribuídos em todo o território nacional, e professores de instituições de Ensino Superior que integram a RENEP/SUAS.

Na parceria com a UFRGS/CEGOV, a elaboração do material instrucional, da ficha de inscrição, do Guia do Aluno, do Guia do *Moodle* personalizado, dos exercícios de fixação, da Avaliação Final, do Glossário, de questões para debate nos fóruns virtuais, além da produção

16 Para conhecer as Oficinas SAGI, leia o Relatório de uso: *Ciclo de Capacitação em Conceitos e Técnicas para Elaboração de Diagnósticos, Monitoramento e Avaliação de Programas e Ações do MDS*, nesta publicação.



de vídeos instrucionais, da seleção de textos e vídeos de apoio e da concepção e customização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), são de responsabilidade do Centro, mas produzidos em estreita colaboração e com a supervisão da SAGI/MDS.

O AVA conta com fóruns de discussão, biblioteca virtual, apostila completa dos cursos, videoteca, questionário para avaliação de aprendizagem e um instrumento de avaliação de reação do aluno. A oferta é tutorada por professores e alunos de pós-graduação da UFRGS, selecionados e capacitados previamente pelo CEGOV.

Além dos recursos orçamentários, cabe ao MDS a gestão de todas as etapas, a disponibilização dos conhecimentos técnicos para a construção dos conteúdos, a definição da perspectiva pedagógica dos cursos, as orientações técnicas quanto à estrutura do AVA e a mobilização dos participantes dos cursos.

Na primeira etapa, houve 9.797 solicitações de inscrições no Ciclo, oriundas de todas as regiões do país. Para a participação nos cursos, foram utilizados como critérios de seleção a exigência de nível superior e a atuação em algum equipamento de assistência social estatal ou da rede complementar. Após essa etapa, foram confirmadas 5.873 inscrições.

A grande procura pelos cursos após o encerramento formal das inscrições motivou a SAGI/MDS e o CEGOV/UFRGS a realizarem mais uma edição, com novas inscrições, ainda no segundo semestre de 2014. Na segunda etapa, mais de 16 mil pessoas fizeram inscrições e 10 mil foram selecionadas, com base nos mesmos critérios¹⁷. O elevado número de interessados no Ciclo indica que a temática de monitoramento e avaliação é objeto de grande interesse nos estados e municípios brasileiros, ensejando que essa experiência inicial seja disseminada e customizada para outros setores.

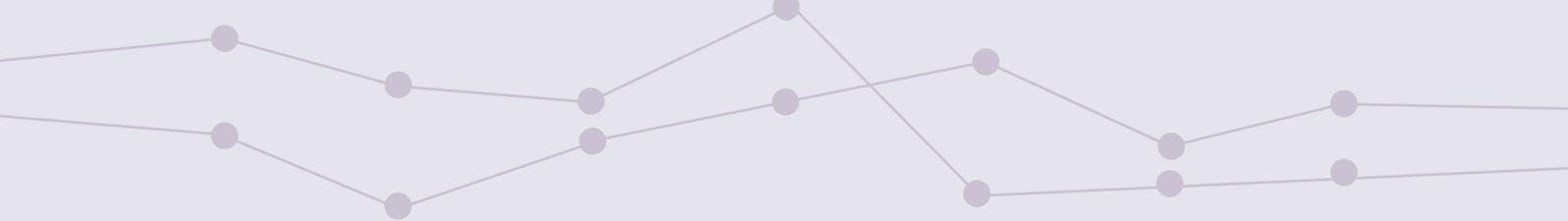
O curso atingiu, até o momento, participantes de 4.582 municípios em todo território nacional, sendo que o maior número de cursistas está concentrado na Região Nordeste (41,8%).

17 Para informações adicionais consulte:
<http://www.ufrgs.br/cegov/>

QUADRO 3: CURSOS, OBJETIVOS E CARGA HORÁRIA DO CICLO DE CAPACITAÇÃO (2014-2015)

CURSO	OBJETIVO	CARGA HORÁRIA	Nº DE CAPACITADOS
Indicadores para diagnóstico do SUAS e acompanhamento do Brasil Sem Miséria	Capacitar gestores e técnicos de assistência social para a realização de diagnósticos sobre a realidade socioeconômica e a dimensão da pobreza nos estados e municípios brasileiros	42 horas-aulas	6.349
Conceitos e instrumentos para monitoramento de programas	Capacitar gestores e técnicos de assistência social para a realização de atividades de monitoramento das políticas e programas que implementam	32 horas-aulas	2.886
Conceitos e instrumentos para avaliação de programas	Capacitar gestores e técnicos de assistência social para a compreensão do conceito e a prática de avaliação de política pública e seus impactos no ciclo de gestão	32 horas-aulas	2.301
Total			11.536

Fonte: Estudos Técnicos SAGI (ETEC) nº 22/2014, com adaptações.



Construindo a Educação Permanente no SUAS: parceria com a Fiocruz e o DGSUAS/SNAS

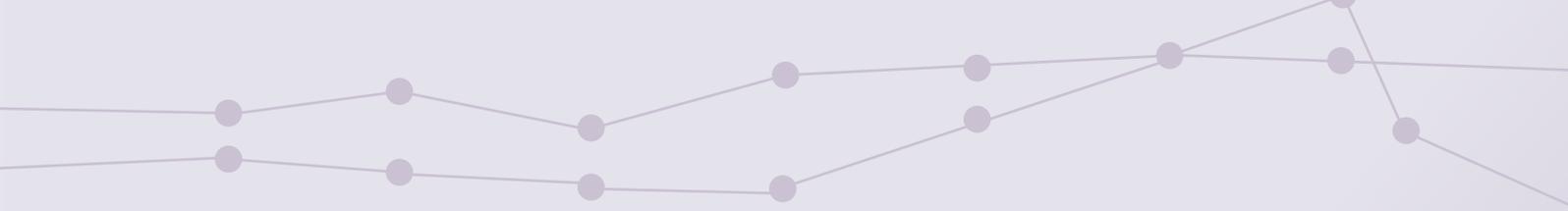
Em março de 2013, foi criada a Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência Social (PNEP-SUAS)¹⁸, que tem como público os trabalhadores do SUAS com níveis Fundamental, Médio e Superior que atuam na rede socioassistencial, assim como os agentes de controle social no exercício de suas competências.

No âmbito da PNEP-SUAS, foram previstas ações de capacitação (introdutória; de atualização e supervisão técnica) e ações de formação (formação técnica de nível Médio; aperfeiçoamento; especialização *latu sensu* e mestrado).

O DFD tem participado ativamente, em parceria com a Diretoria da Gestão do Trabalho da Secretaria Nacional de Assistência Social (DGSUAS/SNAS), na construção das ofertas da PNEP-SUAS, seja por meio do CapacitaSUAS, seja pelo apoio à implementação da perspectiva político-pedagógica e da cultura da Educação Permanente no SUAS.

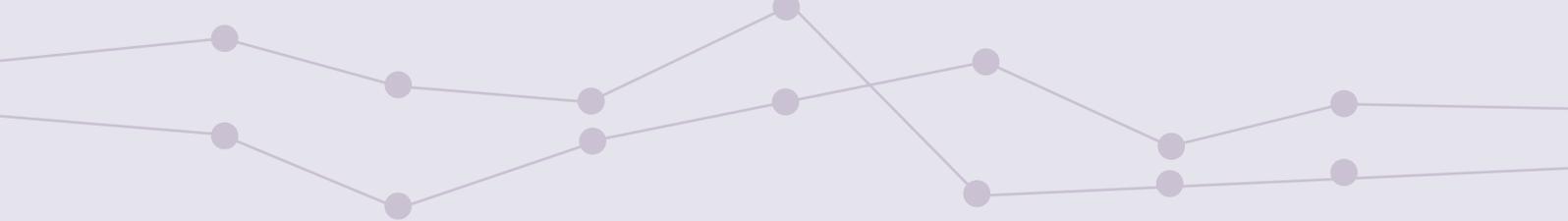
Considerando a experiência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no apoio ao funcionamento da Educação Permanente na área da Saúde, o DFD/SAGI buscou nova parceria institucional (2014-2016), visando alcançar os seguintes objetivos:

18 Aprovada pelo CNAS por meio da Resolução 04/2013.

- 
- Estruturação e capacitação da rede de equipes estaduais responsáveis pela Educação Permanente no SUAS;
 - Elaboração de projetos pedagógicos e planos operativos dos cursos de especialização *latu sensu* e mestrado profissional;
 - Realização de oficinas pedagógicas e de conteúdos com a RENEP e equipes estaduais;
 - Implementação de estratégia de disseminação virtual das ações da RENEP-SUAS;
 - Elaboração de estudo técnico com orientações sobre o desenho de modelo de ações de capacitação e formação permanente do MDS.

Esta parceria tem o objetivo de qualificar e fortalecer o SUAS, ampliar o escopo da atuação intersetorial, favorecer a sistematização e disseminação de metodologias que aprimorem os serviços, a gestão e o controle social do SUAS.

Neste sentido, a parceria com a Fiocruz fortalece o DFD para a introdução da perspectiva político-pedagógica da Educação Permanente no SUAS, a ampliação do diálogo entre os entes federativos e a elaboração de novas ofertas de formação aos trabalhadores, gestores e conselheiros do SUAS.



Ações de disseminação

Nos últimos anos, a SAGI ampliou sua linha editorial por meio de diversas publicações, impressa e eletrônica, em diferentes linguagens, procurando atender, por um lado, às necessidades de informação dos diferentes públicos envolvidos e níveis de decisão nas políticas e programas do MDS, e por outro, a pesquisadores, professores e à sociedade em geral. As publicações envolvem resultados das pesquisas avaliativas e de monitoramento analítico feitas pela SAGI e parceiros, textos de debates técnico-conceituais, censos de políticas, revistas etc.

Esta produção editorial da SAGI tem por foco a sistematização e a disseminação do conhecimento e das tecnologias desenvolvidas pelo MDS, incentivando, assim, a aprendizagem organizacional.

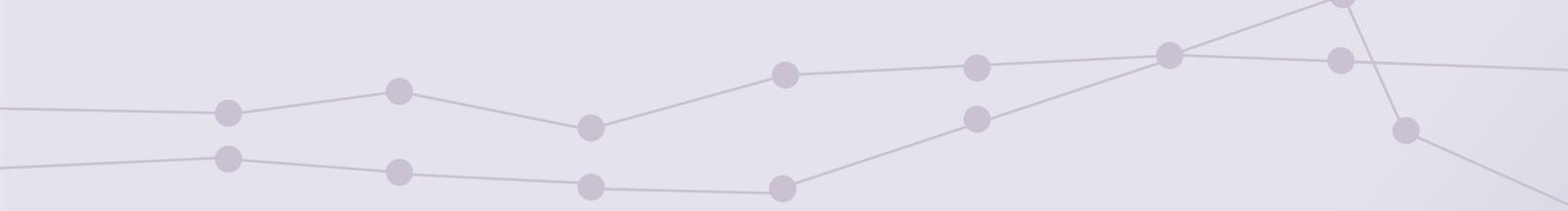
O Portal da SAGI disponibiliza toda a produção da Secretaria para download em diferentes formatos: livros, periódicos, sumários executivos, vídeos, estudos técnicos, apostilas, entre outros. As publicações no Portal da SAGI são de livre acesso por meio do link <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/index.php?grupo=146>.

Das diversas publicações elaboradas, vale destacar a série *CADERNOS DE ESTUDOS – Desenvolvimento Social em Debate*. Seu primeiro número foi criado em 2005 e descrevia a importância do Programa Bolsa Família nos municípios brasileiros. Hoje, dez anos depois, a série chega ao 24º número divulgando diversas pesquisas e subsidiando discussões sobre as políticas e programas sociais desenvolvidos pelo MDS¹⁹.

Em 2007, a SAGI desenvolveu em parceria com a SNAS um sistema de acompanhamento e monitoramento dos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS). Este esforço foi expresso no livro “Linha de base do monitoramento dos CRAS”, precursor da publicação Censo SUAS, que apresenta os resultados do levantamento anual de informações sobre os serviços e programas da assistência social em um novo projeto editorial²⁰.

19 Conheça a série *CADERNOS DE ESTUDOS – Desenvolvimento Social em Debate* em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/index.php?grupo=53>.

20 O Censo SUAS foi criado em 2010 com o objetivo de coletar informações sobre os serviços, programas e projetos de assistência social realizados no âmbito das unidades públicas, entidades privadas e organizações de assistência social, bem como sobre a atuação dos Conselhos de Assistência Social. Ao apresentar um retrato do funcionamento do SUAS nos estados e municípios, o Censo SUAS contribuiu para o aprimoramento da Política Nacional de Assistência Social. Conheça o Censo SUAS em: <http://www.mds.gov.br/sagi>; na aba de “Gestão SUAS” é possível navegar por todos os censos e aplicações desenvolvidas a partir dele.



Os principais resultados das pesquisas de avaliação da Secretaria são sistematizados periodicamente em Sumários Executivos e Fichas Técnicas, totalizando 145 pesquisas publicadas no portal da SAGI²¹. Criada em 2014, a série *Textos sobre Educação Permanente para o Desenvolvimento Social* visa divulgar relatos de experiências, estudos de casos, metodologias e estudos analíticos relacionados ao planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de ações de Educação Permanente no MDS²². Os *Estudos Técnicos SAGI (ETECs)* complementam essa linha editorial de natureza analítica da Secretaria, tratando de temas mais específicos que têm a função de sistematizar notas técnicas, estudos exploratórios, produtos e manuais técnicos, relatórios de consultoria e reflexões analíticas produzidas na SAGI. Criados no final de 2011, os ETECs chegaram a mais de cem edições em 2015²³.

Lançada em 2011, a *Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação* é uma publicação técnica semestral que busca disseminar pesquisas e experiências de monitoramento e avaliação em políticas públicas e projetos sociais no Brasil. Já foram lançados oito números, com mais de quarenta artigos e relatos de pesquisas, além de entrevistas, resenhas e registros de memória institucional. A revista é fruto da parceria entre o MDS e a Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação²⁴.

A fim de levantar informações sobre diferentes aspectos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, foi feito em 2014 o *Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional – MapaSAN*, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Publicada em 2015, a 1ª edição do MapaSAN está disponível em versão impressa e digital²⁵.

Como estratégia para divulgar as atividades, publicações e entregas da SAGI aos técnicos e gestores dos programas sociais, foi lançado em 2013 o *Boletim SAGI*, com periodicidade mensal²⁶. Com o intuito de difundir conhecimento em formato digital, foram produzidos dois CDs com arquivos de todas as publicações da SAGI, apresentando as publicações editadas desde 2004 até 2013.

21 Acesse Sumários Executivos e Fichas Técnicas em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum_executivo/pg_principal.php?url=lista_ordena_new.

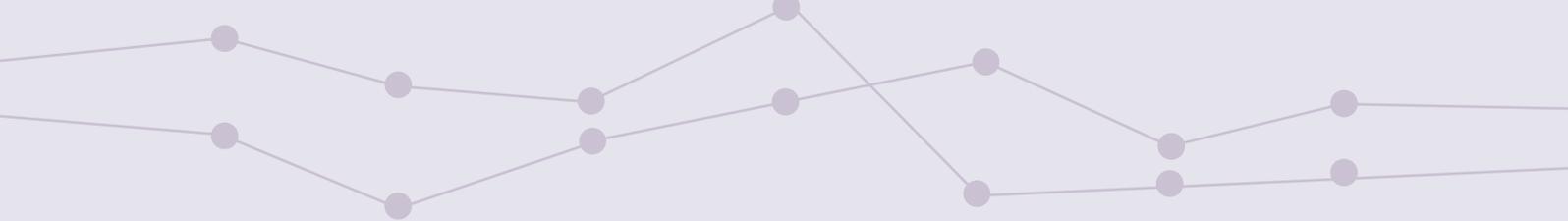
22 Acesse em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/grupo.php?g=109>.

23 Acesse os Estudos Técnicos em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/estudos_tecnicos/pg_principal?url=lista_ordena_new&ativo=sim.

24 Acesse as oito edições da *Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação* em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/grupo.php?g=96>.

25 Acesse o Mapa SAN 2014 no endereço http://AplicAcoes.mds.gov.br/sAgirms/ferrAmentAs/docs/mAPASAn_finAl.pdf

26 Acesse todos os Boletins SAGI em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/grupo.php?g=89>.



Ao longo dos anos, a SAGI prestou auxílio a outras secretarias do MDS na concepção de diversas publicações, destacando-se: *Rua: aprendendo a contar* – que apresenta o resultado do I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua; *Desenvolvimento social e combate à fome no Brasil: balanço e desafios* – que divulga o balanço do trabalho do MDS na consolidação das políticas sociais no Brasil; *PAA 10 anos de aquisição de alimentos* – com uma reflexão sobre o legado do Programa de Aquisição de Alimentos; *Alimento: direito sagrado*, pesquisa socioeconômica e cultural de povos e comunidades tradicionais de terreiros.

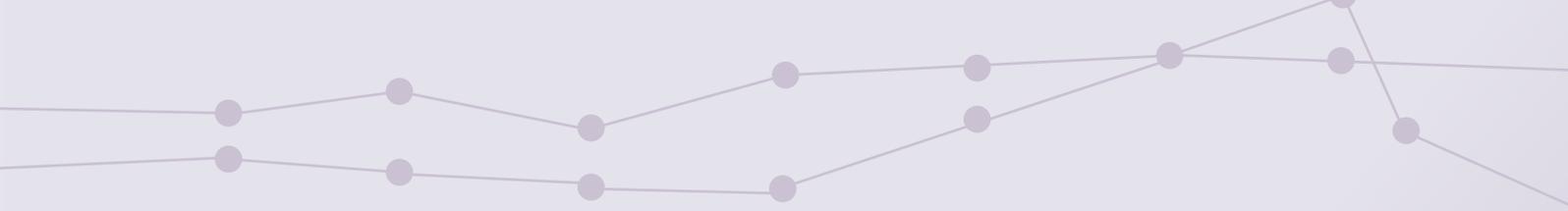
Além das publicações impressas e em formato digital, o DFD vem investindo em plataformas eletrônicas, como a versão eletrônica do CensoSUAS, a plataforma do CapacitaSUAS e de Ensino a Distância (EaD). Esse conjunto de publicações também está disponível na plataforma de publicações eletrônicas ISSUU, que permite diversos compartilhamentos – especialmente a partir de aplicativos para celulares e tablets, nos quais se pode ler e postar em redes sociais, Whatsapp, Messenger, Twitter, Facebook, Skype, e-mails, entre outros²⁷.

Lançado em julho de 2015, o Portal de Programas de Desenvolvimento Social²⁸ contém informações sobre os principais programas sociais do MDS. Nele estão disponibilizadas fichas resumidas com os principais aspectos de cada programa, textos mais detalhados, pesquisas e material multimídia. Uma novidade é o acesso a resultados sobre os programas, atualizados automaticamente. O objetivo do portal é reunir as informações em um só local, facilitando a consulta de pesquisadores, de gestores de políticas públicas e da sociedade.

A gestão da Biblioteca do MDS também é atribuição do DFD. No início, atendia somente aos servidores da SAGI, e os livros ocupavam armá-

27 Veja a plataforma da SAGI no ISSUU em: issuu.com/sagi_mds.

28 Acesse o portal no link: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/portalprogramas/pg_principal.php?url=abertura



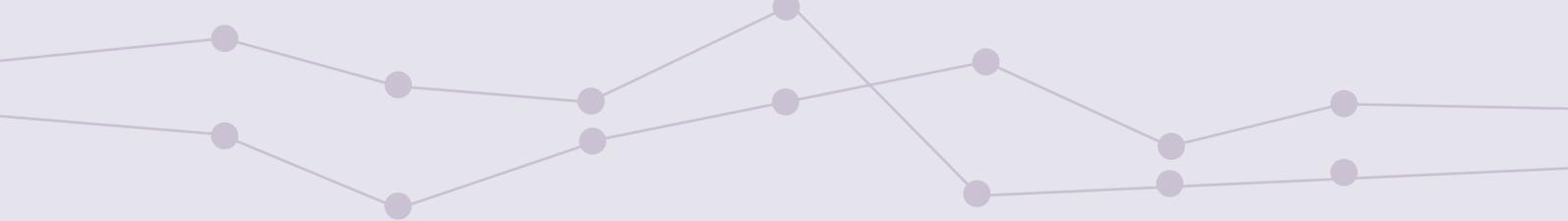
rios em uma sala de reunião localizada no antigo DFD, que na época se chamava DFAPS (Departamento de Formação de Agentes Públicos e Sociais). Quando a SAGI mudou de local em 2013, a Biblioteca ganhou uma sala ampla e arejada. Atualmente, há no acervo mais de 5 mil exemplares, na forma de livros, periódicos, relatórios e material multimídia. Recebe 352 visitas em média por mês e oferece serviços de elaboração de fichas catalográficas; revisão bibliográfica; solicitação de ISBN; e empréstimo entre bibliotecas, em parceria com a Biblioteca da Câmara dos Deputados.

Além do catálogo de publicações impressas, a Biblioteca introduziu o Acervo Digital, uma plataforma *on-line* criada no ambiente *Dspace*, que disponibiliza para livre *download* as publicações produzidas pelo MDS. Implantado em 2013, o Acervo Digital busca gerenciar e disseminar as publicações do Ministério. Nele estão disponíveis livros, periódicos, sumários executivos, cadernos de estudos, boletins, produções acadêmicas, vídeos, dentre outros materiais²⁹.

A SAGI também produz material multimídia e documentação técnica sobre os programas do MDS em parceria com a Iniciativa Brasileira de Aprendizagem por um *Mundo Sem Pobreza* (*World Without Poverty – WWP*).

Lançada em 2014, a iniciativa tem como foco principal a documentação, organização e divulgação de inovações e conhecimento estruturado sobre as tecnologias sociais brasileiras de gestão, desenho e implementação de políticas e programas nas áreas de desenvolvimento social, inclusão produtiva e superação da pobreza. O WWP é uma parceria do Banco Mundial com o MDS, o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC/PNUD) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). No MDS, a SAGI é o órgão responsável pela articulação e gestão do WWP.

29 Acesse a Biblioteca do MDS e o Acervo Digital em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/grupo.php?g=85>



Nos últimos dois anos, o WWP lançou um conjunto de publicações sobre a experiência brasileira com o Cadastro Único para Programas Sociais e o Programa Bolsa Família. A documentação foi feita por meio de fichas-resumo e textos mais extensos sobre diversos aspectos: histórico, funcionamento, atores envolvidos, sistemas de gestão e acompanhamento.

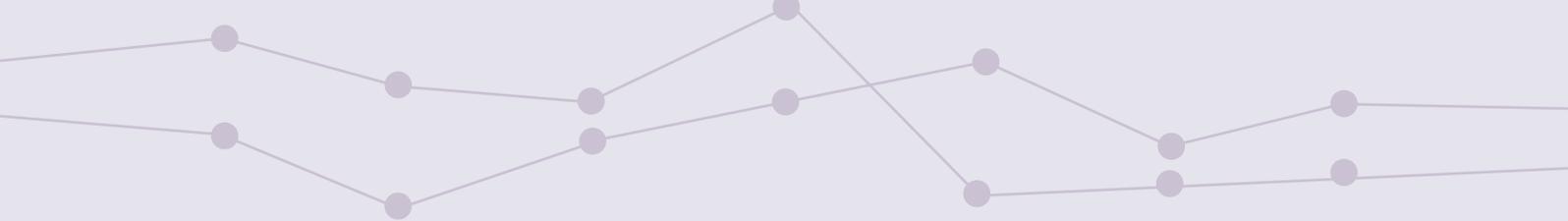
Em agosto de 2015, o WWP disponibilizou três publicações sobre monitoramento de políticas sociais, a partir da experiência da SAGI. Os materiais abordam a importância do monitoramento para a gestão de políticas sociais e a elaboração de indicadores sociais para o acompanhamento dos programas sociais no Brasil. Em breve, serão publicados relatos sobre ferramentas informacionais da SAGI e a avaliação de programas sociais. Todos os textos, assim como os vídeos, estão disponíveis no site do WWP em português, inglês e espanhol³⁰.

30 Acesse o site no WWP em: <https://www.wwp.org.br/pt-br>

O Quadro 4 sistematiza as linhas editoriais e estratégias de disseminação da produção técnica da SAGI.

QUADRO 4: LINHAS EDITORIAIS E ESTRATÉGIAS DE DISSEMINAÇÃO

PUBLICAÇÃO/INICIATIVA	VOLUMES/ EDIÇÕES	TIRAGEM
Cadernos de Estudos	24	88.000
Censo SUAS	04	51.700
Sumários Executivos de Pesquisas	145	Publicação eletrônica
Estudos Técnicos SAGI	100	Publicação eletrônica
Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação	08	24.000
Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional – MapaSAN	01	5.000
Boletim SAGI	28	1.700
Publicações temáticas:		
Rua: aprendendo a contar		2.000
Desenvolvimento social e combate à fome no Brasil: balanço e desafios		3.000
PAA 10 anos de aquisição de alimentos		5.000
Alimento: Direito Sagrado		15.000
Visualizações do ISSUU		77.287
Textos sobre Educação Permanente elaborados pelos Estados participantes do CapacitaSUAS	07	Publicação eletrônica
Biblioteca do MDS	352 visitas em média por mês	
Produção de documentação de programas do MDS (WWP)	36 textos e cinco vídeos publicados em três línguas	Publicação eletrônica
Portal de Programas de Desenvolvimento Social	08 programas/ações do MDS com fichas técnicas e boletins de resultados atualizados automaticamente	Publicação eletrônica



Considerações finais

Políticas e programas sociais são empreendimentos coletivos e complexos, que precisam se ajustar continuamente aos contextos em que operam e aos desafios impostos pela capacidade de gestão. Ações de capacitação e formação contribuem para uma cultura de inovação contínua no gerenciamento de programas sociais, com a apropriação de informação e de conhecimento sobre diferentes aspectos da operação dos programas, de seus objetivos, públicos, problemas recorrentes e soluções encontradas.

Com esse entendimento, o Departamento de Formação e Disseminação constrói e gere os diversos espaços de aprendizagem e de troca de experiências descritos neste texto. Nesse mesmo sentido, a disseminação da produção da SAGI, feita por meio de publicações impressas, eletrônicas ou canais na internet, é também uma ação estratégica para promover a difusão de conhecimento, a transparência, a quebra de preconceitos e a melhoria na gestão das políticas sociais no Brasil.

O caminho de aprendizagem institucional do Departamento foi marcado, especialmente, pelas contribuições do trabalho em parceria. Com elas, as equipes adquiriram e desenvolveram novas competências que possibilitaram a diversificação das iniciativas, o aprimoramento de estratégias de monitoramento e avaliação, e o alcance de maior escala nas ofertas de formação, capacitação e disseminação relevantes para o cotidiano dos que atuam com políticas de desenvolvimento social.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, n. 11. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 100 p., 2009.

_____. **Formação em monitoramento e avaliação**: A experiência da SAGI e CEGOV na capacitação de agentes públicos estaduais e municipais. Brasília: MDS, SAGI, 2014. (Estudo Técnico, n. 22).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Centro de Estudos Internacionais sobre o Governo (CEGOV). **Relatório de Execução do Curso de Indicadores para Diagnóstico do Programa do SUAS e do Brasil sem Miséria**. Brasília, DF: MDS; UFRGS, 2014. (Termo de Cooperação 001/2013).

_____. **Relatório de Execução do Curso em Conceitos e Técnicas para o Monitoramento de Programas**. Brasília, DF: MDS; UFRGS, 2014. (Termo de Cooperação 001/2013).

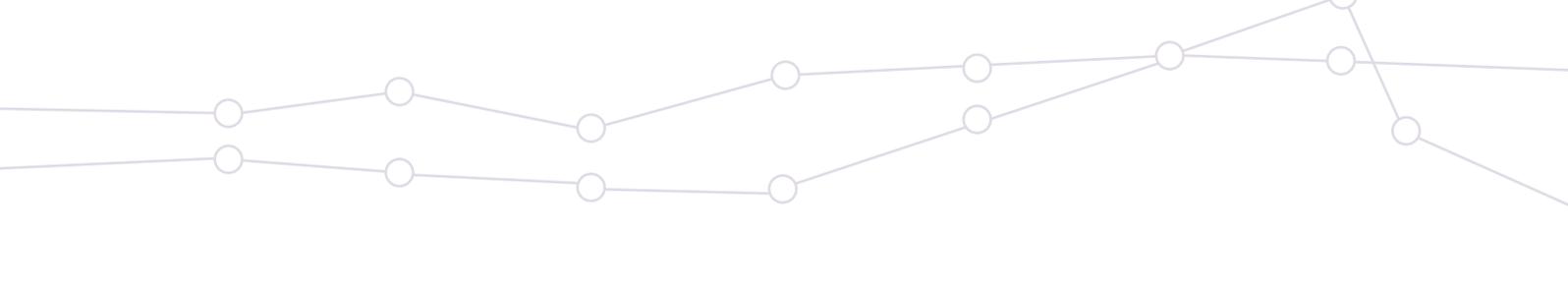
_____. **Relatório de Execução do Curso de Indicadores para Diagnóstico do Programa do SUAS e do Brasil sem Miséria e Conceitos e Técnicas para o Monitoramento de Programas**. Brasília, DF: MDS; UFRGS, 2014. (Termo de Cooperação 001/2013).

CANÇADO, A. V. de O.; VEIGA, L. O desenho e a implementação da capacitação de gerências intermediárias na área de desenvolvimento social. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, n. 11. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, p. 39, 2009.

VILAS BOAS, P. A. F. et al. Formação em monitoramento e avaliação: a experiência da SAGI e CEGOV na capacitação de agentes públicos estaduais e municipais. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, n. 07. Brasília, DF: MDS, p. 110-123, jan./jun. 2014.

VILAS BOAS, P. A. F.; FERRARI, M. M.; CASTRO, A. S. B. de. Perspectivas e Desafios do Programa Capacitadas no Contexto de Inovação e Compromisso com a Qualificação dos Trabalhadores do SUAS. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, n. 22. Brasília: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, p. 22-44, 2015.





Ciclo de Capacitação em EaD para Diagnóstico, Monitoramento e Avaliação de programas do MDS

ELISABETE FERRAREZI ¹

ROBERTA PELELLA MÉLEGA CORTIZO ²

OBJETIVO: ofertar cursos a distância sobre indicadores, monitoramento e avaliação para ampliar as capacidades profissionais dos gestores de programas sociais nas três esferas de governo.

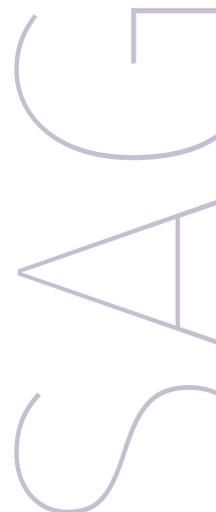
DATA: entre 2013 e 2015.

ELABORAÇÃO: a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS) em parceria com o Centro de Estudos Internacionais sobre Governo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEGOV-UFRGS).

UTILIZAÇÃO: qualificação de gestores de políticas sociais no uso de sistemas de informação e no desenvolvimento de metodologias de diagnóstico, avaliação e monitoramento de políticas e programas sociais do MDS.

¹ Assessora Técnica do Gabinete da SAGI, é da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, doutora em Sociologia (UnB) e mestre em Administração Pública pela EAESP/FGV.

² Analista Técnica de Políticas Sociais lotada na SAGI, mestre em Antropologia Social (USP) e graduada em Jornalismo (USP).





Contexto

Nos últimos anos, o Brasil tem implementado políticas de desenvolvimento social que atuam em diferentes aspectos das populações vulneráveis, tais como insegurança alimentar, insuficiência de renda, violência e falta de qualificação para o mercado de trabalho. A articulação entre as três esferas de governo está estabelecendo uma rede de proteção social que contribui para a quebra do ciclo de pobreza e promove a conquista da cidadania pelas famílias mais pobres.

Vários ministérios relacionados à área social estão atuando em parceria, como, por exemplo, no caso do Plano Brasil Sem Miséria (BSM)³. Programas consagrados como o Bolsa Família⁴, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁵ e o Serviço

de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif)⁶ não teriam o impacto alcançado se não estivessem articulados com outras ações.

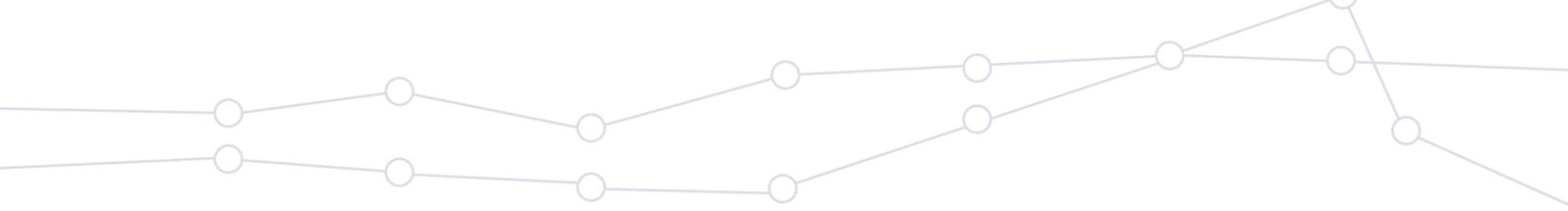
À medida que os programas tornam-se mais complexos, é necessário desenvolver novas habilidades e competências dos profissionais que trabalham com políticas sociais, requeridas para o uso de ferramentas de formulação, implementação e para a coordenação de ações em ambientes em que participam muitos atores. Nesse contexto, as atividades de capacitação são fundamentais para o êxito das políticas de desenvolvimento social.

3 O Plano Brasil Sem Miséria (BSM) foi lançado em 2011 com o desafio de superar a extrema pobreza no país. O público definido como prioritário foi o dos brasileiros com renda familiar mensal inferior a R\$ 77 por pessoa (cerca de U\$ 25). O Plano foi estruturado em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos. São mais de 100 ações, programas e políticas distribuídas nos três eixos, que envolvem 22 ministérios.

4 O Bolsa Família é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos; e as ações complementares objetivam o desenvolvimento das famílias para superação das situações de vulnerabilidade.

5 O PAA possui duas finalidades básicas: incentivar os agricultores familiares (mediante a compra de alimentos por eles produzidos) e promover o acesso à alimentação das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

6 Serviço de caráter continuado da assistência social que busca fortalecer a proteção das famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos usuários.



A SAGI exerce papel estratégico na geração e difusão de informação social, a fim de subsidiar o acompanhamento, a avaliação e o monitoramento das políticas e programas sociais do MDS. Nesse sentido, as atividades de capacitação contribuem para disseminar o conhecimento produzido e potencializar o uso das ferramentas informacionais, dos indicadores de monitoramento e dos resultados das pesquisas de avaliação.

Desde sua criação em 2004, a SAGI tem desenvolvido diversas ferramentas informacionais que auxiliam na disseminação de dados sobre programas do MDS. Estas ferramentas são utilizadas pelos gestores das três esferas de governo para a tomada de decisão de políticas públicas.

Entretanto, os estados e municípios apresentaram dificuldades para a utilização de algumas destas ferramentas. Por isso, a Secretaria criou em 2010 o projeto-piloto “Oficinas Online para Treinamento das Ferramentas Informacionais da SAGI”. Na sequência, foram criadas oficinas de capacitação na plataforma Moodle, instalada nos servidores da SAGI.

Até 2013, não havia capacitação promovida pelo Governo Federal nas temáticas de indicadores, monitoramento e avaliação, com conteúdos aprofundados e específicos de políticas sociais para os entes federados. Por isso, a oferta de cursos a distância (EAD) com estes temas voltados a agentes públicos que atuam diretamente com políticas sociais é uma prática inovadora, pois preenche uma lacuna de conhecimento,



incentiva o desenvolvimento de capacidade institucional e possibilita a difusão para um público amplo que necessita operar sistemas do MDS de monitoramento das ações e apresentar avaliação de resultados.

Atualmente, o MDS oferece vários cursos a distância pelas Oficinas da SAGI. As oficinas e tutoriais⁷ fazem parte da estratégia da SAGI de proporcionar capacitação de qualidade a um maior número de técnicos e gestores, especialmente de assistência social, com abrangência nacional.

Estes cursos são ofertados em formato de oficinas *online* de curta duração. Os materiais dos cursos são voltados para o treinamento e divulgação das ferramentas da SAGI por meio de uma abordagem de aprendizagem prática, valendo-se de exercícios e atividades de interação. As oficinas são abertas ao público em geral.

Entre 2010 e 2015, foram realizadas as seguintes oficinas e tutoriais: MI Vetor, Tabelas Sociais, Relatório de Informações Sociais (RI), Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único (Cecad), Metas de Desenvolvimento do CRAS, Política de Senhas – Descentralização das Senhas da Rede SUAS, Plano de Ação, TabSUAS, Identificação de Localidades e Famílias em Situação de Vulnerabilidade (IDV), Relatório Mensal de Atendimentos dos CRAS e PAA Data. Em breve, será ofertada uma oficina sobre o ACESSUAS Trabalho⁸. Até junho de 2015, as Oficinas da SAGI tiveram cerca de 7 mil participantes certificados e mais de 62 mil acessos (entre oficinas e tutoriais).

⁷ Tutorial é uma ferramenta de ensino utilizada para exibir passo a passo o funcionamento de algum programa ou sistema. Apresenta um conteúdo mais simples que os cursos das oficinas, que possuem exercícios, leituras complementares, certificação, etc.

⁸ Acesse a página das Oficinas EaD. Sagi para mais informações: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/oficinasead/>

Em 2011, a SAGI iniciou um programa de formação de quadros técnicos dos estados e municípios, por meio do curso “Conceitos e Técnicas para Elaboração de Diagnósticos e Monitoramento de Ações do Plano Brasil Sem

OFICINAS EaD·SAGI

Página Inicial Sobre Fórum Oficinas Ferramentas Fale Conosco

Página Inicial ▶ Acesso ao site

Tutoriais

Contexto

Taís e Silvia são técnicas na área de assistência social de um município brasileiro. Silvia precisa consultar informações do Censo SUAS do seu município, porém ela precisa aprender a utilizar a ferramenta Tab SUAS. A sua colega de trabalho Taís propôs ajudá-la.



Tab SUAS tutorial EaD·SAGI Página nº 03 / 76 Versão para impressão

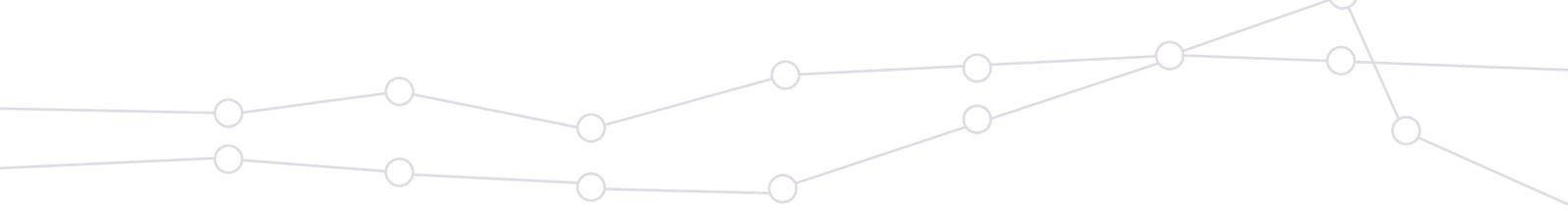
Quer saber de falar conosco? Envie uma mensagem.

Miséria (BSM)”. Voltado para a formação de gestores das secretarias de assistência social, o curso tinha carga horária de 40 horas, com aulas expositivas e práticas.

A execução do curso foi coordenada pela SAGI, que elaborou a proposta pedagógica, ofereceu o corpo docente – composto por parte de seus técnicos e diretores– bem como coordenou a oferta, por meio do **Departamento de Formação e Disseminação (DFD)**. As Secretarias Estaduais de Assistência Social se responsabilizaram pela divulgação e apoio logístico. Ao todo, foram capacitados 112 alunos, distribuídos em todo o país.

Percebendo a necessidade de expandir esses conhecimentos a um público maior, a SAGI estabeleceu uma parceria de trabalho com o Centro de Estudos Internacionais sobre Governo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEGOV-UFRGS) para desenvolver o Ciclo de Capacitação em Conceitos e Técnicas para Elaboração de Diagnósticos, Monitoramento e Avaliação de Programas e Ações do MDS, como será detalhado a seguir.





O Ciclo de Capacitação em Conceitos e Técnicas para Elaboração de Diagnósticos, Monitoramento e Avaliação de Programas e Ações do MDS

O Ciclo é direcionado prioritariamente a gestores e técnicos das secretarias estaduais e municipais de assistência social e é ofertado no formato de ensino a distância (EAD). A opção em ofertar de cursos nesta modalidade tem algumas vantagens: permite uma eficaz a combinação de estudo e trabalho dos agentes públicos, permitindo a aplicação rápida e direta dos conteúdos estudados; atende milhares de pessoas simultaneamente e dispersamente distribuídas no território nacional; não ausenta o trabalhador do seu local de trabalho.

O ciclo tem como principais objetivos:

- I. Desenvolver a capacidade dos participantes em dimensionar e localizar o público prioritário de programas e ações sociais;
- II. Qualificar os participantes no uso de sistemas de informação e no desenvolvimento de metodologias de avaliação e monitoramento de políticas sociais;
- III. Qualificar o provimento de informações adequadas à formulação, monitoramento e avaliação de políticas sociais;
- IV. Fortalecer a transparência, o controle social e a conduta ética, contribuindo para a eficiência, eficácia e efetividade da gestão pública; e
- V. Contribuir para o desenvolvimento de competências, recursos humanos qualificados e materiais instrucionais em monitoramento e avaliação, visando permitir a oferta periódica e regular de processos formativos relacionados à área.

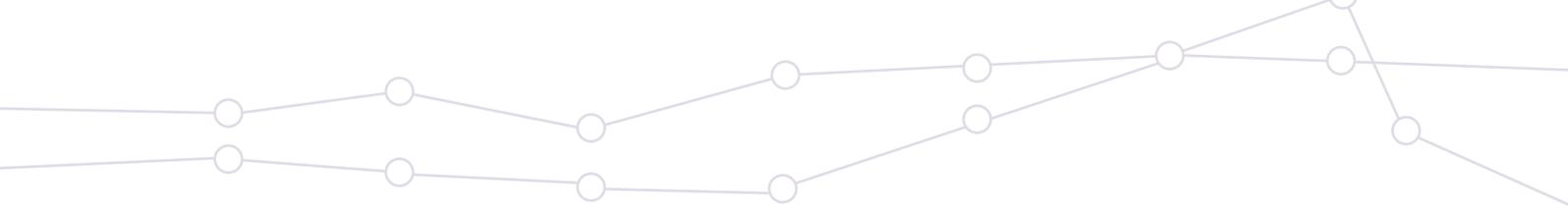


Os cursos são frutos do Termo de Cooperação Técnica firmado entre a SAGI e o CEGOV em 2013. As atribuições do CEGOV estão prioritariamente relacionadas à: a) elaboração do material instrucional (guia do aluno, guia do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle) customizado, glossário, vídeos instrucionais, vídeos de apoio); b) elaboração e disponibilização da ficha de inscrição; c) treinamento de tutores; d) elaboração dos exercícios de fixação e da Avaliação Final de Aprendizagem; e) oferta dos cursos em Ambiente Virtual de Aprendizagem.

De acordo com Aline Hellmann, pesquisadora do CEGOV, “com o Termo, a gente se sente como uma parte que coopera, não é apenas um contrato, é como se fosse parte da SAGI. [Esse trabalho] contribui para o papel da universidade na melhoria da gestão pública”.

Em relação a custos, eles dizem respeito ao planejamento, elaboração e execução dos cursos do Ciclo pela UFRGS/CEGOV. Os valores contemplam as horas técnicas de professores doutores e especialistas, bem como uma equipe de suporte com experiência no desenvolvimento e execução de cursos EAD; treinamento de tutores; oferta de fórum de discussão; elaboração e disponibilização dos materiais didáticos impressos e virtuais (apostilas, vídeos, animações etc.); montagem de uma secretaria e laboratório de uso exclusivo do projeto, bem como materiais de disseminação.

Os custos iniciais de implantação da iniciativa foram reduzidos consideravelmente. O custo médio pactuado por cursista inicialmente foi de R\$ 504,16. O custo praticado até o momento é de R\$ 114,33. Isso se deu em razão dos elevados valores dos custos iniciais, com o planejamento, montagem de equipe e organização de estrutura técnica específica para o desenvolvimento dos conteúdos. À medida que novas ofertas

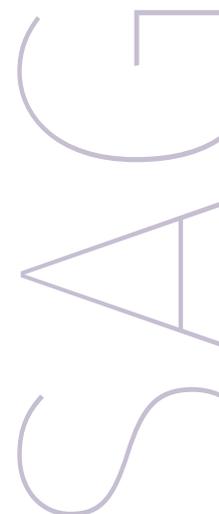


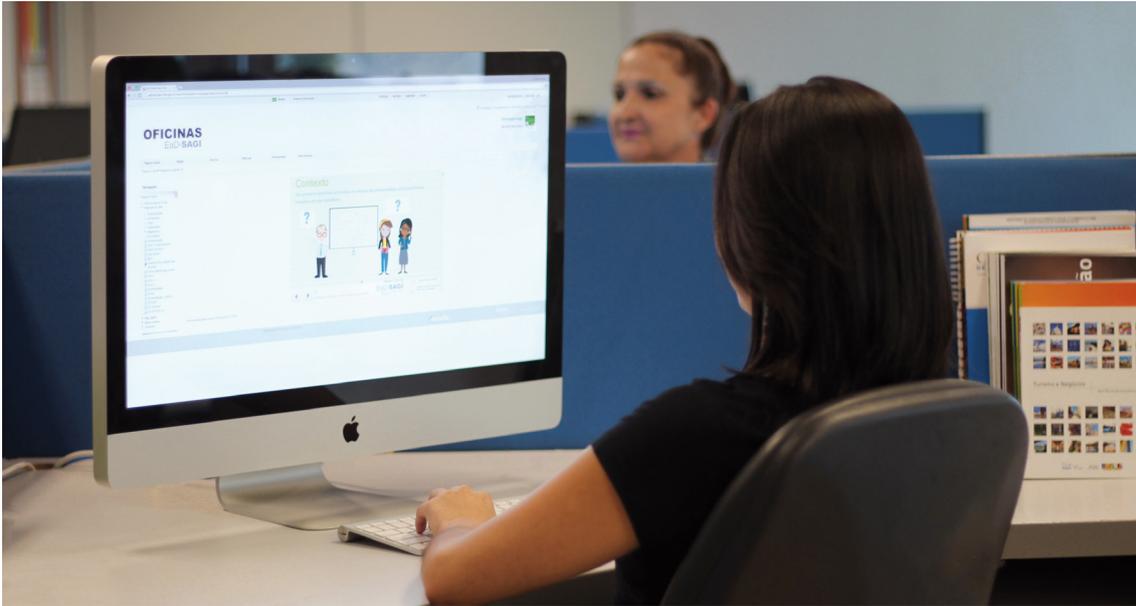
do Ciclo forem realizadas, os custos ainda serão significativamente menores. Ao término do Termo de Cooperação Técnica com o CEGOV os cursos ofertados no Ciclo estarão disponíveis na plataforma do Núcleo de Educação a Distância da SAGI, e serão ofertados por outros parceiros.

O primeiro curso (Quadro 1), referente aos indicadores sociais, foi uma construção coletiva de todas as secretarias do MDS com o CEGOV, que fez o tratamento didático para as apostilas ficarem em linguagem acessível aos gestores. Os cursos sobre monitoramento e avaliação de programas aprofundaram esta parceria. Para a definição do escopo e análise do material proposto pelo CEGOV, houve uma intensa colaboração entre Paulo Jannuzzi – atual Secretário da SAGI –, os Departamentos de Monitoramento e Avaliação – especialistas nos conteúdos dos cursos –, e o Departamento de Formação e Disseminação – especialista em planejamento de cursos presenciais e a distância. A elaboração de cada curso levou cerca de seis meses, entre o desenvolvimento dos materiais instrucionais, a programação da plataforma em EAD e a validação final da SAGI.

QUADRO 1: CURSOS, COMPETÊNCIAS ALMEJADAS E CARGA HORÁRIA DO CICLO.

CURSO	COMPETÊNCIA A SER DESENVOLVIDA	CARGA HORÁRIA
1. Indicadores para Diagnóstico do SUAS e Acompanhamento do Brasil Sem Miséria	Elaborar diagnósticos sobre o contexto socioeconômico, a pobreza e as condições de oferta e a operação dos serviços e das entregas previstas dos programas, no âmbito do BSM, nos estados e municípios.	42 horas-aulas
2. Conceitos e Instrumentos para Monitoramento de Programas	Operacionalizar indicadores e planos de monitoramento para o aperfeiçoamento dos programas e ações municipais/estaduais no âmbito do BSM.	32 horas-aulas
3. Conceitos e Instrumentos para Avaliação de Programas	Desenvolver a capacidade de compreensão e análise de pesquisas de avaliação dos programas e ações do MDS e do BSM, de forma a contribuir para o aprimoramento das práticas de gestão de programas sociais.	32 horas-aulas





Aline Hellmann destaca que o Ciclo contribuiu também para o desenvolvimento das capacidades do CEGOV e da UFRGS. Segundo a pesquisadora, a Universidade nunca tinha atendido a uma quantidade tão grande de participantes em cursos a distância. Isso provocou melhorias na qualificação da sua equipe: os alunos bolsistas fizeram cursos sobre plataformas de EAD e sobre análise qualitativa e quantitativa de dados.

A fim de monitorar as capacitações realizadas, a SAGI desenvolveu o Sistema de Monitoramento e Avaliação Acadêmica (SIMA), que gera relatórios sobre diversos aspectos do Ciclo: o planejamento da oferta, a estrutura dos cursos, o cronograma de execução, a composição das turmas, o controle de desistências, as substituições, evasões e frequência dos alunos, o local de realização, bem como o perfil dos participantes. O SIMA permite, ainda, acompanhar o percurso formativo dos profissionais do SUAS, por meio do CPF. Além disso, há um módulo específico de avaliação, que permite enviar questionários aos participantes.

O processo de mobilização do público-alvo dos cursos ficou a cargo do MDS. A divulgação das inscrições e informações sobre os cursos do Ciclo foi realizada principalmente via Twitter e Facebook. A estratégia das redes sociais provou-se a mais bem-sucedida: a fan page do MDS alcançou recorde de compartilhamentos, curtidas e comentários para uma postagem oficial do Ministério (em 19 de fevereiro de 2014, houve 159.872 visualizações da página do Facebook do MDS). Nos últimos dois anos, houve quase 30 mil pré-inscrições oriundas de servidores de todo o país.

O Ciclo alcançou 3.240 municípios em todo o Brasil, assim distribuídos: 10% no Centro-Oeste, 17% no Sudeste, 18% no Sul, 26% no Norte e 29% no Nordeste. Há uma predominância de alunos nas regiões Norte e Nordeste, que em geral têm menor acesso a cursos de capacitação. Cerca de 90% dos alunos são mulheres, agentes públicos da área de assistência social, o que indica uma boa focalização. Vale destacar que os cursos são gratuitos, facilitando o acesso aos profissionais do SUAS.

O Gráfico 1 ilustra a distribuição dos alunos por região:

GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS CERTIFICADOS POR REGIÃO

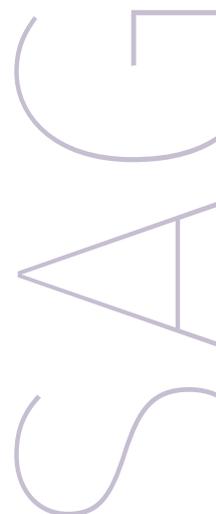
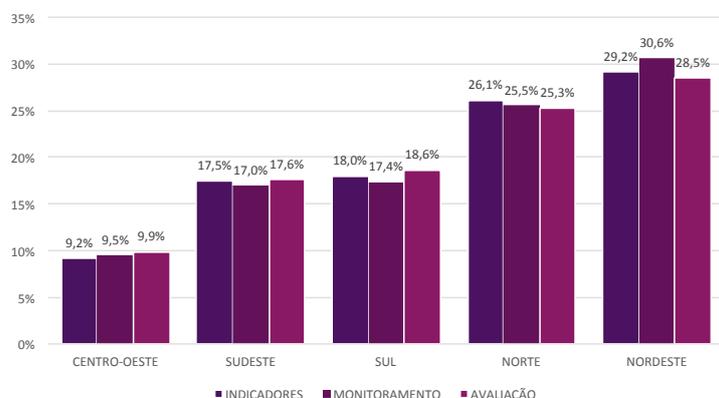
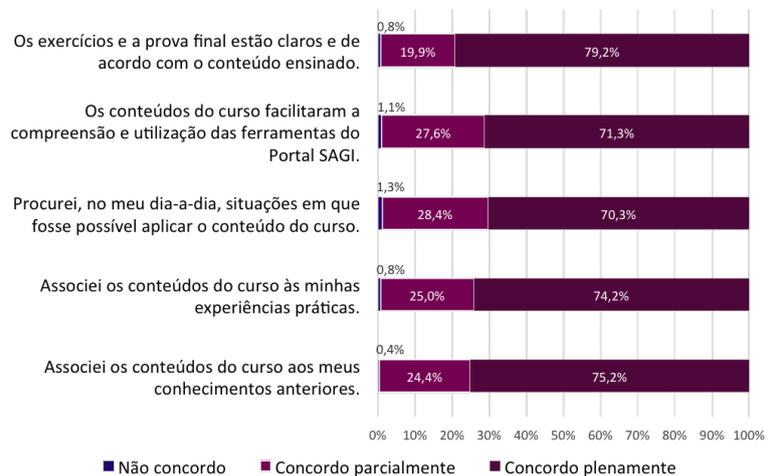


GRÁFICO 2: AVALIAÇÃO DE PERTINÊNCIA DOS CURSOS DO CICLO (AGOSTO/2015)

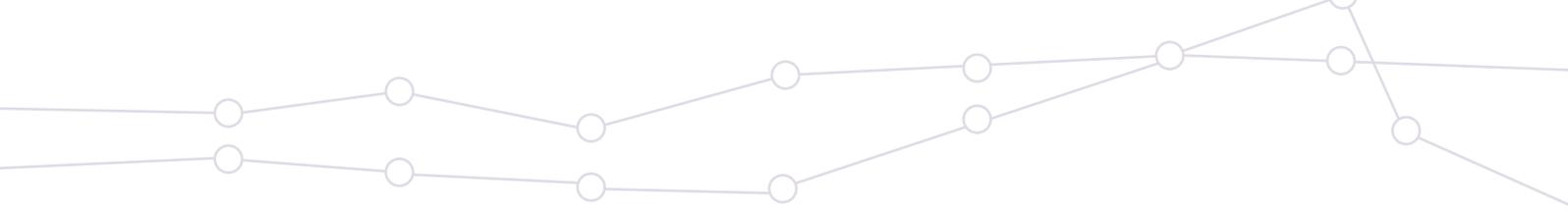


Fonte: DFD/SAGI-MDS

De um modo geral, o Ciclo teve boa receptividade. O Gráfico 2 apresenta a avaliação dos participantes quanto à pertinência dos cursos ministrados.

As avaliações do Ciclo feita pelos alunos apresentaram concordância plena ou parcial para os quesitos de associação do conteúdo com os conhecimentos ou práticas dos cursistas. Observa-se que os alunos julgaram que os conteúdos foram apresentados de forma clara e que facilitaram na compreensão e utilização das ferramentas SAGI.

É possível afirmar que o Ciclo facilitou o uso de dados para mapear a situação de cada município, a fim de identificar quais são as maiores dificuldades que os cidadãos enfrentam e ajudar a superá-las. Com isso, é possível aos estados prestarem assessoria para melhorar as estratégias das gestões municipais do Bolsa Família, do Cadastro Único e do SUAS.



No 2º semestre de 2015, foram abertas novas inscrições para o Ciclo, que está em constante aprimoramento. Em breve, será disponibilizada uma novidade: o jogo eletrônico, uma ferramenta dinâmica aplicada a uma situação real, que irá combinar conceitos de indicadores, monitoramento e avaliação para reforçar os conteúdos dos cursos e enriquecer o aprendizado dos participantes do Ciclo.

O Ciclo contribui para equacionar uma série de questões que prejudicam a gestão de políticas sociais no Brasil.

Em primeiro lugar, havia pouca capacitação nas temáticas de indicadores, monitoramento e avaliação na área social no Governo Federal. Um segundo ponto é que os cursos induziram os gestores sociais nas três esferas de governo a utilizarem maciçamente as ferramentas informacionais disponíveis no Portal da SAGI⁹. Com isso, as capacidades profissionais dos participantes foram ampliadas, contribuindo para o aprimoramento da prestação de serviços públicos. Vale destacar também a quantidade de pessoas capacitadas: até junho de 2015, o Ciclo teve 11.536 certificados em todo Brasil. Por fim, os conhecimentos produzidos no âmbito da SAGI foram amplamente difundidos, tanto na área de estudos e pesquisas, quanto nas temáticas de monitoramento e gestão da informação.

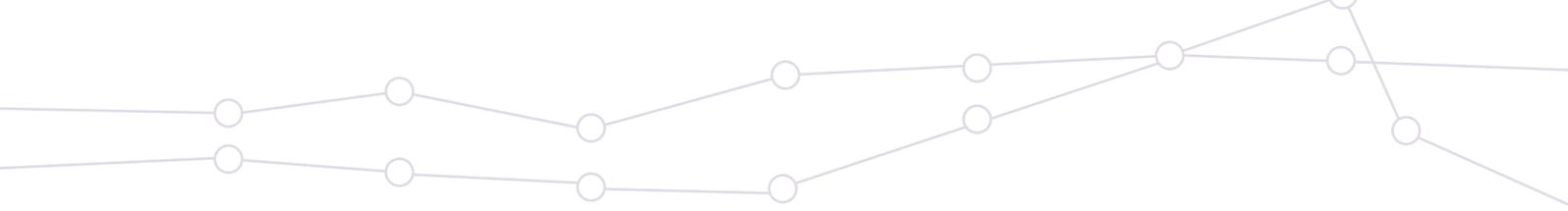
A seguir, será apresentado como a equipe técnica da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (SETAS) do Tocantins tem utilizado o conhecimento adquirido nos cursos do Ciclo.

Atualmente, a iniciativa encontra-se na sua terceira edição nacional, tendo certificado mais de 10 mil técnicos de estados e municípios. Durante a implementação da iniciativa e a partir dos resultados positivos observados, a SAGI tem recebido propostas de replicar o Ciclo em outras instituições, como a Escola Nacional de Administração Pública.

⁹ O Portal da SAGI pode ser acessado por meio do link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/>



Profissionais da equipe da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social do Tocantins discutem o conhecimento adquirido com os cursos do Ciclo. Primeira à direita na foto, Régina Rodrigues destaca: "os indicadores são as principais ferramentas para assessorar os municípios a melhorar a gestão do Cadastro [Único] e do Bolsa [Família]".



A experiência do Governo do Estado do Tocantins com os cursos do Ciclo¹⁰

“Conheci várias ferramentas, descobri que por meio delas dá para buscar dados e apoiar melhor os municípios.”

KATILVÂNIA GUEDES, TÉCNICA DA SETAS

Aprender a utilizar as ferramentas do Portal da SAGI; entender melhor o que é monitoramento e avaliação; aperfeiçoar o apoio técnico do governo de Tocantins aos municípios. Essas são algumas das conquistas apontadas pela equipe técnica da SETAS após a realização dos cursos do Ciclo.

Silney Beckman, assistente social da Secretaria, ressalta a importância de conhecer e aprender a usar as ferramentas disponíveis no Portal da SAGI. Ela relata o caso de um município que pediu ajuda para fazer o diagnóstico socioterritorial, e a equipe estadual orientou o uso de diversas ferramentas que auxiliaram o trabalho: o Relatório de Informações Sociais, o boletim com subsídios para o PPA municipal, SUAS no seu município, Identificação de Localidades e Famílias em Situação de Vulnerabilidade (IDV), o Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos (MOPS), o Relatório de Informações sobre o Pacto de Aprimoramento do SUAS, entre outras.

“O curso ampliou a nossa visão do que é monitoramento. A gente fazia acompanhamento, agora estamos enriquecendo o trabalho e iniciando algumas atividades de monitoramento mesmo”, ressalta Beckman. As visitas técnicas aos municípios estão sendo feitas com um novo olhar: a equipe da SETAS realiza um trabalho prévio em cima dos dados disponíveis nos relatórios e ferramentas da SAGI. Com isso,

¹⁰ Relato escrito a partir de visita técnica da SAGI a Palmas em 22 de junho de 2015.



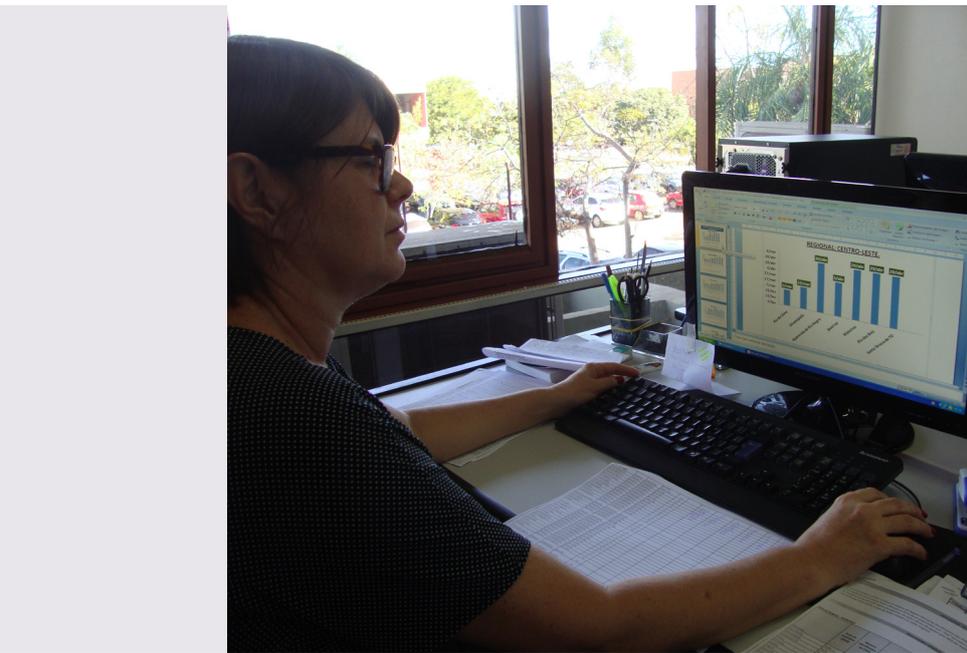
as visitas ajudam a planejar as atividades necessárias ao aprimoramento dos serviços de cada município do Tocantins.

Nesse sentido, o Ciclo facilitou o uso de dados para mapear a situação de cada município, a fim de identificar quais são as maiores dificuldades, e ajudar a superá-las. Com isso, o estado tem prestado assessoria para melhorar as estratégias das gestões municipais do Bolsa Família, do Cadastro Único e do SUAS. Beckman reforça: “monitoramento não é só colher dados, a gente precisa ter uma ação em cima desses dados”.

Aurora Silva, que trabalha na equipe de Proteção Social Especial da SETAS, ressalta o uso das ferramentas da SAGI para elaborar os Planos Municipais de Assistência Social: “o curso ajudou a diminuir a distância das ferramentas para as coisas práticas. Estamos tendo um uso maior dessas ferramentas para planejar as ações”. Silva relata que há uma ideia de fazer um protocolo de monitoramento para a Proteção Especial: “a gente precisa ter essa compreensão da realidade”.

Atualmente, a Secretaria tem trabalhado na construção de novos indicadores sociais para a equipe orientar os municípios nos problemas detectados. Maria Lúcia dos Santos, estatística da SETAS, está elaborando indicadores referentes à porcentagem de violação de direitos em cada município: trabalho infantil, exploração sexual, violência contra mulheres e idosos, entre outros. Esses indicadores subsidiam a equipe estadual, que faz visitas técnicas e orienta os municípios com índices negativos. De acordo com Santos, “o curso de indicadores ajudou muito a encontrar os caminhos dos dados”.

Régina Rodrigues, que trabalha na gestão do Bolsa Família e Cadastro Único da SETAS, reforça: “os indicadores são as



A estatística Maria Lúcia dos Santos está construindo novos indicadores sociais com a equipe da SETAS.

principais ferramentas para assessorar os municípios a melhorar a gestão do Cadastro e do Bolsa”. A partir dos dados dos indicadores, Dias consolida um relatório global e orienta os municípios com indicadores negativos. Após realizar os três cursos do Ciclo, ela tem pensado em índices que devem ser incluídos para medir melhor o trabalho feito pelos municípios: “hoje tenho muito mais familiaridade com os dados”.

Desse modo, o Ciclo está contribuindo para aprimorar o apoio da SETAS aos 139 municípios do estado. As ferramentas disponibilizadas no Portal da SAGI possibilitam um acompanhamento mais preciso por parte da equipe estadual, que orienta os municípios para melhorar a prestação de serviços à população de baixa renda do Tocantins.



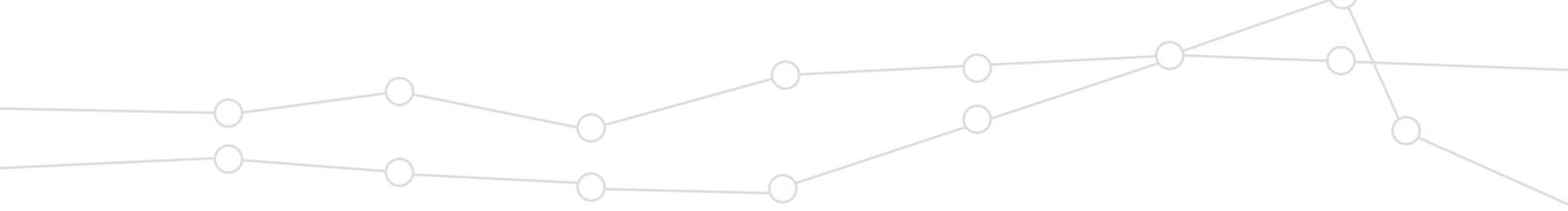
Lista de entrevistados

Visita técnica Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (SETAS) do Tocantins em 22 de junho de 2015:

Aurora Moraes Silva
Carmem Lúcia Vendramini
Euvanilde da Silva Brito
Halana Santos Magalhães
Katilvânia de Souza Guedes
Maria Lúcia dos Santos
Régina Mercês Aires Rodrigues
Silney dos Santos Beckman

Entrevista em 29 de junho de 2015 com a pesquisadora do CEGOV responsável pelos cursos em EaD do Ciclo de Capacitação em Conceitos e Técnicas para Elaboração de Diagnósticos, Monitoramento e Avaliação de Programas e Ações do MDS:

Aline Hellmann

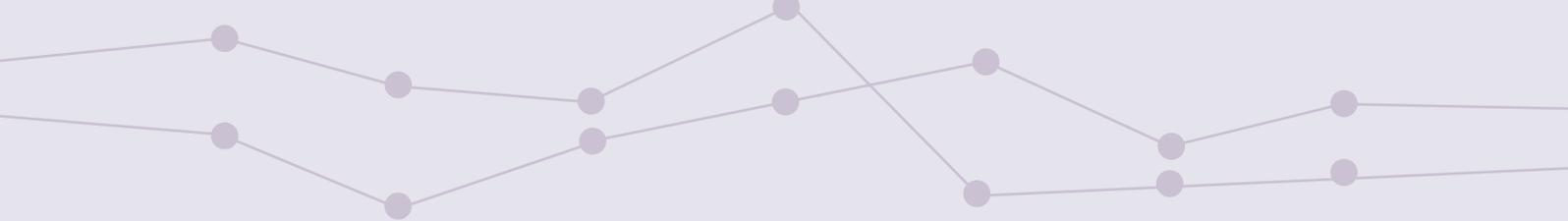


RELATO

245

SAGI

FINALIZANDO:
LIÇÕES APRENDIDAS
AO LONGO DO
CAMINHO



PAULO JANNUZZI¹

ELISABETE FERRAREZI²

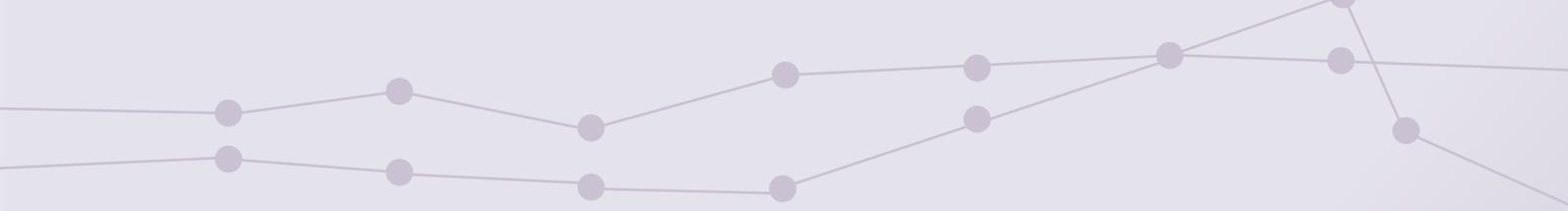
Em sua trajetória, a SAGI tem acompanhado a ampliação da agenda de atuação do MDS, produzindo e sistematizando informações, conhecimentos e análises que apoiem o aprimoramento do desenho e da gestão de políticas voltadas à população mais vulnerável. A SAGI compartilha esses insumos com técnicos e gestores dos três níveis de governo envolvidos na operação dos programas sob a gestão do MDS, bem como divulga sua produção para a sociedade e os parceiros. Esta divulgação possibilita apropriação das informações por um número maior de pesquisadores, assim como o acompanhamento da execução das políticas, um dos compromissos do MDS com a transparência das ações públicas governamentais.

Nos últimos anos, o portfólio de produtos da Secretaria ampliou-se de forma significativa, procurando atender às necessidades mais especializadas de informação e conhecimento dos gestores acerca da dimensão e características dos públicos dos programas, dos desafios de implementação de ações intersetoriais e dos resultados e da efetividade dessas ações.

Como apresentado ao longo desta publicação, a SAGI produz e disponibiliza vasto material, que vem sendo aperfeiçoado pelas experiências adquiridas nesses onze anos de existência, a fim de subsidiar técnicos e gestores para a tomada de decisão sobre o aperfeiçoamento de suas atividades. São publicações eletrônicas e impressas, revistas seriadas, livros e sumários executivos, resultantes de pesquisas e estudos avaliativos. Também desenvolve sistemas e ferramentas informacionais e disponibiliza painéis de monitoramento analítico de programas, portais de dados e de programas, indicadores e mapas, além de elaborar material didático e desenhar programas de formação e aperfeiçoamento.

1 Paulo Jannuzzi exerce desde 2011 a função de Secretário da SAGI/MDS. É professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, doutor em Demografia pela UNICAMP e mestre em Administração Pública pela EAESP/FGV.

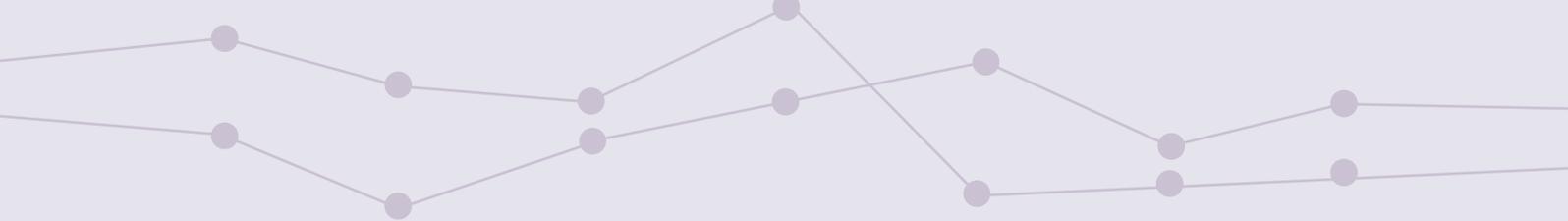
2 Elisabete Ferrarezi, Assessora Técnica do Gabinete da SAGI, é da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, doutora em Sociologia (UnB) e mestre em Administração Pública pela EAESP/FGV.



Com o aumento da complexidade das políticas sociais e a decorrente sofisticação das pesquisas, cada vez mais a SAGI adota a abordagem multimétodos, identificando quais são mais adequados à pergunta da pesquisa e ao contexto. Um dos conceitos de avaliação difundidos pela Secretaria diz respeito à pesquisa social aplicada. Com essa modalidade, se espera que a produção de conhecimento e os resultados de avaliação sejam aproveitados na prática cotidiana do serviço público.

Pela posição funcional que a Secretaria ocupa no organograma do Ministério - no mesmo nível hierárquico das demais secretarias nacionais - seu papel, legitimidade e relevância junto aos gestores do MDS dependem da interlocução de trabalho conjunto que permita identificar avanços, apontar problemas e, sempre que possível, sugerir encaminhamentos factíveis para os desafios encontrados. Desde a sua gênese, a confiança e a cooperação intraorganizacional foram norteadores para as ações da SAGI. Este é um processo em permanente construção, pois as necessidades e prioridades dos interlocutores nos programas são formadas e modificadas durante o processo.

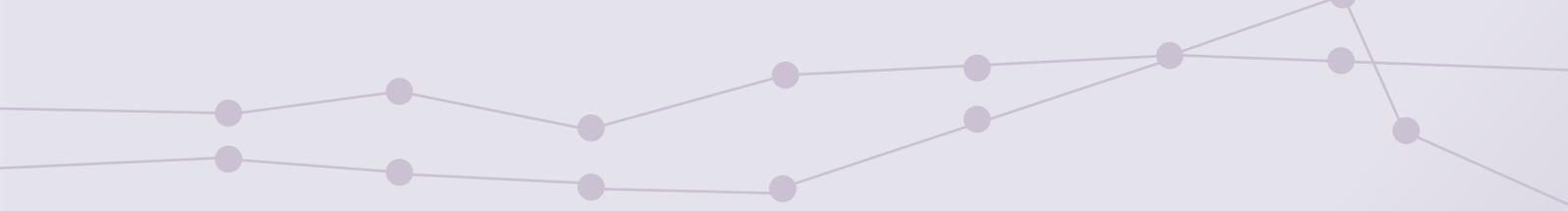
Um dos desafios atuais é avançar para além da usual prática das sugestões e recomendações aos programas, incorporando práticas de aprendizagem organizacional para que o conhecimento produzido na resolução de problemas seja valorizado, sistematizado, ampliado e difundido. As recomendações podem limitar as opções dos gestores que têm experiência nos programas, conhecimento tácito e também produzem suas análises e diagnósticos.



Destaca-se, ainda, que a confluência entre a produção de conhecimento pelas avaliações e o momento de introdução de mudanças nos programas nem sempre ocorrem no tempo ou da forma imaginada, pois depende da conjunção de uma série de variáveis, de contexto político, da capacidade técnica de governo, do amadurecimento e consenso quanto à proposta. Há ainda fatores que dificultam que as recomendações interfiram na dinâmica dos programas como identificação ou indiferença dos gestores, dificuldade de mobilizar os responsáveis por mudanças, alteração do desenho do programa, mudança da prioridade da agenda local.

O enfoque que o MDS aponta é a construção coletiva do projeto de pesquisa e interlocução entre os pares, considerando as diferentes perspectivas dos atores sobre a política, suas necessidades e interesses, bem como o estágio de desenvolvimento organizacional da unidade ou programa. Há certamente espaço para aprimoramento das instâncias criadas para esta finalidade, para que elas reflitam melhor a dinâmica, pluralidade e legitimidade das demandas de produção de informação e conhecimento pelo Ministério, garantindo a sustentação da agenda de trabalho, assim como o tempo e rigor técnico para desenvolvimento das atividades, sem cair na burocratização e engessamento. Da mesma forma que é preciso preservar as condições e continuidade do plano de trabalho de pesquisas e sistemas informatizados que requerem prazos mais extensos para sua concepção e desenvolvimento, é necessário abrir espaço para que novas demandas, de maior ou menor complexidade, também possam ser atendidas na tempestividade desejável.

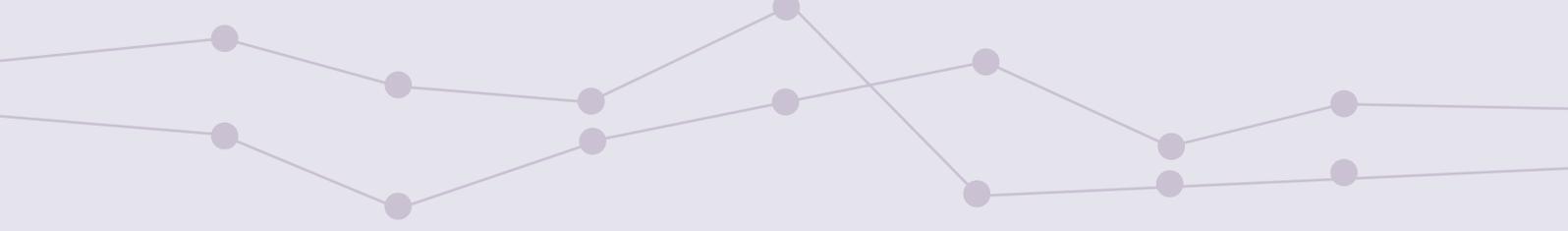
Para o nível de amadurecimento e consolidação das políticas de desenvolvimento social no Brasil, as avaliações com ênfase em aprendizado organizacional parecem ser as mais adequadas. A SAGI tem investido nessa vertente de aprimoramento dos programas e políticas por meio da formação, gestão do conhecimento e disseminação, e não apenas informação para tomada de decisão gerencial e estratégica. A aposta é na sistematização e apropriação do conhecimento gerado pelas pessoas que gerenciam e executam os programas, para que sejam fortalecidos em suas capacidades técnicas de formulação e aná-



lise crítica de problemas, e assim possam transformar suas práticas e obter melhores resultados, num ciclo contínuo de aprendizado.

A partir da experiência em relação ao desenvolvimento das políticas sociais, é possível identificar alguns pressupostos que orientam a produção de informação e conhecimento da SAGI:

- Política pública é um empreendimento complexo: as problemáticas requerem abordagens multidisciplinares para seu entendimento e para desenho de soluções mitigadoras, envolvendo recursos significativos, diferentes tipos de entregas, dezenas ou centenas de programas, ações e serviços, milhares de agentes públicos e privados, em articulação setorial e federativa;
- Essa complexidade implica conceber M&A em bases conceituais mais abrangentes e conduzi-los segundo práticas mais sofisticadas. Avaliação de política social é mais do que fazer a avaliação de seus programas, envolve estudos abrangentes sobre os seus diferentes elementos sistêmicos, orientada segundo critérios de eficácia, efetividade, eficiência, sustentabilidade e abrangência, considerando-se o princípio da equidade. Avaliação de programas é mais do que avaliar seus resultados e impactos. Atividades de M&A requerem a produção, disseminação e apropriação de um volume considerável de informação e conhecimento segundo o ciclo de um programa;
- Avaliação é uma tecnologia de gestão aplicada à produção de informação e conhecimento para aprendizado organizacional e inovação no desenho e gestão de programas;
- Apropriação de achados de pesquisas requerem diferentes estratégias de disseminação e capacitação dos agentes envolvidos;
- A realização de pesquisas em campo ou estudos com cadastros e registros administrativos devem observar os princípios éticos acerca do livre e esclarecido consentimento à participação em pesquisas, proteção ao anonimato e bem-estar dos sujeitos participantes, tal como dispostos nas Resoluções nº 196/1996 e nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde que regulamenta os procedimentos dos Comitês Nacionais e subnacionais de Ética de Pesquisa; além das normas da legislação brasileira com respeito ao sigilo estatístico –



Lei nº 5.534/1968 – e proteção à confidencialidade de dados individuais assegurados na Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011 e Decreto nº 7.724/2012 ;

– Tais estudos devem igualmente observar as diretrizes e atribuições regimentais definidas pelas Portarias MDS, em especial as relativas a monitoramento e avaliação no Ministério – Portarias nº 329/2006 e nº 7.079/2010 – além dos requisitos de credibilidade, independência e robustez técnica preconizados nos Princípios das Estatísticas Oficiais das Nações Unidas.

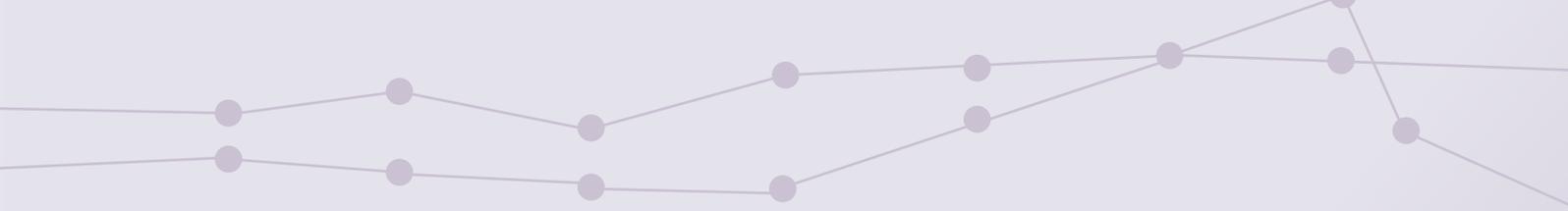
Algumas das lições aprendidas, que são apresentadas a seguir, constituem questões ainda a serem equacionadas ou aperfeiçoadas:

– Informação e conhecimento são insumos fundamentais para orientar a ação governamental, tanto para a tomada de decisões de formuladores e dirigentes no nível estratégico, como para os gestores e técnicos de nível tático e operacional, responsáveis pelos programas e serviços e que podem, no trabalho cotidiano, gerar mudanças contínuas na realidade social vivenciada pela população.

– Formuladores de políticas, gestores e técnicos de programas, nos escritórios de planejamento ou nos postos de serviços, não necessitam de informação e conhecimento exaustivo, mas de informação relevante, consistente, compreensível e no tempo adequado à sua apropriação na decisão para as diferentes etapas do ciclo de um programa.

– Sistemas de monitoramento e avaliação constituem processos articulados de levantamento, organização e disseminação de informação e conhecimento para o ciclo de gestão de políticas, dirigidos a subsidiar o aprimoramento de seu desenho e sua gestão, garantir mais transparência da ação governamental e prover evidências do mérito e da efetividade de políticas e programas.

– Estes sistemas envolvem um conjunto de atividades – articuladas, sistemáticas e tecnicamente orientadas – de registro, produção, organização, acompanhamento e análise crítica de informações provenientes de programas, para identificação de demandas sociais, para o desenho, a seleção, a implementação e a avaliação de soluções.



— Os produtos destes sistemas devem responder às necessidades do estágio de maturidade de um programa, podendo se constituir em documentação de programas e de seus modelos lógicos; serviços de organização de dados, computação de indicadores de monitoramento, realização de pesquisas de campo, elaboração de estudos com dados secundários, resenhas de publicações e artigos em temáticas correlatas; compilação de estudos em meta-avaliações; prospecção de programas existentes etc.

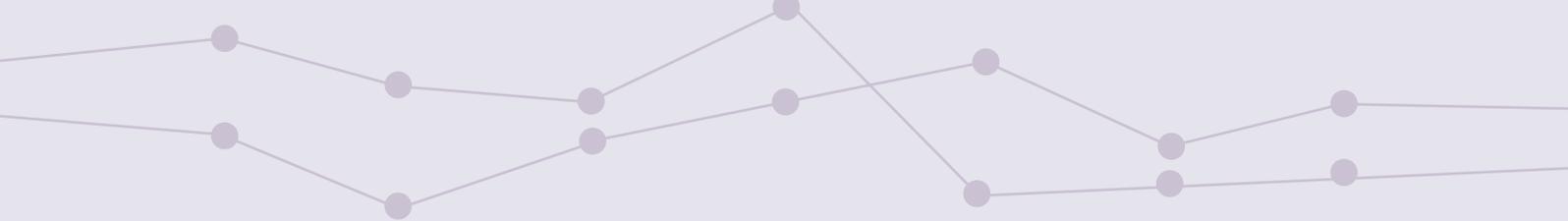
— Monitoramento e avaliação são processos analíticos organicamente articulados, que se complementam no tempo, com o propósito de subsidiar o gestor público de informações sintéticas e tempestivas sobre a operação do programa – resumidas em painéis ou sistemas de indicadores de monitoramento – e informações mais analíticas sobre o seu funcionamento, levantadas nas pesquisas de avaliação.

— Informação deve ser disponibilizada segundo padrões aceitáveis de validade e confiabilidade. Pior que não ter informação é dispor de informação equivocada, mal levantada ou desorganizada. Interpretações descuidadas de resultados de estudos avaliativos podem levar à produção de factoides que conspiram contra o aprimoramento da ação pública.

— Informação e conhecimento devem ser produzidos a partir de uma perspectiva multimétodos e de triangulação de sujeitos, que devem estar envolvidos desde o início da elaboração do instrumento de pesquisa. Não há método ou técnica “padrão-ouro” de coleta de dados ou de avaliação de programas. Problemas e programas complexos requerem abordagens integradas de monitoramento e avaliação.

— No desenvolvimento de pesquisas de avaliação, assim como nos demais produtos, a participação de equipes mistas garante a sinergia entre conhecimento interno de gestão e especialidade técnica trazida de fora, gerando produtos com maior potencial de uso, não apenas pela adequação às demandas relevantes como também pela legitimidade conferida pelo envolvimento dos agentes internos ao programa.

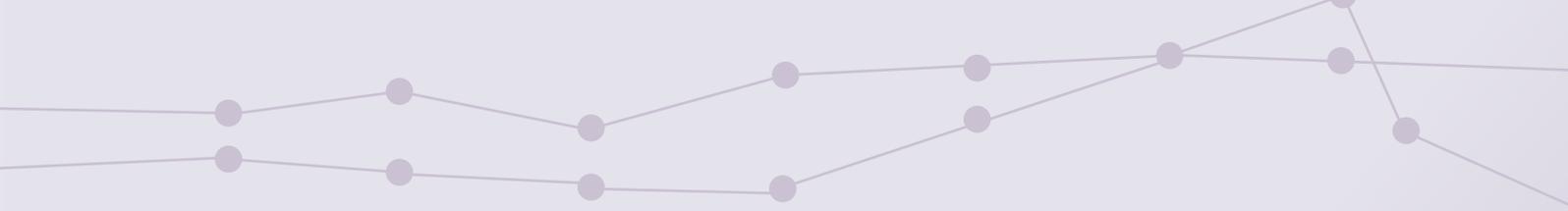
— A administração pública brasileira tem tido desenvolvimento significativo da competência técnica de seus quadros, inclusive no campo das pesquisas e estudos avaliativos, apoiados em registros administrativos, cadastros públicos e base de dados de sistemas



informatizados de gestão. No entanto, faz-se necessário o estabelecimento de parcerias com universidades e instituições produtoras de estatísticas públicas e setoriais para que as descontinuidades administrativas e eventuais cortes orçamentários não interrompam o ciclo de produção de conhecimento para aprimoramento das políticas; e ainda, para gerar maior intercâmbio e esforços de meta-avaliações e gestão do conhecimento produzido pelas várias instituições que atuam no campo.

— Tão importante quanto produzir informação é se esforçar para que ela chegue aos destinatários que podem fazer um uso inteligente e efetivo. Informação para o ciclo de gestão de políticas e programas é complexa e requer esforço intenso de capacitação e formação e deve ser sistematizada em suportes adequados – documentos, sínteses, portais, produtos multimídia – e customizados para diferentes tipos de usuários no governo federal, estadual, municipal e nos equipamentos sociais.

— A apropriação da informação e conhecimento pelos programas não é tarefa trivial, deve ser guiada por juízo de oportunidade, conveniência e poder político. Afinal, programas públicos são sistemas complexos e dinâmicos, operados em geral por meio de arranjos federativos, envolvendo diversos processos de trabalho e milhares de agentes, passando por mudanças significativas em seu desenho e mesmo em seus objetivos no período de implantação.



A trajetória de desenvolvimento com inclusão social não foi resultado “natural” das forças do mercado, do acaso ou da tendência inercial do passado, e também não foi viabilizada apenas pela determinação política de promovê-la. Determinação e compromisso político são certamente componentes essenciais na promoção de políticas públicas transformadoras, mas o seu potencial indutor só se efetiva mediante o aperfeiçoamento dos diversos mecanismos institucionais de gestão, de implementação e de governança de políticas e mediante o fortalecimento da capacidade técnica e tecnológica de gestão de programas sociais.

A contribuição do SAGI, neste processo, foi possível pelo aprendizado e pelas inovações criadas a partir das lições aprendidas, que lhe permitiram reconhecimento das tecnologias desenvolvidas para aprimoramento da gestão social, do desenho e da implementação das políticas de desenvolvimento social. A qualidade dos produtos entregues decorre do patrimônio de conhecimento acumulado, da perenidade institucional e continuidade da política de M&A. Nada mais pertinente que publicar este livro em 2015, declarado pela Assembleia das Nações Unidas como o Ano Internacional da Avaliação.

ANEXO I

CATÁLOGO DE FERRAMENTAS INFORMACIONAIS DESENVOLVIDAS PELA SAGI

A SAGI desenvolve ferramentas informacionais para apoiar as atividades de gestão, monitoramento e avaliação de programas do MDS. Além de sistemas para organização e integração de dados do Cadastro Único e de outras fontes de informação, a SAGI elabora aplicações com mapas, imagens de satélites e informações textuais para boletins automatizados.

As ferramentas da SAGI podem ser acessadas no link: <http://www.mds.gov.br/sagi>

**AS FERRAMENTAS DESENVOLVIDAS PELA SAGI APRESENTADAS
NESTE CATÁLOGO ESTÃO ASSIM CLASSIFICADAS:**

- FERRAMENTAS PARA COLETA, INTEGRAÇÃO E VISUALIZAÇÃO DE DADOS.
- INSTRUMENTOS E INDICADORES DE MONITORAMENTO.
- AVALIAÇÃO, CAPACITAÇÃO E DISSEMINAÇÃO.
- FERRAMENTAS DE GESTÃO INTERNA DA SAGI.

QUADRO 1: FERRAMENTAS UTILIZADAS PELAS ÁERAS E PROGRAMAS DO MDS

FERRAMENTAS/TEMAS	BOLSA FAMÍLIA	CADASTRO ÚNICO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	BRASIL SEM MISÉRIA
MI SOCIAL [Matriz de Informação Social]	X	X	X	X	X
RI Social [Relatórios de Informações Sociais]	X	X	X	X	X
CECAD [Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico]	X	X			
TAB CAD [Tabulador de Informações do Cadastro Único]	X	X			
CENSO SUAS [Censo do Sistema Único da Assistência Social]			X		
IDV [Identificação de Domicílios em Vulnerabilidade]			X		X
MOPS [Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos]			X	X	X
MAPA SAN [Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional]				X	
TAB SOCIAL [Tabulador de Microdados]	X	X	X	X	
MDS EM MAPAS	X	X	X	X	X
MI VETOR	X		X	X	
ATLAS SOCIAL	X	X	X	X	X
Mapas Temáticos de Vulnerabilidade Social	X	X	X	X	X
PAA DATA				X	
GESTÃO SUAS			X		
Prontuário Eletrônico Simplificado do SUAS			X		
RMA [Registro Mensal de Atendimentos e Serviços da Assistência Social]			X		
RMM [Registro Mensal de Mobilizações do Programa ACESSUAS/Trabalho]			X		

FERRAMENTAS/TEMAS	BOLSA FAMÍLIA	CADASTRO ÚNICO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	BRASIL SEM MISÉRIA
PRONATEC / Brasil Sem Miséria					X
SISC [Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos]			X		
SISPLANSAN [Sistema de Monitoramento do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional]				X	
SUAS VISOR	X	X	X	X	X
DICIVIP Dicionário de Variáveis, Indicadores, Programas e Fontes	X	X	X	X	X
DATA SOCIAL	X	X	X	X	X
PORTAL BRASIL SEM MISÉRIA NO SEU MUNICÍPIO					X
PORTAL BRASIL SEM MISÉRIA NO SEU ESTADO					X
MONIB [Painel de Monitoramento do Plano Brasil Sem Miséria]					X
PM [Painel de Monitoramento MDS]			X	X	
PAINEL DE ACOMPANHAMENTO DA CONJUNTURA E PROGRAMAS SOCIAIS	X	X	X	X	X
PESQUISAS E ESTUDOS DE AVALIAÇÃO	X	X	X	X	X
OFICINAS EAD SAGI	X	X	X	X	X
PORTAL DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	X	X	X	X	X
PUBLICAÇÕES E PESQUISAS	X	X	X	X	X
BIBLIOTECA DO MDS E ACERVO DIGITAL	X	X	X	X	X
ESTUDOS TÉCNICOS SAGI	X	X	X	X	X
REDE NACIONAL DE CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO PERMANENTE DO SUAS			X		
SIMA [Sistema de Monitoramento Acadêmico]			X		

MI SOCIAL

MATRIZ DE INFORMAÇÃO SOCIAL

A Matriz de Informação Social organiza os dados dos programas do MDS desde 2004 e disponibiliza-os sem necessidade de senha. A combinação de soluções tecnológicas permite a visualização de informações gerenciais e indicadores sociais em diferentes formatos (tabelas, gráficos ou mapas). Com interação amigável, é possível realizar consultas em um determinado tempo, com referência mensal ou anual, em um espaço pré-selecionado (municípios, estados, regiões, Brasil, ou áreas especiais). É a principal fonte de informações para as demais ferramentas da SAGI.

Desenvolvido com a utilização de softwares livres, o portal é voltado a pesquisadores, técnicos e gestores de programas sociais.



Link: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/grupo.php?id_grupo=88

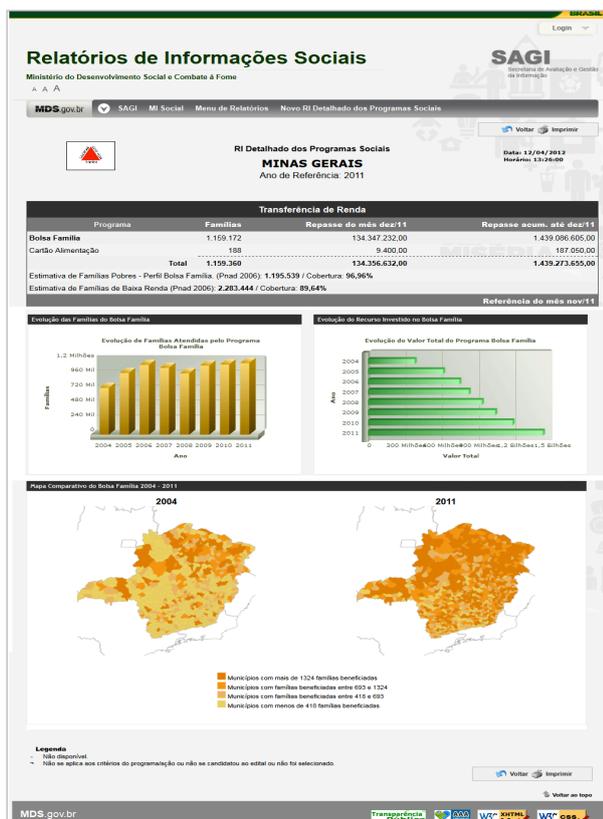
RI SOCIAL

RELATÓRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS

O RI Social gera relatórios e boletins com dados específicos sobre a gestão e os resultados dos principais programas do MDS. A consulta pode ser feita por municípios, estados e Brasil. É um portal de livre acesso, voltado aos cidadãos, pesquisadores, técnicos e gestores de programas sociais.

Os principais Relatórios de Informações disponíveis são:

- Relatório de Programas e Ações MDS
- RI Pesquisa de Informações Básicas 2009 IBGE
- RI Bolsa Família e Cadastro Único
- RI Segurança Alimentar e Nutricional
- RI Proteção Social Especial
- RI Inclusão Produtiva
- RI Pacto de Aprimoramento do SUAS
- RI da Proteção Social Básica



Link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>

CECAD

CONSULTA, SELEÇÃO E EXTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO CADÚNICO

O CECAD é uma ferramenta para o planejamento e implementação de programas sociais nas três esferas de governo. Por meio dele, é possível visualizar dados de pessoas e famílias registradas no Cadastro Único e tabular as informações a partir de uma variável ou pelo cruzamento de duas variáveis presentes nos formulários do Cadastro Único. As informações do Cead são extraídas mensalmente da base do Cadastro Único e da folha de pagamentos do Programa Bolsa Família.

O Cead apresenta cinco tipos de consulta:

- I. **Tabulador:** permite o cruzamento de duas variáveis do Cadastro Único e a aplicação de filtros;
- II. **Frequência Simples:** permite a tabulação de uma variável do Cadastro Único e a aplicação de filtros;
- III. **Extrator de Dados:** permite extrair a base de dados do Cadastro Único, com informações de identificação das famílias cadastradas;

IV. **Busca NOME/NIS:** permite consultar informações da pessoa e de sua família a partir do nome completo, NIS ou CPF;

V. **Resumo:** permite gerar dados agregados para municípios, estados, regiões e para o Brasil, desde 2012 até o último dado disponível.

Por conter dados de identificação das pessoas cadastradas, o Cead não é de livre acesso. Há três perfis de acesso às informações disponíveis no Cead:

- **Cead Gestor Federal:** permite acessar todas as funcionalidades do Cead e visualizar as informações de todos os municípios e estados;
- **Cead Gestor Estadual:** permite visualizar as informações de um estado específico e municípios de sua área de abrangência; e
- **Cead Gestor Municipal:** permite visualizar as informações de um município específico.

Link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/auth/index.php>

CECAD - Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico

PLANO BRASIL SEM MISÉRIA | Cadastro Único | SAGI

Seleção Geográfica: AC - Acre | Seleção Geográfica: BA - Bahia

Variável Coluna: Bloco 1 - Faixa da renda familiar per capita

Variável Linha: Bloco 2 - Situação do domicílio

Gerar tabela apresentando: Valor Absoluto % Total % por Linha % por Coluna Limpar

Tabulação Família

Situação do domicílio	Faixa da renda familiar per capita					Total
	Até R\$70,00	Entre R\$70,01 até R\$140,00	Entre R\$140,01 até 1/2 S.M.	Acima de 1/2 S.M.	Sem Resposta	
Urbanas	42.773	19.574	11.425	3.029	0	76.801
Rurais	25.756	5.629	2.621	335	0	34.341
Sem Resposta	25	1	2	3	0	31
Total	68.554	26.204	14.048	3.367	0	111.173

CECAD SEM Bolsa Família

Frequência simples com uma variável (FAMILIAS e PESSOAS)

CadÚnico V7 Setembro 2015

Seleção Geográfica: BA - Bahia

Abaré

Variável Coluna: Bloco 3 - Família Indígena

Gerar tabela apresentando: Valor Absoluto % Total Limpar

Tabulação Família

	Família Indígena			Total
	Sim	Não	Sem Resposta	
	13	4.347	0	4.360
Total	13	4.347	0	4.360

A SAGI DESENVOLVEU TAMBÉM O APLICATIVO TABCAD - TABULADOR DE INFORMAÇÕES DO CADASTRO ÚNICO. SEM A NECESSIDADE DE SENHA, ESSE APLICATIVO PERMITE O LIVRE ACESSO ÀS SEGUINTESS FUNCIONALIDADES: “TABULADOR”, “FREQUÊNCIA SIMPLES” E “RESUMO”. APENAS NÃO É POSSÍVEL ACESSAR O “EXTRATOR DE DADOS” E O “BUSCA NOME/NIS”, QUE DÃO ACESSO AOS DADOS IDENTIFICADOS DAS FAMÍLIAS CADASTRADAS.

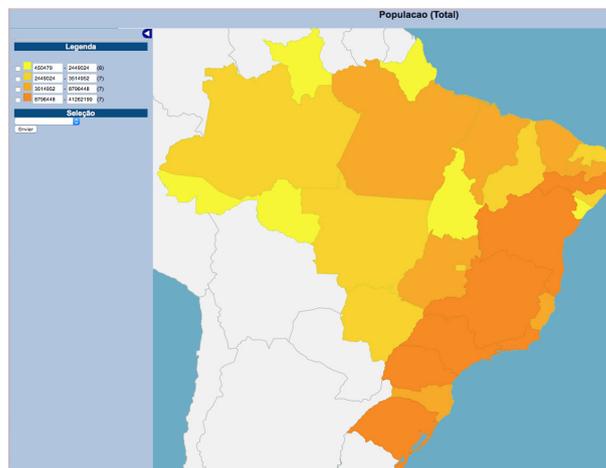
Link: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/sobre_tabcad.php

IDV

IDENTIFICAÇÃO DE DOMICÍLIOS EM VULNERABILIDADE

O IDV é um aplicativo desenvolvido para visualização de mapas de pobreza com dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, permitindo localizar, dimensionar e caracterizar, em diferentes escalas – estados, municípios, setores censitários – a população em extrema pobreza e em outras situações de vulnerabilidade, como, por exemplo, pessoas com deficiência grave e jovens negros que não estudam nem trabalham.

É uma ferramenta de livre acesso, voltada aos pesquisadores, técnicos e gestores de programas sociais.



Link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/idv/index.php>



CENSO DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Censo SUAS tem como objetivo retratar as estruturas de gestão e de oferta de serviços do SUAS, produzindo informações que subsidiem o planejamento da política, o aperfeiçoamento do sistema, a formação dos trabalhadores e a prestação de contas à sociedade.

Para mapear os componentes sistêmicos da Política Nacional de Assistência Social foram coletadas informações junto aos:

- Centro de Referência da Assistência Social (CRAS);
- Centro de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS);
- Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP);
- Centros de Convivência;
- Gestão Municipal;
- Conselhos (municipal e estadual);
- Unidades de Acolhimento; e
- Gestão Estadual.



REALIZADO ANUALMENTE DESDE 2007, É POSSÍVEL CONSULTAR AS VERSÕES IMPRESSAS E ELETRÔNICAS DO CENSO SUAS.

Link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/?grupo=105> (de livre acesso).

A FERRAMENTA DE COLETA DE DADOS TEM ACESSO RESTRITO AOS TÉCNICOS E GESTORES DE PROGRAMAS SOCIAIS.

Link: http://aplicacoes4.mds.gov.br/sagicenso/censosuas_2015/auth/index.php (acesso restrito).

MAPA SAN

MAPEAMENTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Lançado em 2014, o MapaSAN é uma ferramenta de pesquisa anual de informações sobre a gestão do Sistema e da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito dos estados e municípios brasileiros. O questionário do MapaSAN 2015 está organizado em 3 eixos temáticos:

- Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional
- Política de Segurança Alimentar e Nutricional
- Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional



Link: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/MapaSAN_final.pdf

A FERRAMENTA DE COLETA DE DADOS TEM ACESSO RESTRITO AOS TÉCNICOS E GESTORES DE PROGRAMAS SOCIAIS.

Link: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/grupo.php?id_grupo=112



MAPA DE OPORTUNIDADES E SERVIÇOS PÚBLICOS

O MOPS é uma ferramenta de integração de dados dos serviços públicos disponíveis nos municípios brasileiros nas áreas de Assistência Social, Educação, Saúde e Trabalho. Também disponibiliza informações sobre vagas de emprego e oportunidades de inclusão produtiva nos municípios.

Este Portal visa auxiliar os técnicos dos CRAS e

CREAS nas atividades de encaminhamento de públicos aos serviços existentes. Além disso, reúne informações, estudos e melhores práticas que possam auxiliar gestores públicos na definição de estratégias de inclusão produtiva para a população em extrema pobreza.

O MOPS é de livre acesso, voltado aos cidadãos e gestores de políticas sociais.

Link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/Mops/>

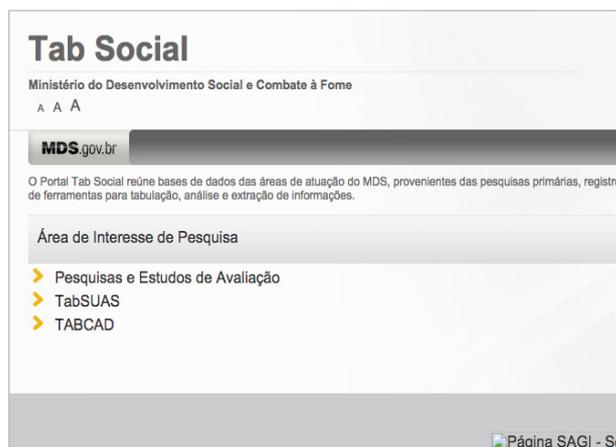
TAB SOCIAL

TABULADOR DE MICRODADOS

O Tab Social reúne um conjunto de aplicativos que produzem tabulações simples e cruzadas a partir das principais bases de microdados do MDS. Há três tipos de tabuladores:

- Tab SAN, com dados da Segurança Alimentar e Nutricional a partir do Mapa SAN;
- Tab SUAS, com dados do Sistema Único de Assistência Social a partir do Censo SUAS;
- Tab Cad, com dados do Cadastro Único.

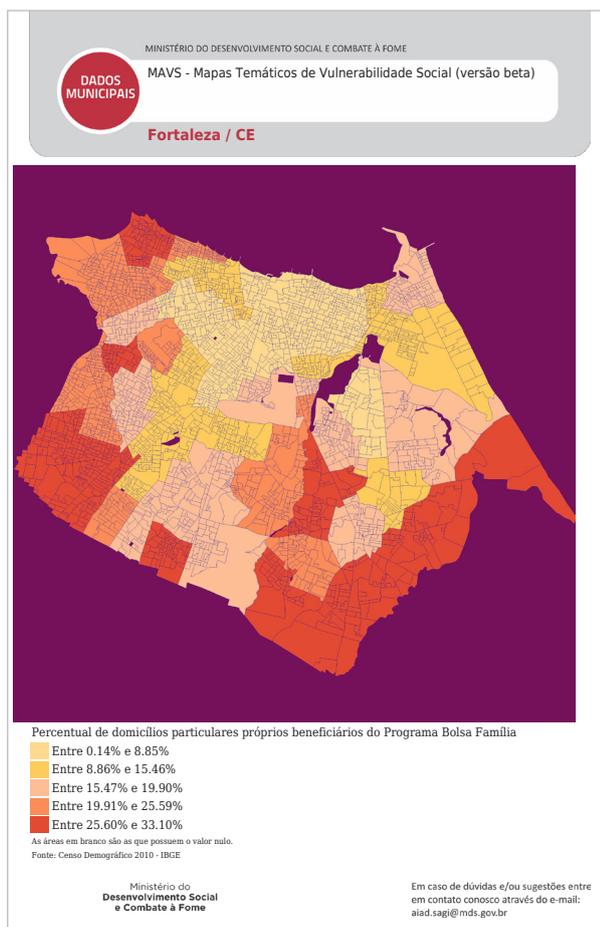
É um portal de livre acesso, voltado a pesquisadores, técnicos e gestores de programas sociais.



Link: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/grupo.php?id_grupo=86

MAPAS TEMÁTICOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Este aplicativo permite a visualização de mapas temáticos de indicadores relacionados à condição de vulnerabilidade social em nível intramunicipal para todos os municípios brasileiros. É possível obter mapas da extrema pobreza por setor censitário, assim como mapas do analfabetismo, concentração de crianças e idosos. É um aplicativo de livre acesso, voltado aos pesquisadores, técnicos e gestores de programas sociais.



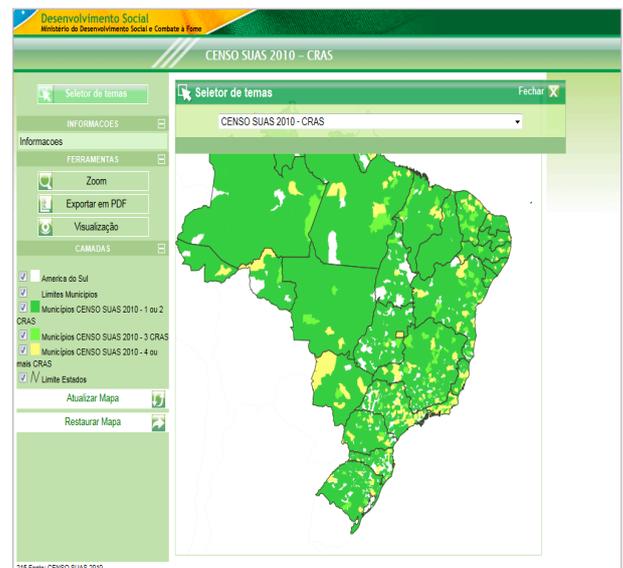
Link: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmpls/mapas_pobreza_mapa/cifam.php

MDS EM MAPAS

O MDS em Mapas contém dois sistemas: um para visualizar dados sociais por meio de mapas, outro para construir mapas customizados.

Mapas Temáticos é um sistema que permite a visualização de um ou mais mapas que versam sobre diversas temáticas da área social. Os mapas são criados com base na demanda das secretarias do MDS que desejam visualizar seus dados em mapas.

O MEdit é um sistema que permite a construção de mapas municipais baseados em planilhas eletrônicas. O usuário pode criar seu próprio mapa, visualizar seus dados espacializados geograficamente e até mesmo compartilhar o mapa com outros usuários. Todos os mapas criados ficam registrados no perfil de quem os criou, e apenas os usuários proprietários têm acesso para alterações. Para acessar essa ferramenta, o usuário deverá se autenticar no portal de ferramentas da SAGI.



Link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/MDSMapas/index.php?seletor=true>

MI VETOR

O MI Vetor é uma ferramenta de visualização de dados estaduais e municipais com a série histórica. São disponibilizadas:

- Informações municipais (estimativa da população, IDH, PIB municipal e transferências do Tesouro aos municípios)
- Dados Demográficos (população urbana/rural, por faixa etária)
- Informações estaduais (transferências do Tesouro aos estados)
- Transferência de renda (Auxílio Gás, Bolsa Família, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola)

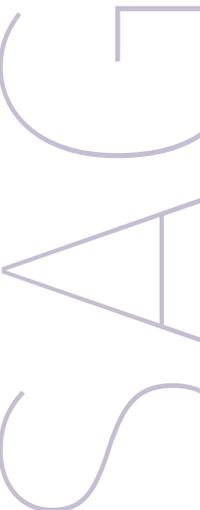
É um portal de livre acesso voltado aos pesquisadores, técnicos e gestores de programas sociais. É um visualizador de dados do MISocial por tema ao longo do tempo e espaço.

SAGI: Ferramenta de Visualização dos Dados
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Programa Social: **Bolsa Família**

Tabela: **Estado / Anos**

	2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018	
UF	População	Valor Total														
Brasil	193.208.000	17.240.287.445,00	192.772.000	16.252.700.000,00	192.073.000	15.845.700.000,00	191.000.000	15.400.000.000,00	190.000.000	15.000.000.000,00	189.000.000	14.600.000.000,00	188.000.000	14.200.000.000,00	187.000.000	13.800.000.000,00
AC	408.272	18.100.000,00	408.272	17.700.000,00	408.272	17.300.000,00	408.272	16.900.000,00	408.272	16.500.000,00	408.272	16.100.000,00	408.272	15.700.000,00	408.272	15.300.000,00
AL	408.272	18.200.000,00	408.272	17.800.000,00	408.272	17.400.000,00	408.272	17.000.000,00	408.272	16.600.000,00	408.272	16.200.000,00	408.272	15.800.000,00	408.272	15.400.000,00
AM	307.200	14.100.000,00	307.200	13.700.000,00	307.200	13.300.000,00	307.200	12.900.000,00	307.200	12.500.000,00	307.200	12.100.000,00	307.200	11.700.000,00	307.200	11.300.000,00
AP	307.200	14.200.000,00	307.200	13.800.000,00	307.200	13.400.000,00	307.200	13.000.000,00	307.200	12.600.000,00	307.200	12.200.000,00	307.200	11.800.000,00	307.200	11.400.000,00
BA	1.700.000	2.300.700.000,00	1.690.000	2.290.000.000,00	1.680.000	2.280.000.000,00	1.670.000	2.270.000.000,00	1.660.000	2.260.000.000,00	1.650.000	2.250.000.000,00	1.640.000	2.240.000.000,00	1.630.000	2.230.000.000,00
CE	1.200.000	1.500.000.000,00	1.190.000	1.490.000.000,00	1.180.000	1.480.000.000,00	1.170.000	1.470.000.000,00	1.160.000	1.460.000.000,00	1.150.000	1.450.000.000,00	1.140.000	1.440.000.000,00	1.130.000	1.430.000.000,00
DF	2.700.000	3.500.000.000,00	2.700.000	3.400.000.000,00	2.700.000	3.300.000.000,00	2.700.000	3.200.000.000,00	2.700.000	3.100.000.000,00	2.700.000	3.000.000.000,00	2.700.000	2.900.000.000,00	2.700.000	2.800.000.000,00
ES	2.200.000	2.800.000.000,00	2.200.000	2.700.000.000,00	2.200.000	2.600.000.000,00	2.200.000	2.500.000.000,00	2.200.000	2.400.000.000,00	2.200.000	2.300.000.000,00	2.200.000	2.200.000.000,00	2.200.000	2.100.000.000,00
GO	2.200.000	2.800.000.000,00	2.200.000	2.700.000.000,00	2.200.000	2.600.000.000,00	2.200.000	2.500.000.000,00	2.200.000	2.400.000.000,00	2.200.000	2.300.000.000,00	2.200.000	2.200.000.000,00	2.200.000	2.100.000.000,00
MA	800.000	1.000.000.000,00	800.000	980.000.000,00	800.000	960.000.000,00	800.000	940.000.000,00	800.000	920.000.000,00	800.000	900.000.000,00	800.000	880.000.000,00	800.000	860.000.000,00
MG	1.100.000	1.400.000.000,00	1.100.000	1.380.000.000,00	1.100.000	1.360.000.000,00	1.100.000	1.340.000.000,00	1.100.000	1.320.000.000,00	1.100.000	1.300.000.000,00	1.100.000	1.280.000.000,00	1.100.000	1.260.000.000,00
MS	1.100.000	1.400.000.000,00	1.100.000	1.380.000.000,00	1.100.000	1.360.000.000,00	1.100.000	1.340.000.000,00	1.100.000	1.320.000.000,00	1.100.000	1.300.000.000,00	1.100.000	1.280.000.000,00	1.100.000	1.260.000.000,00
MT	1.100.000	1.400.000.000,00	1.100.000	1.380.000.000,00	1.100.000	1.360.000.000,00	1.100.000	1.340.000.000,00	1.100.000	1.320.000.000,00	1.100.000	1.300.000.000,00	1.100.000	1.280.000.000,00	1.100.000	1.260.000.000,00
PA	700.000	900.000.000,00	700.000	880.000.000,00	700.000	860.000.000,00	700.000	840.000.000,00	700.000	820.000.000,00	700.000	800.000.000,00	700.000	780.000.000,00	700.000	760.000.000,00
PB	400.000	500.000.000,00	400.000	480.000.000,00	400.000	460.000.000,00	400.000	440.000.000,00	400.000	420.000.000,00	400.000	400.000.000,00	400.000	380.000.000,00	400.000	360.000.000,00
PE	1.100.000	1.400.000.000,00	1.100.000	1.380.000.000,00	1.100.000	1.360.000.000,00	1.100.000	1.340.000.000,00	1.100.000	1.320.000.000,00	1.100.000	1.300.000.000,00	1.100.000	1.280.000.000,00	1.100.000	1.260.000.000,00
PI	600.000	800.000.000,00	600.000	780.000.000,00	600.000	760.000.000,00	600.000	740.000.000,00	600.000	720.000.000,00	600.000	700.000.000,00	600.000	680.000.000,00	600.000	660.000.000,00
PR	400.000	500.000.000,00	400.000	480.000.000,00	400.000	460.000.000,00	400.000	440.000.000,00	400.000	420.000.000,00	400.000	400.000.000,00	400.000	380.000.000,00	400.000	360.000.000,00
RJ	700.000	900.000.000,00	700.000	880.000.000,00	700.000	860.000.000,00	700.000	840.000.000,00	700.000	820.000.000,00	700.000	800.000.000,00	700.000	780.000.000,00	700.000	760.000.000,00
RN	300.000	400.000.000,00	300.000	380.000.000,00	300.000	360.000.000,00	300.000	340.000.000,00	300.000	320.000.000,00	300.000	300.000.000,00	300.000	280.000.000,00	300.000	260.000.000,00
RS	1.100.000	1.400.000.000,00	1.100.000	1.380.000.000,00	1.100.000	1.360.000.000,00	1.100.000	1.340.000.000,00	1.100.000	1.320.000.000,00	1.100.000	1.300.000.000,00	1.100.000	1.280.000.000,00	1.100.000	1.260.000.000,00
RO	400.000	500.000.000,00	400.000	480.000.000,00	400.000	460.000.000,00	400.000	440.000.000,00	400.000	420.000.000,00	400.000	400.000.000,00	400.000	380.000.000,00	400.000	360.000.000,00
RR	400.000	500.000.000,00	400.000	480.000.000,00	400.000	460.000.000,00	400.000	440.000.000,00	400.000	420.000.000,00	400.000	400.000.000,00	400.000	380.000.000,00	400.000	360.000.000,00
SC	1.100.000	1.400.000.000,00	1.100.000	1.380.000.000,00	1.100.000	1.360.000.000,00	1.100.000	1.340.000.000,00	1.100.000	1.320.000.000,00	1.100.000	1.300.000.000,00	1.100.000	1.280.000.000,00	1.100.000	1.260.000.000,00
SE	300.000	400.000.000,00	300.000	380.000.000,00	300.000	360.000.000,00	300.000	340.000.000,00	300.000	320.000.000,00	300.000	300.000.000,00	300.000	280.000.000,00	300.000	260.000.000,00
SP	2.200.000	2.800.000.000,00	2.200.000	2.700.000.000,00	2.200.000	2.600.000.000,00	2.200.000	2.500.000.000,00	2.200.000	2.400.000.000,00	2.200.000	2.300.000.000,00	2.200.000	2.200.000.000,00	2.200.000	2.100.000.000,00
TO	1.100.000	1.400.000.000,00	1.100.000	1.380.000.000,00	1.100.000	1.360.000.000,00	1.100.000	1.340.000.000,00	1.100.000	1.320.000.000,00	1.100.000	1.300.000.000,00	1.100.000	1.280.000.000,00	1.100.000	1.260.000.000,00
Total	193.208.000	17.240.287.445,00	192.772.000	16.252.700.000,00	192.073.000	15.845.700.000,00	191.000.000	15.400.000.000,00	190.000.000	15.000.000.000,00	189.000.000	14.600.000.000,00	188.000.000	14.200.000.000,00	187.000.000	13.800.000.000,00



Link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/miv/miv.php>

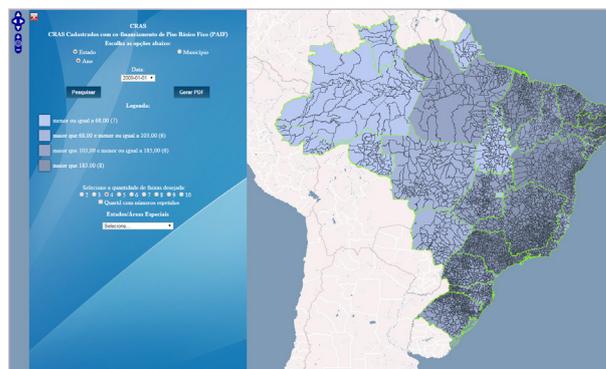
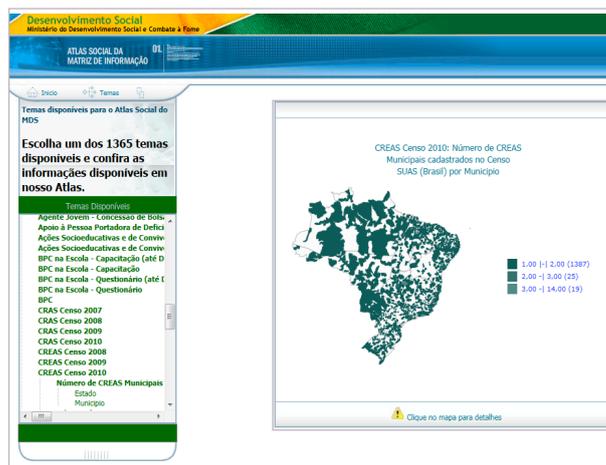
ATLAS SOCIAL

Permite que o usuário construa mapas em tempo real com a distribuição espacial de um programa social sobre determinadas áreas ou em todo o país. Além disso, disponibiliza mapas com indicadores sobre os estados e municípios (por exemplo, IDH, Gini, PIB).

É um visualizador de dados do MISocial por tema em um ponto do tempo em todos os espaços.

Ao todo, são 439 mapas disponíveis (na época da construção deste documento) para livre acesso nos seguintes temas:

- Informações Municipais
- Dados Demográficos
- Informações Estaduais
- Transferência de Renda
- Assistência Social
- Segurança Alimentar
- Indicadores
- Brasil Sem Miséria



Link: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mi2007/mapas/tela_programas_mds_nicolle.php

PAA DATA

O PAA DATA tem o objetivo de dar subsídios ao planejamento, à gestão e ao monitoramento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para todos os executores do Programa: CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), estados e municípios. Além disso, traz dados do PAA Leite, executado pelos estados do Nordeste e Minas Gerais.

Estão disponíveis dados organizados pelas seguintes modalidades do PAA:

- Compra Direta da Agricultura Familiar
- Apoio à Formação de Estoques pela agricultura familiar
- Incentivo à Produção e Consumo de Leite – PAA Leite
- Compra com Doação Simultânea

Além disso, o PAA DATA permite consultar dados desagregados por estados e municípios desde 2011, apresentando informações sobre agricultores, fornecedores, tipo de produtos, recursos, entidades beneficiadas, volume de produtos comercializados, entre outras. É um portal de livre acesso, voltado aos pesquisadores, técnicos e gestores de programas sociais.

PAA Data 2011
PAA Dados Gerais - Jan a Dez de 2011*

MDS.gov.br | Página Principal | Sobre o PAA | Dados Gerais | PAA CONAB | PAA Municipal | PAA Estadual | PAA Leite

Accesse a Oficina PAA Data

Apresentação

O PAA DATA foi desenvolvido com o objetivo de apresentar ao público informações sobre o PAA considerando todos os executores do Programa. São eles: CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), estados e municípios. Há uma modalidade específica, ainda, denominada PAA Leite, executada pelos estados do nordeste brasileiro e por Minas Gerais.

As informações a seguir são apresentadas por executores e, em "dados gerais", são apresentadas informações da totalidade da execução.

Dados sobre o PAA segundo suas modalidades também são apresentados. As modalidades são:

Modalidade	Fonte de Recursos	Executor
Compra Direta da Agricultura Familiar	MDS/MDA	CONAB
Apoio à Formação de Estoques pela agricultura familiar	MDS/MDA	CONAB
Incentivo à Produção e Consumo de Leite – PAA Leite	MDS	Estados da região Nordeste e Norte de Minas Gerais.
Compra com Doação Simultânea	MDS	CONAB, estados e municípios.

O PAA DATA permite, ainda, consultar dados desagregados por estados e municípios, apresentando informações sobre agricultores fornecedores, tipo de produtos, recursos, entidades beneficiadas, volume de produtos comercializados, entre outros.

A gestão do PAA no âmbito federal é feita por um Grupo Gestor, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A elaboração do PAA DATA atendeu a Resolução nº 42 do Grupo Gestor do PAA, de 12 de janeiro de 2011, a qual estipulou a elaboração de um Sistema Integrado de Informações-SII, com o objetivo de dar suporte ao monitoramento, à gestão e ao planejamento do Programa.

*1) O período das informações apresentadas no PAA Data são:

- PAA CONAB MDA - Janeiro a Novembro de 2011;
- PAA CONAB MDS - Janeiro a Dezembro de 2011;
- PAA Municipal - Janeiro a Dezembro de 2011;
- PAA Estadual - Janeiro a Novembro de 2011;
- PAA Leite - Janeiro a Novembro de 2011.

MDS.gov.br | Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Transparência Pública | GOV.br | W3C XHTML 1.0 | W3C CSS

PAA Data 2011
PAA Estadual - Jan a Nov de 2011

MDS.gov.br | Página Principal | Agricultores Fornecedores | Produtos | Entidades Beneficiadas | Voltar para o PAA Data

Selecione um estado

Grupos de Produtos

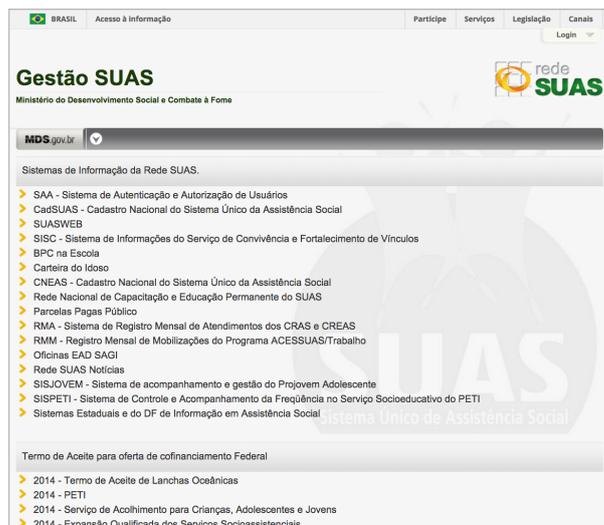
Grupos de Produtos	Qty. de Agricultores Fornecedores*	Recursos (R\$)	Quantidade (kg)
AÇÚCARES	192	102.228,89	34.494,71
CARNES	3.759	4.223.046,71	642.541,70
CARNES E AVES	44	20.885,62	2.533,00
CONDIMENTOS E TEMPEROS	3.415	978.794,29	405.117,54
CONSERVAS	2	261,80	34,00
DIVERSOS	24	32.767,47	19.574,63
DOÇES	1.610	944.335,69	151.035,72
FARMÁCEOS	899	624.440,81	373.183,92
FRUTAS	8.368	3.939.352,83	3.969.948,73
GRÃOS E CEREJAS	3.364	2.059.470,22	1.434.709,49
HORTALIÇAS	23.472	7.149.202,19	6.872.303,19
LEITE E DERIVADOS	486	528.837,88	124.626,44
MASSAS	194	151.190,64	45.815,38
MEL	473	558.098,72	98.888,00
OLEAGINOSAS	360	181.418,97	48.854,49
OUTROS	184	62.855,97	14.240,67
OVOS	554	218.630,08	97.233,04
RANFICADOS	2.895	2.956.106,56	583.092,08
PESCADOS	433	861.201,04	149.733,63
PRIMA	13	5.618,54	2.308,40

Link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/index.php>

GESTÃO SUAS

Este portal reúne diferentes ferramentas de gestão do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Voltado a gestores estaduais e municipais do SUAS, o acesso é restrito a usuários credenciados. Por meio deste portal, é possível utilizar os principais sistemas de informação da Rede SUAS, tais como:

- SAA - Sistema de Autenticação e Autorização de Usuários
- CadSUAS - Cadastro Nacional do Sistema Único da Assistência Social
- SUASWEB
- SISC - Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- BPC na Escola
- Carteira do Idoso
- CNEAS - Cadastro Nacional do Sistema Único da Assistência Social
- Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS
- RMA - Sistema de Registro Mensal de Atendimentos dos CRAS e CREAS
- RMM - Registro Mensal de Mobilizações do Programa ACESSUAS/Trabalho



Link: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/grupo.php?id_grupo=61

RMM

REGISTRO MENSAL DE MOBILIZAÇÕES DO PROGRAMA ACESSUAS/TRABALHO

Neste aplicativo são registradas as atividades de mobilização realizadas pelo município no âmbito do programa Acessuas Trabalho. A partir dos dados fornecidos no RMM, é verificado se o município alcançou a meta de mobilização pactuada.

RMM
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social

MDS.gov.br | Principal | Municípios Participantes | Sair

REGISTRO MENSAL DE MOBILIZAÇÕES

Digite CPF ou e-mail do MDS
Senha
Criar ou alterar sua senha
Clique aqui em caso de problemas com o acesso

Enviar

Pre

Neste aplicativo deverão ser registradas as atividades de mobilização realizadas pelo município, conforme exposto na Resolução CNAS nº 18 de 24 de maio de 2012. A partir dos dados fornecidos neste aplicativo será verificado se o município alcançou a meta de mobilização pactuada.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

REGISTRO MENSAL DE MOBILIZAÇÕES

GERENTE

QUANTITATIVO DE MUNICÍPIOS PARTICIPANTES POR ESTADO	
AC	22
AL	24
AM	14
AP	8
BA	79
CE	81
DF	1
ES	29
GO	92
MA	42
MG	215
MS	45
MT	51
PA	17
PB	28
PE	62
PI	53
PR	34
RJ	32
RN	97
RO	5
RR	14
RS	114
SC	77
SE	37
SP	62
TO	11

Link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/snas/rmm/>

PRONTUÁRIO ELETRÔNICO SIMPLIFICADO DO SUAS

Permite o registro de atendimentos individuais realizados pelo Sistema Único da Assistência Social a famílias e indivíduos nos CRAS e CREAS. Os formulários disponíveis para preenchimento são os seguintes:

- Formulário 1 - Relatório mensal de atendimento do CRAS
- Formulário 1 - Relatório mensal de atendimento do CREAS
- Formulário 1 - Relatório mensal de atendimento do Centro POP

OS DOIS APLICATIVOS - PRONTUÁRIO ELETRÔNICO SIMPLIFICADO DO SUAS E RMA - SÃO DE ACESSO RESTRITO A GESTORES E TÉCNICOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMPARTILHAM O MESMO ENDEREÇO DE ACESSO.

Link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento/auth/index.php>

RMA

REGISTRO MENSAL DE ATENDIMENTOS E SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Permite o registro de atendimento mensal dos serviços desenvolvidos nas unidades da assistência social, com dados mensais agregados.

The screenshot shows the SAGI (Sistema de Atendimento e Gestão da Informação) interface. At the top, it identifies the system as 'SNAS - Sistema de Registro Mensal de Atendimentos dos CRAS e CREAS'. The main heading is 'Vigilância Socioassistencial – SNAS/MDS - Sistema de Registro Mensal de Atendimentos – RMA'. A prominent green link says 'Clique aqui para acessar o Censo SUAS 2015'. Below this, there is a message to 'Prezados Técnicos e Gestores' regarding updates to the system based on a 2013 resolution. A sidebar on the right lists various resources: 'SAIBA MAIS SOBRE A VIGILÂNCIA', 'IX Encontro de Monitoramento e Vigilância Socioassistencial 2015', 'Publicações e Apresentações', 'Indicadores', 'Censo SUAS e RMA', 'Prontuário SUAS', and 'Teleconferências CGVIS'. At the bottom left, contact information for the 'Coordenação-Geral de Serviços de Vigilância Social' is provided, including the email 'vigilanciasocial@mds.gov.br'. A small note at the very bottom states: 'Se não aparecer nenhum campo abaixo para fazer login, favor ir ao início da página e clicar em "Seu C" no lado direito da tela'.

OS DOIS APLICATIVOS - PRONTUÁRIO ELETRÔNICO SIMPLIFICADO DO SUAS E RMA - SÃO DE ACESSO RESTRITO A GESTORES E TÉCNICOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMPARTILHAM O MESMO ENDEREÇO DE ACESSO.

Link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento/auth/index.php>

PRONATEC/BRASIL SEM MISÉRIA

Este espaço é destinado a prestar apoio às equipes de assistência social dos municípios participantes do Pronatec / Brasil Sem Miséria (BSM). Neste sistema é possível realizar:

- Mapeamento de cursos e vagas para pactuação;
- Adesão ou alteração de interlocutores municipais.

É um sistema voltado aos gestores do BSM, sendo necessária autenticação para acessá-lo.

PRONATEC / Brasil Sem Miséria

Mapeamento de Cursos e Vagas e Formulário de Adesão e alteração de Interlocutores Municipais

SAGI
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

MDS.gov.br

Mapeamento de Cursos e Vagas e Formulário de Adesão e alteração de Interlocutores Municipais

Senhor(a) Secretário(a),

Este espaço é destinado a prestar apoio às equipes de assistência social dos municípios participantes do Pronatec / Brasil Sem Miséria (BSM). Ao acessar o sistema é possível realizar:

- Mapeamento de cursos e vagas para pactuação 2015; e
- Adesão e/ou alteração de interlocutores municipais.

Atenção: Se o seu município já aderiu ao Pronatec/BSM e não houve alteração de interlocutor, não é necessário preencher novamente o formulário. A adesão é feita somente uma vez.

Outras informações sobre o Pronatec/BSM poderão ser obtidas pelos telefones 0800 707 2003 e (61) 2030-1419 ou pelo email inclusao@produtiva@mds.gov.br, informando seu estado e município.

Contamos com o apoio do seu município para juntos superarmos a pobreza no Brasil.

Para acessar, basta digitar o CPF e a senha de acesso ao CadSUS abaixo.

Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza

Link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/sesep/auth/index.php>

SISPLANSAN

SISTEMA DE MONITORAMENTO DO PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O SISPLANSAN tem a finalidade de acompanhar e monitorar a execução das metas do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Esta ferramenta auxilia a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) na elaboração de diagnósticos para subsidiar os processos de tomada de decisão no governo federal.

É necessária autenticação para acessar o sistema.



Link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/plansan/index.php>

SUAS VISOR

SISTEMA DE MONITORAMENTO DO PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O SUAS Visor contém inúmeras ferramentas de busca a partir do município selecionado: Boletins de Informação, Painel de Monitoramento e Mapa de Oportunidades e Serviços (MOPS). Possui dados sobre os CRAS, CREAS e Centros POP, além de informações do contexto socioeconômico em que operam.

Este portal auxilia os gestores municipais na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social e no diagnóstico socioterritorial. As informações são apresentadas em forma de textos, tabelas, mapas e cartogramas, a partir de diversas fontes de dados (como Censo IBGE 2010, Pesquisa Produção Agropecuária/Agrícola Municipal, Censo SUAS, Data SUS, MUNIC, ESTADIC)..

É uma ferramenta de livre acesso.

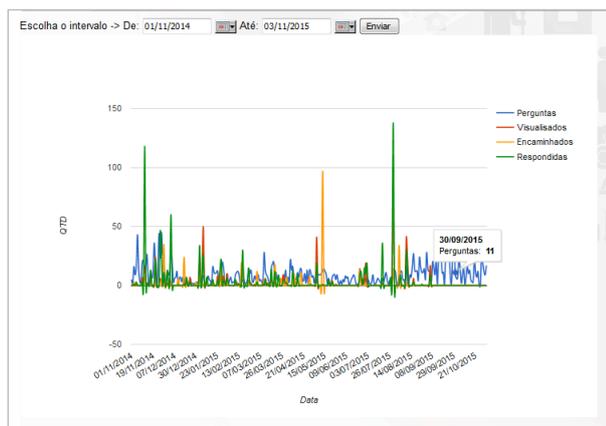


Link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/suasag/index.php>

FALE CONOSCO

BASE DE CONHECIMENTO DE PROBLEMAS E SOLUÇÕES

Em grande parte dos sistemas desenvolvidos pela SAGI, há um botão <fale conosco> para registrar defeitos, melhorias e sugestões dos usuários. Para gerenciar as mensagens recebidas, foi desenvolvida a ferramenta denominada: BCPS - Base de Conhecimento de Problemas e Soluções. Não há um link específico, pois cada programa disponibiliza o respectivo acesso ao <fale conosco>.



DICI-VIP

DICIONÁRIO SOCIAL DO MDS

O Dici-VIP funciona como um compêndio de dicionários. Atualmente, são apresentados quatro dicionários no portal:

- Variáveis
- Indicadores
- Programas sociais
- Fontes

O processo de construção de cada dicionário permite que se estabeleça uma base de conhecimento, a partir de dados básicos, utilizados em questionários, formulários eletrônicos, documentos técnicos, planilhas de microdados, dentre várias outras fontes. É o registro dos metadados do MDS, que explica a origem da informação, as fórmulas de cálculo, os critérios utilizados, entre outros dados.

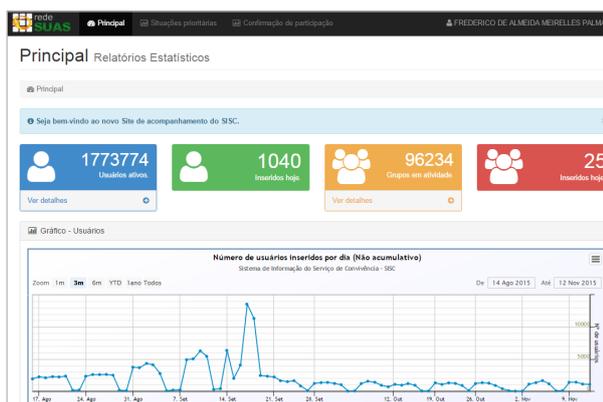


Link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip/index.html>

SISC

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

O SISC é uma ferramenta de gestão do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Por meio dela é realizado o acompanhamento e o monitoramento do serviço executado pelos municípios, assim como a aferição dos atendimentos realizados, para fins de cálculo do cofinanciamento federal.



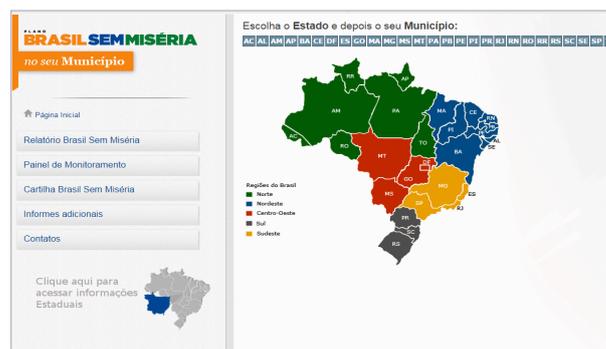
Link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sisc>

PORTAL BRASIL SEM MISÉRIA NO SEU MUNICÍPIO

O Portal Brasil Sem Miséria no seu Município permite acessar de forma integrada o conjunto de ferramentas, relatórios e informações sobre as ações e programas do Plano Brasil sem Miséria (BSM) no município selecionado. Por meio deste portal é possível visualizar:

- Relatório Brasil sem Miséria no seu município: gera boletins textuais automatizados e periodicamente atualizados com dados sobre ações do BSM em cada município brasileiro;
- Painel de Monitoramento: gera seis gráficos com painel síntese de ações do BSM em cada município brasileiro;
- Cartilha do Brasil sem Miséria.

De livre acesso, o portal é voltado aos gestores estaduais e municipais.



Link: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/municipios>

CONHEÇA TAMBÉM O PORTAL BRASIL SEM MISÉRIA NO SEU ESTADO

O PORTAL BSM NO SEU ESTADO ACESSA DE FORMA INTEGRADA O CONJUNTO DE FERRAMENTAS, RELATÓRIOS E INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES E PROGRAMAS DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA NO ESTADO SELECIONADO.

DE LIVRE ACESSO.

Link: www.brasilsemmiseria.gov.br/estados

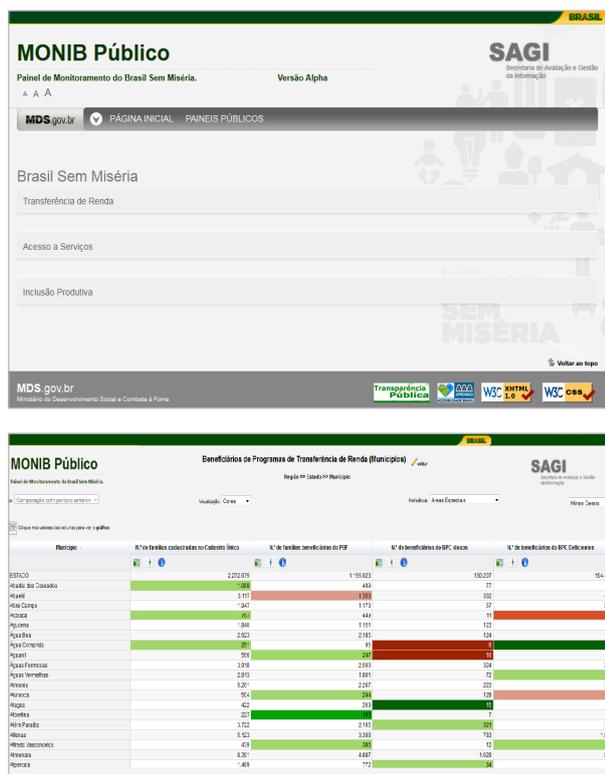
MONIB

PAINEL DE MONITORAMENTO DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

O MONIB é um aplicativo que permite a construção e consulta de painéis de indicadores para acompanhamento de ações do Plano Brasil Sem Miséria (BSM) e outros programas do MDS. Os indicadores são construídos a partir de informações do IBGE, do Cadastro Único e de outras fontes de dados, desagregados por municípios, estados e Brasil.

Os painéis são organizados segundo diferentes perspectivas de apresentação dos indicadores, tais como: área temática, nível da ação (estratégico, tático ou operacional) e lógica processual (insumos, processos, resultados, impactos).

Voltado aos gestores do BSM do governo federal, o acesso ao MONIB é restrito a usuários creden-



Link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/MONIB2/index.php>

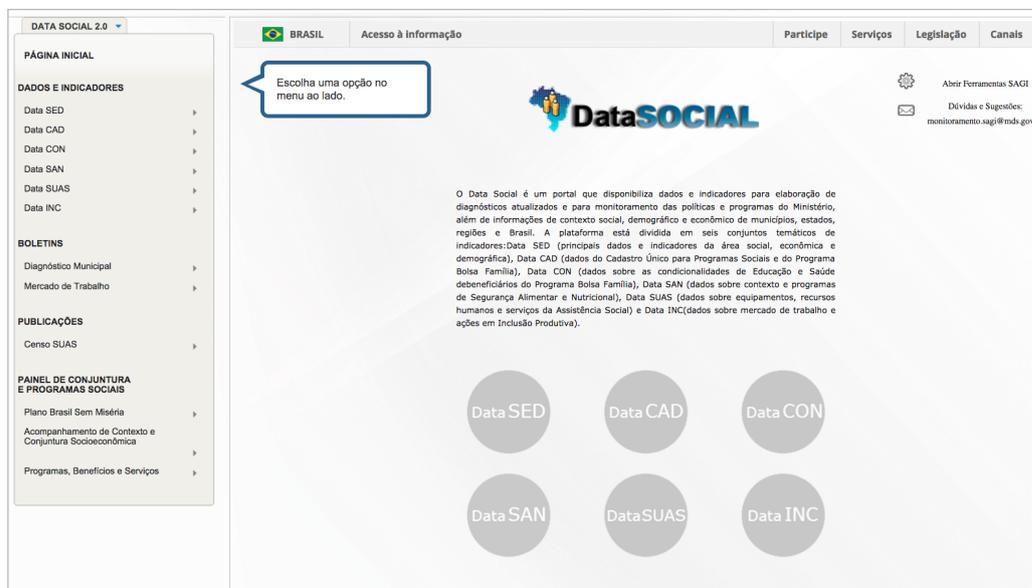
DATA SOCIAL

CONSULTA A INFORMAÇÕES INTEGRADAS SOBRE FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS

O Data Social é um portal que disponibiliza dados e indicadores para a elaboração de diagnósticos atualizados e o monitoramento das políticas do MDS, além de informações de contexto social, demográfico e econômico de municípios, estados, regiões e Brasil. É um portal de livre acesso, voltado aos cidadãos, pesquisadores, técnicos e gestores de programas sociais.

O Data Social é composto por seis sub-portais:

- Data SED (dados sociais, econômicos e demográficos);
- Data CAD (perfil de inscritos no Cadastro Único e beneficiários do Bolsa Família);
- Data CON (indicadores de acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família)
- Data SUAS (dados sobre equipamentos, recursos humanos e institucionalidades da Assistência Social);
- Data INC (dados sobre Inclusão Produtiva); e
- Data SAN (dados e indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional).

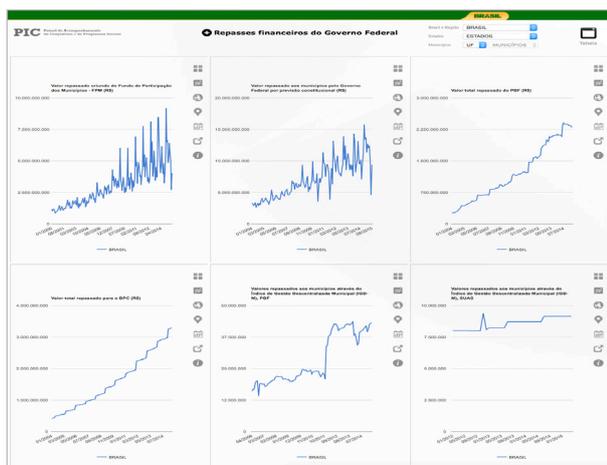
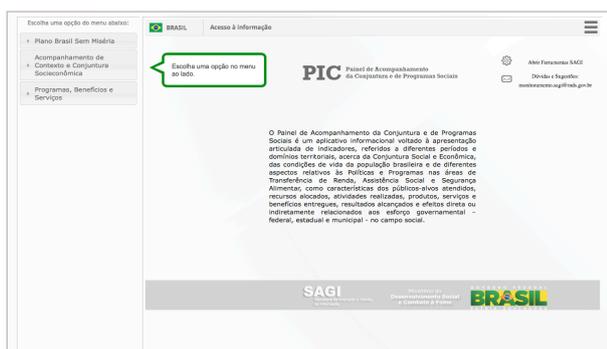


Link: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro.php?p_id=4

PIC

PAINEL DE ACOMPANHAMENTO DA CONJUNTURA E DE PROGRAMAS SOCIAIS

É um aplicativo que apresenta de forma articulada indicadores da conjuntura socioeconômica brasileira e de diferentes aspectos dos programas nas áreas de transferência de renda, assistência social e segurança alimentar: características dos públicos-alvo atendidos, recursos alocados, atividades realizadas, produtos, serviços e benefícios entregues, resultados alcançados e efeitos relacionados aos esforços governamentais – federal, estadual e municipal - no campo social. É possível selecionar dados de diferentes períodos e espaços territoriais. É um aplicativo de livre acesso, voltado aos pesquisadores, técnicos e gestores de programas sociais.

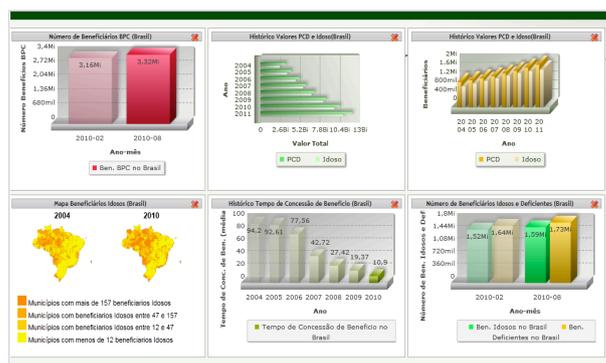
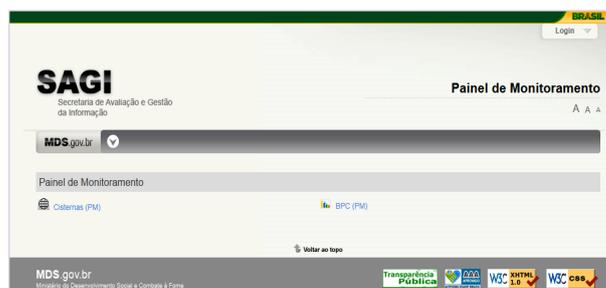


Link: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro.php?p_id=6

PM

PAINEL DE MONITORAMENTO MDS

Este portal disponibiliza painéis temáticos que contêm diferentes informações, sistemas e ferramentas. É uma alternativa diferenciada de dados de um tema específico, como Cisternas e BPC.



Link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/index.php?group=24>

PESQUISAS E ESTUDOS DE AVALIAÇÃO

Neste portal, o usuário pode consultar fichas técnicas, sumários executivos e microdados de pesquisas de avaliação e outros estudos realizados pela SAGI. É possível consultar as pesquisas por ano, programa ou secretaria do MDS.

É um portal de livre acesso, voltado aos cidadãos, pesquisadores, técnicos e gestores de programas sociais.



ID	Título da Pesquisa	Resumo	Programa	Secretaria	Ano
1	Articulação do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada com os serviços oferecidos pelo Sistema Único de Assistência Social, especialmente os ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), em espaços metropolitanos de pobreza e vulnerabilidade.	Apresenta os principais elementos da metodologia adotada e os principais resultados obtidos pelo estudo sobre a articulação do PBF e do BPC com os serviços oferecidos pelo Sistema Único de Assistência Social, especialmente os ofertados nos CRAS e CREAS situados em espaços metropolitanos de pobreza e vulnerabilidade.	Programa Bolsa Família, Programa de Benefício de Prestação Continuada	Transversal	2011
2	Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em municípios do estado de Minas Gerais e das famílias dos beneficiários consumidores do leite.	Apresenta os resultados do estudo cujo objetivo foi analisar comparativamente as famílias dos beneficiários consumidores do PAA-Leite com famílias não atendidas, incluindo a situação nutricional de ambos os grupos, e avaliar a sistematicidade de operacionalização e funcionamento da distribuição do leite aos beneficiários consumidores do programa em municípios do estado de Minas Gerais.	Programa de Aquisição de Alimentos - Leite (PAA-Leite)	Segurança Alimentar e Nutricional	2011
3	Diagnóstico de potencialidades de inclusão produtiva do público inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).	Apresenta os resultados da pesquisa que teve como objetivo levantar subsídios para a elaboração de políticas públicas de geração de trabalho e renda em uma seleção de municípios localizados no entorno de grandes plantas industriais relacionadas ao refino de petróleo e à mineração.	Programa Bolsa Família	Renda de Cidadania	2011
4	Estudo de Competências Básicas da Formação de Profissionais que Atua na Execução e Implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).	Levanta, descreve e analisa os conteúdos, as disciplinas e as formações ofertadas nos cursos de graduação destes técnicos. Tem a finalidade de contribuir para o aperfeiçoamento dos conteúdos lecionados pelas instituições que formam tais profissionais.	Programa de Atenção Integral à Família	Assistência Social	2011
5	Estudos sobre os Centros de Convivência de Idosos Financiados pelo Fundo Nacional de Assistência Social.	Apresenta informações a respeito do estudo sobre os Centros de Convivência de Idosos que teve como objetivo prover subsídios para o processo de reordenamento conceitual e metodológico orientador das políticas sociais direcionadas para o público idoso desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.	Centros de Convivência de Idosos	Assistência Social	2011

Link: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum_executivo/pg_principal.php?url=abertura

PORTAL DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Lançado em 2015, o Portal de Programas de Desenvolvimento Social contém informações sobre os principais programas sociais do MDS. O objetivo é reunir as informações em um só local, facilitando a consulta dos usuários. No Portal estão disponibilizadas fichas resumidas com os principais aspectos de cada programa, textos mais detalhados, pesquisas e material multimídia. É possível acessar os principais resultados dos programas sociais, atualizados automaticamente. É um portal de livre acesso, voltado aos cidadãos, pesquisadores, técnicos e gestores de programas sociais.

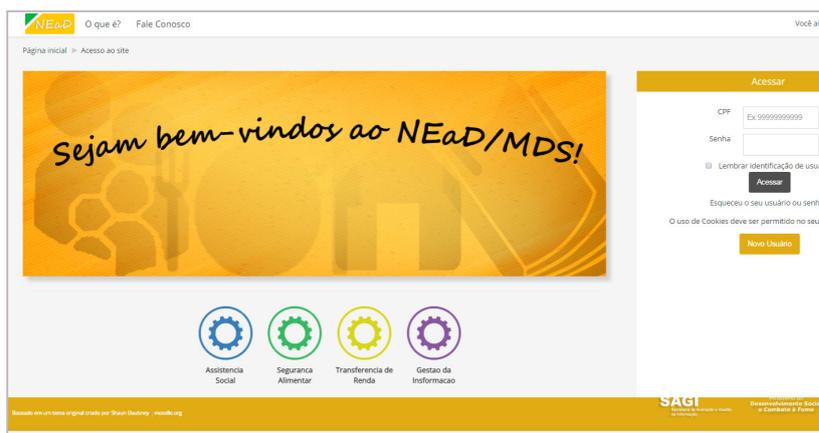


Link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/portalprogramas/>

NEAD

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DO MDS

O Núcleo de Educação a Distância visa expandir as ações de capacitação e formação dos trabalhadores e demais agentes públicos sociais que atuam na concepção, planejamento, oferta, monitoramento, avaliação e controle social das ações, programas e políticas do MDS, na modalidade a distância com a utilização de tecnologias da informação e comunicação.



Link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/nead/login/index.php>

PUBLICAÇÕES E PESQUISAS

As publicações da SAGI são feitas em diferentes linguagens, procurando atender aos diferentes públicos envolvidos nos programas do MDS, pesquisadores e à sociedade em geral. Neste portal é possível acessar diversas publicações, tais como:

- A série Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate
- Censo SUAS
- Sumários Executivos de Pesquisas
- Estudos Técnicos SAGI
- Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação
- Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional – MapaSAN

Toda a produção da SAGI é de livre acesso para download em diferentes formatos: livros, periódicos, sumários executivos, vídeos, estudos técnicos, apostilas, entre outros.



Link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/index.php?grupo=146>

BIBLIOTECA DO MDS E ACERVO DIGITAL

A Biblioteca do MDS tem um acervo de mais de 5 mil exemplares na forma de livros, periódicos, relatórios e material multimídia na área de políticas de desenvolvimento social: transferência de renda, assistência social, segurança alimentar e nutricional e inclusão produtiva.

Além do catálogo de publicações impressas, a Biblioteca implantou o Acervo Digital, uma plataforma on line que disponibiliza para livre download as publicações produzidas pelo MDS. No Acervo Digital estão disponíveis livros, periódicos, sumários executivos, cadernos de estudos, boletins, produções acadêmicas, vídeos, dentre outros materiais.

O Acervo Digital é de livre acesso ao público em geral.



Acervo Digital e Biblioteca do MDS
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

SAGI
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

A Biblioteca do MDS dispõe de mais de 5 mil títulos em meio físico para consulta, na forma de livros, relatórios, material multimídia e cd-roms - além títulos em meio digital, tratando de temáticas nas quatro áreas de Políticas de Desenvolvimento Social do Ministério - Transferência de Renda, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional e Inclusão Produtiva.

A Biblioteca está localizada no 3º andar do Bloco A, Esplanada dos Ministérios em Brasília, nas dependências da SAGI, com atendimento de segundas a sextas-feiras, das 9 às 18 horas.

Foto: A SCOM - Ana Nascimento MDS

Acervo Digital MDS

Biblioteca
Acervo Digital MDS

Aquisições recentes para o acervo

Link: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/grupo.php?id_grupo=85

ETEC

ESTUDOS TÉCNICOS SAGI

Os Estudos Técnicos SAGI têm a função de sistematizar notas técnicas, estudos exploratórios, produtos técnicos, relatórios de consultoria e reflexões analíticas produzidas na SAGI. São abordados temas de interesse específico do MDS para subsidiar o ciclo de diagnóstico, formulação, monitoramento e avaliação das suas políticas, programas e ações.

Este portal permite a consulta e livre download dos Estudos Técnicos SAGI.

Estudos Técnicos - ETEC

MDS.gov.br | Página Principal | Estudos | Busca Rápida | Busca Palavra

Grupo por Ano

▼ 2015

- ▶ ETEC nº 01/2015 - Análise de componentes sistêmicos e institucionais das Políticas e Programas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome: considerações sobre a importância e proposta de marco de referência para estudos
Programa/Tema: Políticas e Programas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Secretaria: MDS
Documentos: [Download]
- ▶ ETEC nº 02/2015 - Pobreza Multidimensional: uma análise a partir do Índice proposto pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal).
Programa/Tema: Pobreza Multidimensional
Secretaria: MDS
Documentos: [Download]
- ▶ ETEC nº 03/2015 - Ações de Inclusão Produtiva segundo Censo SUAS 2013: uma análise sobre diversos recortes Territoriais
Programa/Tema: Inclusão Produtiva
Secretaria: MDS
Documentos: [Download]

Link: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/simulacao/estudos_tecnicos/pg_principal?url=abertura&ativo=sim

RENEP/SUAS

REDE NACIONAL DE CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO PERMANENTE DO SUAS

O Portal da Educação Permanente do MDS destina-se a disponibilizar informações acerca da construção e execução de ações de formação e capacitação no âmbito do MDS.



Link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/educacaoopermanente/index.php>

SIMA

SISTEMA DE MONITORAMENTO ACADÊMICO

O Sima é uma ferramenta gerencial que tem o objetivo de monitorar as ofertas dos cursos de programas de capacitação da SAGI. Por meio dele, é possível acompanhar a montagem e execução dos cursos disponibilizados, assim como a conclusão e aprovação dos alunos.

É um sistema de acesso restrito aos profissionais que trabalham com capacitação (instituições de ensino, governos estaduais e MDS).

Sigla	Instituição	UF
1 AJES	Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena	MT
2 BH	Faculdade Novos Horizontes	MG
3 CEAP	Centro de Ensino Superior do Amapá	AP
4 EAP	Escola de Administração Pública do Amapá	AP
5 EGEM	Escola de Gestão Pública Municipal	SC
6 EGMA	Escola de Governo do Maranhão	MA
7 EGPA	Escola de Governo do Estado do Pará	PA
8 EGPCE	Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará	CE
9 ESCOLAGOV-MS	Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul	MS
10 Fac. PROJEÇÃO	Faculdade Projeção - Unidade Celândia	DF
11 FAD	Faculdade Diadema	SP
12 FAE	Centro Universitário Franciscano	PR
13 FAESP	Faculdade Anchieta de Ensino Superior do Paraná	PR
14 FAFIPA	Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranavai	PR
15 FAI	Faculdades Adamantinenses Integradas	SP
16 FAMETRO	Faculdade Metropolitana de Marus	AM
17 FAPI	Faculdade de Pinhais	PR
18 FCU	Faculdade Católica de Uberlândia	MG
19 FG	Faculdade Guarapuava	PR
20 FIC	Faculdades Integradas de Caratinga	MG
21 FIFE	Faculdades Integradas de Fernandópolis	SP
22 FITS	Faculdade Integrada Tiradentes	AL
23 FSA	Faculdade Santo Agostinho	PI
24 FSDB	Faculdade Salesiana Dom Bosco	AM
25 FUNDAP/EGAP	Escola de Governo e Administração Pública- EGAP	SP

Link: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/sima_capacitacao/index.php

RONI

REGISTRO DE OPORTUNIDADES, NOTÍCIAS E INOVAÇÕES

Esta ferramenta permite o registro de notícias para serem publicadas no Portal SAGI. O uso é restrito, com autenticação do usuário.

The screenshot displays the SAGI portal interface. At the top, there is a navigation bar with the text 'Registro de Oportunidades, Notícias e Inovações' and a sub-header 'Cria, visualiza e edita notícias relacionadas a Oportunidades e Inovações.' Below this, there is a search bar and a menu with options: 'Início', 'Nova Notícia', 'Minhas Notícias', 'Todas as Notícias', and 'Sair'. The main content area features a heading 'Clique em uma Notícia para visualizá-la:' followed by a list of news items with dates and titles. At the bottom, there are logos for 'MDS.gov.br', 'Transparência Pública', and other government services.

Registro de Oportunidades, Notícias e Inovações
Cria, visualiza e edita notícias relacionadas a Oportunidades e Inovações.

Clique em uma Notícia para visualizá-la:

- 04/02/2013**
SAGI > Conheça mais sobre a estrutura e processos de trabalho da SAGI
- 02/02/2013**
SAGI > Lançado 1o. Edital CapacitaSus nos Estados: Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos de Pernambuco
- 29/01/2013**
SAGI > Painel de Indicadores de Conjuntura e de Programas Sociais em novo formato
- 28/01/2013**
SAGI > Pré-lançamento da publicação eletrônica do Censo SUAS 2011
SAGI > BSM no seu Município. O portal de informações municipais para gestão do Plano Brasil Sem Miséria
- 25/01/2013**
SAGI > O Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos (MOPS) foi atualizado com novas informações, link de portais relacionados e referências de serviços
- 10/01/2013**
SAGI > SAGI disponibiliza mais de quarenta novos documentos de pesquisas e estudos.

MDS.gov.br
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Transparência Pública
WC XHTML 3.0
WC CSS

Link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/noticias/gerenciador/index.php>

VISICON

VISUALIZADOR DE CONVÊNIOS

O Visicon permite a realização de pesquisas sobre os convênios firmados pelo MDS com estados e municípios. Oferece informações sobre seu status, objetos, concedentes, convenientes, vigência, valores, entre outros dados. Essas informações são as mesmas disponíveis no Portal da Transparência.



Desenvolvimento Social
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

15:42:32

Início | Pesquisas | Listagem por UF/Município

Bem vindo ao Sistema de Visualização e Monitoramento de Convênios.
Utilize o menu lateral ou as abas acima para pesquisar.

Login (usuários com login têm acesso a outros módulos)
Pesquisar Convênios
Listagem por UF/Município

Desenvolvimento Social
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

15:42:32

Início | Pesquisas | Listagem por UF/Município

Resultados da Pesquisa: 18200 Convênios. Mostrando de 1 a 10.
Primeira página | Página Anterior | Próxima página | Última página

Status	SIAMF	BRCE	Original	Objeto	Concedente	Conveniente	Vigência Início / Fim/1º	Valor Total / Contratado / Liberado	Última Liberação Data Valor
	66548	530618	0821/4852/2011	CONTRIBUIR PARA A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO BRASIL, FORTALECENDO PROGRAMAS, AÇÕES SOCIAIS E SERVIÇOS SOB RESPONSABILIDADE DO MDS.	SI PROJETO DE APOIO AO PEP E AO CNDS	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA	15/12/2011 01/02/2015	4.307.589,00 0,00 0,00	-
	731374	200228	1585/2011	Implantação de Restaurante Popular por meio de construção de edificações e aquisição de equipamentos e utensílios.	PROJETO DE ORÇAMENTALIZ. DOS PROGRAMAS SEBAM	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HANCOQUEARA	20/12/2011 20/12/2015	1.000.000,00 126.511,21 0,00	-
	731964	431490	0911/2011	Implantar o Centro de Apoio e Capacitação à Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Porto Alegre, como espaço de informatização, socialização e troca de conhecimento para capacitar e fomentar o público-alvo em diversas áreas de conhecimento e práticas que favoreçam o desenvolvimento sustentável e a geração de trabalho e renda com inclusão social.	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	SECRETARIA DO TRABALHO E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	10/12/2011 12/12/2014	720.000,00 100.000,00 720.000,00	20/12/2011 20/10/2010
	737961	261160	0913/2011	Selaras de Projeto de Agricultura Urbana e Periurbana em Regiões Metropolitanas, CULTIVANDO CIDADES.	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	SECRETARIA DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA	29/12/2011 30/12/2014	720.073,00 296.397,04 0,00	-
	738029	380036	0514/2011	Consolidação de um sistema público de promoção de agricultura urbana e periurbana na Região Metropolitana de Foz de Iguaçu, compreendendo os municípios de Itaipava, Barra do Cajuru, Itaipu, Serra da Soturna e São Carlos do Colégio, atendendo prioritariamente a 200 beneficiários, visando promover geração de renda, acesso ao alimento saudável e desenvolvimento sustentável local	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	ESTADO DE PARANÁ - ADMINISTRAÇÃO DEBETA	24/12/2011 20/12/2014	720.424,13 60.000,00 60.000,00	30/12/2011 20/10/2010
	740264	330010	0309/2011	Reestruturar e ampliar as feiras comunitárias instaladas nas cidades e escolas de UF, visando capacitação, assistência e fomento produtivo aos beneficiários do projeto.	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	EMPRESA DE GESTÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DEBETA	29/12/2011 20/12/2014	720.000,00 60.000,00 720.000,00	30/12/2011 20/10/2010
	741234	310620	0910/2009	Formação de técnicos produtores no Estado de Minas Gerais por meio de acompanhamento, apoio à infraestrutura e sustentabilidade das atividades e qualificação profissional dos empreendedores individuais, familiares e coletivos, beneficiando prioritariamente pessoas de famílias de Categorias.	SECRETARIA DE APOIO INSTITUCIONAL E FOMENTO	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	13/12/2009 31/12/2014	13.360.529,00 2.862.380,00 4.715.281,00	31/12/2009 4.715.281,00
	757193	400210	0823/2011	Implantação de Cozinha Comunitária por meio de elaboração de projeto técnico, construção de edificações e aquisição de equipamentos e utensílios.	PROJETO DE ORÇAMENTALIZ. DOS PROGRAMAS SEBAM	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMITO CONCELVES	19/12/2011 30/10/2014	450.000,00 39.120,00 0,00	-
	757195	354040	0884/2011	Implantação de Cozinha Comunitária por meio de elaboração de projeto técnico, construção (informal/implantação/conclusão) de edificações e aquisição de equipamentos e utensílios.	PROJETO DE ORÇAMENTALIZ. DOS PROGRAMAS SEBAM	ABERAGADINHO PREFEITURA MUNICIPAL	28/12/2011 20/10/2014	450.000,00 39.120,00 0,00	-
	764123	400310	0338/2011	Construção de CIEBAs, fortalecimento e melhoria no atendimento da Rede Especializada de Assistência Social.	PROJETO DE ORÇAMENTALIZ. DOS PROGRAMAS SEBAM	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL	28/12/2011 30/10/2014	225.004,00 20.000,00 0,00	-
Total (página)								25.498.530,00 4.755.028,20 4.715.281,00	6.555.281,00

Link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/visicon/index.php>

SIGE

SISTEMA DE GESTÃO DE ESTRATÉGIAS SAGI

Este aplicativo possibilita a gestão estratégica de projetos, com especificação em até cinco níveis: plano, estratégia, macroprocesso, projeto e atividades. Além disso, o SIGE permite inserir os atributos de cada nível - descrição, responsabilidades, cronograma, metas - e registros de status e encaminhamentos. Também disponibiliza relatórios de acompanhamento com diferentes formatos.

O SIGE é voltado aos gestores do MDS.

SAGI
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SIGE SAGI
Sistema de Gestão de Estratégias SAGI

MDS.gov.br HOME VISUALIZAÇÃO CADASTRO GERENCIAMENTO RELATÓRIOS DOCUMENTOS

Visualiza Estratégia

Dados Gerais

Código: 9
Nome da Estratégia: Instrumentos e Indicadores de Monitoramento de Políticas e Programas

Descrição: Sob a responsabilidade do Departamento de Monitoramento (DM), envolve atividades de coleta, organização e sistematização de informações de diferentes fontes de dados e pesquisas para subsidiar o monitoramento das políticas e programas do MDS e acompanhamento da conjuntura social do país.

Nome do Orgão: Departamento de Monitoramento
Data: 2013-01-01

Gerenciamento

Sinaleira: Data: 2013-05-29 **Comentários:**

Encaminhamentos:	Status:	Registro:	Resolução:	Responsável:	Quem registrou:
<input checked="" type="checkbox"/>					

Relacionamentos

Planos Relacionados:

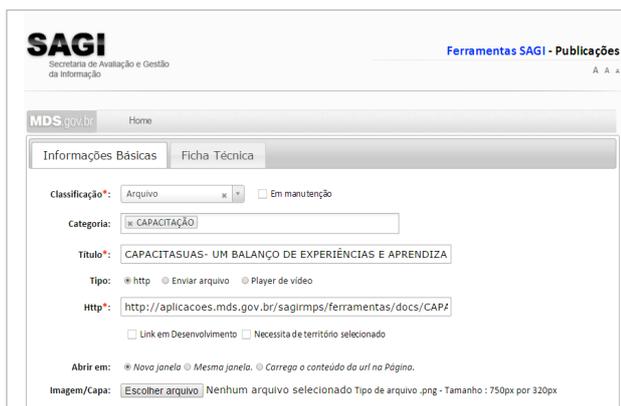
- Informação, Conhecimento, Instrumentos de Gestão e Formação para aprimoramento de Políticas e Programas

Link: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/SIGE/sigesagi.php>

GERENCIADOR DE CONTEÚDOS

O Gerenciador de Conteúdos constrói a estrutura do Portal SAGI e alimenta-o com conteúdos. Por meio dele, é possível criar e editar os elementos do portal da SAGI.

É uma ferramenta de uso restrito a cadastrados.



The screenshot shows the SAGI Content Manager interface. At the top, there is a header with the SAGI logo (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação) and the text 'Ferramentas SAGI - Publicações'. Below the header, there is a navigation bar with 'MDS.gov.br' and 'Home'. The main content area is titled 'Informações Básicas' and 'Ficha Técnica'. The form includes the following fields and options:

- Classificação*:** A dropdown menu set to 'Arquivo' and a checkbox for 'Em manutenção'.
- Categoria:** A text input field containing 'CAPACITAÇÃO'.
- Título*:** A text input field containing 'CAPACITASUAS- UM BALANÇO DE EXPERIÊNCIAS E APRENDIZA'.
- Tipo:** Radio buttons for 'http', 'Enviar arquivo', and 'Player de vídeo'.
- Http*:** A text input field containing 'http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/CAPZ'.
- Checkboxes for 'Link em Desenvolvimento' and 'Necessita de território selecionado'.
- Abrir em:** Radio buttons for 'Nova janela', 'Mesma janela', and 'Carrega o conteúdo da url na Página'.
- Imagem/Capa:** A button labeled 'Escolher arquivo' and the text 'Nenhum arquivo selecionado Tipo de arquivo : .png - Tamanho : 750px por 320px'.

Link: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/visualiza_grupo.php?id=141

ANEXO II

CATÁLOGO DE CURSOS OFERTADOS PELA SAGI

Este anexo apresenta o catálogo de cursos e atividades correspondente aos programas de formação e capacitação coordenados e desenvolvidos pelo DFD/SAGI junto com secretarias e órgãos do MDS e outras instituições governamentais da esfera federal e estadual

OS CURSOS OFERTADOS NESTE CATÁLOGO ESTÃO ASSIM CLASSIFICADOS:

- CICLO DE DEBATES PARA ATUALIZAÇÃO DOS SERVIDORES DO MDS;
- OFICINAS EAD SAGI;
- CICLO DE CAPACITAÇÃO EM CONCEITOS E TÉCNICAS PARA ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES DO MDS;
- PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.



CICLO DE DEBATES DE **ATUALIZAÇÃO DOS SERVIDORES DO MDS**

O projeto “Ciclo de Debates para Atualização dos Servidores do MDS”, desenvolvido pelo DFD/SAGI e Coordenação Geral de Recursos Humanos (CGRH/MDS), foi criado com vistas a ampliar a capacidade institucional dos servidores que atuam nas políticas, programas e ações de desenvolvimento social, de combate à fome e à miséria e, desse modo, aprimorar a opera-

lização dos serviços e benefícios socioassistenciais prestados à sociedade.

Pelo projeto são ofertados minicursos e seminários temáticos, além da realização de eventos como “Sextas com Debate” e “Cine com Debate”. Para participação, os servidores interessados efetuam sua inscrição por meio do Sistema Capacita SAGI.

1. CURSO DE INTRODUÇÃO ÀS FERRAMENTAS DO PORTAL SAGI

Carga Horária: 03H

OBJETIVO: apresentar pesquisas e ferramentas informacionais disponíveis no Portal da SAGI: relatórios de informações, Data Social, Matriz de informações sociais, IDV, dentre outros, para auxiliar os servidores do MDS na elaboração de relatórios, diagnósticos, notas técnicas e outras atividades de sua competência.

2. DATA SOCIAL E OS PAINÉIS DE MONITORAMENTO

Carga Horária: 04H

OBJETIVO: capacitar os servidores do MDS para o uso da ferramenta Data Social, a partir da compreensão de sua lógica de construção e da organização dos indicadores. Este curso possibilita uma melhor operacionalização do aplicativo, permitindo análises da série histórica dos indicadores, a confecção de gráficos e mapas, consultas a painéis de monitoramento e a boletins de informações municipais em diferentes granularidades e períodos, bem como a construção de diagnósticos municipais.

3. UMA INTRODUÇÃO AOS INDICADORES SOCIAIS: CONCEITOS, FONTES DE DADOS E APLICAÇÕES

Carga Horária: 04H

OBJETIVO: apresentar aos participantes uma definição de indicador; os indicadores no ciclo de Políticas e Programas; as principais fonte de dados e relatórios de indicadores – IDB, Relatório ODM e IDH; os limites e potencialidades.

4. TRABALHO INFANTIL E OS DESDOBRAMENTOS DA III CONFERÊNCIA GLOBAL SOBRE TRABALHO INFANTIL

Carga Horária: 04H

OBJETIVO: apresentar o debate internacional relativo ao combate ao trabalho infantil, visando conhecer as experiências acumuladas pelo conjunto dos parceiros envolvidos nessa luta

5. PLANEJAMENTO/FORMAÇÃO E OFERTA DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO

Carga Horária: 04H

OBJETIVO: demonstrar a utilização de uma metodologia de desenho de cursos e construção de projetos pedagógicos; o processo de definição de cursos a ofertar; o arranjo institucional do financiamento, oferta e execução dos cursos e exemplificar um plano de monitoramento e avaliação de execução.

6. OFICINA DE AVALIAÇÃO

Carga Horária: 04H

OBJETIVO: apresentar aos participantes conceitos básicos de avaliação; tipologias de avaliação; técnicas de levantamento de informação para avaliação; exemplificar um plano de avaliação e um ciclo avaliativo.

7. GESTÃO DO TRABALHO NO SUAS: CONCEPÇÃO DE EQUIPE DE REFERÊNCIA

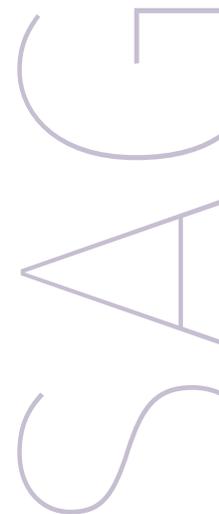
Carga Horária: 04H

OBJETIVO: apresentar algumas normativas essenciais para a gestão do trabalho no SUAS: Norma Operacional básica do SUAS, Loas Art. 6º, Resoluções CNAS, Portaria nº 137/13, Lei de Responsabilidade Fiscal.

8. TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS

Carga Horária: 04H

OBJETIVO: apresentar a Matricialidade Sociofamiliar na Assistência Social; a Concepção de Família; os Princípios Norteadores do Trabalho Social com Famílias; os Serviços de Proteção Integral à Família (PAIF) e as Abordagens Metodológicas.



9. INTRODUÇÃO AO CADASTRO ÚNICO

Carga Horária: 04H

OBJETIVO: qualificar os participantes para o uso do CadÚnico, apresentando o que é o cadastro hoje; quais as responsabilidades dos Entes Federados no cadastramento; como é o processo de cadastramento; o cadastramento de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos; a disponibilização de dados, e como é o Cadastro Único no Território.

10. NOÇÕES BÁSICAS DE GEOPROCESSAMENTO E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS - SIG

Carga Horária: 24H

OBJETIVO: apresentar e transmitir noções básicas sobre conceitos de geoprocessamento e de sistemas de informações geográfica (SIG) para técnicos e gestores interessados. Este curso oferece uma noção de como operacionalizar um software de SIG utilizando o software livre - QuantumGIS - para que os participantes possam executar operações básicas como adicionar camadas (vetores e imagens), alterar visualização e calcular área e extensão.

11. USO DO SPSS EM ANÁLISES DE DADOS SOCIAIS: UM CURSO INTRODUTÓRIO

Carga Horária: 20H

OBJETIVO: apresentar o pacote estatístico SPSS como ferramenta para análise de dados sociais e o detalhamento das funcionalidades do programa, das formas de inserção de dados e apresentação dos principais conceitos estatísticos necessários à análise de dados qualitativos e quantitativos.

12. SEMINÁRIOS TEMÁTICOS

OBJETIVO: promover intercâmbio permanente de conhecimentos entre os servidores e incentivar a reflexão sobre temas atuais, visando aumentar a qualidade das entregas do MDS. As discussões abarcam 4 áreas: Gestão e formação de pessoas na administração pública (Grupo A); Metodologias de pesquisa social (Grupo B); Pobreza e desigualdade (Grupo C); e Gestão da Informação no setor público (Grupo D).



13. SEXTA COM DEBATE

OBJETIVO: com periodicidade quinzenal, este evento coloca em debate com os servidores temas de pesquisa e produções teóricas e práticas recentes que versem sobre as linhas de atuação do MDS.

Os registros das seções do “Sexta com debate” podem ser conferidos em:

www.mds.gov.br/sagi no link *Sexta com Debate e Eventos*



6ª
com
Debate

14. CINE COM DEBATE

OBJETIVO: promover, mensalmente, a exposição e discussão de filmes sobre temáticas de interesse do MDS e demais políticas sociais.





As oficinas e tutoriais fazem parte da estratégia da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) de proporcionar capacitação de qualidade a um maior número de técnicos e gestores de assistência social para o uso do conjunto de ferr-

mentas informacionais desenvolvidas no âmbito do Ministério. Ofertados em formato online, as oficinas e os tutoriais podem ser acessados mediante cadastramento no seguinte endereço: <http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/oficinasead/login/>

1. MI VETOR

OBJETIVO: capacitar o usuário para a utilização dessa ferramenta de visualização das informações de diferentes ações e características de um estado ou município em um ponto no tempo, com flexibilidade de seleção de itens para composição de relatórios.

Público-alvo: Gestores e técnicos de assistência social.

2. RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RI

OBJETIVO: Capacitar o usuário para uma adequada utilização da ferramenta RI, possibilitando-o a explorar todo o potencial deste banco de dados sociais, com acesso a relatórios customizados, de acordo com suas necessidades ou preferências.

Público-alvo: Gestores de Assistência Social.

3. TABELAS SOCIAIS

OBJETIVO: Capacitar o usuário para a montagem de tabelas e fichas que reúnem informações sobre os programas, serviços e ações do MDS em um determinado período de referência e de um território específico..

Público-alvo: Gestores de Assistência Social.

4. METAS DE DESENVOLVIMENTO DO CRAS

OBJETIVO: apresentar as páginas do sistema Metas de Desenvolvimento do CRAS; orientar o usuário na busca de informações; demonstrar quais e como são analisados os indicadores para posterior avaliação das atividades dos CRAS.

Público-alvo: Gestores de Assistência Social.

5. PAA DATA

OBJETIVO: Capacitar os gestores federais, municipais e estaduais, envolvidos no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA , para o uso da ferramenta PAA Data.

Público-alvo: Gestores, Conselheiros e Técnicos de assistência social.

6. POLÍTICA DE SENHAS – DESCENTRALIZAÇÃO DAS SENHAS DA REDE SUAS

OBJETIVO: Capacitar os Gestores, Conselheiros e Técnicos de assistência social, para operacionalização da nova política de senhas de acesso à Rede SUAS.

Público-alvo: Gestores, Conselheiros e Técnicos de assistência social.

7. ACESSUAS TRABALHO

OBJETIVO: capacitar os gestores federais, estaduais, municipais e DF, técnicos e conselheiros municipais e estaduais para a execução do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho ACESSUAS TRABALHO.

Público-alvo: Gestores federais, estaduais, municipais e DF, técnicos e conselheiros municipais e estaduais.

8. PLANO DE AÇÃO

OBJETIVO: orientar gestores, conselheiros e técnicos de assistência social de forma prática no preenchimento do aplicativo Plano de Ação.

Público-alvo: Gestores, conselheiros e técnicos de assistência social.

9. RMA

OBJETIVO: capacitar os técnicos e coordenadores que trabalham no CRAS responsáveis pelo preenchimento do Relatório Mensal de Atendimentos do CRAS.

Público-alvo: Técnicos e coordenadores dos CRAS.

10. CADSUAS

OBJETIVO: capacitar os Gestores, Conselheiros e Técnicos para operacionalização do Sistema de Cadastro do Sistema Único de Assistência Social (CadSUAS).

Público-alvo: Gestores, Conselheiros e Técnicos de assistência social.

TUTORIAIS

RoNi

Ao final do tutorial o participante estará apto para utilizar a ferramenta que permite o registro de notas e notícias.

CECaD

Conhecer o CECAD, sua importância, objetivos e potencialidades como ferramenta de levantamento de dados e informações para o planejamento e implementação de políticas públicas.

iDv

Capacitar gestores e agentes públicos para o uso do aplicativo IDV, visando identificar as localidades das famílias em situação de vulnerabilidade nos municípios brasileiros.

TabSUaS

Ao final o participante estará apto para consultar e analisar as informações da base de dados do CensoSUAS.



Este Ciclo de Capacitação tem por objetivo capacitar gestores, técnicos de nível superior, conselheiros, vinculados às Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no uso de

ferramentas e instrumentos para elaboração de diagnósticos socioterritoriais, monitoramento, avaliação de políticas, programas e desenho de projetos sociais.

1. INDICADORES PARA DIAGNÓSTICO DO SUAS E ACOMPANHAMENTO DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

Carga Horária: 42H

OBJETIVO: Capacitar, prioritariamente, gestores e técnicos da assistência social para a elaboração de diagnósticos sobre a realidade socioeconômica e a dimensão da pobreza nos estados e municípios brasileiros.

2. CONCEITOS E INSTRUMENTOS PARA MONITORAMENTO DE PROGRAMAS

Carga Horária: 32H

OBJETIVO: Capacitar, prioritariamente, os gestores e técnicos de assistência social para a realização de atividades de monitoramento das políticas e programas do MDS.

3. CONCEITOS E INSTRUMENTOS PARA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS

Carga Horária: 32H

OBJETIVO: introduzir os principais conceitos acerca do tema e capacitar os participantes para uma leitura qualificada das pesquisas de avaliação feitas pela SAGI/MDS.

PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Coordenação Geral de Recursos Humanos (CGRH), em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), elaboraram o Programa de Aperfeiçoamento em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desen-

volvimento Social, que tem por objetivo aprimorar habilidades e desenvolver capacidades técnicas para a operacionalização e gestão dos programas e ações do MDS e do BSM.

O referido Programa está estruturado em oito blocos temáticos.

1. DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS SOCIAIS

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Caracterizar o Estado de Bem Estar Social e identificar as distintas abordagens teóricas sobre a emergência e desenvolvimento dos sistemas de proteção social.

2. POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: CONCEITOS E PANORAMA NACIONAL

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Combinar conhecimento conceitual e instrumental para a análise dos principais problemas e políticas sociais, principalmente daqueles relacionados ao fenômeno da pobreza e da desigualdade social, relacionando a teoria e a prática das políticas públicas.

3. DIREITOS HUMANOS (COM FOCO NA PROTEÇÃO SOCIAL)

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Analisar as especificidades na formulação e implementação de políticas públicas de Direitos Humanos. Compreender os instrumentos internacionais e nacionais existentes e os principais desafios da gestão das políticas de Direitos Humanos no âmbito das Políticas Sociais no Brasil.

4. LIDERANÇA E COMUNICAÇÃO

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Identificar e aplicar conceitos e competências de liderança no serviço público brasileiro, construindo e fomentando ambientes confiáveis para a comunicação.

5. ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICOS

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Refletir sobre os problemas e dilemas concretos da conduta no serviço público, os quais emergem especialmente do fato de sua estrutura normativa situar-se no cruzamento de princípios de ação moral, normas da vida institucional e modos de lidar com o conflito político. Refletir sobre como os conceitos da ética e da moralidade pública incidem na estrutura normativa do serviço público.

6. DIVERSIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Contextualizar e problematizar a questão das Políticas Transversais em desenvolvimento no âmbito das políticas sociais. Compreender os desafios da incorporação da perspectiva da diversidade e gênero nas políticas sociais.

7. GOVERNANÇA E ARRANJOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Contextualizar e problematizar a questão da coordenação de políticas públicas por meio da abordagem dos arranjos político-institucionais, compreendendo sua influência nos resultados das políticas públicas.

8. GESTÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS E INTEGRAÇÃO DE REDES SETORIAIS E INTERSETORIAIS

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Aplicar e adaptar ferramentas de gerenciamento de programas e projetos ao trabalho desenvolvido pelo servidor, de modo a otimizar esforços e potencializar o alcance de resultados sociais.

9. GESTÃO DA INFORMAÇÃO PARA MONITORAMENTO DE PROGRAMAS E POLÍTICAS SOCIAIS

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Analisar as estruturas de informações existentes para integração dos dados. Definir estratégias para produção da informação e do conhecimento. Utilizar técnicas de manipulação de dados para dar suporte ao processo de monitoramento de programas e políticas sociais.

10. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Identificar as premissas básicas e funções do planejamento e orçamento governamental. Relacionar a forma de funcionamento do ciclo de planejamento e do processo orçamentário e financeiro do governo federal aos limites e possibilidade na implementação de políticas públicas.

11. FINANCIAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Identificar os fundamentos teóricos do fundo público, orçamento e tributação e relacioná-los ao processo de concepção e financiamento de políticas públicas. Combinar ao seu trabalho na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas o ciclo e processo orçamentários na administração pública, em especial da esfera federal, bem como o financiamento, gasto e gestão financeira de políticas sociais.

12. FONTE DE DADOS E INDICADORES PARA DIAGNÓSTICO E MONITORAMENTO DE PROGRAMAS

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Capacitar o participante para a utilização adequada das fontes de dados e indicadores do Sistema Estatístico Brasileiro, visando a elaboração de diagnósticos e a tomada de decisão sobre estratégias de políticas sociais em contextos específicos.

13. DESENHO DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Capacitar o participante para discutir abordagens de planejamento e desenho de programas, considerando os desafios para concepção e implementação de políticas públicas no Brasil; e atuar na elaboração de programas no setor público a partir da aplicação de métodos e técnicas de gestão por resultados.

14. AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Planejar e implementar um sistema conceitual de avaliação, contendo os respectivos planos de avaliação; elaborar Termos de Referência precisos para contratação de avaliações externas; e apreciar, de modo criterioso, relatórios de avaliação externa contratados.

15. SISTEMAS DE MONITORAMENTO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS SOCIAIS: CONCEITOS, INDICADORES E PAINÉIS

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Capacitar o participante para especificar um painel de indicadores para um programa social, identificando as bases de dados relevantes, integrando-as sob um suporte técnico adequado e definindo indicadores para monitoramento dos esforços, atividades e efeitos do mesmo, de modo a produzir informação útil e tempestiva para aprimoramento da ação governamental

16. TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Construir decisões compartilhadas e consensos sobre as estratégias das políticas públicas, por meio do uso de técnicas de negociação.

17. DESENHO DE CURSOS E PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO

Carga Horária: 40H

OBJETIVO: Identificar fundamentos e princípios da andragogia no processo de modelagem de cursos e programas de capacitação, identificando estilos de aprendizagem de Kolb para o desenho de cursos e programas de capacitação. Depreender a lógica do modelo sistêmico Desenho de Sistema Instrucional (DSI) para o desenvolvimento de cursos e programas de capacitação.

18. COMUNICAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Reconhecer a importância da comunicação em políticas públicas. Demonstrar o conhecimento sobre o sistema de comunicação de governo. Conhecer recursos, técnicas e abordagens que facilitem a comunicação com diferentes públicos.

19. GESTÃO PARTICIPATIVA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Discutir as múltiplas formas de relação entre Estado e sociedade no contexto democrático. Identificar e desenvolver alternativas para os desafios de funcionamento e articulação de instâncias e mecanismos de participação social na gestão de políticas públicas.

20. METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NAS INTERAÇÕES ENTRE ESTADO E SOCIEDADE

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Identificar, selecionar e adaptar práticas, perspectivas metodológicas e ferramentas para o desenho de atividades e processos participativos. Refletir sobre necessidades, possibilidades, características, vantagens e limites para operacionalizar interações socioestatais. Desenvolver estratégias institucionais para qualificar o diálogo com a sociedade em processos administrativos e sistemas estatais.

21. IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: PROBLEMAS, DILEMAS E DESAFIOS

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Conhecer e debater os principais avanços, desafios e mecanismos de implementação e gestão das políticas e dos programas sociais de responsabilidade do MDS.

22. VISITAS TÉCNICAS ORIENTADAS

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Contribuir para a conformação de uma visão abrangente e crítica acerca dos desafios e possibilidades de inovação na gestão de políticas públicas, por meio de uma atividade aplicada onde os participantes (servidores públicos) possam conhecer experiências concretas de implementação de políticas sociais.

25. CURSO DE PROTEÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Conhecer e refletir sobre as principais experiências de proteção social na América Latina.

24. ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETOS BÁSICOS PARA CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS NO SETOR PÚBLICO

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Capacitar servidores para a elaboração de termos de referência e projetos básicos para aquisições de bens e serviços, em conformidade com a Lei nº 8.666.

25. ELABORAÇÃO DE EDITAIS PARA AQUISIÇÃO NO SETOR PÚBLICO

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Elaborar editais para aquisições de bens e serviços comuns e complexos, continuados ou não, por preço, por técnica e preço, e por técnica. Redigir a minuta do contrato a ser firmado ao término do processo licitatório.

27. GESTÃO ESTRATÉGICA COM USO DO BALANCED SCORECARD

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Identificar a importância do planejamento estratégico nas organizações públicas. Caracterizar os elementos constitutivos do planejamento estratégico nas organizações públicas. Identificar os aspectos relevantes para a implementação do planejamento estratégico.

26. GERENCIAMENTO DE PROJETOS

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Identificar os conceitos envolvidos na gestão de projetos. Diferenciar as principais abordagens metodológicas em gestão de projetos. Organizar o plano do projeto conforme as recomendações técnicas de gerenciamento de projetos. Delinear requisitos para coordenação integrada de pessoas e recursos necessários a execução dos projetos de forma a garantir a qualidade das entregas. Utilizar o monitoramento e controle de projetos em situações adversas. Identificar as atividades relacionadas ao encerramento do projeto.

28. OFICINA DE DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Identificar a importância do indivíduo nas equipes de trabalho. Definir as principais características de uma equipe eficaz. Identificar o papel do gestor no trabalho em equipe. Elaborar o plano de desenvolvimento da equipe, a fim de alcançar as metas estabelecidas pela organização, em um clima de confiança e respeito mútuo.

29. ANÁLISE E MELHORIA DE PROCESSOS

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Compreender a evolução dos modelos de gestão e a inserção da gestão por processo no contexto de flexibilidade organizacional. Conhecer os fundamentos que permitem melhor gerenciamento de processos. Aplicar e discutir a utilização do referencial conceitual na implementação, acompanhamento e avaliação de programas de gerenciamento de processos organizacionais. Aplicar a MASP – Metodologia de Análise e Solução de Problemas em sua área de atuação profissional.

30. GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Analisar o processo evolutivo da adoção do modelo de gestão por competências na administração pública federal. Discutir conceitos, tipologias, pressupostos e propósitos do modelo de gestão por competências, considerando suas dimensões (conhecimento, habilidades e atitudes – CHAs) e níveis de complexidade.

31. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Carga Horária: 30H

OBJETIVO: Oferecer aos participantes a oportunidade de conhecer a estrutura e o funcionamento do processo orçamentário e financeiro, os marcos legais que o orientam e as ferramentas técnico-gerenciais necessárias ao uso adequado dos recursos públicos.



O Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social – CapacitaSUAS foi criado pelo MDS em 2012 com o objetivo de apoiar, estados e o Distrito Federal na execução dos Planos Estaduais de Capacitação do SUAS visando garantir oferta de formação permanente para qualificação da gestão, do provimento dos serviços socioassistenciais e do controle social do SUAS.

Sob a coordenação da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), o CapacitaSUAS está

estruturado com base nos princípios da Educação Permanente e tem como público - alvo os trabalhadores que atuam na gestão do SUAS, no provimento de serviços e benefícios socioassistenciais e os agentes de controle social integrantes dos conselhos de assistência social.

Para execução das atividades de capacitação, o programa conta com a expertise das instituições de ensino integrantes da Rede Nacional de Educação Permanente – RENE/SUAS. Até o momento, são ofertados oito cursos de atualização, desenvolvidos na modalidade presencial.

CURSO 1. INTRODUÇÃO AO PROVIMENTO DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS DO SUAS E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DO BRASIL SEM MISÉRIA

Carga Horária: 40H

OBJETIVO: Realizar nivelamento dos profissionais de nível superior que atuam na provisão dos serviços socioassistenciais no âmbito dos CRAS, CREAS, Centros Pops, Serviços de Acolhimento Institucional e Serviços Volantes) quanto aos conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais e à implementação das ações do Plano Brasil Sem Miséria.

CURSO 2. INDICADORES PARA DIAGNÓSTICO E ACOMPANHAMENTO DO SUAS E DO BRASIL SEM MISÉRIA

Carga Horária: 40H

OBJETIVO: Capacitar gestores e técnicos estaduais e municipais para realizar diagnósticos, levando em consideração o contexto socioeconômico e a dimensão da pobreza nos estados e municípios, de forma a subsidiar a elaboração dos Planos Municipais de Assistência Social, bem como o acompanhamento dos programas e ações do SUAS e do BSM.

CURSO 3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO SUAS

Carga Horária: 40H

OBJETIVO: Fornecer aos trabalhadores que atuam diretamente nas atividades de gestão dos Fundos de Assistência Social subsídios conceituais e tático-operativos atualizados quanto aos processos e procedimentos relacionados ao sistema de planejamento orçamentário brasileiro e à gestão financeira e orçamentária do SUAS.

CURSO 4. INTRODUÇÃO AO EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL

Carga Horária: 40H

OBJETIVO: Capacitar conselheiros municipais, estaduais e do Distrito Federal, dotando-os de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao exercício do controle social do SUAS, qualificando a sua atuação política e institucional e contribuindo para o protagonismo dos Conselhos no desenvolvimento da política de assistência social.

CURSO 5. ELABORAÇÃO DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Carga Horária: 40H

OBJETIVO: Capacitar diferentes atores envolvidos na formulação dos Planos de Assistência Social nos conhecimentos, metodologias e procedimentos aplicáveis ao processo de sua elaboração, monitoramento e atualização.

CURSO 6. ATUALIZAÇÃO EM VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Carga Horária: 40H

OBJETIVO: Desenvolver competências em gestores e técnicos da gestão estaduais, distritais e municipais para o desenvolvimento de atividades inerentes à função de Vigilância Socioassistencial em seus âmbitos de atuação.

CURSO 7. ATUALIZAÇÃO EM VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Carga Horária: 40H

OBJETIVO: Capacitar diferentes atores envolvidos na Proteção Social Básica, por meio do compartilhamento de conhecimentos relacionados ao reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e especificidades da proteção social básica.

CURSO 8. REORDENAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Carga Horária: 40H

OBJETIVO: Capacitar diferentes atores envolvidos nos processos de reordenamento dos serviços da Proteção Social Especial, por meio do compartilhamento de conhecimentos, metodologias relacionadas à Proteção Social Especial.

ESTE LIVRO FOI IMPRESSO PELA
IMPRESA NACIONAL
FEVEREIRO - 2016

